

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Vanessa Monteiro Bizzo

**Infância associada ao tema aborto voluntário em peças
jornalísticas publicadas no jornal *online* da *Folha de S. Paulo*
(1997-2005)**

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**SÃO PAULO
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Vanessa Monteiro Bizzo

**Infância associada ao tema aborto voluntário em peças
jornalísticas publicadas no jornal *online* da *Folha de S. Paulo*
(1997-2005)**

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora
como exigência parcial para obtenção do título de
Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, sob a
orientação da Profa. Dra. Fúlvia Rosemberg.**

**SÃO PAULO
2008**

Banca Examinadora

Dedico esta dissertação, como forma de carinho e agradecimento, à Profa. Dra. Fúlvia Rosemberg por sua ajuda inestimável, por sua paciência e por ter me ajudado a concretizar meu sonho. Fúlvia, você e o NEGRJ possibilitaram um crescimento especial em minha formação pessoal e acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Esta parte é dedicada a todos aqueles que construíram de maneira direta ou indireta esta dissertação. Neste processo tão solitário é muito bom perceber que eu sempre estive muito bem acompanhada. Recebam todos meus sinceros agradecimentos.

À Profa. Dra. Maria Teresa Citeli, que participou da banca de qualificação e defesa, e foi sempre muito prestativa, compartilhando seus materiais, informações e deixando-me atualizada em relação ao debate sobre o aborto voluntário através de seus e-mails.

Ao Prof. Dr. Leandro Feitosa Andrade pela sua participação na banca de qualificação, por ter me ajudado com as tabelas e por ter sido tão compreensivo com todos os percalços.

Aos professores Cristina G. Vicentin, Margareth Arilha e Sérgio Ozella que gentilmente aceitaram meu convite para participar da banca de defesa.

Ao corpo docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP e a secretária do Programa Marlene Camargo.

À grande companheira e grande pesquisadora Leila Nazareth que me ajudou com material, coleta de dados, observações, revisão de material. Muito deste trabalho é seu também!!! Obrigada também por ter me emprestado sua queridíssima irmã Haila, que de uma forma muito amigável revisou meu texto, agüentou solicitações de emergência e sempre foi muito cordial.

Ao Professor do Departamento de Lingüística da PUC-SP, Egom Oliveira Rangel, que me acolheu, me incentivou e muito me ensinou para que eu pudesse chegar até aqui.

À Márcia Aparecida Caxeta Pereira, assistente de projetos da Fundação Carlos Chagas, pela revisão, correção e sugestões.

Às amigas: Bárbara R. Galvão, Carmem Sussel e Shirley Alcioly que até o último minuto foram muito incentivadoras, acolhedoras e disponíveis. E aos demais amigos da Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP: Flávia Ribeiro Guedes, Elcimar, Karen e, em especial aos integrantes do Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade (NEGRI): Elaine, Elisangela, Etelma, Honório, Neide, Maysa, Renata.

Aos meus queridos pais, Hélio e Fátima, que sempre me estimularam em meus estudos. E ao meu irmão João Paulo que foi muito paciente com minhas bagunças e com as minhas necessidades de silêncio.

À Gisele Remístico por sua amizade, carinho e compreensão.

À Gisleine Ramos, minha analista. Obrigada por me ajudar a compreender o sentido deste trabalho na minha vida e o sentido da minha vida para ter podido realizar esta dissertação com mais entusiasmo.

À minha tia Eulália Terezinha Bizzo, por ter me dado espaço em seu quarto, por ter compreendido minhas bagunças, por ter organizado cada folha impressa, por ter me emprestado suas coisas. E a minha avó Maria Bizzo que me acolheu em sua casa em boa parte do tempo de escrita desta dissertação.

À Cristina Melo e nossa querida família: Maria Alice, Ana Jú, Ciça, Reynolds e Daniel, por terem sido tão compreensivos com as minhas ausências.

Aos amigos Ingrid Bega e Marcelo que me incentivaram em todos os momentos deste trabalho.

À querida gerente da Casa da Família “CRAF Chico Mendes”/UNAS, Cássia Maria Campos de Souza, por todas as vezes que me concedeu licença para realizar esta dissertação, pela sua força e incentivo.

À equipe da Casa da Família “CRAF Chico Mendes”/UNAS: Bruna Venâncio, Marcos Eleutério, Priscila Inácio, Gisele Inácio, Ricardo dos Santos, Cíntia Mota Leite, Tatiane de Souza Barreto, e em especial, Arina Gabriela P. Costa que me auxiliou em algumas digitações.

À minha equipe do Projeto Florescer: Psicóloga Dora Lorch, Wagner, Ana Paula e Lívia.

Ao Norton A. Albrecht, mestrando em Psicologia Clínica pela PUC - SP, pelas suas milhões de dicas.

Ao CNPq pela concessão da bolsa para que eu pudesse realizar esta dissertação.

Resumo

Esta dissertação integra o projeto coletivo sobre “Infância e Mídia” do NEGRI (Núcleo de Estudos sobre Gênero, Raça e Idade) do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Seu objetivo específico é analisar o tratamento dado à infância em peças jornalísticas publicadas pelo jornal *online* da *Folha de S. Paulo* no período de 1997 a 2005 sobre o aborto voluntário à luz da teoria de ideologia de John B. Thompson.

Para tanto, localiza e descreve, mediante o uso de técnicas de análise de conteúdo, 298 unidades de informação que associam a infância e a adolescência ao tema aborto voluntário.

Identifica que o recente debate brasileiro sobre a descriminalização/legalização do aborto acionou repertório retórico associado à infância e que vem sendo discutido em pesquisas sobre a construção de problemas sociais. Observa, ainda, que nas peças jornalísticas analisadas crianças e adolescentes têm sua identidade civil desvelada, o que não só contraria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas também pode se configurar como um modo de operação da ideologia.

Palavras-chave: infância, mídia, ideologia, estudos sobre infância, aborto voluntário.

ABSTRACT

This study is part of a collective project on researches: "Infancy and Media" of the NEGRI (Nucleus of Studies on Gender, Race and Age) of the Program of Studies Postgraduates in Social Psychology of the Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

The specific objective of this study is to analyze the treatment given to infancy in journalistic parts published by the *Folha de S. Paulo's online* in the period between 1997 and 2005 on the subject voluntary abortion, having as its guides the ideology theory and as method the hermeneutics of depth by John B. Thompson.

We locate and describe 298 units of information that associate infancy and the adolescence of the voluntary abortion, using techniques of contents analysis. It identifies that the recent Brazilian debate on the legalization of the abortion set in motion associated rhetorical repertoire to infancy and that comes being argued in research on the construction of social problems. It observes, still, that in the journalistic parts analyzed children and adolescents they have its disclosed civil identity, what not only opposes the "Estatuto da Criança e do Adolescente" (ECA), but also can be configured as a way of operation of the ideology.

Word-key: infancy, media, ideology, studies on infancy, voluntary abortion.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Preâmbulo | 11 |
| Capítulo 1. Objeto, teoria e método | 16 |
| 1.1. O objeto..... | 16 |
| 1.1.1. Estudos sobre infância e seus direitos..... | 16 |
| 1.1. 2. Estudos sobre a construção social de problemas sociais..... | 27 |
| 1.2. Base teórica: o conceito de ideologia e seus modos de operação | 30 |
| 1.2.1. O conceito de ideologia..... | 31 |
| 1.2.2. Os modos e as estratégias de operação da ideologia | 33 |
| 1.3. A hermenêutica de profundidade: método para análise da ideologia | 38 |
| Capítulo 2. Contexto sócio-histórico de produção e interpretação das formas simbólicas | 41 |
| 2.1. A empresa e o jornal <i>online</i> da <i>Folha de S. Paulo</i> | 41 |
| 2.1.1. O Grupo Folha..... | 41 |
| 2.2. O debate sobre aborto voluntário na mídia | 52 |
| 2.3. Infância e mídia | 71 |
| Capítulo 3. Análise discursiva das formas simbólicas: procedimentos e resultados | 94 |
| 3.1. Procedimentos de análise | 94 |
| 3.1.1. Localização das unidades de informação | 94 |
| 3.1.2. Estratégias de análise | 99 |
| 3.2. Análise discursiva das unidades de informação: resultados..... | 101 |
| 3.2.1. Caracterização geral das unidades de informação..... | 102 |
| 3.2.2. Análise das personagens/depoentes | 123 |
| 3.2.3. Os casos D14 e D17 | 133 |
| Considerações finais | 156 |
| Referências bibliográficas | 159 |
| <u>Lista de apêndices</u> | |
| APÊNDICE 1..... | 171 |
| APÊNDICE 2..... | 182 |
| APÊNDICE 3..... | 213 |
| <u>Lista de quadros</u> | |
| Quadro 1. Modos de operação da ideologia | 34 |
| Quadro 2. Pesquisas do <i>Datafolha</i> sobre a opinião dos brasileiros sobre a descriminalização do aborto | 51 |

| | |
|---|-----|
| Quadro 3. Sistematização do discurso político sobre a descriminalização do aborto no Congresso Nacional | 54 |
| Quadro 4. Pesquisas sobre aborto voluntário e mídia no Brasil | 62 |
| Quadro 5. Linha do tempo do debate sobre a descriminalização do aborto na mídia | 65 |
| Quadro 6. Temas associados ao tema aborto voluntário na mídia..... | 69 |
| Quadro 7. Princípios éticos propostos por Leandro F. Andrade e Fúlvvia Rosemberg (2004) | 93 |
| Quadro 8. Descritores para a identificação das UI..... | 96 |
| Quadro 9. Recorte, extensão e características das UI coletadas | 98 |
| Quadro 10. Tipo de análise conforme os recortes de UI..... | 99 |
| Quadro 11. Categorias usadas para descrever as UI conforme os recortes | 100 |
| Quadro 12. Categorias predominantes do contexto de produção das UI sobre o tema aborto voluntário associado à infância/adolescência no Brasil | 105 |
| Quadro 13. Autorias de UI mais assíduas..... | 107 |
| Quadro 14. Estimativas de abortos voluntários entre crianças e adolescentes no Brasil.... | 119 |
| Quadro 15. Percentual da categoria “não consta” por atributos e tipo de personagens/depoentes..... | 125 |
| Quadro 16. Atributos predominantes entre personagens genéricas..... | 125 |
| Quadro 17. Atributos prevalentes personagens/depoentes individuais | 127 |
| Quadro 18. Atributos dos genitores nas UI relativas ao genitor..... | 128 |
| Quadro 19. Quem fala nas UI | 128 |
| Quadro 20. Frequência de “não consta” nos casos D14 e D17 | 151 |

Lista de figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1. Índice de busca no <i>site</i> da <i>Folha de S. Paulo</i> | 95 |
| Figura 2. Busca por resultados no <i>site</i> da <i>Folha de S. Paulo</i> | 96 |

Lista de gráficos

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1. Ano de publicação e frequência em porcentagem de UI no jornal <i>online</i> da <i>Folha de S. Paulo</i> | 103 |
| Gráfico 2. Frequência de UI distribuídas por ano no caderno <i>Folhateen</i> e demais cadernos da <i>Folha de S. Paulo</i> | 121 |

Preâmbulo

Esta dissertação de mestrado se propõe a analisar o tratamento dado à infância em peças jornalísticas publicadas pelo jornal *online* da *Folha de S. Paulo* relativas ao aborto voluntário, no período de 1997 a 2005.

A simplicidade da frase de abertura deste texto é apenas aparente, pois pode gerar expectativas que não correspondem a nossos propósitos.

Em primeiro lugar, esta dissertação não analisará o debate brasileiro contemporâneo produzido ou veiculado pela mídia favorável ou desfavorável ao aborto voluntário. Isto é, não seguiremos o enfoque que vem se construindo nas últimas décadas de pesquisas e monitoramento da mídia para apreender mudanças e permanências nos discursos sobre o aborto voluntário, caminho que vem sendo traçado especialmente por pesquisadoras feministas (ARDAILLON, 1997; DINIZ E DAMASCENO, 2001; MELO, 2001; CITELI, 2002; CORRÊA e PAZELLO, 2002; PEDRO e colaboradoras, 2003, entre outras).

Nosso foco de interesse também diverge de pesquisas e reflexões, como a de Boltanski (2004), sobre o estatuto do feto nas sociedades contemporâneas, o que poderia também ser escrutinado à luz da categoria infância entendida como tempo social. De fato, no próprio Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade (NEGRI) do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ao qual esta dissertação se filia, já tivemos uma pesquisa que trata indiretamente desse enfoque. Refiro-me à dissertação de Silvia Fernanda Roseblum Rosebaum (1998) que, ao analisar a emergência do “novo pai” na revista *Pais e Filhos* no período de 1969 a 1996, depara-se com uma associação entre a concepção de feto como dotado de vida psíquica e o envolvimento emocional do genitor no processo de gestação.

Sem menosprezar tais enfoques, o caminho aqui trilhado foi outro: analisar o tratamento dado à infância pela mídia quando associa crianças e adolescentes, direta ou indiretamente, à prática de aborto voluntário. Neste sentido, mudamos a lente, o que não tem sido uma empreitada fácil.

Em primeiro lugar, assumir que analisaríamos peças jornalísticas referentes ao debate sobre o aborto voluntário sem entrar no mérito político e ético da proposta de sua descriminalização ou legalização, apesar de eu mesma e minha orientadora adotarmos esta posição.

Em segundo lugar, escolher termos e expressões que fossem os mais ajustados e coerentes com nossas perspectivas política, ética e teórica. Assim, apesar de, no título e no início deste preâmbulo, termos adotado o termo “infância”, na medida em que nos referimos ao tempo social anterior à idade adulta (como também o faz a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança), ora e vez nos sentimos compelidas a nos referirmos à infância e adolescência (ou crianças e adolescentes). Tal uso decorreu, não tanto pelo preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - que considera criança/infância até 12 anos-, mas, sobretudo, pela dissonância e também pelo uso retórico na mídia, como veremos adiante, de associarmos comportamentos da esfera do universo de mulheres adultas, ou pelo menos adolescentes, a crianças. Não é próprio das sociedades modernas, como nos ensinou Ariès (1981), “proteger” a infância da sexualidade? Admitimos ter sido impossível escamotear a dissonância e manter apenas o termo criança para mulheres de 10 e 11 anos grávidas e que teriam praticado ou planejado a interrupção da gravidez.

Outra opção de linguagem cuidadosamente ponderada, mas menos problemática, foi nos referirmos a “feto”, “genitor” e “genitora”, e não usar nascituro, criança ou filho, pai ou mãe como sinônimos, a partir dos ensinamentos de Boltanski (2004).

Optamos, na maior parte do texto, por privilegiar a expressão “aborto voluntário” ao invés de interrupção voluntária da gestação/gravidez, acolhendo usos e costumes que captamos na literatura brasileira. Também optamos por adotar o termo “estupro” e não diluí-lo na expressão, usada por vezes, “violência sexual” ou “abuso sexual” (DINIZ e DAMASCENO, 2001; MELO, 2001)¹.

Muita dificuldade tivemos para chegarmos à formulação textual do objeto, e título desta dissertação. Pensamos inicialmente em: “tratamento dado à infância em peças jornalísticas associadas ao aborto voluntário”. Desistimos, pois infância, assim posta, poderia ser associada à condição de feto. Em outro período, pareceu-nos que a expressão “tratamento dado à infância no debate midiático sobre aborto voluntário” seria a formulação mais correta, talvez influenciadas pela formulação feminista

¹ Ao adotar estes critérios de uso de termos, não estamos minimizando a violência sexual sofrida pelas adolescentes, nem colocando sob suspeita se foram ou não estupradas. Trata-se de uma precisão terminológica, pois o termo violência sexual é muito amplo. Poderíamos ter colocado o termo estupro entre “aspas”, mas isso deixaria abertura para outras questões.

contemporânea (ARDAILLON, 1997; MELO, 2001). Porém, nem todas as peças jornalísticas nos pareciam participar de um debate, além do que teríamos que configurar debate, o que extrapolaria nossa meta e disponibilidade nesta pesquisa. Assim, foi somente na última versão deste texto que eu e minha orientadora concordamos que a melhor formulação para o objeto seria mesmo analisar o tratamento dado à infância em peças jornalísticas publicadas pelo jornal *online* da *Folha de S. Paulo* no período de 1997 a 2005 relativas ao aborto voluntário.

A formulação do objeto de pesquisa contém ainda um termo que necessita ser explicitado: analisar. Como nos ensina Fúlvia Rosemberg nos seminários de metodologia, o verbo, na formulação do objeto, explicita a ação do (a) pesquisador (a)² e o verbo analisar pode ser “uma vala comum”, apelando por precisão. Esta pesquisa se propõe a **descrever e interpretar** o tratamento dado pelo jornal *online* da *Folha de S. Paulo* à infância nas peças jornalísticas publicadas no período de 1997 a 2005 relativas ao aborto voluntário, usando como referencial teórico e metodológico a teoria de ideologia de John B. Thompson (1995). Neste sentido, ela se integra à linha de pesquisas do NEGRI que vem estudando “infância e mídia”, procurando apreender a construção social da infância no contexto das políticas públicas à luz da teoria de ideologia.

Esta linha de pesquisas já produziu quatro trabalhos (descritos em detalhe no capítulo 2), a saber:

- *Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia* (L. ANDRADE, 2001, 2004);
- *Trabalho infanto-juvenil na mídia: uma produção ideológica* (FREITAS, 2004);
- *Gravidez adolescente na mídia: uma análise da ideologia* (NAZARETH, 2004);
- *A categoria “meninos de rua” na mídia: uma interpretação ideológica* (M. ANDRADE, 2005).

Dessas pesquisas, destaco a de Leila Nazareth (2004), por ser a mais próxima. Na verdade, minha dissertação se originou de uma nota de rodapé da dissertação de Nazareth (2004).

² A partir deste momento abandonaremos o uso o (a), e empregaremos o masculino genérico, como preconizado na língua portuguesa, para referir-me a homens e mulheres, desde que não interfira na precisão do sentido.

É interessante acrescentar que o ano de 1997 foi marcado pela polêmica da regulamentação para a realização do aborto legal na rede hospitalar que integra o SUS - Sistema Único de Saúde. Nesse ano, foram localizados pelo Banco de Dados de S. Paulo Ltda, 36 matérias sobre o tema, além das que compõem o caso D14. A maior parte delas é anterior ao caso (NAZARETH, 2004, p. 100).

Isto é, nosso intento foi aprofundar esta intuição de Nazareth (2004) e que encontrou respaldo em duas fontes: acadêmica sobre mídia e infância, por exemplo, em Ponte (2005) quando se refere a “cabide de notícias”; e na produção feminista referente ao debate midiático brasileiro sobre aborto, também em nota de rodapé, quando Diniz e Damasceno (2001) se referem a “gancho argumentativo”.

Neste sentido, nossa avaliação difere do registrado pelo documento da CCR que considera: “... a ampla cobertura dos casos das meninas de X (RJ) e Y (GO), ambas com 10 anos, grávidas por estupro, favoreceu a tese de que o aborto deve ser permitido e acessível a vítimas de estupro... Histórias que serviram como gancho também para o debate sobre estupro...”. [...] Para dois exemplos de como as histórias de vida foram utilizadas apenas como gancho argumentativo com pouco enfoque para as mulheres e meninas”, vide: Escóssia, Fernanda da “Aborto de garota de 11 anos é autorizado.” In: *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 16/12/97³ [...] (p.8).

Se esta dissertação compartilha a linha de pesquisa do NEGRI sobre infância e mídia, ela se distancia pelo recorte temático, pois, no nosso caso, “aborto voluntário” não é uma questão de política pública constituída no âmbito da infância: gravidez adolescente, “meninos de rua”, “trabalho infantil”, “prostituição infantil” são questões sociais recortadas no próprio âmbito da infância. A infância não é qualificativo secundário para discutir o problema social. No caso desta dissertação, o problema social é delimitado para além do âmbito da infância que, a nosso ver, a ele é incorporada como figura de retórica, isto é, uma das estratégias de persuasão.

Explicitado o preâmbulo, é possível adentrarmos a estrutura da dissertação. O capítulo 1 é destinado à explicitação do objeto, teoria e método. Incluir esses três termos (objeto, teoria e método) na construção do capítulo 1 também foi decisão após vários ensaios, especialmente em decorrência da posição que os estudos sobre infância ocupariam em minha pesquisa: trata-se já de um campo teórico? Seria uma teoria auxiliar? Inspirada na tese de Leandro F. Andrade (2001), pareceu-me mais correto integrá-lo ao processo de constituição do objeto de investigação, da

³ Eliminamos o nome das cidades por razões éticas. Ver adiante (quadro 7). Discutiremos em detalhe estes casos no capítulo 3.

mesma maneira que a recente literatura introduzida no NEGRI sobre “construção de problema social” (por exemplo, BEST, 2001; HILGARTNER e BOSK, 1988; LAHIRE, 2005). De fato, foram os novos estudos sobre infância (SIROTA, 2001) e sobre a construção de problemas sociais que permitiram-nos problematizar o tratamento dado à infância nas peças jornalísticas publicadas pelo jornal *online* da *Folha de S. Paulo* no período de 1997 a 2005 relativas ao aborto voluntário.

O restante do capítulo 1 foi dedicado a uma síntese da teoria de ideologia e do método hermenêutica de profundidade (HP) de John B. Thompson. O enfoque tríplice da HP levou-me a estruturar o restante do texto.

Assim, o capítulo 2 é destinado à descrição e análise do contexto sócio-histórico de produção e interpretação das formas simbólicas. Autorizada pela minha orientadora, aqui inovei, ao considerar que tal contexto sócio-histórico orientou, também, minhas interpretações. Isto é, ao descrever/analisar o jornal *online* da *Folha de S. Paulo* (tópico 2.1), a produção de pesquisas sobre mídia e aborto (tópico 2.2) e infância e mídia (tópico 2.3) não só “construía” o contexto de produção das peças jornalística pelo jornal *online* da *Folha de S. Paulo*, mas também informava sobre o contexto de produção de minha grade descritiva e interpretativa. Este foi o foco do capítulo 3, dedicado à análise das formas simbólicas.

O capítulo 3 é composto de duas partes: na primeira (3.1), descrevo os procedimentos adotados para localizar as 298 unidades de análise do universo (as peças jornalísticas sobre o aborto voluntário), bem como descrevê-las usando estratégias que vêm sendo usadas no NEGRI; na segunda parte descrevo os principais achados, esboçando caminhos para sua interpretação, que é, então, objeto da última parte desta dissertação.

Encontrei muita semelhança entre meus achados e os de meus (minhas) colegas do NEGRI, apesar de meu tema aborto voluntário não provir do âmbito da infância. Figuras retóricas, associação à violência, explicitação da identidade civil das depoentes, ausência de sua voz, são aspectos compartilhados, entre outros. Isto é, foi possível apreender um uso retórico da infância, sua função como “cabide de notícias” ou “gancho argumentativo” em peças jornalísticas analisadas. Foi possível, ainda, apreender a estigmatização de pobres como estratégia de produção ideológica no sentido proposto por Leandro F. Andrade (2001).

Capítulo 1. Objeto, teoria e método

Conforme indicado no preâmbulo, este capítulo comporta três tópicos: o primeiro é destinado a explicitar a construção do objeto desta pesquisa, tarefa necessária e de difícil resolução; o segundo sintetiza o aporte teórico central da dissertação, ou seja, a teoria de ideologia proposta por John B. Thompson (1995), síntese elaborada a partir de seu livro *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*; o terceiro tópico, também construído a partir do estudo de Thompson (1995), se detém na explicitação do método hermenêutica de profundidade (HP) que orientou os passos da pesquisa.

1.1. O objeto

Esta dissertação de mestrado se propõe a analisar o tratamento dado à infância em peças jornalísticas publicadas pelo jornal da *Folha de S. Paulo online* relativas ao aborto voluntário, no período de 1997 a 2005.

O objeto desta investigação foi construído na confluência dos estudos sobre infância e sobre construção dos problemas sociais, alicerçando-se na teoria de Thompson (1995) sobre ideologia.

1.1.1. Estudos sobre infância e seus direitos

A publicação em 1960 do livro de Philippe Ariès, *L'Enfant et la vie familiale sous l'ancien régime*⁴, constitui um ponto de partida reconhecido para o que se tem denominado novos estudos sobre a infância (denominação mais usada em países anglofônicos) ou Sociologia da Infância, em países francófonos. O pioneirismo de Ariès (1981) decorre de postular a infância como uma construção sócio-histórica, problematizando a concepção hegemônica, até então, no campo das Ciências Humanas e Sociais, de que essa etapa da vida era um fenômeno da natureza. Além disso, e apesar das críticas que lhe foram dirigidas, especificamente quanto à metodologia que adotou e sua idealização do Antigo Regime, Ariès (1981) abriu as

⁴ Apenas em 1981 o livro foi traduzido para o português sob o título *História social da infância e da família*.

Ciências Humanas e Sociais para o estudo da infância (SNYDERS, 1984; PINTO, 1997).

De lá para cá, as diversas disciplinas humanas e sociais – História, Sociologia, Antropologia, Demografia e, mesmo a Economia – têm reconhecido a infância, entendida como tempo social, como um objeto de conhecimento relevante. Neste movimento, a Psicologia, para a qual estudos sobre a criança e seu desenvolvimento não eram novidade, também reviu a concepção de infância que norteava pesquisas e teorias, criticando seu paradigma mais voltado para a natureza, o biológico, que para o histórico e social.

Assim, no bojo das revisões paradigmáticas das Ciências Humanas e Sociais que ocorreram no Ocidente, especialmente após os anos 1960, passou-se a questionar, também, o lugar ocupado pela infância nas teorias sociais denunciando-se o “adultocentrismo” teórico (JENKS, 2002; ROSEMBERG, 1976).

Tal movimentação foi particularmente importante na Europa (especialmente Inglaterra e países nórdicos) e na América do Norte (SIROTA, 2001; MONTANDON, 2001), tendo atingido o Brasil mais tardiamente (especialmente a partir dos anos 1990), apesar de trabalhos precursores de Florestan Fernandes (1947), José de Souza Martins (1991) e Fúlvia Rosemberg (1976). Assim, nos últimos anos, várias revistas acadêmicas de prestígio, tais como a *Sociological Studies of Child Development*, que posteriormente passou a denominar-se *Sociological Studies of Children e Childhood*, *Revue de l’Institut de Sociologie de Bruxelles* (1994), *Educação Sociedade Culturas da Universidade do Porto* (2002) e as revistas brasileiras *Cadernos de Pesquisa, Educação e Realidade*, entre outras, têm dedicado números especiais aos novos estudos sobre a infância ou Sociologia da Infância.

A literatura acadêmica internacional reconhece o livro de Allison James e Alan Prout (1990) *Constructing and reconstructing childhood: provenance, promise and problems* como a obra que sistematiza, pioneiramente, os novos paradigmas no estudo da infância, entre os quais destacamos: a reafirmação do conceito ou categoria infância como construção social; a necessidade de os estudos focalizarem as culturas da infância em si (e não apenas como emanção das culturas adultas); a normativa para que as crianças sejam consideradas pelas Ciências Humanas e

Sociais como atores sociais; a evocação da “dupla hermenêutica” quando se estuda a infância, ou seja:

- o conceito de infância é entendido como construção social;
- a infância é uma variável que não pode ser completamente separada de outras variáveis, como classe, sexo, ou o pertencimento étnico;
- as relações das crianças [e adolescentes] com suas culturas devem ser estudadas em si;
- as crianças [e adolescentes] são e devem ser estudados como atores sociais na construção de sua vida social e da vida daqueles que as rodeiam;
- postula-se que o método etnográfico pode ser útil para estudar a infância;
- a infância poderia ser considerada um fenômeno que coloca em evidência a “dupla hermenêutica” das ciências sociais, conforme define Giddens, ou seja, ao se proclamar um novo paradigma no estudo da infância, os novos estudos se engajam num processo de “reconstrução” da relação entre a criança e sociedade (JAMES e PROUT, 1990, *apud* MONTANDON, 2001).

Sirota (2001) revisita os paradigmas propostos por James e Prout (1990) à luz de estudos posteriores, inclusive críticos, e propõe cinco pontos de convergência da Sociologia da Infância na atualidade.

- A infância é uma construção social. Desse modo, ela fornece um quadro interpretativo que permite contextualizar os primeiros anos da vida humana. A infância, vista como fenômeno diferente da imaturidade biológica, não é mais considerada um elemento natural ou universal dos grupos humanos, mas aparece como um componente específico, tanto estrutural quanto cultural, de um grande número de sociedades (JAMES e PROUT, 1990).
- Essa desnaturalização da definição, sem, contudo, negar a imaturidade biológica, enfatiza a variabilidade dos modos de construção da infância na dimensão, tanto diacrônica quanto sincrônica, e reintroduz o objeto infância como um objeto ordinário de análise sociológica, redefinindo as divisões clássicas entre Psicologia e Sociologia em relação a esse período da vida.
- A infância é, pois, considerada não simplesmente como um momento percussor, mas como um componente da cultura e da sociedade (JAVEAU, 1994). A infância se situa, pois, como uma das idades da vida que necessitam

de investigação específica, como a juventude ou a velhice, já que é uma forma estrutural que jamais desaparece, não obstante seus membros mudem constantemente e, portanto a sua forma evolua historicamente.

- As crianças devem ser consideradas como atores em sentido pleno e não simplesmente como seres em devir. As crianças são, ao mesmo tempo, produtos e atores dos processos sociais. Trata-se de inverter a proposição clássica, não se discutir sobre o que produzem a escola, a família ou o Estado, mas de se indagar sobre o que a criança cria na intersecção de suas instâncias de socialização.
- A infância é uma variável de análise sociológica que se deve considerar em sentido pleno (QVORTRUP, 1994), articulando-as às variáveis clássicas, como a classe social, o gênero e a etnia.

Rosemberg (2003) vem problematizando os novos paradigmas no estudo da infância, especialmente no que diz respeito a: eventuais diferenças de sentido que o conceito infância pode recobrir em línguas que dispõem de dois termos para *puer* e *filius* (como em português) ou apenas um (*enfant* ou *child*, por exemplo); qual a idade da infância na Sociologia da Infância, tendo em vista a complexidade da proposta de tratar as diversas etapas da infância (por exemplo, o bebê) como ator social; qual o estatuto epistemológico da infância. Seria a infância uma variável descritiva ou uma categoria analítica para os estudos sociais?

Para Rosemberg (2003), se a infância, como “variável”, encontra-se articulada com as categorias classe, raça e gênero, seria importante, então, perguntar-se se há equivalência heurística entre essas categorias, tendo em vista que as últimas categorias são relacionais e pressupõem dois termos numa relação dual. Aproximando a questão da discussão sobre gênero, pergunta se as idades (fases ou etapas) da vida estão para relações de idade, assim como o sexo está para a compreensão das relações de gênero. Para a autora, parafraseando Joan Scott (1990), a idade (entendida como tempo social) seria, também, uma categoria útil para compreender a produção das desigualdades sociais. Rosemberg (1976, 1985) postula que a infância constitui um segmento social subordinado à supremacia adulta.

Neste sentido, concorda-se com a proposta de James e Prout (1990) de que a idade é uma variável que não pode ser completamente separada de outras

variáveis, como classe, sexo, ou pertencimento étnico-racial, alertou para o fato de que as articulações entre “condições” ou “subordinações” não são de tipo associativo ou aditivo. Rosemberg (1999) empresta de Hicks (1981)⁵ o conceito de não-sincronia ou heterocronia, postulando que:

[...] indivíduos (ou grupos) em suas relações com os sistemas político e econômico não compartilham da mesma consciência ou das mesmas necessidades no mesmo momento (p.221).

Tal formulação encontra eco na concepção de Thompson (1995) sobre a dinâmica social.

Há pouca evidência que garanta que certos valores e crenças sejam compartilhados por todos (ou, mesmo, pela maioria) os membros das sociedades industriais modernas. Ainda mais, há pouco fundamento para se supor que a estabilidade das sociedades industriais complexas exige e está baseada sobre um consenso no que se refere a valores e normas particulares. Sendo nossas sociedades ordenações sociais “estáveis”, essa estabilidade pode ser o resultado de uma diversidade de valores e crenças, uma proliferação de divisões entre indivíduos e grupos, ou uma falta de consenso naquele ponto específico onde atitudes opostas devem ser traduzidas em ações políticas (p.17).

Este conceito de não-sincronia ou heterocronia pode ajudar a compreender como causas progressistas ou libertárias em relação a determinados segmentos sociais podem sustentar ou produzir relações de dominação para outros segmentos sociais.

Este veio de eventuais tensões constitui um dos pilares (ou brechas, conforme a ótica), para a construção do objeto desta investigação: que tratamento estaria sendo dado à infância no discurso midiático brasileiro contemporâneo sobre a descriminalização/legalização do aborto, na medida em que dispomos de informação (DINIZ e DAMASCENO, 2001; MELO, 2001) de que a *Folha de S. Paulo* defenderia uma posição favorável à interrupção voluntária da gravidez, situando-se, conforme Leocádio (2006), no pólo social progressista ou liberal (ver adiante, capítulo 2)? Tal posicionamento seria suficiente para acolher, também, uma posição progressista com relação à infância? Aqui adentramos terreno movediço, minado por

⁵ Hicks (1981) havia proposto o conceito de não-sincronia para evidenciar tensões entre gênero e classe (*apud* ROSEMBERG, 1999, p. 10).

tensões, muitas delas (ou quase todas) referidas ao debate político sobre a infância e seus direitos.

O século XX conheceu, no Ocidente, três cartas internacionais de reconhecimento dos direitos da infância: a Declaração dos Direitos da Criança de 1924 (também conhecida como a de Genebra), a Declaração dos Direitos da Criança de 1959, e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CDC) de 1989, que tem o estatuto de lei e foi assinada por todos os países, com exceção dos Estados Unidos e da Somália.

Em relação aos textos anteriores, a CDC é considerada, por juristas e filósofos do Direito, como a mais avançada, na medida em que reconhece a crianças e adolescentes três conjuntos de direitos: direitos relativos à provisão; direitos relativos à proteção; direitos relativos à participação, isto é, os direitos-liberdades. Mas, para Alain Renaut (2002), este último bloco de direitos é o que mais suscita conflitos e tensões, pois a CDC reconhece que a criança e o adolescente têm, sem distinção de idade, direitos semelhantes aos Direitos Humanos e os denominados direitos-liberdades (liberdade de opinião, de expressão, de pensamento, de consciência e religião, associação, reunião pacífica e mesmo direito ao respeito pela vida privada).

Porém, de acordo com Renaut (2002), os direitos-liberdades seriam antagônicos aos princípios da proteção que pressupõem uma infância vulnerável:

O mesmo menor cuja imaturidade física e intelectual baseia a proteção à qual tem direito parece agora poder considerar-se suficientemente maduro para se beneficiar das liberdades de opinião, de pensamento, de consciência ou de associação. Situação estranha, concordar-se-á, pela confusão e, ao mesmo tempo, pelo sério problema de coerência que cria na representação de criança que a convenção subentende (RENAUT, 2002, p. 294).

Esta tensão observada na CDC sustenta a constituição de duas correntes filosófico-políticas relativas aos direitos das crianças e adolescentes: a corrente liberacionista ou autonomista, que abandona a idéia de imaturidade da criança e reconhece que a infância constitui uma “minoría” social, isto é, oprimida; a corrente protecionista, que admite que apenas o processo educativo pode fazer com que a criança se torne um ser autônomo e responsável (RENAUT, 2002). Apesar das divergências, ambas as correntes convergem ao evocar o princípio do “melhor

interesse da criança e adolescente”, expressão repleta de ambigüidades e que tem sido criticada por diversos autores (WINESS, 2000).

Os direitos-liberdades abrem outro tema polêmico: o direito à voz de crianças e adolescentes. Renaut (2002) refere-se ao debate francês que associa o direito à voz ao indistinto “interesse da criança”. Nesse contexto, questões instigantes têm sido postas: as crianças e os adolescentes poderiam solicitar uma consulta judicial para defender seus interesses? Em que situações? Poderiam eles ter um advogado, ser ouvidos, ser autorizados a dar sugestão em certas decisões?

Algumas instâncias judiciárias têm adotado a estratégia de permitir que crianças e adolescentes possam opinar a respeito da separação de seus pais. Entretanto, iniciativas como essas suscitam polêmicas que revelam contradições entre o direito de crianças e adolescentes serem ouvidos e, ao mesmo tempo, o direito que eles teriam à “irresponsabilidade”, principalmente se a oitiva os colocar numa situação constrangedora (THÉRY, 1998).

Théry (1998) também se refere ao testemunho das crianças e adolescentes no caso do divórcio dos pais. Para a autora, o ponto de conflito não diz respeito à questão de manter crianças e adolescentes informados ou dar-lhes o direito de serem escutados, mas sim colocá-los no lugar de quem tem de decidir sobre uma questão que pode lhes ser pouco confortável.

Uma outra contradição na CDC de 1989 refere-se à ampliação dos direitos para “antes e após o nascimento”, conforme o artigo 6º, alínea 1, que define que:

a criança, em razão de sua falta de maturidade física e intelectual, precisa de uma proteção especial e de cuidados especiais, especialmente de proteção jurídica apropriada antes e depois do nascimento.

Este artigo apresenta, em especial, o tema polêmico dos direitos do embrião e do feto. Este tema também promove o debate no campo da descriminalização do aborto entre a vertente pró-descriminalização/liberalização do aborto, que não concebe o embrião ou o feto como detentor de direitos, e a corrente contrária à descriminalização, em que o estatuto humano do feto vem sendo reivindicado. Porém, não encontramos, na literatura, referências críticas a este artigo da CDC, inclusive de autorias feministas que advogam a descriminalização/legalização do aborto voluntário.

O Estatuto da Criança e Adolescência (ECA), promulgado em 1990, adequou a legislação infraconstitucional à diretrizes da Constituição de 1988, que estendeu os Direitos Humanos a crianças e adolescentes. Seus avanços, em relação ao Código de Menores, foram tantos que, de certa forma, obnubilou a discussão das tensões que permanecem.

Encontramos apenas três textos que se referem às insuficiências do ECA no que diz respeito à vida sexual e à saúde reprodutiva: o de Ventura (2002, *apud* ECOS, 2004); o de Pirotta e Pirotta (2005) e o da ECOS (2004).

Ao refletir-se sobre tais interesses, ganham visibilidade as contradições entre a proteção das crianças e dos adolescentes e as restrições que a eles são impostas, quando novas questões se colocam: quais poderes e liberdades são atribuíveis às crianças e aos adolescentes? Em interesse de quem são estabelecidas as restrições aos poderes e liberdades deles? Quais são as consequências desse processo? (PIROTTA e PIROTTA, 2005, p 85).

Ao analisar em pormenores os artigos referentes a direitos reprodutivos e sexuais (artigos 3º, 5º, 15, 17 e 18), e demais que se relacionam à proteção da moralidade de crianças e adolescentes (artigos 74 a 81) e à prática e intenção de “atos de abuso e exploração sexual” (artigos 82, 130, 240, 241 e 244-A introduzido em julho de 2000 pela lei nº 9975), Pirotta e Pirotta (2005, p. 88) assinalam que o ECA

[...] é tímido no tocante aos direitos sexuais e reprodutivos”, pois sua formulação é “pela negativa”; isto é, “tem sempre o intuito de prevenir o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes pelos adultos. É notável a ausência de direitos afirmativos referentes à vida sexual e à vida reprodutiva.

Para os autores, tal omissão não significa

mero ‘esquecimento’ do legislador ou mesmo a ausência de consenso ao aconselhar o andamento da adoção de determinadas normas pelo sistema jurídico. Antes, revela a persistência de padrões moralistas na legislação e na sociedade brasileira (p.88).

Se concordamos com as observações de Pirotta e Pirotta (2005), discordamos da conclusão, pois, para nós, os princípios de autonomia e proteção da infância e adolescência, no contexto das sociedades ocidentais individualistas e adultocêntricas, estão em tensão. Não só a esfera da vida sexual e reprodutiva é do domínio de adultos, mas também a posse/administração do dinheiro/capital e a ação política.

O estudo da ECOS (2004) sobre gravidez de adolescentes entre 10 e 14 anos, também assinala que o ECA

não especifica os direitos em relação ao exercício da sexualidade, quando o que está implícito [quando prevê que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos] é a possibilidade de os jovens decidirem sobre sua vida sexual e reprodutiva (p. 3).

Refletindo sobre a CDC e o ECA sobre os artigos sobre a sexualidade, observamos que, nos dois textos legais, a posição ocupada por crianças e adolescentes é sempre a de filho (a), nunca o de genitor(a). Por isso, nosso entendimento é que ambos textos, ao se referirem sobre sexualidade, o fizeram da ótica do “abuso” como assinalam Pirotta e Pirotta (2005), de um certo entendimento de proteção, da mesma forma que o fazem para o trabalho. Em nenhum dos casos normatiza-se sobre o “direito a”, mas sobre o “direito de” ser protegido contra o abuso. Questão complexa, que gera tensão, de difícil solução, possivelmente sem resposta, mas que não pode ser eliminada. Conforme estudo da ECOS (2004, p. 5):

As dificuldades em encarar o exercício da sexualidade de adolescentes como um fato tem sido um dos principais obstáculos para a implantação de programas de educação sexual e de serviços de saúde reprodutiva para jovens.

Assim, a Convenção sobre os Direitos da Criança, no artigo 19 institui:

1. Os Estados-partes tomarão todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança contra todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual, enquanto estiver sob a guarda dos pais, do representante legal ou de qualquer outra pessoa responsável por ela.

No Brasil, a mesma ótica já havia sido adotada pela Constituição de 1988, quando, no artigo 227, parágrafo 4, institui “A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração da criança e do adolescente”.

Perspectiva também adotada no ECA, no artigo 130, no título “das medidas pertinentes aos pais ou responsáveis”:

Art. 130. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

Tal postura, a nosso ver, constitui ainda um reflexo do instituído pelo Código Penal de 1940, que estabelece ser crime um adulto manter relações sexuais com uma pessoa menor de 14 anos, mesmo com seu consentimento. Assim, o capítulo I “Dos crimes contra a liberdade sexual” do Título VI “dos crimes contra os costumes” considera “estupro presumido” – artigos 213 e 224- a relação sexual mantida com pessoa menor de 14 anos, mesmo nos casos em que ocorre seu consentimento.

É o artigo 224 que explicita o que se entende por “presumida violência dos crimes contra a liberdade sexual”: Art. 224 - Presume-se a violência, se a vítima:

a) não é maior de 14 (catorze) anos; b) é alienada ou débil mental, e o agente conhecia esta circunstância; c) não pode, por qualquer outra causa, oferecer resistência.

Considera, portanto, que mesmo havendo o “consentimento” da criança ou do adolescente, a eles não pode ser imputada culpa, como insidiadores, já que são considerados ingênuos, o que reduz, nesse caso, a possibilidade de defesa do agente (adulto) (MÉLLO, 2006, p. 193).

É Ricardo Mélo (2006) quem assinala que estaria ocorrendo mudança de ótica no Direito brasileiro contemporâneo sobre adolescência. Refere-se à sentença do Ministro Marco Aurélio Melo, do Supremo Tribunal Federal, que:

inocentou o namorado adulto (35 anos) de uma menina de 12 anos, acusado de estupro e sedução. O Ministro chegou a este veredicto porque a menina há tempos mantinha relações sexuais com o homem (ISTO É, *online apud* MÉLLO, 2006, p. 197).

Portanto, a conotação legal para estupro, quando envolve crianças ou adolescentes menores de 14 anos é diferente de quando a relação sexual envolve adulto e pessoa tendo mais de 14 anos.

No contexto da legislação brasileira, o aborto voluntário é apenas indiretamente associado à adolescência no Código Penal, quando institui, como permissivo para prática, que a gestação decorreu de estupro (art. 128).

Art. 128 - Não se pune o Aborto praticado por médico:

Aborto Necessário

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no Caso de Gravidez Resultante de Estupro

II - se a gravidez resulta de estupro e o Aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

Os documentos que consideram mais explicitamente a possibilidade de realização do aborto voluntário em adolescentes são as Normas Técnicas elaboradas pelo Ministério da Saúde em 1998 e em 2005 (Norma técnica: prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes- 1998 e 2005; Norma técnica: atenção humanizada ao abortamento – 2005). Essas Normas Técnicas referem-se aos procedimentos que a equipe de saúde deve adotar no caso de violência sexual e no caso do hospital receber uma mulher que esteja em situação de abortamento – espontâneo ou voluntário. A primeira Norma Técnica, atualizada em 2005⁶ e a segunda trazem, em seu contexto referências ao consentimento das mulheres para a interrupção da gravidez. Estes textos mencionam o Código Penal torna imprescindível o consentimento da mulher para realização do aborto voluntário em caso de violência sexual. Os textos também fazem referências ao Código Civil para diferenciar quando a mulher é capaz de consentir. Segundo a Norma técnica: atenção humanizada ao abortamento (2005, p. 13 e 14)⁷:

- a) a partir de 18 anos a mulher é capaz de consentir sozinha;
- b) a partir dos 16 anos e antes dos 18: a adolescente deve ser assistida pelos pais ou por seu representante legal, que se manifestam **com ela**.
- c) antes de completar 16 anos: a adolescente ou criança deve ser representada pelos seus pais ou representante legal, que se manifestam **por ela**.

[...] De qualquer forma, sempre que a mulher ou a adolescente tiver condições de discernimento e de expressão de sua vontade, deverá consentir, assim como deverá ter respeitada a sua vontade se não consentir com o abortamento, que não deverá ser praticado, ainda que seus representantes legais assim o queiram.(grifos do texto)

Mesmo com esses documentos que normatizam os procedimentos a serem adotados pela área de saúde, o estudo da ECOS (2004, p. 80), aponta no capítulo sobre violência sexual, que são “poucos os serviços que prestam o serviço” de interrupção legal da gravidez. Além disso, assinala que “apesar de regulamentado,

⁶ A Norma técnica: prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes, publicada em 1998 ainda não se referia ao consentimento da gestante.

⁷ A Norma técnica: prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes (2005) tem um texto semelhante.

muitos profissionais de saúde resistem a realizar os procedimentos, alegando princípios morais e éticos”.

O estudo considera, ainda, que tais problemas decorrem ou são agravados pelas dificuldades da sociedade brasileira de “encarar o exercício da sexualidade de adolescentes” (p. 5). Em nosso entendimento, trata-se de manifestação da tensão, não problematizada, entre nós, entre direitos-proteção e direitos-liberdade.

Este campo de reflexões teóricas e ativistas sobre o direito de crianças e adolescentes incitaram-nos a aprofundar as questões que orientam esta dissertação: como os direitos das crianças e das adolescentes estão sendo tratados nas peças jornalísticas que se referem ao aborto voluntário praticado ou planejado por adolescentes? O quanto e como suas vozes estão adentrando a mídia?

1.1. 2. Estudos sobre a construção social de problemas sociais

O segundo aporte para a construção do objeto desta pesquisa, provem dos estudos que refletem sobre a elaboração da agenda de políticas públicas. Entendemos que o debate brasileiro sobre a descriminalização do aborto trouxe a questão para a arena de negociações da agenda de políticas públicas, envolvendo, especialmente, os campos jurídico (alteração de leis) e da saúde (recursos técnicos, humanos e econômicos), transversalizados pelas relações de gênero e vida reprodutiva.

Inicialmente, Oszlak e O’Donnell (1976) contribuíram para pensar a constituição da agenda de políticas públicas a partir do enfoque do “ciclo vital”. A análise do “ciclo vital” de um problema social na agenda de políticas públicas efetua um recorte temporal que focaliza desde a gênese de uma questão social (o reconhecimento de um tema como problema que merece atenção pública), até sua resolução, que seria, em tese, a resolução do problema (alteração de lei, por exemplo).

O conhecimento da gênese de uma questão social e de suas redefinições no decorrer do processo implica apreender a modificação dos atributos, das formas de agregação e representação, considerando que o movimento dos atores e as resoluções não se dão simultaneamente. Outro aspecto a ser considerado é que, apesar de a questão ter um surgimento, uma vigência e uma resolução em determinado período histórico, as interações

não são 'apenas objetivas', no sentido de limitarem-se ao registro do comportamento; incluem também uma dimensão subjetiva referente a como cada ator define (e redefine) a questão e percebe a tomada de posição de outros atores (OSZLAK e O'DONNELL, 1976, p. 36).

O tema aborto voluntário voltou a ocupar a agenda das políticas brasileiras nas últimas décadas, de cujo debate participam vários atores sociais, incluindo as mídias. O debate político tem como arena privilegiada o Congresso Nacional e mobiliza defensores da descriminalização ou legalização (grupos e instituições profissionais, bem como movimento social), bem como seus opositores (particularmente as igrejas).

Situamos nossa pesquisa neste cenário: a agenda referente à descriminalização do aborto disputa atenção, recursos e ações públicas com outros problemas sociais. Para isso, tem encontrado, na mídia, espaço para sensibilizar a opinião pública. De acordo com Best (*apud* ROSEMBERG e M. ANDRADE, 2007):

[...] a cobertura da mídia, especialmente uma cobertura simpática, pode fazer com que milhões de pessoas tomem conhecimento de um problema social. Ativistas necessitam da mídia para prover tal cobertura, do mesmo modo que a mídia depende de ativistas e outras fontes para publicar notícias (p.4).

Hilgartner e Bosk (1988) apresentaram uma reflexão muito instigante sobre o processo de construção de problemas sociais: as necessidades sociais são infinitas, infinidade incompatível com o "estoque" de sensibilização das pessoas por necessidades humanas e sociais, que é limitado, finito. Daí a disputa por um lugar no "mercado" de problemas sociais que encontra, também, limites para publicização de uma questão. Daí o recurso, entre outros, às mídias, que dispõem de canais poderosos de difusão. Mas, aqui, também, os recursos são limitados: a mídia veiculada por "ondas" (rádio, televisão) tem limites de tempo; a mídia impressa tem limites de espaço.

Thompson (2002), no livro *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*, argumenta que a presença de escândalos na mídia ocorre devido à crescente competitividade entre as empresas de comunicação. Apresentar escândalos na imprensa escrita, radiofônica, televisiva e, mais recentemente, na internet propicia que políticos e personalidades se tornem mais visíveis. Assim, se configura a seguinte dinâmica entre atores sociais e mídia: exatamente por serem mais visíveis,

a mídia monitora as preferências dos atores sociais e políticos. Os jornalistas, por seu lado, empenham-se em descobrir fatos, de preferência aqueles que ressaltem a idéia de responsabilidade moral, com a finalidade de erradicar o mal e mostrar as “enfermidades sociais” (THOMPSON, 2002).

Nesta disputa por espaço e tempo na mídia para a veiculação de problemas sociais que incitem a atenção pública e sejam incorporados pela agenda, entre outras estratégias, os “operadores” de problemas sociais desenvolvem uma retórica que sustenta ser o problema grave, dramático, extensivo e que requer uma atenção pública equivalente (HILGARTNER e BOSK, 1988). Esta retórica tem como elemento chave o drama humano, que se traduz, via de regra, em casos típicos ou exemplares, generalizados a partir de estatísticas que estimam a extensão do problema (HILGARTNER e BOSK, 1988; BEST, 2001). “Usar o pior caso para caracterizar um problema social, encoraja os outros a pensarem no caso como típico e pensar no problema de forma extremada” (BEST, 2001, p. 40).

Esses autores (HILGARTNER e BOSK, 1988; BEST, 2001; ROSEMBERG e M. ANDRADE, 2007) assinalam que um dos recursos retóricos para operar essa dramatização é a associação com a criança: “os dramas sociais constituem uma das vias régias da visibilidade de crianças no espaço público” (ROSEMBERG e M. ANDRADE, 2007, p.5). As imagens da inocência e da desproteção associadas à infância nas sociedades contemporâneas auferem unanimidade social às causas relacionadas ou associadas às crianças.

Para Rosemberg e M. Andrade (2007), esse tipo de abordagem na mídia configura-se como sensacionalista e é usada como baliza para a ação, como estratégia adotada no “mercado de problemas sociais” com a finalidade de capturar a atenção pública.

Porém, o recurso a esta retórica, mesmo quando qualificada de humanista, pode estigmatizar pessoas e segmentos sociais como têm mostrado as pesquisas de colegas do NEGRI (L. ANDRADE, 2001; FREITAS, 2004; NAZARETH, 2004; M. ANDRADE, 2005) e, também, o pesquisador francês Bernard Lahire (2005) sobre a construção do “iletrismo” na França. Isto é, “constata-se, em alguns casos, uma produção discursiva estigmatizadora contra esses mesmos grupos sociais a favor dos quais a demarcação do problema social se propõe defender” (ROSEMBERG e

M. ANDRADE, 2007, p. 262). É neste contexto de alerta que o conceito e a teoria de ideologia constituem campo propício para interpretações.

Esta abordagem de análise dos problemas sociais pode gerar compreensão inadequada supondo-se que quem a postula imagina ou pressupõe que o fenômeno não existe, que é uma imaginação. Isto pode ocorrer, pois fraude acadêmica, produção de acontecimentos midiáticos e falsas denúncias não são estranhas às sociedades humanas. Porém não é isto que está em jogo aqui, mas que “todo conhecimento humano é socialmente produzido por meio de nossa linguagem, o que significa que todo problema social é socialmente construído” (BEST, 2008, p. 16).

Assim, não estamos negando a legitimidade da reivindicação da descriminalização ou legalização do aborto voluntário, bem como, que seus opositores possam ser movidos por valores éticos merecedores de consideração.

O que nos interessa aqui é problematizar como o discurso político vem ocorrendo no Brasil contemporâneo da ótica das relações de idade, isto é, como a infância vem sendo tratada por opositores e defensores dessa causa. Procuramos, como postula Lahire (2005, *apud* ROSEMBERG e M. ANDRADE, 2007), des-evidenciar o tratamento que crianças e adolescentes recebem neste embate político.

Portanto, esta dissertação procura apreender, na retórica produzida e veiculada pelo jornal *online* da *Folha de S. Paulo* em matérias sobre o aborto voluntário, no atual debate brasileiro sobre sua descriminalização ou legalização, o tratamento dado à infância. O atual debate brasileiro sobre a descriminalização, legalização do aborto voluntário estaria adotando retórica específica associada à infância em consonância com as nossas concepções sobre infância e seus direitos?

1.2. Base teórica: o conceito de ideologia e seus modos de operação

Este tópico apresenta uma síntese da teoria de ideologia de John B. Thompson (1995). Para elaborar este tópico, apoiei-me no estudo do livro de Thompson (1995) *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação*, que foi objeto de seminário na grade curricular do Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Social (no primeiro semestre de 2006), sob a responsabilidade da Prof^a. Fúlvia Rosemberg. Também inspirei-me nos capítulos teóricos de teses e dissertações de autoria dos (as) colegas do NEGR1 que também

adotaram a teoria de ideologia de Thompson (1995). O tópico se organiza em duas partes: o conceito de ideologia e os modos de operação da ideologia.

1.2.1. O conceito de ideologia

A principal contribuição de Thompson (1995) para as Ciências Sociais e Políticas foi a de propor uma teoria social e crítica de ideologia situando o papel fundamental da mídia nas sociedades modernas, tendo em vista que seus produtos estão por toda parte da vida cotidiana: nos livros, revistas, jornais, rádio, cinema, televisão (THOMPSON, 1998), e, mais recentemente, na rede mundial de computadores. Esses produtos são difundidos e compartilhados através de formas simbólicas que permitem a construção de muitas significações sobre um mesmo fenômeno social. Segundo o autor:

[...] o desenvolvimento dos meios de comunicação é, em sentido fundamental, uma reelaboração do caráter simbólico da vida social, uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si (THOMPSON, 1998, p. 19).

Ou seja, o fenômeno da “mídiação da cultura moderna” é o processo geral de produção, transmissão e recepção das formas simbólicas mediado por aparatos técnicos, que possibilitam ao pesquisador apreender a natureza das formas simbólicas e suas relações com os contextos sociais dentro dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas (THOMPSON, 1995). De acordo com Thompson (1995), “formas simbólicas” são:

um amplo espectro de ações e falas, textos e imagens, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construtos significativos. Falas lingüísticas e expressões sejam elas faladas ou escritas, são cruciais a esse respeito. Mas formas simbólicas podem também ser não-lingüísticas ou quase lingüísticas em sua natureza (THOMPSON, 1995, p. 79).

É neste contexto analítico que, Thompson (1995) propõe sua teoria de ideologia, através do resgate histórico das diferentes acepções e usos do conceito desde o século XVIII. O autor identifica dois tipos de concepções de ideologia e os classifica como sendo “concepções neutras de ideologia” e “concepções críticas de ideologia”.

Para Thompson (1995), as concepções neutras conceituam ideologia como sendo desprovida de sentido negativo e crítico. Essas concepções não concebem os fenômenos ideológicos como enganadores ou ilusórios, ou ligados a interesses de algum grupo particular. Por isso, o conceito é empregado como sinônimo de crenças e valores, caracterizado, assim, na visão da Thompson (1995), como “cimento social”.

As concepções críticas, por outro lado, atribuem ao conceito de ideologia um sentido negativo, crítico ou pejorativo e, ao fenômeno caracterizado como ideológico, aludem-se os qualificativos de enganador, ilusório e parcial. A conceituação de ideologia proposta por Thompson (1995) alinha-se a esta corrente crítica.

Thompson (1995) define, então, ideologia como sendo “as maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas” (p. 16), mais precisamente denominadas de “relações de dominação” (p. 16). Isso porque, para Thompson (1995), há diferenças especialmente importantes entre os termos poder e dominação. Poder, na visão do autor, se refere à capacidade de uma pessoa ou de um grupo de pessoas para tomar decisões, conseguir realizar seus objetivos e interesses, dentro de um contexto localizado e com determinadas condições, no qual é legitimado social ou institucionalmente. Quando as relações de poder estabelecidas são sistematicamente assimétricas, então elas podem ser descritas como “relações de dominação” (THOMPSON, 1995).

Relações de poder “sistematicamente assimétricas”, ou de dominação, dizem respeito às relações de pessoas ou grupos particulares de pessoas que possuem um poder relativamente estável e que excluem, ou tornam inacessíveis, em grau significativos, a distribuição ou acesso a recursos de vários tipos a outras pessoas ou grupos em contextos socialmente estruturados. Um modo comum de pensar as relações sociais em que há distribuição desigual de acesso a recursos ou a bens simbólicos, nas Ciências Sociais, tem sido através da análise das relações de classe social. Porém, Thompson (1995) propõe também que se dê atenção para outras desigualdades fundamentais nas sociedades modernas, tais como as relações de gênero, grupos étnicos/raciais, estados-nação e de idade.

É, certamente, verdade que as relações de dominação e subordinação entre classes e frações de classes são de grande importância para a análise da ideologia [...] parece-me fundamental reconhecer que existem relações de poder sistematicamente assimétricas que estão baseadas em fatores diferentes aos de classe, que estão baseadas, por exemplo, em fatores de sexo, idade, origem étnica – e parece-me essencial ampliar o marco referencial para a análise da ideologia para dar conta desses fatores (THOMPSON, 1995, p. 127).

1.2.2. Os modos e as estratégias de operação da ideologia

O estudo das relações sociais nas sociedades modernas permite ao pesquisador investigar os contextos sociais em que as formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas, para a partir daí perguntar-se se o sentido mobilizado por essas formas simbólicas, nesse contexto específico, pode servir para estabelecer e sustentar relações de poder sistematicamente assimétricas, ou seja, relações de dominação.

Thompson (1995) arrola, neste sentido, modos e estratégias habituais de operação da ideologia⁸. São eles: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. As formas simbólicas são conteúdos, transmitidos e recebidos em contextos sócio-históricos precisos que dispõem de diversos recursos expressivos. Desse repertório compartilhado, a produção de formas simbólicas pode operar escolhas que obnubilam relações de dominação.

O autor esclarece como entende os modos de operação da ideologia: primeiro destaca que estes modos não são os únicos, e também que podem não funcionar de forma independente, pois “podem sobrepor-se e reforçar-se mutuamente e a ideologia pode, em circunstâncias particulares, operar de outras maneiras” (THOMPSON, 1995, p. 81); segundo, certos modos de operação da ideologia podem estar tipicamente associados a certas estratégias de construção simbólica, mas isso não quer dizer que as estratégias são associadas a esses únicos modos exclusivamente, mas sim que são tipicamente associadas; terceiro, ao realçar algumas estratégias, não quer dizer que elas sejam intrinsecamente ideológicas. Como temos afirmado, o caráter ideológico de uma forma simbólica é interpretado à luz das condições de sua produção, circulação e recepção. É por isso que Thompson (1995) afirma que um discurso sobre direitos humanos pode ser

⁸ Esses modos de operação da ideologia propostos por Thompson (1995) não são originais, pois formam o acervo teórico relativo ao conceito de ideologia.

ideológico num contexto, e, radical, subversivo e contestador em outro. Acrescentamos: um discurso pode ser subversivo ou contestador para determinadas relações sociais e ideológicos para outras. Aos modos de operação da ideologia, Thompson (1995) associou algumas estratégias típicas de construção simbólica (quadro 1).

Quadro 1. Modos de operação da ideologia

| Modos gerais | Algumas estratégias típicas de construção simbólica |
|---------------------|---|
| Legitimação | Racionalização Universalização Narrativização |
| Dissimulação | Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora) |
| Unificação | Estandarização Simbolização da unidade |
| Fragmentação | Diferenciação Expurgo do outro - (estigmatização) |
| Reificação | Naturalização Eternalização Nominalização/passivização |

Fonte: Thompson (1995, p. 81).

A ideologia opera via **legitimação**, quando formas simbólicas representam as relações de dominação como legítimas, justas e dignas de apoio. As estratégias típicas de construção simbólica da legitimação são descritas a seguir:

- racionalização: a forma simbólica encadeia raciocínios para defender ou justificar um conjunto de relações ou instituições sociais e, para isso, convencer uma audiência de que sua tese é digna de apoio;
- universalização: quando interesses particulares de alguns indivíduos são representados como sendo o interesse de todos. Ocorre, por exemplo, quando acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo ao interesse de todos, mesmo que na prática isso não seja possível (THOMPSON, 1995);
- narrativização: ocorre quando se recorre a histórias que recontam o passado e tratam o presente como parte de tradições, permanentes e aceitáveis. Por exemplo, tradições inventadas para criar um sentimento de pertença na comunidade, através de histórias contadas pelas pessoas no curso de suas vidas cotidianas, servindo para justificar o exercício de poder por aqueles que o possuem (THOMPSON, 1995).

A **dissimulação** opera pela ocultação, negação ou obscurecimento das relações de dominação, através de formas simbólicas que desviam a atenção, e omitem relações e processos de dominação existentes. A dissimulação pode se expressar através de diferentes estratégias, descritas a seguir:

- deslocamento: transferência de significados e conotações – positivas ou negativas- de uma pessoa ou objeto para outro. Marx (*apud* THOMPSON, 1995) analisou que esta foi uma estratégia empregada por Luís Bonaparte quando reativou a tradição de reverente herói imperial, apresentando-se como herdeiro legítimo de Napoleão Bonaparte (THOMPSON, 1995);
- eufemização: estratégia que facilita a dissimulação das relações sociais, através da atribuição de características positivas, ou um sentido mais agradável para a descrição ou redescricao de ações, instituições ou relações sociais. Alguns exemplos são a repressão violenta ser denominada de “restauração da ordem”; ou quando a prisão ou o campo de concentração são denominados de “centro de reabilitação”, etc (THOMPSON, 1995).
- tropo: uso das palavras ou expressões em sentido figurado, através da sinédoque, metonímia, ou metáfora, que podem ser empregadas para dissimular relações de dominação. Por exemplo, no Brasil o uso de classificação pela cor como tropo para classificação racial.

A **unificação** é uma construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade no qual as representações dos indivíduos ou grupos são interligadas a uma unidade coletiva, independente das diferenças ou divisões que possam separá-los. Suas estratégias habituais são:

- padronização: as formas simbólicas, neste caso, são adaptadas enquanto referencial - padrão, proposto como um fundamento aceitável e partilhado de troca simbólica. É o caso, por exemplo, da linguagem nacional, desenvolvida em um contexto de grupos diversos que serve para criar uma identidade coletiva entre grupos e uma hierarquia legitimada entre línguas e dentro dos limites de um estado-nação (THOMPSON, 1995);

- simbolização da unidade: envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificações coletivas. Esses símbolos são compartilhados por grupos ou pluralidades de grupos, como é o caso das bandeiras nacionais.

Por fim, a **reificação** consiste em retratar uma situação transitória e histórica como permanente, natural e atemporal. A ideologia como reificação elimina, ou ofusca, o caráter sócio-histórico dos fenômenos. Suas estratégias habituais, assinaladas por Thompson (1995), são:

- naturalização: um estado de coisas, que são criações sociais e históricas, é descrito como sendo natural. É o que ocorre quando a divisão social do trabalho desigual entre homens e mulheres é justificada pela explicação de que os homens têm mais acesso ao mercado de trabalho por causas das diferenças fisiológicas;
- eternalização: os fenômenos sociais são tratados como se não tivessem uma história, ou seja, como se existissem permanentemente. É o caso dos costumes e das tradições que parecem prolongar-se indefinidamente em relação ao passado, de tal modo que sua origem fica perdida;
- nominalização e passivização: traduz-se pelo uso de recursos gramaticais e sintáticos. Nesta estratégia, o leitor ou o ouvinte fica concentrado em certos temas em prejuízo de outros. Dessa forma, retira-se o caráter de ação dos acontecimentos e de seus atores.

Um outro modo de a ideologia operar é através da **fragmentação**, que consiste na produção de formas simbólicas que segmentam as características de indivíduos e grupos que podem representar um desafio aos grupos dominantes. Isto é, dirigir forças de oposição para um alvo que pode ser sentido como mau ou ameaçador. Para Thompson (1995), as estratégias típicas de construção simbólica nesse modo de operação são:

- diferenciação: ênfase dada às características distintivas de determinados grupos ou indivíduos para justificar a não participação destes nas formas legítimas de exercício de poder;
- expurgo do outro: estratégia de construção de um inimigo – externo ou interno - retratado como mau, perigoso e ameaçador, ao qual a coletividade é chamada a resistir coletivamente ou a expurgá-lo;

- estigmatização: no conjunto de trabalhos realizados no NEGRI, temos uma proposta, a partir da tese de Leandro Feitosa Andrade (2001), que considera a estigmatização “[...] como um modo de operação da fragmentação, constituindo um tipo especial de diferenciação e expurgo do outro” (p. 107). Segundo a conceituação de L. Andrade (2001), a estigmatização pode ser construída para sustentar relações de dominação de um indivíduo ou grupo:

através de formas simbólicas que classificam indivíduos ou grupos estigmatizados como desprovidos de autonomia, discernimento, autodeterminação (L. ANDRADE, 2001, p. 108).

Rosemberg (1993) vinha apontando, desde seus primeiros estudos sobre o discurso sobre “meninos de rua”, a postura estigmatizadora de ativistas, acadêmicos, e operadores da mídia e das organizações não-governamentais, governamentais e multilaterais na defesa dos direitos de crianças e adolescentes pobres. Tais representantes adultos, no afã de sensibilizar adultos para esta causa, tratam famílias pobres e seus (as) filhos (as) como sendo movidos por motivações associadas à vida instintiva, sub-humana. Daí a integração efetuada por Leandro F. Andrade (2001) do conceito de estigma, emprestado à teoria de Goffman (1988) aos modos de operação da ideologia propostos por Thompson (1995).

Ao terminar sua pesquisa sobre prostituição infanto-juvenil na mídia, quando analisa também peças jornalísticas do jornal *Folha de S. Paulo*, L. Andrade (2004, p.178-179) assim se expressa:

[...] A imagem de adolescentes pobres que tem alimentado nosso imaginário vem associando os homens à violência, criminalidade, droga adição e abuso sexual; as mulheres, à promiscuidade sexual, prostituição e abandono de filhos. No silêncio permanecem os adultos que, mediante pagamento, abusam sexualmente de crianças e adolescentes. Triste trópico (ROSEMBERG e L. ANDRADE, 1999). Assim, a relação de dominação dos não pobres sobre os pobres (de adultos sobre crianças e adolescentes) é escamoteada, pois a retórica concentra ‘no outro’ a origem do seu próprio sofrimento.

Na construção do tema prostituição infanto-juvenil e de sua visibilidade a estigmatização de depoentes, pessoas concretas, participa da narrativa estigmatizadora do jornal. Mantém, nos dois planos, a dominação dos não pobres sobre os pobres. Ilude a dominação ao concitar o altruísmo, a benemerência, a piedade. Escamoteia a tensão política. A estigmatização é produção ideológica, neste sentido.

Mesmo não afirmando que ela seja a única estratégia ideológica possível de ser descrita, consideramos que a incorporação da estigmatização na análise das práticas sociais, nas discussões das pautas sociais e na formulação de políticas públicas possa contribuir para a compreensão das desigualdades sociais.

Posição equivalente foi observada por Bernard Lahire (2005), ao estudar a construção social do “iletrismo”, termo introduzido na França, e que foi alçado a novo problema social, nos anos 1970.

É exatamente a articulação entre ideologia via conceito de estigma, como estratégia de construção simbólica, e a retórica usada na construção dos problemas sociais que nos interessa aqui, tanto da ótica da construção do conhecimento, quanto da atuação política:

Na consecução da reflexão crítica sobre as relações de poder e dominação, a pessoa se engaja numa investigação que é diferente da avaliação da plausibilidade ou não de uma interpretação, mesmo que tenha sido a interpretação que tenha estimulado a reflexão. A reflexão crítica sobre as relações de poder e dominação levanta novas perguntas, novas questões, exige novos tipos de evidência e argumentação. Ela está interessada não pela pergunta: “essa interpretação é correta?” mas antes pela pergunta: “essas relações são justas?” (THOMPSON, 1995, p.416).

Os modos de operação da ideologia e suas estratégias na produção de formas simbólicas auxiliam o (a) pesquisador (a) a interpretar o caráter, ou não, ideológico das formas simbólicas que está analisando. Porém, para efetuar tais interpretações é necessário que se leve em conta o contexto sócio-histórico de produção, circulação e recepção das formas simbólicas. Thompson (1995) propõe, então, associado a seu conceito e teoria de ideologia, um método de investigação, tema do próximo tópico.

1.3. A hermenêutica de profundidade: método para análise da ideologia

O referencial metodológico para a análise das formas simbólicas foi denominado por Thompson (1995) de hermenêutica de profundidade (HP). Este referencial aponta para o fato de que o objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação. O autor chama a atenção para o que denomina de “condições hermenêuticas da pesquisa sócio-histórica”.

Essas condições se originam da constituição do campo-objeto de pesquisa sócio-histórica, um campo que difere, em certos aspectos fundamentais, dos campos-objeto das ciências naturais (THOMPSON, 1995, p. 32).

Nesse sentido, o mundo sócio-histórico é, ao mesmo tempo, lida com campo-objeto, que está ali para ser observado, e um campo-sujeito, que é parcialmente construído pelos sujeitos.

Esta pesquisa elege formas simbólicas para analisar, portanto, lida com um campo pré-interpretado, ou seja, formas simbólicas que são interpretadas pelos sujeitos que constituem um campo-sujeito-objeto. Por isso, o estudo da hermenêutica da vida cotidiana permite elucidar os modos como as formas simbólicas são compreendidas e interpretadas pelas pessoas que as produzem e as recebem no dia-a-dia. Essa interpretação cotidiana de opiniões, crenças e compreensões que são sustentadas e partilhadas pelas pessoas que constituem o mundo social é denominada, por Thompson (1995), de interpretação da *doxa*. Mas a interpretação da *doxa* é apenas o ponto de partida. Para a análise das formas simbólicas, é necessário que o pesquisador leve também em consideração outros aspectos das formas simbólicas, isto é, as maneiras como estão estruturadas e as condições sócio-históricas de sua produção, circulação e recepção.

Para além da interpretação da *doxa*, a HP compreende três fases ou procedimentos principais: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva, interpretação/reinterpretação.

- **Primeira fase**

A análise sócio-histórica consiste em caracterizar o contexto sócio-histórico em que as formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas. Essas condições podem ser examinadas de diferentes maneiras, dependendo dos objetos e das circunstâncias de cada pesquisa. Thompson (1995) distinguiu quatro aspectos básicos de análise dos contextos sociais: as “situações espaço-temporais”; os “campos de interação”; as “instituições sociais” e “os meios técnicos de construção e transmissão de mensagens”.

Nesta dissertação, a análise do contexto sócio-histórico de produção e interpretação das formas simbólicas foi objeto do capítulo 2.

- **Segunda fase**

A análise “formal” ou “discursiva” possibilita que o pesquisador examine a organização interna das formas simbólicas, as características narrativas e

estruturais, e os padrões e valores se essa análise foi descontextualizada - isto é, sem a análise sócio-histórica - não é suficiente para uma pesquisa que se propõe a operar com a teoria de ideologia, pois se trata de um passo necessário, mas parcial. Segundo Thompson (1995) a análise formal ou discursiva pode, entre outras, ser realizada através da “análise semiótica”, “análise narrativa” e “análise argumentativa”. Nesta pesquisa adotarei técnicas de análise de conteúdo para descrever as peças jornalísticas que associam a infância ao tema aborto voluntário. O capítulo 3 é dedicado a esta fase da HP.

- **Terceira fase**

A terceira e última fase é denominada por Thompson (1995) de “interpretação/reinterpretação” das formas simbólicas. Nessa fase, a interpretação é um processo de construção que se alimenta da análise formal e da análise sócio-histórica. Ou seja, na interpretação, o (a) pesquisador (a) promove uma síntese, possibilitando uma análise criativa de possíveis significados para apreender o caráter transcendente das formas simbólicas, algo para além de sua contextualização e de sua estrutura articulada. Esse processo de interpretação é, na verdade, um processo de reinterpretação, uma vez que entendemos as formas simbólicas como objetos que já foram previamente interpretados pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico.

Nesta fase, o (a) pesquisador (a) propõe e sustenta a interpretação quanto à natureza ideológica daquela forma simbólica naquele contexto sócio-histórico. Por se tratar de uma reinterpretação, Thompson (1995) aponta que o processo de interpretação é arriscado, cheio de conflitos e aberto à discussão. A possibilidade de conflito de interpretações possibilita divergências entre pré-interpretação e reinterpretação e criam o espaço metodológico denominado “potencial crítico da interpretação” (THOMPSON, 1995). Isso ocorre porque a análise das formas simbólicas pode iluminar os processos de dominação e a nova interpretação (quando sustentada em provas) pode desestabilizar as interpretações dominantes. Esta é uma das dimensões políticas do fazer pesquisa.

O próximo capítulo é dedicado à primeira fase da HP: análise sócio-histórica de produção e interpretação das formas simbólicas.

Capítulo 2. Contexto sócio-histórico de produção e interpretação das formas simbólicas

A estratégia que vem sendo usada nas pesquisas do NEGRI que adotam a teoria de ideologia e a hermenêutica de profundidade como método é analisar o contexto sócio-histórico de produção das formas simbólicas via pesquisa bibliográfica sobre os temas principais que compõem o objeto de investigação. Nesta pesquisa, três eixos se relacionam com a produção acadêmica sobre a mídia e os atores sociais a ela associados do ponto de vista dos recortes aqui efetuados:

1. o contexto institucional de produção das formas simbólicas (a empresa *Folha de S. Paulo*);
2. o contexto de análise do tema aborto voluntário na mídia;
3. o contexto de reflexão sobre infância e mídia.

2.1. A empresa e o jornal *online* da *Folha de S. Paulo*

2.1.1. O Grupo Folha

O Grupo Folha tem sido uma importante instituição midiática, pois a empresa tem assumido, no cenário nacional, as seguintes características:

- a *Folha de S. Paulo* é o jornal impresso com a maior tiragem do país (*FOLHA DE S. PAULO*, especial, 2001);
- é um dos maiores grupos de mídia do Brasil, atuando na Internet com um dos serviços mais acessados no mundo, o *Universo Online* (UOL) (H. FREITAS, 1999);
- possui um departamento de pesquisas (*Datafolha*) criado para realizar pesquisas de opinião pública e eleitoral (*FOLHA DE S. PAULO*, especial, 2001);

Além dessas características, vale destacar, no contexto desta dissertação de mestrado, que é a empresa que mais publica sobre o tema aborto (DINIZ e DAMASCENO, 2001) e que assume posição de destaque na produção e veiculação de peças jornalísticas sobre infância (ANDI, 2004).

A história da trajetória de sucesso do grupo empresarial foi relatada, em maior parte, em um encarte especial intitulado “Tudo sobre a *Folha*”, produzido pela *Folha Online* em 2001, publicada nos sites “*Folha Online – Círculo Folha*” e “*Folha Online – Folha 80 anos – Cronologia*” por ocasião dos 80 anos da fundação do Grupo. Os sites trazem informações sobre história, estatísticas e dados da pesquisa *Datafolha* de 2000 sobre o perfil do leitor, além de depoimentos de jornalistas e leitores.

Atualmente, o Grupo *Folha* é um grupo multimídia de grande porte, composto por 15 empresas que constituem o maior parque gráfico do mundo, graças a uma série de parcerias e associações que renderam uma diversidade de empreendimentos. Na edição especial de 2001, a reportagem sobre a história do jornal menciona que tal crescimento indica que a empresa segue as tendências do mercado, e procura difundir seu grau de importância na sociedade na veiculação dos temas do cotidiano nacional e internacional, através do jornal *Folha de S. Paulo* e via *web* pelos seus dois sites *Folha de S. Paulo* e *Folha Online*⁹ (*FOLHA DE S. PAULO*, especial, 2001).

A história do Grupo *Folha* começa em 1921, a partir da fundação do jornal *Folha da Noite* pelos jornalistas de *O Estado de S. Paulo*: Olival Costa, Pedro Cunha e Júlio Mesquita Filho. Anos depois, a *Folha da Manhã* e a *Folha da Tarde* surgiram. Em 1960, os três jornais foram, então, unidos e editados na *Folha de S. Paulo*¹⁰ por Nabantino Ramos. No ano seguinte, Nabantino Ramos vendeu a Empresa *Folha da Manhã* aos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho (*FOLHA DE S. PAULO*, especial, 2001; PULS, 2001).

Na década de 1970, a *Folha* foi considerada o jornal com maior tiragem da América Latina, concorrendo com o então líder em vendas de edições diárias, o jornal *O Estado de S. Paulo*. Na década de 1980, o jornal atingiu seu objetivo de vendas, com o crescimento de circulação de edições pagas e com grande volume de publicidade, alcançando, dessa forma, os resultados esperados no projeto editorial (*FOLHA DE S. PAULO*, 1987). Nesse período, a *Folha* incorporou a

⁹O jornal *Folha de S. Paulo* é reproduzido e veiculado na Internet pelo site da *Folha de S. Paulo* <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/> sob o slogan: “um jornal a serviço do Brasil”, e pelo site *FolhaOnline*: “primeiro jornal em tempo real em língua portuguesa” que se refere à produção de notícias que se atualizam sistematicamente no site: <http://www.folha.uol.com.br> e que não tem a ver necessariamente com o jornal impresso. Nesta dissertação de mestrado analisamos o jornal reproduzido no site da *Folha de S. Paulo*: “um jornal a serviço do Brasil”.

¹⁰*Folha de S. Paulo* era o nome com o qual as *Folhas* eram conhecidas no interior do Estado de São Paulo.

“receita” do jornal americano *US Today* que, além de apresentar mapas, gráficos, colunas de serviços e seção de perguntas para serem respondidas, adotou como estilo jornalístico o “denuncismo fácil”, obtido por meio de fitas gravadas e impessoalização jornalística (KUCINSKI, 1998).

Em 1990, ampla reforma tecnológica, impulsionada pela informatização do jornal, repercutiu diretamente nas atividades profissionais dos jornalistas, gerando instabilidade, demissões de setores e descontentamento do Sindicato dos Jornalistas. A mudança tecnológica possibilitou, ainda, a economia de tempo na distribuição do jornal, o aumento do número de assinaturas e o fortalecimento da publicidade.

Com a mudança, os noticiários foram organizados em cadernos temáticos, tais como o caderno “Opinião” e suas subpartes “Tendências e Debates” e “Painel do Leitor”. Em 1983, o instituto de pesquisa de opinião pública e de mercado, *Datafolha*, também foi criado para levantar temas de interesse dos leitores e fornecer informações à produção editorial. Ainda, no mesmo ano, a *Folha* inaugurou a primeira Redação informatizada na América do Sul, com a instalação de terminais de computadores para a redação e a edição de textos. Com isso, o jornal passou a economizar 40 minutos no processo de produção das matérias (*FOLHA DE S. PAULO*, especial, 2001).

Foi um período no qual os empresários da *Folha* encontraram na Internet uma grande “aliada”, pois o recurso midiático favorecia o crescimento de tiragem do jornal, embora, a princípio, não lucrassem diretamente com o novo “negócio” (PINTO, 2001). A entrada da Internet no Grupo Folha, em 1994, permitiu que as primeiras publicações jornalísticas *online* fossem feitas, inicialmente pela *Folhawe*b. Para Caio Túlio Costa¹¹ (*apud* FREITAS, 1999), no início, a *Folhawe*b tinha apenas o serviço de noticiário das editorias de Informática e Ciências do jornal impresso, além da coluna semanal “NetVox” e informações institucionais do Grupo Folha. Tudo era muito simples do ponto de vista tecnológico, pelo fato de a *Folhawe*b não possuir seu próprio servidor e usar os serviços da Embratel disponibilizados nas páginas da *World Wide Web* (www).

Além do mais, a estrutura de produção das notícias obedecia à mesma ordem de transcrição para as matérias feitas para o jornal impresso, procedimento que

¹¹ Diretor Geral do *Universo Online*.

liberava os jornalistas de aprender a linguagem *HTML*. Mas foi com a *Folhawe*b que começaram os primeiros estudos sobre como viabilizar a comercialização dos espaços publicitários na *home page* (PALÁCIOS e GONÇALVES, 1997).

A *Folhawe*b serviu de laboratório até o final do ano de 1996, quando o Grupo Folha decidiu operacionalizar um novo projeto de Internet mais abrangente e audacioso. A idéia era não apenas produzir conteúdo para Internet, mas oferecer serviços de conexão discada, incluindo acesso a servidores de *e-mail*, suporte para transações comerciais e toda gama de utilidades disponíveis (H. FREITAS, 1999).

Para Márion Strecker (*apud* H. FREITAS, 1999), com o passar dos meses, a *Folhawe*b se expandiu até a criação do *site* da *Folha de S. Paulo* em 1996, que se propôs a reproduzir a edição completa do dia e dos arquivos das edições anteriores do jornal impresso. Posteriormente, a *Folhawe*b deu lugar ao *site* da *Folha de S. Paulo* “Um jornal a serviço do Brasil”, e, em seguida, também foi criado o *site* *Folha Online* com a finalidade de publicar os serviços noticiosos em tempo real, através da estação “Em cima da Hora”.

Em caráter experimental, o jornal *online* da *Folha de S. Paulo* possuía acesso aberto a todos os usuários da Internet. Sua finalidade era permitir a ligação do jornal com o Banco de Dados para pesquisa, busca de palavras e textos integrais publicados no jornal *Folha de S. Paulo* desde 1997 (FOLHA DE S. PAULO, especial, 2001; PULS, 2001).

O *site*, que traz a transmissão completa via *online* do jornal impresso da *Folha de S. Paulo*¹², surgiu da fusão do Grupo *Folha* com o *Universo Online* (Grupo *Folha*) e com o *Brasil Online* (Grupo *Abril*). Foi, então, constituída uma nova empresa, o *Universo Online S. A* (UOL). O empreendimento propiciou que o UOL se tornasse líder de mercado cinco anos depois. A valorização resultou de duas estratégias: chegar primeiro ao mercado, oferecendo um “pacote” de acesso à Internet com conteúdo jornalístico e fazer rapidamente investimentos maciços para dominar o setor (PULS, 2001). Associar a venda do jornal impresso com a oferta digital permitiu que as empresas expandissem sua participação no mercado e garantissem a manutenção da clientela de ambos setores.

No jornal *online*, a *Folha* manteve o conteúdo igual ao do jornal impresso, uma vez que a edição digital segue a edição da cópia impressa, com quase nenhum

material exclusivo, ou seja, com a mesma linguagem textual e mesmos recursos editoriais (MOHERDAUI, 1999; PALÁCIOS e GONÇALVES, 1997). Isto porque, na *Folha*, as notícias *online* não seguem regras específicas de publicação, pois não há um estilo próprio de redação jornalística somente para a *web* adotado pela *Folha de S. Paulo*.

Os jornais *online* e impresso adotam as regras estabelecidas na *Folha de S. Paulo* por meio do seu Projeto Editorial. A primeira sistematização desse projeto teve início na década de 1970, mas a publicação do documento de circulação interna "A *Folha* e alguns passos que é preciso dar" ocorreu apenas em 1981, com a subsequente operacionalização do desenvolvimento dos *Manuais de Redação* (1984, 1987, 1992, 2001). Tais publicações visavam a dois propósitos: promover normas de escrita e de conduta entre os profissionais (*FOLHA DE S. PAULO*, especial, 2001; PINTO, 2001) com objetivo de padronizar o discurso dos profissionais jornalistas, conforme a política editorial dos "donos do jornal", a fim de se tornar um jornal "crítico e moderno, do ponto de vista da produção técnica, e pluralista e apartidário, do ponto de vista político" (ABRAMO, 1988).

- **A linha editorial**

A introdução dos "Manuais" marcou uma mudança de paradigma no universo jornalístico, motivada por razões políticas e econômicas. Antes de tal introdução, o Grupo Folha objetivava realizar um jornalismo engajado política e ideologicamente. Posteriormente, as preocupações orientaram-se para as questões da indústria da informação, voltadas para a competitividade típica das sociedades do mercado (NASCIMENTO, 2003).

O Projeto Editorial estabelecia, como premissa de sua linha editorial, a busca por um jornalismo "crítico, apartidário e pluralista", características que visavam autonomia e independência do jornal em relação à influência de políticos partidários. Apartidarismo e pluralismo são princípios editoriais assim caracterizados pelos *Manuais de Redação*:

¹² Somente os assinantes do jornal impresso podem ter acesso às notícias publicadas no jornal impresso, os não pagantes podem se manter informados pela *FolhaOnline*.

APARTIDARISMO: O jornal não se atrela a grupo, tendência ideológica ou partido político, mas procura adotar posição clara em toda questão controversa. Mesmo quando defende tese, idéia ou atitude, a *Folha* não deixa de noticiar as posições divergentes da sua (*MANUAL DE REDAÇÃO*, 2001).

PLURALISMO: Numa sociedade complexa, todo fato se presta a interpretações múltiplas, quando não antagônicas. O leitor da *Folha* deve ter assegurado seu direito de acesso a todas elas. Todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade devem estar representadas no jornal (*MANUAL DE REDAÇÃO*, 2001).

De acordo com L. Andrade (2001, p. 77), “pluralismo e apartidarismo” podem ser considerados “[...] condições difíceis de se garantirem dentro da estrutura interna do jornal, pela própria diversidade de jornalistas e de leituras da realidade orientadas para recortes nem sempre explícitos”.

Nassif (2003) também compartilha da posição quanto à dificuldade de um jornal se manter pluralista e apartidário, devido aos rumos que a mídia brasileira vem percorrendo nas últimas décadas. Isto porque, se ao final dos anos 1980, o jornalismo se apresentava como representante dos interesses da sociedade, contra os interesses políticos, corporativos e setoriais, o passo seguinte, foi se assumir como um produto, que tem de responder às expectativas do seu público. Para tanto, recorre a leituras imediatistas e a departamentos de pesquisas para tentar atender às demandas de curto prazo do leitor. Foi aí que a empresa *Folha de S. Paulo* se tornou “refém da ditadura da opinião pública” (NASSIF, 2003) ou, melhor dizendo, os jornalistas passaram a atuar passivamente, oferecendo ao leitor informações que pensavam que público pudesse querer ler, e não necessariamente a abordagem dos acontecimentos com o rigor metodológico de coleta de informações, conhecimento e reflexões mais aprofundadas no tratamento dados aos temas.

Para tornar-se um produto indispensável no mercado, a *Folha* passou a funcionar como um “jornalismo de *marketing*”, através da produção e veiculação de notícias que, muitas vezes, podiam comprometer a reputação de pessoas, através de publicação de imagens ostensivas, e propondo soluções de impacto, na tentativa de alcançar “furos jornalísticos” (KUCINSKI, 1998; NASSIF, 2003). Foi assim que o jornalismo dos anos 1990 caracterizou-se por atacar topicamente problemas isolados. Os escândalos seqüentes eram marcas do jornalismo da época, e a notícia se perdia no ar, sem que o leitor recebesse, junto com ela, soluções para os problemas (NASSIF, 2003).

Somente no final da década de 1990, a disseminação de meios digitais de comunicação permitiu, não só ao jornalista, mas também ao leitor, ter a noção do conjunto¹³ das publicações que correspondem àquela matéria publicada. Isto tornou a qualidade do jornal mais dependente de um melhor planejamento de cobertura (NASSIF, 2003). Por outro lado, a mudança também provocou a banalização da busca pelo furo ou pela notícia quente¹⁴, tornando a notícia *commodity* (NASSIF, 2003), ao valorizar os acontecimentos em ordem cronológica, e não necessariamente de acordo com a sua importância social ou política, pois o que acabou de acontecer derruba a notícia anterior, na “hierarquia do tempo real” (ADGHIRNI, 2002).

- **Porta voz das questões sociais: compromisso com o leitor**

Submissos às forças do mercado, os jornalistas também procuravam atender os interesses dos leitores, incorporando o critério de “importância da notícia” baseado no impacto afetivo (NASSIF, 2003). A busca por uma matéria que pudesse produzir no receptor este “impacto” tornou-se central para orientar a manutenção ou mudança de uma posição ou opinião do jornal. As notícias eram consideradas sensacionalistas, características desta produção jornalística de grande circulação, na qual o “apartidarismo” e o “pluralismo” se situam nos limites daquilo que seus leitores querem ler (NASSIF, 2003).

Para L. Andrade (2001), o Grupo Folha, ao se denominar “pluralista” e “apartidário”, teria uma intencionalidade na esfera da ordem comercial, principalmente quando se afirma como um jornal “para o conjunto dos seus leitores, não para o conjunto da população” ou “para atender às necessidades de informação de seus leitores, que formam um grupo particular dentro da sociedade” (*FOLHA DE S. PAULO*, 1992, p. 31).

¹³ Se, antes da mídia eletrônica, um assunto podia simplesmente sair de cena, atualmente o registro da matéria mais antiga permanece publicado, e isso dá ao leitor a oportunidade de ter um conjunto maior sobre as matérias já tratadas sobre determinado assunto.

¹⁴ Definimos “pauta quente” (tal como SPINK e colaboradores, 2001), ou seja, sempre ligada a um furo jornalístico, ou o que “foi descoberto ontem” (2001, p. 860), geralmente matérias acompanhadas por porcentagens que expressam impacto e urgência, e que, portanto, precisam ser publicadas naquele dia.

Destarte, se, por um lado, a empresa da mídia *Folha de S. Paulo* segue as exigências do mercado, por outro, ela também assume o papel de porta-voz de questões e problemas sociais. Neste caso, a opinião pública seria um ponto fundamental dentro da linha editorial, pois ela é representada pelos segmentos ativos da sociedade, isto é, por aqueles que pensam, debatem e propõem políticas para as questões sociais (L. ANDRADE, 2001).

A *Folha* se assume como um meio de comunicação que media os segmentos sociais, culturais e econômicos, promovendo a formação de opinião em relação à sociedade, e reconhece a dimensão interativa de seu papel de formador de opinião pública com a interferência da sociedade em sua posição. No *Manual de Redação* (2001), encontra-se a definição de formação de opinião para a *Folha de S. Paulo*:

FORMAÇÃO DE OPINIÃO: O jornal é, por excelência, um órgão formador de opinião. Sua força se mede pela capacidade de intervir no debate público e, apoiado em fatos e informações exatas e comprovadas, mudar convicções e hábitos. Mede-se ainda pelo número de exemplares que vende. O jornal também é formado pela opinião pública, que o influencia e o pressiona.

Observa-se, pois, que, para o jornal, a opinião pública é entendida a partir dos seus leitores, que apresentam um perfil bastante delimitado. Encontramos uma descrição do perfil do leitor da *Folha de S. Paulo* nas pesquisas realizadas pelo *Datafolha* em 2001 (MOTA, 2001) e em 2007. Destacaremos a pesquisa de 2007, por ser a mais atual. Segundo a *Folha de S. Paulo* (2007) “[O] leitor [primário]¹⁵ da *Folha* está no topo da pirâmide social brasileira” e caracteriza-se por ser em sua maioria pessoas adultas (na faixa dos 23 aos 49 anos), que possuem nível superior completo e são pertencentes às classes A e B. São majoritariamente brancas, católicas, casadas, têm filhos. Além do mais, a maior parcela dos leitores é usuária de Internet (FOLHA DE S. PAULO, 2007).

A pesquisa não apresenta o perfil dos leitores infanto-juvenis, mas a penúltima pesquisa, realizada em 2000, menciona a queda de 50% na participação dos mais jovens (até 29 anos). Em 2000, esse número correspondeu a 14%, mesmo com os investimentos do jornal *Folha de S. Paulo* em cadernos exclusivos para a faixa etária, como o *Folhateen* (SILVA, 1999). De acordo com Mota (2001),

¹⁵ Segundo *Manual de Redação* (2001) o leitor primário é aquele que assina o jornal, e o leitor secundário é quem compra o jornal eventualmente ou tem acesso ao conteúdo por outros meios.

ocorre um "envelhecimento" do leitor paulista traçado pela própria *Folha*, e esse perfil se mantém em 2007.

Otávio Frias Filho¹⁶ (*apud* MOTA, 2001) justifica este envelhecimento como sendo a realização de um objetivo da *Folha* de atingir um leitor mais velho e mais instruído, pois isso refletiria na inserção do jornal no *establishment* da opinião pública brasileira. Ou seja, investindo na venda de assinaturas para leitores mais ricos e mais velhos, a *Folha* alcançaria, também, os setores que interferem ativamente na economia, cultura e política para conservar ou mudar os rumos da sociedade, mesmo que esses setores não sejam o conjunto da sociedade (*FOLHA DE S. PAULO*, especial, 2001).

A pesquisa de 2007 também identificou que 63% dos leitores estão no mercado de trabalho ou à procura de emprego (4%). Os 37. restantes são: aposentados (17%); estudantes (10%) e donas-de-casa (8%). A profissão com a maior participação individual entre os leitores do jornal é a de professor (12%). Na seqüência, vêm advogados (7%) e engenheiros (4%). O estudo mostra, ainda, um declínio na proporção de católicos em comparação com o levantamento do *Datafolha* realizado em 1997 e que, embora continuem sendo a maioria, diminuíram em dez pontos percentuais (de 65% para 55%). Notou, ainda, aumento dos que se declaram sem religião (de 10% para 18%).

O leitor também possui DVD, celular, computador e câmera digital, e faz uso intenso da internet: a maioria usa buscadores, compara preços, faz pesquisas de trabalho, usa *MSN* (programa para conversa na rede), faz *download* de programas e ouve músicas. De acordo com a *Folha* (2006), seus leitores "são consumidores vorazes de mídia": 92% assistem a telejornais; 69% lêem revistas; 58% ouvem notícias no rádio e 57% seguem noticiário *online*.

Perfil semelhante ao encontrado pelo *Datafolha* foi divulgado pelo site UOL, cujo usuário de Internet é representado como sendo "seleto grupo dos internautas brasileiros" (UOL TECNOLOGIA, ÚLTIMAS NOTÍCIAS, 2006)¹⁷. Mais da metade das pessoas que acessam a Internet têm acima de 16 anos e possuem renda superior a R\$ 4.500 mensais. Metade dos pós-graduados do país tem o hábito de acessar a internet todos os dias (UOL TECNOLOGIA, ÚLTIMAS NOTÍCIAS, 2006).

¹⁶ Diretor de Redação do jornal *Folha de S. Paulo*.

¹⁷ Matéria retirada do site UOL: *Pesquisa detalha o seleto grupo dos internautas brasileiros*, disponível em <http://tecnologia.uol.com.br/ultnot/2006/05/24/ult2870u78.jhtm>. Acesso em 10/01/2007.

Ou seja, “a Internet reúne tanto a nata econômica como a intelectual do Brasil”, conforme pesquisa divulgada em 2006 pelo Ibope e pela *Kantar Media Research*, encomendada pelo UOL, na pretensão de lançar *links* patrocinados na rede de acordo com perfil do usuário, baseado-se nos cadastros de assinantes. De acordo com Frias (2006)¹⁸:

A grande audiência vem de bate-papo, e-mail, comunidade e *messenger* - produto que vamos lançar em breve. Mas o jornalismo é onde o anunciante de marca está presente, pelo alto nível de instrução do usuário.

Entre os usuários diários da Internet, 51% possuem TV a cabo, 63,9% lêem jornal, 76,5% são leitores de revista e 84,1% ouvem rádio. Neste mesmo grupo, 21,5% adquiriram um carro nos últimos meses e 25,9% compraram um computador em igual período. Trata-se de universo que representa apenas 11% da população brasileira (UOL TECNOLOGIA, ÚLTIMAS NOTÍCIAS, 2006).

Como as matérias jornalísticas são o principal produto de consumo da UOL, o Grupo Folha também monitora o que esses usuários/leitores pretendem encontrar em suas leituras. Por isso, além de traçar a composição socioeconômica dos leitores, o *Datafolha* realiza, periodicamente, pesquisas de opinião sobre questões consideradas polêmicas, dentre elas, a opinião dos seus leitores sobre a descriminalização do aborto. Pelo lado da empresa, sondar a opinião dos leitores sobre temas como este, se configura numa estratégia de *marketing* para atingir a opinião pública brasileira. Isto é, a empresa visa, dessa forma, angariar o segmento da sociedade que emite opiniões e soluções para as mais diversas questões sociais.

Os temas propostos pela *Folha* implicam que o leitor faça uma avaliação de juízo moral em torno de assuntos polêmicos e conflituosos (FREITAS, 2004). Dessa forma, o jornal define que a grande maioria dos seus leitores tem um “*perfil liberal em relação a questões polêmicas [e não tem simpatia por partidos]*” (FOLHA DE S. PAULO, 2007), quando os temas se referem à descriminalização da maconha, adoção da pena de morte, descriminalização do aborto.

¹⁸ Matéria retirada do site UOL: *Estudo projeta alta de 40% nos investimentos em publicidade na Web brasileira*, disponível em <http://tecnologia.uol.com.br/ultnot/2006/05/24/ult2870u79.jhtm>. Acesso em 10/01/2007.

O *Datafolha* realizou pesquisas sobre o tema da descriminalização do aborto nos anos de 1997, 2004, 2005, 2006 e 2007. Essas pesquisas sugerem que a maior parte dos brasileiros pesquisados defende a manutenção da lei atual, seguida pela população que é favorável à descriminalização da prática. Porém, esta posição não é compartilhada pelos leitores, o que levou o *Datafolha* a buscar traçar o perfil dos leitores relacionando sua posição quanto à descriminalização do aborto com outras categorias (sexo, religião, partido político, etc).

Quadro 2. Pesquisas do *Datafolha* sobre a opinião dos brasileiros sobre a descriminalização do aborto

| Ano | Motivo da pesquisa | Favoráveis à manutenção da lei | Defesa da ampliação dos permissivos legais | Defesa da interrupção da gravidez para que deixe de ser crime em qualquer caso | Categorias da população pesquisadas e analisadas |
|------|---------------------------------------|--------------------------------|--|--|--|
| 1997 | Vinda do Papa João Paulo II ao Brasil | 55% | 18% | 16% | Classe social; grau de escolaridade; sexo; localização; religião; idade. |
| 2004 | Perfil dos paulistanos | 63% | 18% | 11% | Classe social; grau de escolaridade; sexo. |
| 2005 | Perfil dos paulistanos | 58% | 22% | 13% | Grau de escolaridade; religião e partido político. |
| 2006 | Eleições presidenciais | 63% | 17% | 11% | Classe social; grau de escolaridade; sexo; religião e partido político. |
| 2007 | Vinda do Papa Bento XVI ao Brasil | 65% | 16% | 10% | Religião |

Fonte: *Datafolha* (1997, 2004, 2005, 2006 e 2007).

*Denominam-se permissivos legais as condições previstas para o aborto voluntário ser legalmente permitido no Brasil (ver próximo tópico)

Em todas as pesquisas realizadas pelo *Datafolha* sobre o tema aborto voluntário, os resultados revelam que o perfil da população entrevistada, favorável à ampliação dos permissivos legais, é composto por pessoas que possuem maior renda, maior índice de escolaridade e declara-se predominantemente católica. De acordo com o *Datafolha* (2006):

Acham que a interrupção da gravidez deve ser permitida em mais casos, especialmente os moradores da cidade com nível superior de escolaridade (33%), os que têm renda familiar mensal superior a dez salários mínimos (30%) e os que fazem parte das classes A e B (26%).

Entre os que têm formação superior, a taxa dos que defendem que aborto deixe de ser crime em qualquer caso (15%) fica quatro pontos acima da média.

A pesquisa não mostra variações significativas no que diz respeito a opiniões de homens e mulheres: 62% deles acham que a lei deve continuar como está; pensam assim 64% delas. Acham que o aborto deve ser permitido em mais casos, 19% deles e 17% delas. Quanto à liberação da prática do aborto em qualquer caso, é defendida por 11% em ambos os sexos.

Cabe mencionar que esse perfil é muito semelhante ao do leitor privilegiado pela *Folha de S. Paulo*. Daí decorreu nosso interesse para descrever e interpretar o tratamento dado à infância nas peças jornalísticas produzidas e veiculadas pela *Folha de S. Paulo* que tratam do tema aborto voluntário no Brasil, tendo em vista que a polêmica é pauta constante no cenário nacional, e os produtores e receptores dessas peças jornalísticas sobre o assunto somos nós, homens e mulheres, formadores de opinião.

O tema aborto voluntário na mídia vem sendo objeto de monitoramento e investigação, especialmente de pesquisadoras feministas. Uma síntese dessas pesquisas é o objeto do próximo tópico.

2.2. O debate sobre aborto voluntário na mídia

As peças jornalísticas que foram analisadas nesta dissertação foram produzidas em meio ao debate brasileiro contemporâneo sobre o aborto voluntário, que tem se intensificado nas últimas décadas e ocupado (e usado) as páginas dos jornais. Este debate trata de questões polêmicas e conflituosas, não apenas nos países, como no Brasil, que mantém a criminalização da prática, mas também naqueles em que a prática do aborto voluntário é considerada um ato legal, como na França (2004). Nos países em que a prática não é legalizada, a mobilização social pode levar à liberalização do aborto voluntário, como ocorreu, por exemplo, em Portugal em 2007.

Um dos focos do debate é a legislação (manutenção *versus* alteração das leis) que mobiliza vários atores sociais para se organizarem através de propostas de referendos, manifestações públicas, elaboração e apresentação de projetos de lei, etc (COOK, 1994).

Outro foco do discurso, mais recente, é o da saúde pública, tendo tido como alavanca duas conferências internacionais: a *V Conferência Internacional de População e Desenvolvimento* (CIPD) do Cairo (1994) e a *IV Conferência da Mulher em Beijing* (1995). Nessas conferências, foram elaborados documentos referentes a programas internacionais de ação que procuram configurar o debate sobre o aborto voluntário como uma questão de saúde pública e não mais como um tema do campo criminal (CORRÊA e ÁVILA, 2003). Assim, tal discurso foi incorporado pela

Organização Mundial de Saúde (OMS) (2004) e pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), que estabelecem que

em circunstâncias onde o abortamento [voluntário] não é proibido por lei, o sistema de saúde deve treinar e equipar os provedores de serviço de saúde e tomar outras medidas para assegurar que o abortamento seja seguro e acessível. Medidas adicionais devem ser tomadas para salvaguardar a saúde das mulheres (NAÇÕES UNIDAS *apud* OMS, 2004, p. 10).

Apesar de o Brasil ter participado de ambas conferências e ter assento na OMS e na ONU, portanto, ter acatado tal posição, tais documentos não têm caráter impositivo, de obrigatoriedade, pois não são Tratados ou Convenções, ou seja, os textos são programas de ação que não implicam em tradução automática nas legislações nacionais. Isto é, uma vez ratificados, os Estados-parte apenas se comprometem a incorporá-los em suas legislações (CORRÊA e ÁVILA, 2003).

Porém, tais textos auferem legitimidade a propostas de atores sociais. Respalçadas, agora, por tais acordos e pronunciamentos internacionais assinados pelo Brasil, feministas têm procurado, nos últimos anos, sensibilizar a opinião pública quanto às condições sociais de mulheres que abortam em situações clandestinas, gerando, assim, a delimitação desse problema social no Brasil, que ainda mantém a criminalização do aborto (CORRÊA e ÁVILA, 2003).

Com efeito, para o Código Penal Brasileiro de 1940¹⁹, criado no governo de Getúlio Vargas²⁰ e que se encontra em vigor até os dias atuais, é crime qualquer prática de aborto, exceto nos casos de risco de vida para a mulher ou em caso de estupro²¹ que resulte em gravidez (ROCHA e ANDALAF, 2003). Uma terceira exceção, embora não prevista no Código Penal, é a permissão da interrupção voluntária da gravidez (por meio de alvarás judiciais), em situação de anomalias fetais graves, incompatíveis com a vida extra-uterina, como, por exemplo, os casos de anencéfalos (ROCHA, 2005).

¹⁹ O Código Criminal do Império do Brasil de 1830 previa punição para as práticas abortivas cometidas por terceiros, porém não para a gestante que praticasse aborto em si mesma. Porém, o Código Penal da República de 1890 foi mais rigoroso, atribuindo a pena de cinco anos para a gestante que conseguisse abortar voluntariamente. A mulher poderia ter a redução de terça parte da pena, caso a interrupção voluntária da gravidez fosse cometida para ocultar a desonra própria.

²⁰ Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930 como chefe de Governo Provisório em 1934, por voto indireto na Constituinte e, em 1937, decreta o Estado Novo, publica uma nova Constituinte e fica no poder até 1945 como Ditador. Vargas sempre teve a Igreja Católica como aliada (FAUSTO, *apud* LEOCÁDIO, 2006).

²¹ Ainda no Código Penal brasileiro, presume-se estupro o relacionamento sexual tido com adolescentes menores de 14 anos, independente do consentimento destes.

Maria Isabel Baltar da Rocha (2005) sistematizou o discurso político do Congresso Nacional sobre o aborto voluntário, tendo nele identificado cinco fases, descritas no quadro 3.

Quadro 3. Sistematização do discurso político sobre a descriminalização do aborto no Congresso Nacional

| Fase | Período | Evento | Tendência | Proposta de modificações legais |
|--|---|---|---|---|
| Fase inicial | Fim da década de 1940 até o começo da década de 1970. | Reabertura do Congresso depois do Estado Novo | Debate incipiente | Inicia-se a tentativa dos grupos para suprimir os dois permissivos do Código Penal (estupro e risco de vida). |
| Fase de aquecimento | Começo da década de 1970 ao começo da década de 1980 | xxx | Participação de atores sociais e políticos ainda é restrita | xxx |
| Fase de intensificação | Grande parte da década de 1980 | Formulação da Constituição Brasileira | Participação ativa dos atores sociais | Defesa para entrar na Carta a expressão “direito à vida desde a concepção”. |
| Fase de maior intensificação | Década de 1990 | xxx | Várias iniciativas parlamentares sensíveis às idéias do movimento feminista, bem como algumas iniciativas e muitas contestações de congressistas vinculados às religiões. | xxx |
| Fase de novas proposições de parlamentares que participam de grupos religiosos que atuam no Congresso. | Década de 1990 e começo da atual década | xxx | xxx | As propostas apresentadas foram predominantemente favoráveis ao direito ao aborto. |

Fonte: Rocha (2005, p. 146-153).

Obs: O símbolo xxx significa que não foi mencionado pela autora.

Dentre os principais focos do debate, Rocha (2005) menciona os trabalhos da Constituinte, em que as pautas referentes à descriminalização do aborto voluntário foram trazidas para o debate nacional através da mídia, de campanhas populares e manifestações encetadas por outros atores sociais. Esse debate foi decisivo para que o Congresso Nacional (1988) retirasse do texto que integra o artigo 5^o “direito à vida” a passagem “desde a concepção” e mantivesse apenas a menção do “direito à vida”, mesmo que os direitos das mulheres para terem garantidas sua autonomia reprodutiva via aborto voluntário também não tivessem sido incorporados à Carta.

O “direito à vida desde a concepção” voltou a ser discutido em 1995 através de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), apresentada pelo então

Deputado Severino Cavalcanti, propondo nova redação ao caput do art. 5º da Constituição Federal de 1988. A exemplo do *lobby* evangélico da época da Assembléia Constituinte, Cavalcanti pretendia incluir, no texto constitucional, a garantia da inviolabilidade do direito à vida “desde a concepção”. Rocha (2005) assinala que foi criada uma Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC 20/1995, o que mobilizou forte atuação da Igreja Católica e do movimento feminista e levou à rejeição da proposta, primeiramente na Comissão e, depois, no Plenário da Câmara.

Em 1997, a arena volta a esquentar com grande intensidade, e se encontra acesa até os dias atuais, devido à discussão sobre o Projeto de Lei (PL) 20/1991, que trata do aborto legal na rede pública de saúde. Este Projeto não altera o *status* legal do aborto, mas se propõe a operacionalizar o direito consagrado pelo Código Penal Brasileiro de as mulheres poderem ser atendidas pelos hospitais públicos para interromperem voluntariamente a gravidez nos dois casos em que o aborto não é considerado crime: estupro e risco de vida.

O PL 20/1991 foi aprovado pela Constituição e Justiça, mas a visita do papa ao país em 1997 insuflou reações conservadoras o que dificultou a tramitação do projeto no Senado. O debate aqueceu, pois a bancada católica no Congresso Nacional pediu que se votasse o projeto em plenária, mas sem sucesso, uma vez que o projeto encontra-se paralisado na Câmara Federal. Ao mesmo, foi organizado uma Campanha pela Vida das Mulheres em favor do PL 20/1991. Em novembro do mesmo ano, por iniciativa da Comissão Intersectorial de Saúde da Mulher (Cismu), foi aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde o pedido de uma resolução normativa do Ministério da Saúde para regulamentar os serviços de atendimento ao aborto no SUS. O esforço resultou a Norma Técnica de Atendimento à Mulher Vítima de Violência (Brasil, 1998), em vigor desde outubro de 1998²² (CORRÊA e ÀVILLA, 2003).

Em dezembro de 2004, a então ministra Nilcéia Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, anunciou em rede nacional de televisão o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e a instalação da Comissão Tripartite para a Revisão da Legislação Punitiva sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez.

²² Este parágrafo foi acrescentado por recomendação da Profª Drª Margareth Arilha durante a defesa desta dissertação, pois em seu entendimento esse evento foi um aquecedor importante do debate nacional.

A Comissão Tripartite elaborou um texto que foi incorporado ao PL 1135/91 e apresentado à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados pela deputada Jandira Feghali (PcdoB) em 2005. Após uma série de reuniões e audiências públicas, o texto inicial sofreu sucessivas alterações, chegando finalmente a ter modificada a proposta de *legalização* da prática do aborto para a de *descriminalização*, como forma de se obter uma maior penetrabilidade política. Ambos os lados mobilizados tinham forças equivalentes na disputa na Câmara dos Deputados. Mesmo assim, o projeto foi finalmente retirado da pauta de votação em 2005.

Esses eventos mobilizaram os diferentes atores sociais, favoráveis e contrários à descriminalização ou legalização do aborto voluntário, que vêm explicitando, publicamente, suas posições. As posições dos atores sociais em debate no Brasil foram, recentemente, sistematizadas por Leocádio (2006) que identificou: os (as) que defendem a interdição absoluta da prática de aborto voluntário; os (as) que prevêm a permissão seletiva; e os (as) que defendem a livre escolha. Alerta a autora que essas posições não devem ser lidas como um conjunto estanque, pois, embora os pontos de partida dos posicionamentos dos atores sejam diferentes, ocorre uma certa flexibilidade dentro dos grupos. Ainda mais, a posição política de um sujeito coletivo não significa homogeneidade interna naquele grupo. Por exemplo, nem todas as mulheres participantes do movimento feminista são defensoras da liberalização do aborto voluntário, pois algumas defendem e sustentam apenas a descriminalização da prática. Vejamos, a partir de Leocádio (2006), quais são esses grupos, suas posições, principais argumentos e formas de atuação.

A interdição absoluta à legalização da prática do aborto voluntário seria defendida por grupos que possuem uma “posição conservadora” no plano social e político (LEOCÁDIO, 2006). Os representantes da Igreja Católica são os principais atores a defenderem a penalização/criminalização das práticas de interrupção de gravidez, muito embora membros das Igrejas Pentecostais, Neopentecostais e Espírita também tenham tido participação freqüente no debate contra a descriminalização do aborto no Brasil.

Esses grupos consideram que qualquer interrupção da gravidez é uma prática imoral e injustificável. O grupo contrário à descriminalização/legalização do aborto

voluntário utiliza uma argumentação com forte apelo popular: “não ao aborto, em defesa da vida” (LEOCÁDIO, 2006). Os argumentos principais desses grupos, em especial os da Igreja Católica, destacam o momento em que a vida se inicia ou na animação do feto, muito embora a própria Igreja Católica tenha passado a ignorar esses argumentos, defendendo, de modo único e constante, o direito inviolável de todo ser à vida. O feto, nesta perspectiva, deixou de ser considerado um ser parcial ou potencial, para ser considerado um ser que possui uma vida feita e perfeita. Até hoje, para a Igreja Católica²³, assim como para maioria das demais denominações cristãs, o aborto voluntário em qualquer circunstância é imoral (DINIZ e ALMEIDA, 1998; LEOCÁDIO, 2006).

Além das Igrejas, a interdição absoluta à regulamentação do aborto voluntário é preconizada pelos grupos “pró-vida”/antiaborto que se organizam em vários países, inclusive no Brasil. Este movimento é composto por grupos formados por representantes de segmentos religiosos e laicos, através da figura de médicos, cientistas, advogados e pessoas das mais diversas ocupações. Os grupos mais conhecidos são: Cidadãos pela Vida; Instituto Juventude pela Vida; Portal da Família; Vida - Diga não ao aborto; “Pró-vida” de Anápolis; Campanha Nacional Brasil sem Aborto; Rede Biodireito-Medicina; Igreja e Bioética - Fé e Política - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Fraternidade Rosacruz; Páginas Vida da Aldeia, entre outros (PENICHE, 2007).

Conforme Leocádio (2006), esses grupos realizam manifestações populares, produzem vídeos que são divulgados em escolas, igrejas e encontros comunitários, e também ocupam espaço na mídia. Em casos extremos, algumas organizações podem promover ataques a clínicas onde se pratica o aborto voluntário e também a profissionais que nelas trabalham. Além do mais, em grupos religiosos apóiam e trabalham pela eleição de parlamentares que defendem “valores cristãos” em acordo com sua concepção. Assim, participam das discussões no Congresso Nacional, sustentando-se no direito de participar do processo democrático.

O direito à livre escolha da mulher em qualquer tempo da gestação e em qualquer situação que a gestante se encontrar. É sustentado por grupos que defendem a legalização do aborto. Via de regra, esses grupos abraçam “posição

²³ A Igreja Católica condena à excomunhão o católico que confessar ter abortado ou participado do procedimento de realização de aborto, isto é, ele não poderá participar dos sacramentos da igreja, tais como confessar-se, casar-se na igreja, etc.

liberal” no cenário político e social. Consideram que a mulher tem autonomia sobre seu próprio corpo e acreditam que ela pode controlar livremente sua vida sexual e reprodutiva. Para esses grupos, a maternidade não deve ser uma imposição social. Esses grupos compõem-se, além de representantes institucionais e profissionais liberais, de integrantes do movimento de mulheres e do movimento feminista, e também de grupos denominados “pró-escolha”²⁴.

Da ótica das feministas, Leocádio (2006) identifica três eixos de defesa da legalização da prática:

- direito à saúde, por considerarem que abortar é um das principais causas de mortalidade materna e um problema de saúde pública. Defendem que o Estado deve garantir os meios (políticas públicas) para que as mulheres não morram em decorrência da prática;
- promoção de equidade e de justiça social, pois, de acordo com esses grupos, todas as mulheres que assim o desejaram têm o direito de praticar o aborto com uma equipe de saúde habilitada, em boas condições de higiene, pela rede pública de saúde;
- garantia do direito às liberdades individuais e à autonomia, ao conceberem que a maternidade não deve ser uma imposição do Estado, mas que deve ser um direito de escolha dos (as) responsáveis pela gestação (genitor e genitora).

A permissão seletiva da mulher para praticar o aborto voluntário é a posição mais aceita pela maioria dos países e, também, por pessoas e instituições. Defendem essa posição: médicos, operadores da justiça, grande parte da população, inclusive alguns religiosos e a mídia de forma geral (PAPALEO *apud* LEOCÁDIO, 2006). Conforme a autora, uma significativa parcela das feministas, do movimento de mulheres e dos movimentos pró-escolha também se enquadra nesta posição pela descriminalização do aborto voluntário.

O argumento principal desse grupo é que o aborto voluntário não pode ser considerado crime em certas situações, tais como quando a mulher corre risco de vida ou foi estuprada. Mas, ao mesmo tempo, o aborto não pode ser liberalizado na condição única e exclusiva do interesse da mulher. Isto é, alegam os (as)

²⁴ Alguns grupos que se denominam “pró-escolha” no Brasil são: as “Católicas pelo Direito de Decidir”; a entidade “Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos”; IPAS – Brasil, entre outros.

“defensores” desta posição que o aborto voluntário não pode substituir, por exemplo, os contraceptivos para evitar a gravidez.

Na perspectiva do sociólogo francês Luc Boltanski (2004), o discurso para descriminalizar o aborto voluntário tem se sustentado, em alguns países, através da idéia do “mal menor”. Não retomarei aqui a rica e complexa argumentação de Boltanski (2004). Assinalarei, apenas, que, na França, as práticas abortivas foram descriminalizadas sob o pretexto do “mal menor”, ou seja: a realização do aborto voluntário não é considerada um bem, é admitida apenas em certas circunstâncias, principalmente se puder evitar um “mal maior” ou uma situação considerada ainda pior. Assim, por exemplo, um juiz pode hierarquizar as mais diferentes situações como um “mal menor”, avaliando as singularidades de cada caso para promover um julgamento, quando reconhece que, em tais e tais situações específicas, realizar um aborto pode ser aceito, ainda que não se faça deste “mal” um “bem”.

Para Boltanski (2004), a sociedade vem incorporando tal discurso sobre a descriminalização do aborto, amparado na ótica do “mal menor”, que sustenta a “simpatia” do pensamento acadêmico e do senso comum principalmente quando a gravidez decorre de estupro, da idade da mulher ou, ainda, quando a gestante não dispõe de recursos econômicos para sustentar o filho²⁵.

Dessa forma, o debate sobre a descriminalização/legalização do aborto voluntário é sustentado por vários atores sociais, que incluem a própria mídia, que têm posições diversas e que operam numa construção recíproca de interações e interesses. De acordo com Leocádio (2006):

Nos últimos anos, por meio de pesquisas de opinião e do acompanhamento do debate na mídia, que também é um reflexo da opinião pública, pode-se identificar um posicionamento moderado da sociedade brasileira com relação ao aborto [voluntário]. A partir da implementação dos primeiros serviços de assistência ao aborto legal, os permissivos legais tornaram-se mais conhecidos. Um ator importante nessa divulgação foi a grande mídia, isto é, os grandes jornais de circulação nacional e televisão. O debate que este assunto vem provocando, em diversas ocasiões, colaborou para que mulheres e homens pensassem sobre o assunto e formassem uma opinião. Hoje há uma grande aceitação dos permissivos legais, mesmo entre praticantes católicos e de outras religiões. Também,

²⁵ Para o autor, o discurso da descriminalização, sob essa ótica, sustenta que as mulheres não são autônomas nas suas escolhas e, por isso, precisam se submeter a interpretações específicas de juristas e médicos que possuem suas próprias convicções (BOLTANSKI, 2004). Além do mais, o discurso do “mal menor” usado como argumento no debate sobre a descriminalização do aborto, subestima a capacidade das mulheres para tomarem decisões éticas e moralmente válidas para si mesmas, além de subtrair, da proposta da legalização, o direito à autonomia e igualdade reprodutiva.

há uma grande aceitação da interrupção de gravidez por anencefalia e outras malformações fetais graves. Para diversos pesquisadores, inclusive que trabalham na mídia, esta é a posição majoritária na sociedade brasileira hoje (p. 36).

Como a competição para ocupar uma posição privilegiada na hierarquia dos problemas sociais é alta, e a disponibilidade de espaço (na mídia impressa) e tempo (na mídia audiovisual) é restrita, a mídia, ao mesmo tempo em que monitora e acompanha a opinião dos seus leitores, também é monitorada e acompanhada por outros atores sociais que visam conhecer a lógica de cada veículo de comunicação e os aspectos da construção de notícias sobre aborto.

Tais estratégias vêm ocorrendo desde a década de 1990, quando, de acordo com Melo (2000), o movimento feminista vem atuando, de forma mais articulada, na mídia. Apesar de o tema “mulher e mídia” não ser novo no Brasil, pois entrou na agenda do movimento feminista brasileiro (e internacional) desde a década de 1970, tem sido avivado por múltiplas ações em contexto nacional e internacional na última década (MELO, 2000). Apesar de não tratarmos aqui deste tema como um dos tópicos privilegiados, na medida em que as relações de gênero não foram priorizadas nesta dissertação, faz-se necessária uma breve síntese, pois o tema também contextualiza a produção ativista e de pesquisa sobre o tema “aborto na mídia” e que será discutido adiante. Aqui baseamo-nos essencialmente no texto que Jacira Melo (2000) preparou sobre “A mulher e os meios de comunicação Plataforma de Ação de Pequim – IV Conferência sobre a Mulher”.

O texto retoma os dois objetivos estratégicos da Plataforma de Ação de Pequim relativas à mídia: J1- aumentar a participação e o acesso da mulher na expressão de suas idéias na mídia e no campo das novas tecnologias de comunicação; J2 – promover uma imagem equilibrada e não estereotipada das mulheres na mídia. À luz desses dois objetivos, o artigo estabelece um panorama sobre a questão no Brasil, especificamente nos anos 1990.

Apreendemos que, apesar de ser intensa a participação de mulheres com mais de 10 anos na composição das audiências e público (55% nas revistas; 53% na rádio e televisão e 49% nos jornais, em 1998),

as formas de representação da mulher nos meios de comunicação não têm evidenciado a devida atenção dos organismos públicos encarregados da área da mulher, bem como das organizações não governamentais (MELO, 2000, p. 4).

Porém, pela via da estratégia recente das mídias realizarem – e utilizarem- *surveys* que captam a opinião pública sobre variedade de temas, a voz das mulheres tem sido captada, pois constituem pelo menos a metade da população. Uma dessas pesquisas, realizadas em 1998 pela Agência PROPEG, revelou que 80% dos entrevistados (as) concordavam que “de uma maneira geral, a mulher é tratada como objeto sexual na televisão” (MELO, 2000, p. 5). “A publicação dessas pesquisas [...] produz um efeito direto sobre o agendamento da mídia, um impacto razoável no espaço das políticas públicas” (MELO, 2000, p. 5). Neste contexto de mudanças observadas nos anos 1990 nas relações entre mídia brasileira e mulher, Melo (2000) assinala, então, que “novas brechas ‘aí abertas para’ temas da agenda social e política dos segmentos organizados, entre eles o movimento das mulheres” (p.3).

Melo (2000) destaca estratégias do movimento de mulheres para levar mais para a mídia a agenda feminista, tais como capacitação de lideranças feministas e instrumentos de monitoramento sistemático da mídia impressa. Entre estes assinala, em particular, os acompanhamentos efetuados pela Comissão de Cidadania e Reprodução e pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.

Destaca, ainda, “experiências bem sucedidas”, como algumas campanhas (por exemplo: “quem faz sexo faz prevenção” do SOS Corpo de Recife, 1993-1998), sobre variados temas/problemas sociais que afetam às mulheres e usando variadas mídias: realização de eventos e seminários (mulher e mídia) e os já citados monitoramentos sobre saúde e direitos reprodutivos. E neste contexto, Jacira Melo (2000) observa

que os esforços do movimento de mulheres em sua relação com a mídia têm se voltado preferencialmente para questões e temas específicos, como saúde, violência, etc (p.4).

É nesse contexto de compreensão teórica e política que a Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR), dentre outras ações, realizou,

de dezembro de 1996 a junho de 2000, o monitoramento sistemático (...) de todas as matérias sobre saúde reprodutiva e sexualidade publicadas nos quatro jornais do país (*Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Globo e O Estado de S. Paulo*), referentes aos seguintes assuntos: reprodução humana, AIDS e doenças sexualmente transmissíveis, cultura sexual e genética (BERQUÓ e colaboradoras, 2002, p.13-14).

Essas pesquisas, mas não só elas, sustentaram a breve revisão da literatura sobre mídia e aborto produzida por pesquisadoras feministas que apresentaremos a seguir.

Iniciamos pelo artigo de Maria Teresa Citeli (2002) que acompanhou diversos temas relativos à pauta sobre a questão da saúde reprodutiva, dentre elas o aborto, no período de 1996 a 2000. A seguir, a tese de Danielle Ardaillon (1997), que focaliza especificamente o tema aborto voluntário no período 1975 a 1994; a pesquisa de Joana Maria Pedro e colaboradoras (2003), que pesquisaram, além do tema aborto, o tema infanticídio entre 1950 e 1996; o de Jacira Melo (2001), que enfoca o aborto voluntário no período de 1994 a 1998; seguido pelo artigo de Sonia Corrêa e Magaly Pazello (2002), que aborda o período de 1996 a 2000 e, por fim, o artigo de Débora Diniz e Paula Damasceno (2001) que compreende o período de 1996 a 2001. Em vários desses estudos, o jornal *Folha de S. Paulo* é focalizado entre outros veículos (quadro 4).

Quadro 4. Pesquisas sobre aborto voluntário e mídia no Brasil

| Autor | Período de estudo | Jornais pesquisados | Foco associado ao aborto |
|---|--------------------------|---|--|
| Maria Teresa Citeli (2002) | 1996 a 2000 | <i>Folha de S. Paulo;</i> <i>O Globo;</i> <i>O Estado de S. Paulo;</i> <i>Jornal do Brasil</i> | Direitos reprodutivos |
| Danielle Ardaillon (1997) | 1986 a 1995 | Vários jornais e revistas brasileiros | Mudanças nos discursos sociais |
| Joana Maria Pedro e colaboradoras (2003) | 1950-1996 | Jornais de Florianópolis | Aborto e infanticídio como práticas ilegais |
| Jacira Melo (2001) | 1994 a 1998 | <i>Folha de S. Paulo;</i> <i>O Globo;</i> <i>O Estado de S. Paulo;</i> <i>Jornal do Brasil</i> | Principais eventos noticiosos que determinam o aumento da cobertura (política e estupro de menores de idade) |
| Sonia Corrêa e Magaly Pazello (2002) | 1996 a 2000 | <i>Folha de S. Paulo;</i> <i>O Globo;</i> <i>O Estado de S. Paulo;</i> <i>Jornal do Brasil</i> | Estupro |
| Débora Diniz e Ana Paula Damasceno (2001) | 1996 a 2001 | <i>Folha de S. Paulo;</i> <i>O Globo;</i> <i>O Estado de S. Paulo;</i> <i>Jornal do Brasil</i> | Estupro; menores. |

Fonte: produzido a partir dos trabalhos de Ardaillon (1997), Diniz e Damasceno (2001); Melo (2001), Citeli (2002); Corrêa e Pazello (2002) e Pedro e colaboradores (2003).

Da ótica dos estudos feministas (e também desta dissertação), a mídia deixou de ser entendida apenas como “veículo de divulgação”. De acordo com Citeli (2002, p.185):

[...] a mídia deixa de ser tomada apenas como instrumento de divulgação de conhecimentos, crenças e idéias sobre a reprodução humana, ou como um reflexo da sociedade para ser entendida como um dos agentes que

integram o próprio processo de produção do conhecimento (inclusive o científico) e de idéias sobre o assunto.

Maria Teresa Citeli (2002) analisou 2614 matérias que abordam os temas relacionados à “reprodução humana”, nos quatro principais jornais brasileiros de grande circulação (*O Estado de S. Paulo*; *Folha de S. Paulo*; *Jornal do Brasil*; *O Globo*) resultantes do monitoramento “Olhar sobre a Mídia” realizado entre julho de 1996 e dezembro de 2000. Tal monitoramento, publicado quadrimestralmente pelo boletim “Olhar sobre a mídia”, teve por objetivo:

[...] contribuir para que a cobertura da mídia brasileira possa favorecer a formação de uma opinião pública esclarecida sobre o tema da saúde reprodutiva e, também, provocar impactos tanto na agenda dos meios de comunicação quanto nos estereótipos de gênero vigentes na sociedade brasileira (CITELI, 2002, p. 186).

Não resumiremos aqui todos os aspectos salientados por Citeli (2002), pois ultrapassam os objetivos desta dissertação. Destacaremos, principalmente, o que a autora informa sobre o tema aborto voluntário e a posição do jornal *Folha de S. Paulo*.

Nota, inicialmente, um aumento do espaço alocado pelos jornais aos temas relativos à reprodução humana, no período de 1996 –2000, sendo que a *Folha de S. Paulo* ocupou posição privilegiada no conjunto de jornais: 36% do espaço (numerado por cm/coluna) dedicado ao tema, no período. Na *Folha de S. Paulo*, a posição ocupada pelo tema aborto variou de ano para ano, atingindo o máximo da produção de matérias em 1997 (330/699) e 1998 (138/699), exatamente os anos que, encontramos, em nosso levantamento, a maioria das peças jornalísticas que associam aborto voluntário à infância e adolescência.

Além da importância do tema aborto na pauta dos jornais, o artigo de Citeli (2002) permite que se apreenda a abrangência territorial e a fonte principal de informação das peças jornalísticas sobre o tema: as peças sobre aborto nos jornais brasileiros referiram-se principalmente ao cenário nacional (72,7%), tendo como principais fontes o judiciário/policial (14,5%) e as igrejas (14,4%), seguidos pelo executivo (11,7%) e o próprio autor, isto é, trata-se de matérias de opinião (11,7%). Quanto à área disciplinar de abordagem, observou predomínio das Ciências Biológicas (53,5%) nas matérias sobre aborto que tinham como fonte comunicações científicas, fonte pouco presente no tratamento jornalístico ao tema. Observa, no

conjunto das matérias analisadas, o pequeno recurso às Ciências Humanas e Sociais como fonte, bem como “distorções de gênero” (CITELI, 2002, p. 210). O artigo não discute porque teria ocorrido um pico na veiculação de temas nas peças jornalísticas sobre o aborto em 1997-1998, tampouco trata de questões relacionadas à adolescência.

A tese de doutorado de Ardaillon (1997) é mais focada no tema aborto voluntário: analisa um *corpus* composto por 165 matérias sobre aborto voluntário no Brasil e 39 em cenário internacional. A forma de coleta das matérias para compor o *corpus* foi variada, tendo sido sistemática apenas para o período de 1991 a 1994 e relativa a três jornais: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*.

A autora observou que, durante o período estudado, o debate pela descriminalização do aborto foi pauta constante na mídia. Identificou que determinados eventos relacionados ao tema aborto voluntário incitam a atenção pública e mobilizam atores sociais a explanarem suas posições. Pôde observar que, entre 1968 e 1994, os eventos que mobilizaram o debate sobre o aborto voluntário foram: eleições presidenciais; conferências internacionais; as perspectivas de revisões constitucionais; datas comemorativas (tal como o dia internacional da mulher); novas descobertas científicas; criação de conselhos representativos (Conselho Nacional da Mulher), entre outros (ver quadro 5).

Quadro 5. Linha do tempo do debate sobre a descriminalização do aborto na mídia

| Período | Eventos | Tendências predominantes | Meio de divulgação |
|-------------|--|--|--|
| 1964-1985 | Contexto político de ditadura militar | Discussão sobre a descriminalização do aborto é incipiente | revista <i>Realidade</i> |
| década 1970 | Início das reivindicações de mulheres brasileiras por Direitos | Criminalização do aborto | <i>Jornal do Brasil</i> (1972); revista <i>Visão</i> (1972); revista <i>Realidade</i> (1972); jornal <i>Opinião</i> (1973) |
| | Organização dos movimentos feministas e de mulheres | | |
| 1974 | Eleições legislativas. Vitória do MDB, partido de oposição criado pelo próprio regime militar | Criminalização do aborto | <i>Jornal do Brasil</i> |
| 1975 | Inauguração da década internacional da mulher | Descriminalização do aborto | jornais feministas: <i>Brasil-Mulher</i> ; <i>Nós Mulheres</i> ; <i>Nova</i> (1973); <i>Carícia</i> (1975); <i>Cláudia</i> (1975); <i>Folha Feminina</i> -coluna do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> (1975) |
| | Processo de abertura política lenta e gradual inaugurada pelo Presidente Geisel | | |
| 1976 | Câmara dos Deputados discute o projeto de lei do Dep. João Menezes na Comissão de Saúde e Justiça para ampliar os permissivos legais de 1940 | Argumentos contrários à descriminalização do aborto | Revista <i>Manchete</i> |
| | Aprovação dos primeiros artigos da lei italiana que liberou o aborto até 90 dias da gravidez | Argumentos contrários à descriminalização do aborto | <i>Jornal do Brasil</i> ; <i>O Estado de S. Paulo</i> |
| 1980 | Fortalecimento dos movimentos feministas e de mulheres | Argumentos favoráveis à descriminalização do aborto | jornal <i>Movimento</i> ; <i>Folha de S. Paulo</i> |
| 1982 | Eleições para deputados e governadores | Argumentos favoráveis à descriminalização do aborto | <i>Jornal Em Tempo</i> ; <i>Folha de S. Paulo</i> |
| 1983 | Criação da Comissão Estadual e Municipal dos direitos da mulher | Argumentos favoráveis à descriminalização do aborto | <i>Folha de S. Paulo</i> ; <i>Cláudia</i> ; Revista <i>Isto é</i> ; <i>Pasquim</i> |
| 1984 | Fim da ditadura militar | Não houve uma tendência predominante | <i>Folha de S. Paulo</i> |
| | Luta pelas eleições diretas | Não houve uma tendência predominante | |
| 1985 | Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher | Argumentos favoráveis à descriminalização do aborto | xxxx |
| | Criação da Delegacia de Defesa da Mulher | | xxxx |
| 1986 – 1988 | Abertura da mídia | Não houve uma tendência predominante | <i>Folha de S. Paulo</i> |
| 1988 | Constituição Brasileira | Não houve uma tendência predominante | xxxx |
| 1989 | Eleições presidenciais | Não houve uma tendência predominante | TV <i>Manchete</i> |
| 1992 | <i>Impeachment</i> do então presidente Fernando Collor de Mello | Argumentos favoráveis à descriminalização do aborto | <i>Folha de S. Paulo</i> |
| 1993 | Perspectivas de revisão constitucional | Argumentos favoráveis à descriminalização do aborto | <i>Folha de S. Paulo</i> |
| | Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos | | |
| | Surgimento das Católicas pelo Direito de Decidir | | |
| 1994 | Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (CIPD) do Cairo | Argumentos favoráveis à descriminalização do aborto | <i>Folha de S. Paulo</i> |
| | Eleições presidenciais | Não houve uma tendência predominante | <i>Folha de S. Paulo</i> |

Fonte: Síntese elaborada a partir da tese de doutorado de Danielle Ardaillon (1997), capítulo 1.

Ardaillon (1997) observou um aumento da atenção da mídia ao tema aborto e uma mudança do enfoque, para além do policial. Notou, também, como outros (as) autores (as), o uso retórico na mídia de estimativas sobre a incidência de aborto

voluntário. Para a autora, essas estimativas têm sido usadas no debate para convencer os grupos da urgência da questão e se tornaram estratégias dos grupos em disputa para a sensibilização da sociedade. Isto é, encontrou o mesmo uso assinalado por Best (2008), para quem as estimativas constituem uma parte da

receita retórica básica da constituição de um problema social, como os **claimsmakers** [(arautos de problemas sociais)] favorecem exemplos típicos dramáticos, geralmente preferem grandes números, estatísticas que sugerem que o problema é recorrente, porque o grande número pressupõe que o problema é [também] grande (p. 32-33).

Ardaillon (1997) identificou a divulgação de estimativas descompassadas e exorbitantes nos jornais e TV. Alguns exemplos: entre 1965 e 1970, estimava-se, na mídia nacional, que no Brasil eram realizados 500 mil abortos voluntários por ano. Quatro anos depois, a estimativa na mídia subiu para 1 milhão; em 1976 eram divulgadas as cifras de 2 milhões de abortos voluntários realizados por ano e, em 1980, essas estimativas passaram para 3 a 5 milhões de abortos voluntários realizados por ano²⁶.

Da tese de doutoramento de Ardaillon (1997), retemos a mudança de foco nas matérias sobre o aborto voluntário, a posição de destaque na veiculação dessas matérias do jornal *Folha de S. Paulo* a partir da década de 1980 e a adoção de uma retórica equivalente à que vem sendo apontada pelos estudiosos de “construção de problemas sociais”, especificamente no que diz respeito ao sensacionalismo. Essa pesquisadora também não faz referência ao tratamento que à mídia deu ao aborto voluntário associado à adolescência.

Retóricas relacionadas ao tema aborto voluntário também foram estudadas por Joana Maria Pedro e colaboradoras (2003), que analisaram artigos divulgados na imprensa de Florianópolis no período de 1950 a 1996. Pedro e colaboradoras (2003) mostram as mudanças nos discursos a respeito da imagem da mulher, que, no início do século XX, imprimiam a culpabilidade às mulheres que praticavam atos como aborto e infanticídio em Desterro (Florianópolis) e como elas passaram a ser alvo de intensos debates, principalmente na imprensa e nos discursos judiciários.

²⁶ Ardaillon (1997), assim como Hardy e colaboradores (1999), Ramírez-Gálvez (1999), entre outros pesquisadores, alertam para a imprecisão das estimativas, por diversos motivos, dentre eles: os casos que não chegam aos hospitais públicos; casos de mulheres que procuram os serviços particulares de atendimento; subnotificação dos médicos que atendem na rede pública, etc.

Apreendem como os jornais podem participar da qualificação ou desqualificação das mulheres, por exemplo, em 1972, as mulheres que teriam praticado aborto ou infanticídio eram tratadas na imprensa como “bestas, feras, desnaturadas”. Com o tempo, passaram a ser denominadas por “mãe”, “mãe solteira”, doméstica, menor, jovem, servente, dona de casa, universitária ou simplesmente mulher.

As autoras identificaram que o tratamento dado pelos jornais de Florianópolis ao aborto e infanticídio era preferencialmente policial, o que promove a “escandalização” do tema, transformando a sexualidade “em propriedade e alvo de debates públicos” (PEDRO e colaboradoras, 2003, p. 276). As autoras também não se referem à associação, na mídia analisadas, entre aborto e adolescência.

Magaly Pazello e Sônia Corrêa (2002) dedicaram um capítulo “Aborto: mais polêmica a vista!” no livro do CCR já mencionado. Analisando o tema aborto na base de dados oriunda do monitoramento *Olhar sobre a mídia* entre 1996 e 2000, observam que a maior parte das matérias foi publicada entre julho de 1996 e dezembro de 1997, sendo em sua quase totalidade de origem nacional. Tal interesse decorreu da “votação do projeto de lei (PL – 20) pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal - CCJ, e à vinda do Papa ao Brasil” (p. 148). No ano seguinte, a ampliação decorreu do anteprojeto proposto pela Comissão de Reforma do Código Penal para ampliação dos permissivos legais para o aborto voluntário.

Para as autoras, teria ocorrido, em 1997, “no cômputo geral”, “um salto de qualidade” (p.149). Observam a “grande quantidade de matérias de opinião com diferentes vozes expondo seus pontos de vista, entre os quais os feministas” (p. 150). Ao destacar a *Folha de S. Paulo*, assinalam que ocorreu não apenas o aumento do número de matérias e espaço dedicado ao tema, mas também “um bom equilíbrio entre reportagens e matérias de opinião” (p. 150). Além disso, opinam que a *Folha de S. Paulo* “esteve, uma vez mais, na vanguarda do debate, publicando alguns editoriais críticos do sectarismo contrário ao aborto” (p.151).

Em resumo, para as autoras, “no período predominaram as abordagens legal, política e ideológica em torno do PL-20 e do anteprojeto do Código Penal” (PAZELLO e CORRÊA, 2002, p. 153).

Não sistematizaremos aqui as omissões que notaram, tampouco os argumentos que identificaram nos discursos dos diferentes atores sociais veiculados

e produzidos pela mídia. Destacamos a menção que fazem aos “muitos casos de estupro” que foram “noticiados e pedidos de autorização para a realização do aborto legal acompanhados pela mídia” (p. 157).

Entre 1997 e 1998, a imprensa cobriu amplamente os casos das meninas de X (RJ) e Y (GO), ambas com 10 anos, grávidas em decorrência de estupro. Estes foram os dois casos com maior repercussão na mídia, com destaque para os relatos de assédio que as meninas, suas famílias e as equipes médicas sofreram por parte de grupos católicos contrários ao aborto. Foram 08 casos de meninas vítimas de estupro em diferentes Estados cobertos pela imprensa com grande repercussão durante o monitoramento do *Olhar sobre a Mídia*. A maioria das meninas morava em área rural e algumas eram portadoras de deficiência mental. A *Folha* publicou várias matérias sobre o tema (p. 158).

Além disso, destacam positivamente os depoimentos das mulheres que...

recorreram à interrupção da gravidez [e que] trouxeram para a vida real e objetiva o que os números conformam: o drama das mulheres vítimas de violência sexual; o estereótipo de gênero que projeta as mulheres como mães; a complexidade da decisão; a vulnerabilidade das mulheres pobres, meninas e adolescentes, e das portadoras de deficiência mental; a dor de saber que carrega um filho que não sobreviverá após o nascimento (p. 166).

As autoras mencionam que o caso da adolescente proveniente de Goiás foi publicado pela imprensa na época em que a Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO) lançou uma Campanha para reivindicar que, pelo menos, uma maternidade pública prestasse serviço especializado em aborto legal. O Hospital do Jabaquara, em São Paulo (hospital mencionado pela mídia como o que atendeu a adolescente), foi indicado, como um exemplo a ser seguido, e em 1998 premiado pela OMS, como exemplo no atendimento humanizado ao aborto legal. A posição das autoras é dúbia ao se referirem sobre quem teria disparado o caso das adolescentes na mídia: feministas ou grupos conservadores?

Sabe-se apenas que os dois casos das adolescentes de X e de Y foram apresentados na mídia em uma época em que estavam ocorrendo muitos debates em âmbito do legislativo, do executivo e do judiciário, tal como também identifica e concorda Melo (2001), próximo estudo a ser resenhado.

Melo (2001) apoiou sua análise nos quatro maiores jornais de circulação diária nacional (*O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, e *Jornal do*

Brasil) o que permitiu a extração de um *corpus* composto por 1329 matérias que trataram exclusivamente do tema aborto voluntário, através de artigos, entrevistas, notícias, colunas, notas, cartas, reportagens e editoriais. A quantidade e a diversidade de informações publicadas nesses noticiosos mostram que a mídia tem reservado um espaço para tratar do tema direitos reprodutivos em questões relacionadas à saúde da mulher, ao contrário do que vinha se dizendo, até então.

No *ranking* de espaço ocupado nos jornais, também se destacaram as matérias que tratam do aborto a partir de uma perspectiva jurídica. O grande destaque nessa categoria foram às autorizações concedidas por juízes de diferentes cidades do país, como Londrina, Belo Horizonte, Maringá e Rio de Janeiro, para pedidos de aborto em casos de malformação fetal ou estupro de menor (grifos nossos)²⁷.

Aqui, também, não encontramos posicionamento crítico ou mais alentado sobre tais matérias, diferentemente do que encontramos no artigo de Débora Diniz e Ana Paula Damasceno (2001) *Mulheres, mídia e aborto*, publicado na “SérieAnis”. As autoras analisaram o tema aborto nas matérias divulgadas no Brasil em quatro grandes jornais (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*), no período de 1996 a 2000. Na amostra de 835 matérias coletadas, as autoras concluíram que o tema aborto é pauta permanente na mídia impressa brasileira: uma matéria a cada dois dias, em média. O jornal que mais publica sobre o tema é a *Folha de S. Paulo* e o que menos publica é *O Estado de S. Paulo*.

As autoras realizaram um segundo levantamento com 124 matérias, composto exclusivamente por matérias assinadas por jornalistas e/ou articulistas mulheres, de autoria de 15 articulistas e 109 jornalistas. Como resultado, as autoras identificam que o “estupro” é o segundo tema mais referido nos jornais.

Quadro 6. Temas associados ao tema aborto voluntário na mídia.

| Temas que determinam a pauta sobre aborto - 1996 a 2000 (%) | | | | |
|---|-------------|------------|-------------|---------------|
| Jornal | Estupro | Papa | Política | Saúde Pública |
| <i>Folha de S. Paulo</i> | 11,3 | 3,2 | 16,1 | 2,4 |
| <i>Jornal do Brasil</i> | 1,6 | 0,8 | 12,9 | 0 |
| <i>O Estado de S. Paulo</i> | 2,4 | 0 | 8,9 | 0,8 |
| <i>O Globo</i> | 4 | 0 | 14,5 | 0,8 |
| Nulos | 0,8 | 1,6 | 3,2 | 0 |
| Total | 20,2 | 5,6 | 55,6 | 4 |

Fonte: Diniz e Damasceno (2001, p. 5).

²⁷ O material não apresenta a paginação.

Do total de matérias que elegem o “estupro”, as autoras também notam a apresentação de narrativas de casos de violência sexual cometida contra crianças e adolescentes, principalmente tendo entre 10 e 11 anos, portadoras ou não de deficiência mental. Para elas, a mídia, ao tratar do tema aborto voluntário via estupro de menores de idade, adotou uma abordagem sensacionalista, tratando as mulheres como vítimas desamparadas e as adolescentes como “apelos figurativos”, conforme citação abaixo.

Histórias trágicas, como os casos das meninas de X (RJ) e Y (GO), ambas com 10 anos e grávidas por estupro, largamente noticiadas pelos quatro jornais, foram antes utilizadas como apelo figurativo que mesmo como base para discussões sobre a saúde ou a dignidade das mulheres e meninas vítimas de qualquer tipo de violência sexual (p. 2-3).

Em nota de rodapé assinalam discordar do documento da CCR que considera:

.... a ampla cobertura dos casos das meninas de X e Y, ambas com 10 anos grávidas por estupro, favoreceu a tese de que o aborto deve ser permitido e acessível a vítimas de estupro.... Histórias que serviram como gancho também para o debate sobre o estupro...”²⁸

Para Diniz e Damasceno (2001), estes foram dois exemplos de como as histórias de vida foram usadas apenas como “gancho argumentativo” e deram pouco enfoque para as mulheres e as adolescentes. As autoras mencionam, portanto, um dos focos centrais desta dissertação e que será longamente analisado no capítulo 3.

Em síntese, as pesquisas apontam que: a posição prevalente na opinião pública brasileira contemporânea seria a de acatar a descriminalização do aborto voluntário em situações específicas, quando a alternativa à interrupção voluntária da gravidez seria considerada um “mal maior”; o tema freqüenta as páginas do jornal que elegemos para analisar; o enfoque das matérias variou conforme o debate político e os eventos; e as matérias adotam estratégias retóricas equivalentes àquelas referidas pelos estudos sobre a construção de problemas sociais, fazendo recurso ao drama e, neste caso, a infância parece ter ocupado lugar de escol; localizamos apenas um texto de pesquisadoras feministas que problematiza o tratamento dado à infância e adolescência nos casos relativos aos permissivos legais.

²⁸ Comissão de Cidadania e Reprodução. *A Pauta Plural do Aborto*. In: Olhar Sobre a Mídia. São Paulo. Ano V. Fevereiro de 2001. n. 14/15.

Ora, esta associação efetuada pela mídia entre infância, adolescência e violência vem sendo problematizada por pesquisadores (as) e ativistas que se especializaram no tema “infância e mídia”, o que será discutido no próximo tópico.

2.3. Infância e mídia

Dispomos de uma literatura relativamente abundante sobre o tratamento dado pela mídia à infância, tanto em plano internacional quanto nacional. De um modo geral, a literatura aponta que a mídia, no geral, não dá destaque à infância, e, ao fazê-lo, as notícias concentram a atenção, preferencialmente, em situações específicas de violência nas quais crianças e adolescentes aparecem na condição de vítima ou na de algoz, ou em questões ligadas à sexualidade. Isto tem permitido que pesquisadores e ativistas qualifiquem o tratamento midiático à infância como sensacionalista (PONTE, 2005).

Traçando um histórico sobre o interesse da mídia pela infância, a pesquisadora portuguesa Maria Cristina Ponte (2005)²⁹ sintetiza resultados de pesquisas norte-americanas, inglesas e portuguesas sobre o tema. De acordo com a autora, o interesse pela infância aparece na mídia norte-americana no final da década de 1980, em decorrência de dois fenômenos: do fato de jornalistas buscarem uma maior proximidade com os leitores, enfatizando temas de “interesse humano”; e devido à situação da infância, mais visível publicamente, em decorrência da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, ratificada pela maioria dos países no início dos anos 1990 (mas ainda não pelos Estados Unidos e Somália).

Além dessas, citando Moeller (2002), Ponte (2005) elenca outras razões, a saber:

- a partir da década de 1970, as mulheres deixaram de ser representadas como desprotegidas, e suas imagens foram substituídas pela de crianças, ícones da inocência e da pureza;
- o jornalismo passou a ter uma orientação mais cívica, criando a idéia da “criança em risco”;

²⁹ Ponte (2005) se refere aos termos criança e adolescente que têm correspondência com a categoria infância, limitada por ela até os 14 anos. Os adolescentes, dos 14 até os 18 anos não são alvo do seu estudo. Essa diferenciação possibilita “[...] circunscrever de certa forma a infância ao seu imaginário social, distinguindo-o de outras ‘idades da vida’ como a adolescência” (p.31).

- as instituições midiáticas passaram a funcionar de acordo com seus imperativos financeiros, procurando chamar atenção de novos leitores (no caso, leitoras);
- os (as) jornalistas, provenientes da “geração *baby boomer*”, em especial as mulheres, passaram a publicar histórias que envolvessem questões parecidas com suas experiências de genitores;
- devido ao “vazio ideológico nos EUA”, ocasionado pelo fim da Guerra Fria (PONTE, 2005).

O “vazio ideológico”, decorrente do desmembramento da União Soviética, facilitou que os EUA proferissem o discurso de “salvadores do mundo”, pela via de que infância, representada como responsável pelo futuro da nação, deveria ser salva da fome ou dos maus-tratos em que vive nos países em desenvolvimento. A discussão pública orientou-se para a promoção da compaixão e a sensibilização dos adultos por causas humanitárias, como apreende Ponte (2005).

A inocência e desproteção associadas à infância acarretam unanimidade a causas que lhe dizem respeito ou a ela são associadas. Dificilmente encontramos posições declaradas contra a infância, mesmo que campanhas “em seu favor” possam ser consideradas como a seu desserviço. Assim, o debate midiático sobre o aborto voluntário no Brasil enfrentará esta tensão e uso retórico da infância.

Falar sobre criança não é apenas falar sobre crianças em sentido literal. Elas são uma sinédoque sobre o futuro do país, o bem-estar político e social de uma cultura. As histórias sobre crianças são sentimentais. Recorrem aos mesmos ganchos emocionais que os filmes melodramáticos. Levam os adultos a agir. [...] A imagem de uma criança em perigo é uma “isca” perfeita. É tão forte que impede o pensamento racional. As crianças acentuam a dramaticidade de uma causa ao ser contrastada a sua inocência com a malevolência (ou talvez apenas a banal hostilidade) de adultos com poder. Por fim, o foco nas crianças serve a uma função logística. Uma vez que há criança em todo mundo, estão sempre disponíveis, e depressa para servirem de “cabide noticioso” (PONTE, 2005, p.88).

Discursos com caráter emocional são proferidos por militantes em prol da infância, tais como o da então primeira dama dos EUA Hillary Clinton, que, no início dos anos 1990, conseguiu mobilizar a agenda política e pública em torno da “preocupação nacional com o bem-estar das crianças”. O discurso ganhou força entre os políticos de outros países desenvolvidos, que produziram e veicularam

imagens e discursos sobre a infância com "valor de choque", usada como "cabide noticioso" para estimular a revolta pública, ao mostrar as "duras" realidades da vida de criança e adolescentes em situações traumáticas, tais como: fome, guerra, doença, pobreza, etc (PONTE, 2005).

Ao representar a infância em assuntos dramáticos, jornais norte-americanos enfocaram "furos jornalísticos" ligados às crianças (*kidsbeat focusing*). Isso permitiu a preferência por temas relacionados à violência urbana, intervenções da justiça nos crimes envolvendo crianças e adolescentes, pois esses temas angariavam o público preocupado com o tratamento da infância e, assim, propiciavam as primeiras páginas dos jornais. Educação, saúde, questões familiares e religião das crianças e seus familiares foram temas que, também vieram à tona, elaborados por equipes de mulheres jornalistas, apesar de não terem sido os mais comuns. A esse estilo de jornalismo, Ponte chamou "cruzadas" (TROST *apud* PONTE, 2005). Leandro F. Andrade (2001) também identificou este estilo de "cruzada" em peças jornalísticas produzidas e publicadas pela *Folha de S. Paulo* entre 1985 e 1995 sobre "prostituição infanto-juvenil" (tratada mais adiante, neste mesmo tópico).

A preferência da mídia pelo jornalismo de "causas ou de cruzada" (TROST *apud* PONTE, 2005) decorre de um estilo de intervenção pautado por critérios de moralização social, que tem tradições no jornalismo norte-americano, semelhante ao que se denomina de estilo "sensacionalista" atualmente. Para Trost (1996 *apud* PONTE, 2005), o "estilo de cruzadas", do início dos anos 1990, afetou a representação da infância norte-americana.

Os *media* tendem a ver as crianças que crescem nos meios urbanos pobres ou como vítimas ou como criminosos. Esta apresentação como vítimas da pobreza e da violência presta-lhes um mau serviço, sugere que eles estão destinados a falhar. Quando se apresenta uma criança como criminosa, esquecemo-nos do que significa ser criança: ser vulnerável, impressionável e carente. Sobrevaloriza-se uma dimensão e ignoram-se todas as outras da sua vida quotidiana (p. 92).³⁰

Uma das formas desse jornalismo sensacionalista foi abordada por Mica Nava (*apud* PONTE, 2005). A autora aborda o caso Cleveland na imprensa britânica. O caso iniciou-se em junho de 1987, com a denúncia por parte dos médicos do hospital local de um número elevado de crianças com sinais de abuso sexual. A denúncia teve como consequência a retirada das crianças de suas famílias por

assistentes sociais. Este evento originou um prolongado conflito entre o deputado local e os pais das crianças, por um lado, e as autoridades médicas e assistentes sociais, por outro. Nava (*apud* PONTE, 2005) analisou como este caso foi retratado pela imprensa e tornou-se uma problemática social complexa, suscitando debate público durante semanas. A sua análise foi orientada por três tipos de perguntas: a quem a imprensa recorre quando identifica questões geradoras de atenção e ansiedade? Como a apresentação e seleção das notícias afetam a compreensão do fenómeno? Como a abordagem feminista apareceu neste processo?

Segundo Nava (*apud* PONTE, 2005), as primeiras intervenções nos jornais foram confusas e contraditórias e, para dar sentido ao fenómeno, a imprensa teve de apreciar discursos e informações de médicos, juristas, psicólogos ou psicanalistas, que podiam ser divergentes entre si, ou apresentar divergências internas dentro da própria categoria de profissionais. As interpretações conflituosas, nesse contexto emocionalmente forte, dificultaram a tarefa de “orquestração” e a classificação das opiniões de especialistas por parte da imprensa. Os jornais apresentaram, em mesma página, artigos com pontos de vista contraditórios (mesmo em editoriais) e não houve uma opção direta por identificar quem eram os “bons e maus”, e nem quem pudesse estar ou não com a razão. As argumentações, por outro lado, tiveram uma abertura limitada, pois foram excluídas as argumentações de feministas. Nava (*apud* PONTE, 2005) observou o carácter sensacionalista destinado ao tratamento do caso e a insistência da mídia em apresentar o debate entre os vários profissionais durante meses, mesmo que o público do jornal tenha se recusado a admitir a gravidade do problema.

Para a autora, o evento foi personificado, através de uma “guerra simbólica”, tendo dois protagonistas principais: a médica que denunciou a situação e o político local que ajudou os familiares. Esses representantes tiveram suas imagens simplificadas e dicotomizadas, o que suscitou a divisão de dois grupos públicos: médicos e assistentes sociais por um lado, dirigentes políticos e familiares por outro.

Anos depois, o caso Cleveland continuou a ser lembrado por grupos sociais, principalmente os que lutam a favor da proteção das crianças e por aqueles que buscam apontar os escândalos da prestação de serviços sociais. Esse caso virou a “*analogia dominante*” (KITZINGER, *apud* PONTE, 2005) para os grupos sociais que

³⁰ Citação no original (português de Portugal).

pensam sobre o abuso sexual em todos os níveis do circuito da comunicação entre protagonistas na mídia; as formas de pensar dos jornalistas; o conteúdo noticioso e o discurso dos informantes.

De acordo com Kitzinger e Skimore (*apud* PONTE, 2005), fontes de informação ou atores sociais com dificuldades de acesso à mídia precisam de um “cabide noticioso” para promover o debate público. Essa foi uma estratégia adotada por feministas para terem acesso à voz em outros casos de abuso sexual, com a finalidade de promover a mobilização social, quebrar a resistência e o silêncio da sociedade. É no contexto dessa discussão sobre a associação da infância e violência na mídia, que Ponte (2005) se refere à metáfora de Kitzinger e Skimore (1995) sobre a criança como “cabides de notícias” e que foi, também, adotada nesta dissertação de mestrado para a construção do nosso problema de investigação. A infância é quase (ou, de fato) um pretexto, uma figura retórica, para a configuração de uma agenda política que a ultrapassa, ou mesmo, a ignora.

Sobre a intervenção de fontes e promotores de informação na definição dos problemas sociais, Kitzinger (*apud* PONTE, 2005) considera:

Não basta centrarmo-nos na cobertura dos *media*. É importante considerar os motivos das fontes de informação que procuram visibilidade nos *media*. Também não é suficiente desconsiderar os *media* como *interventores* ou *sensacionalistas*. É necessário reconhecer o seu papel como fórum do debate público. Ao mesmo tempo, contudo, há que rejeitar em absoluto os termos apedrejantes desse debate e não deixar de questionar o que ficou de fora da agenda pública e como está organizada (p. 119).

Assim, violência e sexualidade costumam ser temas que dão visibilidade social à infância. Para Jorge Navas (1994), da Nicarágua, e Leonor Arfuch (1997), da Argentina, um tipo de associação comum nos meios de comunicação é aquele em que rapazes pobres são relacionados com situações de violência e moças pobres com a questão relacionadas à sexualidade.

A relação entre violência e jovens foi o tema do estudo de Martín Sánchez-Jankowski (1997), que pesquisou, por dez anos, gangues norte-americanas. Observou que as gangues se constituem como um produto midiático ideal, principalmente se relacionadas a algum acontecimento particularmente sensacional, tal como ações violentas ou criminosas por parte dos jovens.

De acordo com o autor, os jovens que pertencem às gangues sabem que a mídia se interessa por suas histórias, desde que tenham algo novo a dizer para os

jornalistas. Os membros das gangues se aproveitam desse interesse para fazerem propaganda de si mesmos. E alguns membros das gangues se apresentam de uma forma assustadora para tentar construir uma reputação diferencial entre as outras gangues existentes. Obviamente, não são todas as gangues que aceitam essa “troca”, pois muitos integrantes das gangues temem o contato com os jornalistas, na medida em que a identificação revelada para as autoridades pode fazer com que esses jovens sejam presos.

Os jornalistas, no entanto, aceitam tal condição, pois sabem que o fenômeno pode ser transformado numa questão social de interesse para o país inteiro. Além do mais, as matérias promovem orientações políticas sobre como lidar com a questão. A mídia utiliza, então, clichês ligados ao crime, ao sexo e à violência para criar e para atrair um grande público (SÁNCHEZ-JANKOWSKI, 1997). Mas isto não é criação exclusiva da mídia: especialistas de diversas áreas, bem como operadores de problemas sociais, atuam em diapasão na busca de espaço e tempo midiáticos.

O ponto-de-vista de que a mídia relaciona a infância e a adolescência com situações de violência é compartilhado, também, por Kunkel e Smith (2002). Os autores analisaram como os jornais impressos e os noticiários de televisão americanos, em 1993, trataram das questões políticas referentes a crianças e adolescentes. Verificaram que a cobertura dada aos crimes e violência representa a maior parte de notícias relativas a crianças e adolescentes na TV (48%) e nos jornais (40%) norte-americanos. As notícias sobre educação (25% na TV e 15% nos jornais) ficaram em segundo lugar. Isso significa que crime/violência e educação representam dois terços de toda a apresentação da cobertura sobre a população infanto-juvenil norte-americana. O restante, um terço das notícias, foi o espaço dado às demais políticas públicas para crianças e adolescentes, sendo distribuídas em áreas como: saúde infantil, deveres dos pais e questões econômicas. Os autores constatam, então, que os interesses e necessidades de crianças e adolescentes são abordados pelos noticiários em segundo plano.

Os estudos acima mostram que a cobertura jornalística relacionada à infância no âmbito internacional tende a representar crianças e adolescentes de um ponto de vista negativo, com preferência por enfoques sensacionalistas, o que pode desfavorecer a transmissão de informações sobre a importância relativa a outras questões que lhe são ligadas. Por exemplo, no NEGRI, uma nova linha de pesquisa

vem sendo desenvolvida sobre a pequena atenção da mídia sobre o “direito à creche e pré-escola” para crianças pequenas (NAZARETH, 2006; SIMÕES, 2006).

O “uso instrumental” da infância pela mídia vem, entretanto, sendo questionado não só por pesquisadores e ativistas adultos, mas também pelas próprias crianças e adolescentes. Com efeito, ao construírem notícias sobre a infância, é possível que jornalistas queiram atingir apenas o público adulto, imaginando que crianças, adolescentes e jovens não tenham compreensão sobre o que é dito sobre eles (as).

Feilitzen (2002) salienta que o espaço destinado à voz da infância é dificultado, pois os profissionais da mídia também mantêm pouco contato com crianças e adolescentes. Para Ponte (2005), tal restrição decorre de a criança não possuir atividade econômica apreciável no mercado de venda e consumo de notícias e, por isso, perder o direito a ser reconhecida como destinatária e protagonista de informações positivas que a afetam. E, por causa da enorme carga emocional que rodeia a sua figura na contemporaneidade, a infância converte-se em apreciado objeto de comércio de sensibilidades, que ajuda a vender notícias e jornais a adultos.

Tais formas de associação entre infância e mídia parecem se repetir no Brasil. Caleiro (2002) aponta que as imagens de crianças e adolescentes adentram a mídia quando em situação de penúria e exploração, em que a mídia privilegia temas como abandono, trabalho, prostituição infantil e a relação entre infância e direitos humanos, sendo que este último tema é abordado para suscitar o debate sobre questões ligadas à criminalização infanto-juvenil.

O acompanhamento da produção nacional midiática tem sido realizado pela Agência Nacional de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) desde 1993 até agora. Trata-se de uma organização não-governamental, com sede em Brasília, fundada pelos jornalistas Âmbar de Barros³¹ e Gilberto Dimenstein³² e que recebe o apoio da “Fundação Ayrton Senna” para desenvolver as pesquisas “mídia e infância” e “jovem na mídia” (ANDI, 2000). As pesquisas realizadas por essa organização procuram investigar e analisar artigos e editoriais de 50 jornais e dez revistas das cinco regiões brasileiras para apontar as falhas e os limites da cobertura sobre a

³¹ Jornalista e Diretora Executiva da UNESCO no Brasil.

³² Colunista e membro do Conselho Editorial da *Folha de S. Paulo*. É também fundador e presidente da ONG Cidade Aprendiz.

infância e trazer uma reflexão sobre o papel da imprensa na constituição de um debate plural sobre temas que lhe são associados (ANDI, 2000).

Interessante e elucidativo estudo foi realizado por Pereira (2005) sobre a parceria entre ONGs e imprensa na construção do noticiário”. A autora aponta a complexa interação institucional e financeira entre a ANDI, as organizações multilaterais (UNICEF, UNESCO, OIT) e comunidade europeia, bem como empresas nacionais ligadas a grupos de origem empresarial (como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais, o Instituto Ethos, o Gife, e o EDH.

Se de um lado, ANDI, IAS, e Fundabrinq podem ter contribuído para o crescimento da veiculação de notícias voltadas ao tema da infância e da adolescência na última década, também têm predominância na ocupação dos espaços, inevitavelmente formando consensos sobre a forma de cobertura e de compreensão preponderantes da infância e da adolescência que até o momento parecem seguir incontestes. Ou seja, se possibilitam aos jornalistas formação e orientação, inevitavelmente também acabam por impossibilitá-los de descobrir outras formas de cobertura e de compreensão sobre o tema - premiações seguem motivando-os; pautas exclusivas também (p. 223).

Os temas mais referidos na mídia brasileira foram, segundo o monitoramento da ANDI (2003/2004): (1) educação; (2) violência; (3) direitos e justiça; (4) saúde; (5) cultura; (6) internacional; (7) esporte; (8) comportamento; (9) terceiro setor; (10) exploração e abuso sexual; (11) consumo; (12) drogas; (13) medidas de reinserção social; (14) acidentes; (15) exploração do trabalho; situação de rua; (16) trabalho; (17) deficiências; (18) meio ambiente; (19) mídia; (20) sexualidade; (21) mortalidade infantil; (22) desaparecidos; (23) migração e deslocamento. Como não temos informações sobre procedimentos para o recorte adotado, especialmente referente à conceituação de violência, é difícil apoiar-se a hierarquia temática apresentada. Como observaram outros colegas do NEGRI, os temas exploração e abuso sexual, sexualidade e situação de rua são intensamente associados à violência em peças jornalísticas publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

A infância associada à violência foi alvo de estudo de Katie Njaine e Maria Cecília Minayo (2002). As autoras analisaram os jornais fluminenses *O Dia*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, no período entre setembro de 1997 e agosto de 1998. Nas 38 matérias referentes a rebeliões e fugas de adolescentes, as autoras identificaram diferentes abordagens dadas à infância nesses três jornais: *O Dia* apresentou um enfoque policial do tema, porém mais crítico, e maior aprofundamento da cobertura.

Os jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, que apesar de não terem uma sessão policial, retrataram os adolescentes em rebeliões como “menores infratores”, agressivos e perigosos. Além do mais, os jornais valeram-se de estimativas relacionadas às rebeliões entre os adolescentes para potencializar a violência e o drama das internações.

As autoras oferecem uma interpretação dos discursos dos jornais a partir de dois eixos interpretativos:

- o primeiro eixo de interpretação diz respeito à veiculação de imagens de adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de internação: os jovens são representados como possuidores de um caráter destruidor, devassador e incontrolável;
- o segundo eixo refere-se às instituições de internação, que foram abordadas com menos freqüência nos três jornais e foram representadas como locais que cometem violência e violam os direitos dos adolescentes.

A voz dos (as) adolescentes, nesses jornais, não se constituiu como fonte privilegiada de informações. Ao contrário, suas vozes raramente foram ouvidas. Notaram uma preferência pelos discursos de autoridade, representada por adultos envolvidos com a área da infância e adolescência do Rio de Janeiro, por militantes na defesa dos direitos das crianças e por responsáveis pela segurança pública. As famílias dessas crianças e adolescentes também raramente foram ouvidas.

Uma outra forma de apresentação de crianças e adolescentes nos jornais brasileiros ocorre através do revestimento da infância à condição de vítima. Tatiana S. Landini (2006) analisou as notícias publicadas sobre violência sexual contra crianças e adolescentes no jornal *O Estado de S. Paulo*. A pesquisa procurou abranger as notícias do século XX que cobriram diversas formas de violência sexual: incesto; crimes violentos cometidos por estranhos; “crimes contra a honra”; lenocínio e prostituição; pornografia infantil e pedofilia. Apesar de não se referir à temática do aborto voluntário entre adolescentes, interessou-nos a comparação da autora em relação à abordagem desses temas entre o início e o final do século XX, em que oferece duas interpretações sobre as notícias: uma que apresenta a forma como os crimes foram noticiados e a outra que trata das concepções de infância apreendidas no jornal *O Estado de S. Paulo*.

A autora observa que, no início do século XX, os temas privilegiados pelo jornal foram: estupro, crimes contra a honra e prostituição. Nessa época, o jornal *O Estado* “camuflou” a violência e se reportou a esses temas com o auxílio de palavras vagas, tais como: “violentou-a”; “praticou atos repugnantes”; “atentado torpe”. No final do século XX, por outro lado, estupro e prostituição, por exemplo, passaram a ser bastante reportados, e temas como o estupro foram associados a outros temas com conotações negativas, como: violência física, assassinato, facadas e estrangulamentos. Além do mais, a identificação dos estupradores passou a ter importância para o jornal, assim como a apresentação de crianças pequenas: “os alvos da violência” (LANDINI, 2006).

Temas como pornografia infantil e pedofilia, que não eram tratados até o final do século XX, passaram a aparecer no jornal. O jornal apoiou-se em fontes específicas, consideradas por ele como confiáveis para a construção de generalizações a respeito dos temas apresentados. Adentram na mídia as figuras de policiais, psicólogos, médicos, advogados e funcionários de ONGs. Além do mais, alguns acontecimentos, como, por exemplo, a inauguração da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, motivaram a produção do jornal sobre o tema da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes.

A autora observou, ainda, que, no início do século XX, a infância era retratada nessas notícias estritamente como vítima e não havia menções, no jornal, sobre “provocação” ou “consentimento sexual”. Para Landini (2006):

(...) para se referir à criança vítima, eram usados termos como ‘*victima de seus instinctos perversos*’, “pequena”, “infeliz menina”, “desgraçadinha” (p. 230).

Além disso, as notícias do início do século XX não discutiam as características das adolescentes que eram “traficadas” ou “se ofereciam à prostituição” (LANDINI, 2006); a família tampouco era referida nos textos. Ocorria apenas menções aos imigrantes, tidos como aliciadores que se ocupavam em “desviar menores” (LANDINI, 2006). Em contraponto, no final do século XX, a infância passa a ser representada nas reportagens do jornal através de fotos, emprestando uma imagem “apelativa” ao tema como estratégia de sensibilização do leitor, mas ainda vítimas passivas e sem voz.

A autora aponta que outra forma de representar a infância nas notícias sobre violência sexual no jornal *O Estado de S. Paulo*, no final do século XX, provem dos textos sobre prostituição que enfocaram as adolescentes pela via da pobreza e do abandono. Nesse período, o jornal teria deixado de publicar notícias sobre “crimes contra honra”, colocando, em seu lugar, matérias sobre pedofilia e pornografia infantil (dois tipos de crime que só existem se a vítima for menor de idade). A justificativa usada pelo jornal foi a proteção da infância. Landini (2006) observa a mudança de enfoque no jornal: de um enfoque que era, predominantemente, de gênero para a predominância na infância. Dentre as conclusões, a autora destaca:

Concluindo, pode-se afirmar que houve uma mudança profunda na forma de entender a violência sexual cometida contra menores de idade - a ênfase, colocada [antes] na questão de gênero, passou a ser posta na idade, ou seja, se antes a violência era entendida como um problema relacionado à desigualdade entre homens e mulheres, no final do século XX ela passou a ser vista muito mais como uma questão relacionada à desigualdade entre crianças e adultos. Em outras palavras, houve uma mudança de enfoque de gênero para geração. Nesse sentido, o que antes constituía uma única categoria - a violência sexual, seja contra crianças seja contra adultos - passou a constituir dois grupos analíticos - a violência sexual contra adultos e a violência sexual contra crianças (LANDINI, 2006, p. 251).

O pesquisador Luís Felipe Rios (2002) oferece uma explicação para a entrada de temas, como pedofilia, prostituição, violência, assédio, na pauta da mídia, associados à cultura sexual. Em pesquisa para a CCR dos jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, no período de 1996 a 2000, o autor encontrou, no rol dos assuntos mais apresentados pela mídia, a sexualidade (37,6%), seguida pelo tema da prostituição, violência/abuso sexual (13,1%) e, por fim, homossexualidade (6,9%).

Para o autor, o sexo é lugar de vitimização quando associado ao assédio sexual, pedofilia, abuso e violência sexuais. Neste sentido, o autor identifica que a violência ainda permanece proporcionalmente em alta na mídia e observa, ao contrário de Landini (2006), ainda a preferência por abordar a violência contra as mulheres adultas, principalmente a violência direcionada contra a mulher pobre. Geralmente, os casos de violência contra a mulher são retratados como “mais um crime”, banalizados no noticiário policial, em que as “estatísticas encontram-se assustadoras” (RIOS, 2002, p.132). Isso porque, segundo o autor, “[...] a imprensa concentra seu interesse apenas no aspecto policial do tema” (p. 132). Para o autor,

apesar do avanço nas abordagens da mídia sobre sexualidade e reprodução, ainda ocorre uma preferência por abordagens descritivas e “policialescas”, que retratam e reificam a degradação humana, em que a cultura sexual rima com violência/violação.

As autoras Silvia Ramos e Anabela Paiva (2008), em extensa revisão sobre mídia e violência, apontaram o estupro como um dos “temas que não aparecem na cobertura” (p. 133). A divulgação de casos de estupro parece ser algo excepcional na mídia brasileira e que, por si só, apelaria por uma reflexão mais atenta. Assim, a partir de pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), que analisou 583 notícias sobre atos violentos publicados em oito jornais do Rio de Janeiro em 2006, apenas uma era sobre violência sexual, sendo que, em 2004, em 527 matérias as pesquisadoras teriam encontrado 1,14%.

Analisando entrevistas a jornalistas de vários veículos consagrados (TV *Globo*, *Diário de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*), as autoras observaram a justificativa recorrente quanto à pequena cobertura por se tratar de um tema difícil, que necessitaria de mais tempo que o habitual para ser produzido, cuja “checagem” apresenta maior dificuldade, porque ocorre na esfera privada.

Para evitar enganos, o jornal não só evita citar os nomes das vítimas, como é praxe na maior parte da imprensa, mas também mantém os acusados no anonimato. Por acreditar que muitas denúncias são falsas, o editor evita a cobertura de casos isolados (RAMOS e PAIVA, 2008, p.134).

No transcorrer do texto, a transcrição da opinião de um repórter da *Folha de S. Paulo*, Maio Hugo Mokken, merece destaque e à qual incitamos que o (a) leitor (a) volte após a descrição dos casos das mulheres de 10 e 11 anos associadas ao aborto voluntário em decorrência de estupro (nesta dissertação, às páginas 132 em diante).

Acredito que seja para não expor a vítima e seus familiares. Certamente, deve ser muito constrangedor para uma pessoa vítima de estupro aparecer publicamente, o que acaba dificultando o trabalho da imprensa (p. 134).

A associação entre crianças, adolescentes e violência na mídia brasileira foi, recentemente, objeto parcial de um ensaio contestador no livro *Mídia e Violência* (RAMOS e PAIVA, 2008, p. 68-69). As autoras trazem à memória matéria publicada pelo *Jornal do Brasil*, em 2006, no qual o jornal justificou, no editorial, a violação ao ECA ao apresentar foto sem tarja de adolescente associado a um crime. Lembram

também do assassinato de um menino, em 2007, arrastado por um grupo que teria roubado o carro da família.

Entre os cinco ladrões responsáveis pela morte [...] teria um jovem de 16 anos. Embora fosse o único menor de idade no grupo de cinco rapazes, o adolescente tornou-se o protagonista do crime para a imprensa (p. 68).

As autoras avaliam que a postura do *Jornal do Brasil* não é freqüente, pois, para elas, “o conjunto de recomendações éticas do Estatuto da Criança e do Adolescente é observado com bastante assiduidade por jornalistas” (p. 68). Relembrem que, em 2003, o ECA incluiu um parágrafo a mais, explicando o que deve ser evitado.

Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou o adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome (ECA *apud* RAMOS e PAIVA, 2008, p.69).

A violação da identidade e intimidade de crianças e adolescentes foi observado recorrentemente na *Folha de S. Paulo* em todas as pesquisas realizadas no contexto do NEGRI, inclusive nesta, sem que possamos afirmar se, após a inclusão acima mencionada no ECA, ocorreu declínio da prática. Esta é uma das questões centrais das pesquisas que realizamos no Núcleo. Tratarei delas a seguir.

O grupo de pesquisas coletivas do NEGRI tem abordado o tema infância e mídia via análise da produção escrita do jornal *Folha de S. Paulo*, considerado o veículo impresso brasileiro que mais dá atenção a questões relacionadas à infância. Quatro pesquisas relativas ao tratamento dado pelo jornal à infância e adolescência pobres no Brasil já foram concluídas: “prostituição infanto-juvenil” (L. ANDRADE, 2001); “trabalho infanto-juvenil” (FREITAS, 2004); “gravidez adolescente” (NAZARETH, 2004); “meninos de rua” (M. ANDRADE, 2005). Essas pesquisas usaram o referencial teórico sobre ideologia de Thompson (1995). Os temas pesquisados por esses (as) autores (as) foram questões que passaram a ocupar a posição de “problemas sociais” na agenda brasileira de políticas públicas para a infância nas últimas décadas do século XX. Essas pesquisas são sistematizadas a seguir.

A primeira tese de doutorado realizada no NEGRI que investigou infância e mídia foi a de Leandro Feitosa Andrade (2001), intitulada *Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia*. O período estudado compreendeu 1985 a 1995 e foram localizadas e analisadas 223 peças jornalísticas publicadas pela *Folha de S. Paulo* sobre o tema no Brasil.

O tema teve o ápice de publicações no ano de 1992, em decorrência do caso “Criança e adolescentes escravizadas”. Jornalistas de renome, tal como Gilberto Dimenstein, tiveram seus nomes vinculados à publicização do tema, o que lhes possibilitou *status* no cenário jornalístico, além de publicações de livros e premiações nacionais e internacionais. A produção do jornal circulou pelo âmbito nacional, sendo acolhida por personalidades, literatura especializada e exercendo influência na agenda para elaboração de políticas públicas para a infância e adolescência pobres. Editoriais e artigos na sessão “Opinião” foram indicadores, entre outros, da importância do tema no jornal.

O tema foi abordado pela via da violência/sensacionalização, pela apresentação de estimativas desconhecidas, por denúncias, adequando-se à proposta do jornal de “achar uma solução para o problema”.

A categoria “prostituta infantil” foi descrita através de 260 personagens/depoentes. Várias tiveram suas identidades civis reveladas, por meio de nome completo, prenome, iniciais, apelido, local de residência e, por vezes, a identificação dos seus familiares. Por outro lado, outros atributos sobre a personagem/depoente, tais como o contexto de vida social, escolaridade, vida psíquica foram escamoteados, transformando, de certa forma, a personagem/depoente numa abstração (L. ANDRADE, 2001).

No discurso da *Folha*, as personagens/depoentes infanto-juvenis na prostituição são apresentadas como sozinhas na maior parte das peças jornalísticas, isto é, sem coadjuvantes, o que transmitiu a idéia de abandono e, conseqüentemente, a idéia de vítimas essenciais. Diferentemente do que Landini (2006) anunciou para os casos de estupro publicados em *O Estado*, os coadjuvantes permaneceram na penumbra. Aparentemente, a prostituição infanto-juvenil não se configurou, para a mídia, como casos de estupro. A família da personagem aparece como responsável pelo destino da prostituição das filhas. Mães, pais e irmãos aparecem como aqueles que negociam ou aliciam as filhas ou irmãs. Em apenas

duas peças jornalísticas aparecem famílias acolhedoras. Dessa forma, as famílias das personagens/depoentes foram igualmente estigmatizadas, uma vez que tais familiares foram descritos como os principais responsáveis pela prostituição da jovem, em decorrência da pobreza familiar.

As peças jornalísticas que envolvem depoentes foram elaboradas com pouco acesso a fontes externas ao jornal ou a especialistas. O depoimento das personagens/depoentes e os recursos da própria *Folha* sustentaram a produção sobre o tema durante anos no jornal. Para L. Andrade (2001), trata-se de uma produção endógena, com a participação dos envolvidos na trama (vítima e jornalista) e pouco testemunho exterior. O desvelamento da identidade civil de várias depoentes associado ao tratamento textual permitiu L. Andrade (2004) afirmar:

Ao devassar a identidade das depoentes, um dos principais prejuízos que a mídia, provavelmente, proporcionou aos grupos em situação de vulnerabilidade social e ao estigma foi a transposição da situação de desacreditáveis para a de desacreditadas. Ao divulgar nome, foto, local de convivência, perfil, tornou-se público um trunfo das depoentes, a possibilidade de gerenciamento, em outras situações, de outros papéis, a construção de uma outra vida (p. 179).

Sobre as principais concepções de infância no jornal, o autor observou que a construção do tema da prostituição infanto-juvenil na produção da *Folha* ganhou visibilidade quando exacerbou a conotação infantil da prática da prostituição. De acordo com L. Andrade (2001), o jornal:

- empregou freqüentemente o termo *menina* (ao invés do uso dos termos *adolescente* ou *jovem*);
- usou a expressão “prostituição infantil”, ao invés da expressão “infanto-juvenil”;
- buscou a prostituta com menor idade;
- enfatizou a ingenuidade, desproteção e submissão das adolescentes à violência;
- produziu associações metafóricas entre prostituta, “menina/moça”, “boneca”;
- empregou frases como “iniciou-se na prostituição há algum tempo”.

Para o autor, ao dar este tratamento ao tema da prostituição infanto-juvenil, a *Folha* contribuiu para a estigmatização das famílias, crianças e adolescentes pobres e de prostitutas. Esta produção se sustentou em relações assimétricas de gênero,

pois os homens tiveram suas imagens associadas à violência, criminalidade, drogadição e abuso sexual; e as mulheres tiveram suas imagens associadas à promiscuidade sexual, prostituição, abandono de filhos.

Nas principais análises do autor, outras características da produção da *Folha de S. Paulo* sobre o tema foram destacadas, tais como: a retórica que produziu impacto sobre a infância e a adolescência brasileiras, e a atribuição de verbas nacionais e estrangeiras em programas específicos para “crianças e adolescentes prostitutas (de rua)”, dimensionando, equivocadamente, sua extensão, em detrimento de investimentos em projetos mais abrangentes para a infância.

O tema “infância e mídia” também foi abordado por Rosângela Ramos de Freitas (2004), que realizou a pesquisa *O tema trabalho infanto-juvenil na mídia: uma interpretação ideológica*. A autora ofereceu uma interpretação sobre a produção do jornal *Folha de S. Paulo* a partir da análise de peças jornalísticas produzidas e veiculadas entre 1980 e 2001, com o objetivo de complexificar, no plano político, o debate sobre a erradicação de trabalho infanto-juvenil, para romper com as interpretações tidas, até então, como irrefutáveis sobre o que são os direitos de crianças e adolescentes.

Nas 548 peças jornalísticas coletadas e que tratam do tema no Brasil, a autora identificou que a *Folha*, ao abordar o tema “trabalho infanto-juvenil”, privilegiou o discurso de denúncia, ajustando-se ao discurso de combate ao “trabalho infanto-juvenil” (TIJ), empreendido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, mais tarde, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O tema publicizado ganhou adeptos ativistas humanitários que consomem notícias, além de celebridades, políticos, representantes de organizações não-governamentais, que partiram na ofensiva para falar em nome e pelo bem de crianças e adolescentes na tematização do TIJ, exemplificando via a “retratação” de trabalhadores infanto-juvenis. Campanhas, debates públicos, premiações e publicações de livros aparecem no cenário cada vez mais pautado e pautando o tema.

Numa amostra de 61 unidades de informação, Freitas (2004) também encontrou a revelação de dados quanto à identificação civil de personagens/depoentes. Foram revelados o nome completo, prenomes, iniciais ou apelidos, idade, sexo, escolaridade, tipo e condição familiar, condição de vida e

ocupação. Em especial, a idade do depoente foi associada ao tipo de atividade exercida, o que deu intensidade dramática ao fenômeno e transmitiu a exposição da imagem de vítima. As famílias foram descritas como aquelas responsáveis por explorar seus filhos no mercado de trabalho. E a descrição da pobreza das famílias serviu para justificar o destino dos trabalhadores infanto-juvenis. Juntamente com a família, o empresário apareceu como responsável pela exploração e pelo recrutamento de menores ao trabalho.

A categoria “trabalhador infanto-juvenil” foi construída na produção da *Folha de S. Paulo*, sustentando-se a partir das seguintes ênfases:

- na idade precoce das crianças, associadas ou não ao tipo de atividade exercida, como uma estratégia discursiva para dar intensidade dramática aos relatos. Algumas peças referem-se a crianças entre 5 e 7 anos;
- no emprego do termo “trabalho infantil”, em detrimento do uso “trabalhador infanto-juvenil”.

Na *Folha*, o discurso de fontes externas e de especialistas (adultos) prevaleceu sobre o discurso de crianças e adolescentes. O estilo investigativo da *Folha*, caracterizado através da denúncia de crianças e adolescentes que trabalhavam, veiculou a imagem de “vítimas”, mas sem, no entanto, apreender se aquelas crianças e adolescentes queriam, precisavam ou mesmo gostavam de trabalhar. Mesmo quando os trabalhadores infanto-juvenis expressaram suas opiniões, dizendo que preferiam trabalhar a ir à escola, ou fizeram reivindicações sobre a melhoria das condições do trabalho, e não por sua erradicação, suas vozes e suas opiniões não foram levadas a sério pelos jornalistas.

Para Freitas (2004), o jornal *Folha de S. Paulo*, ao abordar o tema do trabalho infanto-juvenil, produziu e sustentou relações de dominação de adultos sobre crianças e adolescentes, tendo em vista que crianças e adolescentes não são vistos como capazes de fazer escolhas, tomar decisões, e formar um juízo sobre suas condições de vida em seu processo de socialização.

Outro tema da agenda pública que encontrou visibilidade na mídia foi “meninos de rua”. Marcelo de Andrade (2005), na pesquisa *Categoria ‘meninos de rua’ na mídia: uma interpretação ideológica*, analisou 443 peças jornalísticas publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* entre 1980 e 2001.

A *Folha* participou do processo de condução do tema para a agenda pública, fortalecendo sua credibilidade junto ao *establishment* nacional, dando-lhe intensidade e dramaticidade (M. ANDRADE, 2005). Escreveram sobre “meninos de rua” colunistas renomados, além de várias personalidades que estiveram também associadas a esse assunto. O tema foi tratado em sete editoriais, em artigos de opinião, nas pesquisas do *Datafolha* e em matérias no *Folhateen* e *Folhinha*.

A categoria “meninos de rua” foi produzida e veiculada pelo jornal também através da apresentação de estimativas que circularam no período, tanto aquelas produzidas no Brasil, através de censos ou contagens, quanto as “indiretas”: estimativas, via de regra, sem explicitação de procedimentos, números redondos bombásticos.

A narrativa produzida e veiculada pelo jornal acionou um repertório sensacionalista e policial, que associou crianças e adolescentes ao tema da violência. O jornal, que se pronuncia na defesa dos “meninos de rua”, representou-os como “vítimas” de um modelo social injusto e como delinqüentes e desviantes, mas responsáveis pela manutenção da violência (M. ANDRADE, 2005).

Em amostra de 86 peças jornalísticas, M. Andrade (2005) apreendeu a caracterização de personagens/depoentes genéricos ou coletivos e individuais. Para os personagens genéricos/coletivos, a construção textual é frouxa, ou seja, as matérias veiculam uma composição fluida: não se dispõe de informações sobre sua cor, raça, escolaridade, procedência, vínculos familiares e institucionais. A construção da categoria “meninos de rua” é constituída pelos atributos que enfatizam: onde estão, o que fazem e com quem interagem. Isto é, “na rua”, onde “perambulam” e interagem com a polícia.

Inúmeros personagens/depoentes individuais têm sua identidade civil revelada, através de nome completo, iniciais ou apelidos, e são predominantemente descritos como “perambulando” nas ruas, em interação com seus pares e policiais.

A família desses personagens/depoentes é pouco mencionada nas matérias e, quando a menção é feita, raramente é ouvida, o que acarreta à categoria “menino de rua” a idéia de abandono. Além dos familiares, a voz de crianças e adolescentes depoentes pouco é ouvida sobre os pontos que os afetam e a maioria deles não ganham espaço para explicar porque estão na rua, quais as conseqüências desse fato, e quais suas perspectivas de futuro. Predomina a voz de coadjuvantes adultos

(funcionários do governo ou de ONGs, acadêmicos, especialistas, religiosos ou jornalistas). De acordo com M. Andrade (2005): “nós do *establishment* falamos para nós do *establishment* sobre eles os ‘meninos de rua’” (p. 148).

M. Andrade (2005) também aponta que a produção do jornal *Folha de S. Paulo*, ao participar da construção da categoria “nativa” “meninos de rua”, contribuiu para a estigmatização da pobreza de crianças e adolescentes em situação de rua e de seus familiares. De acordo com o autor, esta estigmatização é uma produção ideológica.

Outra pesquisa foi realizada no NEGRI por Leila Nazareth (2004), sob o título *O discurso da mídia sobre a adolescente grávida: uma análise da ideologia*, que focalizou o período de 1990 a 2000. Esse estudo é o mais próximo do meu tema, e contribuiu para a formulação de nossas primeiras perguntas de investigação.

Nazareth (2004) observou que a produção do jornal concentra-se mais na segunda metade de 1990. O tema da gravidez foi tratado como uma questão de saúde e como um “problema” que afeta adolescentes, filhos (as), famílias e sociedade. As gravidezes de adolescentes foram tratadas pela *Folha* como um problema/questão social grave e emergente. O discurso da “gravidez indesejada” serviu como estratégia para conferir confiabilidade ao discurso dos jornalistas, mobilizando o sentido de gravidade e intensidade ao fenômeno.

As matérias sobre gravidez adolescente recorrem, assim como sobre os temas “prostituição infanto-juvenil” e “meninos de rua”, à apresentação de estimativas disparatadas sobre as adolescentes que engravidam, dão à luz e abortam.

A categoria “adolescente grávida” é construída no jornal *Folha de S. Paulo*, através:

- da busca da grávida com menor idade, o que contribuiu para que o fenômeno estivesse associado com algo indesejado e indesejável;
- da caracterização da adolescente como aquela que não teria perspectivas de vida e, grávida, estaria à mercê da sorte do seu futuro;
- da desqualificação da adolescência como etapa legítima para o exercício da sexualidade e da maternidade;
- da concepção de adolescentes como incapazes de se protegerem, na prática sexual, da gravidez;

- da caracterização da adolescente grávida como inseqüente, recorrente e irresponsável, pois, apesar de conhecer os métodos contraceptivos, mantém relações sexuais desprotegida e acaba por engravidar, reproduzindo, assim, o “ciclo de pobreza”.

Como nos demais temas pesquisados pelo NEGRI abordados pela *Folha de S. Paulo*, identidades civis de adolescentes grávidas foram reveladas, apresentando seus nomes completos, iniciais, prenomes e apelidos. Seus locais de residência, escola e outros indicativos de sua identificação também foram revelados. Seus rostos e corpos foram divulgados, mas a apresentação de seu contexto de vida, assim como suas vozes, foram omitidas.

A família de personagens/depoentes aparece nas matérias, mas também é caracterizada e desqualificada para ajudar suas filhas na prevenção da gravidez adolescente. A identidade dos parceiros das adolescentes grávidas fica incógnita. A ausência desses coadjuvantes/parceiros parece sustentar a concepção de que a gravidez seja uma preocupação exclusivamente feminina.

Assim, de acordo com Nazareth (2004), a *Folha* assumiu um estilo sensacionalista ao abordar o tema da gravidez na adolescência, procurou divulgar o exótico, o inusitado, em casos que teriam ocorrido em pequenas cidades, envolvendo famílias pobres e adolescentes muito jovens que foram “cabides de notícia” para o debate sobre a descriminalização do aborto, como discutiremos adiante.

A contribuição das pesquisas realizadas no NEGRI permite-nos apreender como a mídia participa da construção da agenda de problemas sociais para a infância. Para tanto, um desses atores, o jornal *Folha de S. Paulo*, produz e veicula um discurso sobre questões sociais associadas à infância e adolescência pobres, cujas principais características são:

- a abordagem de temas que fazem parte do debate nacional dando-lhes visibilidade e continuidade;
- a participação na construção da agenda pública, mobilizando a participação de diversos atores sociais;
- o uso de retórica dramática, tal como:
 - a) apresentação de estimativas dos fenômenos, sem fundamentação em bases empíricas ou em fontes confiáveis;

- b) ênfase nas idades mais novas;
 - c) abordagem dos temas via situações exóticas e inusitadas;
 - d) tratamento dos temas via histórias individuais de crianças e adolescentes, mas sem a valorização da voz e da opinião de depoentes/personagens;
 - e) ênfase na pobreza dos depoentes/personagens e de seus familiares;
 - f) destaque para a violência;
- a estigmatização da pobreza, por associar a pobreza das depoentes/personagens e de suas famílias com a suposta continuação do ciclo social da pobreza;
 - o uso de um modelo explicativo estrutural-funcionalista.

Além do mais, concluem os (as) autores (as) do NEGRI, a produção da *Folha de S. Paulo* tem ignorado e desrespeitado a ética em matérias que envolvem crianças e adolescentes, desvelando, freqüentemente, sua identidade civil e a de seus familiares. A explicitação pública da identidade civil dos depoentes incorre em infração legal, conforme o ECA. Além disso, essas matérias expõem os (as) depoentes adolescentes e seus familiares, e os coloca numa posição de desacreditados socialmente, favorecendo, dessa forma, sua estigmatização.

No contexto de pesquisas do NEGRI, a análise da mídia sobre os conteúdos produzidos e veiculados para e sobre a criança e adolescente tem procurado apreender essa produção de um ponto de vista ético, em consonância com a literatura internacional (BAUTISTA, 2002; JEMPSON, 2002; JEMPSON e NOVIS, 2002)³³ e nacional (ANDI). Neste grupo de pesquisas do NEGRI, L. Andrade e Rosemberg (2004) propuseram princípios que apontam para a necessidade de se estabelecerem critérios de conduta ética para a formulação de peças jornalísticas que versam sobre a infância e que usam crianças e adolescentes como depoentes, principalmente em situação de vulnerabilidade social e ao estigma.

Os (as) pesquisadores (as) do NEGRI assumem, dessa forma, um posicionamento acadêmico e político que prevê amenizar as subordinações de idade, ao elaborar tal código de ética, e que está dividido em duas partes: a primeira volta-se à produção e divulgação jornalísticas sobre o tema da infância e adolescência em situação de vulnerabilidade e ao estigma; a segunda parte trata do

³³ Os códigos de conduta ética dos jornalistas que abordam as questões da infância foram alvo de debates na Conferência Internacional "Jornalismo 2000: Os Direitos da Criança e a Mídia" realizada em Recife, em 1998 (JEMPSON e NOVIS, 2002).

envolvimento de crianças e adolescentes na produção e divulgação midiática, (quadro 7).

Vimos, de forma geral, como temas ligados a crianças e adolescentes entram na mídia. Este aspecto é de suma importância para a compreensão das condições concretas de produção de matérias sobre crianças e adolescentes. Isto é, a infância e adolescência, quando associadas a temas sensacionalistas na mídia, tais como os que envolvem a violência, tornam-se “cabide de notícias” de uma produção simbólica produzida em campo institucional (o jornal), em articulação com fontes de informação, muitas vezes formadas por adultos profissionais ou ativistas que dependem do jornal para terem visibilidade ou para darem publicidade a alguma causa, que pode não corresponder ou desrespeitar a direitos e necessidades de crianças e adolescentes. Operadores de problemas sociais podem ser considerados progressistas dentro de uma causa focalizada por certos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, desrespeitarem direitos de outros segmentos sociais, em nosso caso, de crianças e adolescentes.

As pesquisas sobre infância e mídia, como já afirmamos, de pesquisadores (as) do NEGRI trataram, até o presente, de problemas sociais intrinsecamente associados a esse tempo social, infância e adolescência: o infantil associado à prostituição, ao trabalho, à gravidez e à rua configuram os temas que estudaram. No caso desta dissertação de mestrado, o tema é recortado do universo adulto (o aborto voluntário) e infância e adolescência lhe são associadas principalmente ou exclusivamente como estratégia de discurso persuasivo, como descreveremos no próximo capítulo.

Quadro 7. Princípios éticos propostos por Leandro F. Andrade e Fúlvia Rosemberg (2004)

| |
|--|
| Princípios éticos que devem nortear a produção e divulgação de peças-texto e imagem - sobre a infância e adolescência em situação de vulnerabilidade social e ao estigma |
| A produção e divulgação de peça- texto e imagem- sobre criança e adolescentes em situação de vulnerabilidade devem ter por objetivo o benefício de criança e adolescentes, atentando para o fato de que, mesmo nos casos de denúncia, estas peças podem servir como estímulo para a exploração, o abuso e a violência contra criança e adolescentes; |
| Evitar a veiculação de informações - estatísticas, imagens, relatos de experiência – sobre criança e adolescentes em situação de vulnerabilidade que não se baseiam em fontes confiáveis; |
| Quando for o caso, explicitar claramente que informações sobre criança e adolescentes em situação de vulnerabilidade baseadas em fontes seguras não são disponíveis; |
| Divulgar informações que esclareçam contradições na conceituação, metodologia e resultados sobre incidência, causas e impacto de condições de vulnerabilidade vividas por criança e adolescentes; |
| Dar um tratamento ao texto e às imagens que evidencie o que se refere a valores e opiniões dos produtores e divulgadores da peça e o que se refere a informações baseadas em fontes seguras e confiáveis sobre criança e adolescentes em situação de vulnerabilidade; |
| Evitar a produção e divulgação de peças – textos e imagem – que veiculem discriminação de raça, gênero, condição econômica, religiosa e cultural; |
| Evitar a produção e divulgação de peças – imagem e texto – que tratem as experiências de vulnerabilidade em que se encontram criança e adolescentes como sendo atributos do caráter dessas pessoas, preferindo tratá-las como decorrência de uma situação contingencial; |
| Evitar a veiculação de peças – texto e imagens- que reforcem o prognóstico de um destino inexorável a partir das condições atuais de vulnerabilidade em que vivem criança e adolescentes; |
| Atentar para o fato de que encontramos famílias pobres e ricas que respeitam e amam seus filhos (as), do mesmo modo que encontramos também famílias ricas e pobres que não amam e não respeitam seus filhos (as); |
| Atentar para a possível discordância entre valores dos produtores e divulgadores de peças e os dos grupos focalizados de criança e adolescentes em situação de vulnerabilidade ; |
| Atentar para o fato de que os adultos, mesmo especialistas em infância e adolescência, nem sempre agem no “melhor interesse da criança e adolescente”; |
| Princípios éticos que devem orientar a produção e divulgação de peças – texto e imagem- que envolvam diretamente criança e adolescentes em situação de vulnerabilidade; |
| A preservação da dignidade, privacidade e integridade física, psíquica, moral, religiosa e cultural da criança e adolescente ou adolescente em situação de vulnerabilidade deve superar qualquer outro interesse na produção e divulgação de peças a seu respeito, especialmente quando sua identidade ou intimidade podem ser expostas; |
| O consentimento livre e esclarecido de criança e adolescentes em situação de vulnerabilidade, bem como o de pessoas responsáveis por sua guarda, deve ser obtido para que participem, através de suas palavras ou imagem, de elaboração ou divulgação de peças; |
| A decisão de envolver criança e adolescentes em situação de vulnerabilidade na produção de peças – texto e imagem – deve ser precedida da ponderação quanto a riscos e benefícios e ao mínimo de danos e riscos; |
| Prever procedimentos que assegurem a confiabilidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização de informações e imagens em prejuízo de criança e adolescentes em situação de vulnerabilidade, quando envolvidos na produção ou divulgação das peças, inclusive em termos de auto-estima, de prestígio econômico-financeiro; |
| Assegurar a inexistência de conflitos de interesse entre criança e adolescentes em situação de vulnerabilidade e produtos e veiculadores de peças a seu respeito e que as envolvam; |
| Prever formas de indenização a criança e adolescentes em situação de vulnerabilidade, diante de eventuais danos decorrentes da produção e veiculação de peças – texto e imagem - a seu respeito e que as envolvam; |
| Garantir que criança e adolescentes em situação de vulnerabilidade tenham acesso a peças produzidas a seu respeito e que as envolvam, criando condições para que avaliem seu conteúdo e impacto; |
| Atentar, particularmente, quanto ao respeito a esses princípios éticos na produção e veiculação de peças – texto e imagem – envolvendo criança e adolescentes em situação de vulnerabilidade de países estrangeiros, especialmente os subdesenvolvidos. |

Fonte: L. Andrade (2004, p. 183-185).

Capítulo 3. Análise discursiva das formas simbólicas: procedimentos e resultados

Neste capítulo adentramos a segunda fase prevista pela hermenêutica de profundidade: analisamos as formas simbólicas que elegemos, ou seja, as 298 unidades de informação (UI) localizadas no jornal *online* da *Folha de S. Paulo*, no período de 1997 a 2005.

Para tanto, o capítulo foi organizado em dois grandes tópicos: o primeiro descreve os procedimentos; o segundo, os resultados.

3.1. Procedimentos de análise

A análise discursiva das formas simbólicas foi guiada por procedimentos de análise de conteúdo inspirados em Bardin (1977) e Rosemberg (1981) que assim a conceitua:

[a análise de conteúdo] se propõe a descrever aspectos de uma mensagem, objetiva e sistematicamente, e algumas vezes, se possível, de forma quantificável, a fim de reinterpretá-la, de acordo com os pressupostos da investigação (ROSEMBERG, 1981, p. 70).

Os procedimentos de análise envolveram duas etapas: a localização das UI (3.1.1) que compõem o universo da pesquisa; e as estratégias para analisar as UI localizadas (3.1.2).

3.1.1. Localização das unidades de informação

Esta dissertação localizou e coletou 298 unidades de informação (UI) publicadas no jornal *online* da *Folha de S. Paulo* no período de 1997 a 2005 e que continham os termos: aborto (e seus equivalentes) e infância ou adolescência (e seus equivalentes), delimitados a partir de um rol de descritores apresentados adiante (quadro 8). A este conjunto de UI denominamos universo, tal como Bardin (1977).

Universo relaciona-se aos documentos sobre os quais se pode efetuar a análise. A amostra que será submetida à análise deve ser representativa do universo inicial (p. 96-97).

Entendemos a unidade de informação (UI) como sendo:

a célula básica da peça jornalística, que compreende [...] tanto o contexto de produção da matéria (autor, data, dia da semana), quanto a peça jornalística propriamente dita (artigo, gráfico, mapa, etc), às vezes apoiada por imagens (fotos, selos, desenhos) (L. ANDRADE, 2001, p. 111).

Para compor o universo, excluimos da coleta de dados os textos impressos que ficam arquivados no Banco de Dados da *Folha* e também os textos produzidos e transmitidos minuto a minuto pelo *site* da *Folha Online*. Retivemos apenas as 298 UI extraídas do *site* da *Folha de S. Paulo online*. No universo, foram incluídas UI que se referem ao Brasil e ao exterior.

A opção por coletar dados pela Internet se deu pela agilidade, pela comodidade e porque o *site* da *Folha* oferece um material amplo e legível. O trabalho de coleta no banco de dados disponibilizado *online* é relativamente simples, isto é, basta acessar o *site* do jornal (<http://www1.folha.uol.com.br/fsp>) e escolher entre *Folha Online* ou *Folha de S. Paulo*. Optamos pelo *site* da *Folha de S. Paulo*, pois existe uma diferença entre os dois *sites*: na *Folha Online*, os textos são gratuitos e o pesquisador tem acesso às informações atualizadas pelos jornalistas no decorrer do dia. O *site* da *Folha de S. Paulo* oferece ao leitor o acesso ao conteúdo semelhante ao da versão impressa e é destinado aos assinantes. Ocorre que o *site* da *Folha Online* produz material com muitas matérias repetidas, por isso o *site* da *Folha de S. Paulo* publica textos que atingem os leitores da versão impressa e os leitores via *web*.

Figura 1. Índice de busca no *site* da *Folha de S. Paulo*

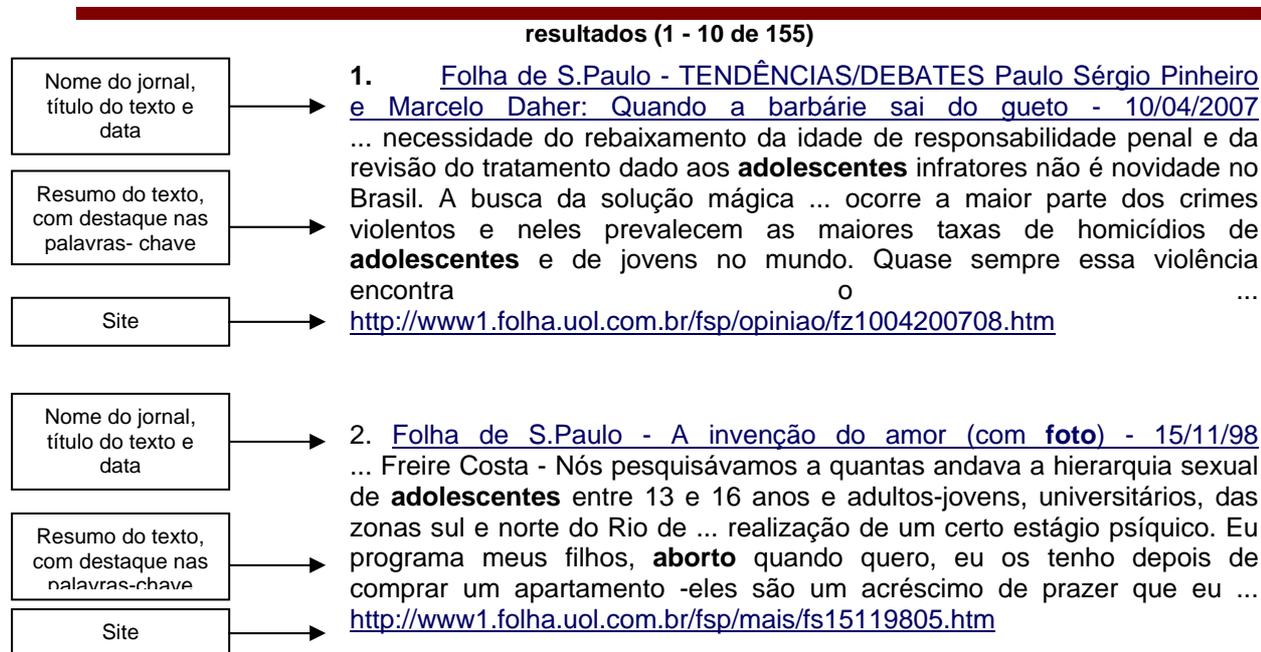
| | |
|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Folha Online | <input type="checkbox"/> Folha de S. Paulo |
| aborto adolescente | Buscar |

Fonte: www.folha.uol.com.br

No *site* da *Folha de S. Paulo*, o “índice” é uma ferramenta importante, pois possibilita que os usuários tenham acesso às informações mais gerais sobre o conteúdo da versão impressa, os quais o leitor pode acessar através dos títulos em hipertexto e verificar, através dos resumos que constam no *site*, se o assunto lhe interessa. Pode-se, ainda, ver se as publicações estão ou não acompanhadas de fotos (PALÁCIOS e GONÇALVES, 1997). O exemplo a seguir foi extraído do próprio

site da *Folha de S. Paulo* e ajuda-nos a ter uma idéia sobre como as matérias são extraídas. Para o exemplo usei os descritores aborto e adolescente (figura 2).

Figura 2. Busca por resultados no site da *Folha de S. Paulo*



Fonte: www.folha.uol.com.br

Para contemplar o maior número de textos na coleta de dados, pesquisamos os sinônimos das principais palavras-chave em dicionários de sinônimos (FERREIRA, 2004; HOUAISS, 2005, quadro 8).

Quadro 8. Descritores para a identificação das UI

| | |
|---|---|
| Descritores relacionados ao termo aborto | Aborto (s), abortamento (s), abortar, abortiva (o), abortivos, abortou, abortado (a), gravidez interrompida, interrupção da gravidez, interrupção voluntária da gravidez. |
| Descritores relacionados às categorias infância e juventude | Adolescência(s), adolescente(s), jovem (ns), juventude(s), infância, criança (s), puberdade, menor (es), menino (a) (s), garoto (a) (s), infante-juvenil. |

Fonte: dicionário de sinônimos Ferreira (2004) e Houaiss (2005).

A busca a partir do cruzamento entre todas as palavras-chave levou-nos a um total de 872 UI, as quais foram objeto de uma primeira leitura. Lendo e relendo os 872 textos jornalísticos, descartamos as seguintes peças jornalísticas:

- as que se referiam apenas ao tema “aborto”, sem menção ou associação aos termos infância, adolescência ou correlatos;

- aquelas em que apareciam somente os termos relacionados à categoria crianças ou adolescentes ou correlatos, mas sem associá-los ao termo “aborto” ou correlatos;
- as UI que continham a palavra “criança” associada a feto, nascituro (a), filho (a), mas não como agente real ou potencial da prática do aborto.
- qualquer UI sem a menção explícita ao termo “aborto” ou correlatos, tais como as UI que se referem à gravidez ou a métodos anticoncepcionais (pílula do dia seguinte), mesmo quando associadas a crianças e adolescentes.

Portanto, retivemos apenas UI em que o aborto estivesse associado a crianças e adolescentes enquanto pessoas que o praticam ou podem eventualmente praticá-lo ou são informadas ou expressam sua opinião sobre aborto voluntário. Assim procedendo, obtivemos 298 UI nas quais o aborto esteve associado, de três maneiras diferentes, a crianças ou adolescentes explicitadas a seguir:

- UI referindo-se à prática de aborto voluntário na infância. Estas UI se referem a práticas individuais (“a adolescente X praticou aborto voluntário”) ou a práticas genéricas (“mil adolescentes recorrem aos hospitais públicos para realizarem curetagem pós-aborto”);
- um grupo de UI relacionadas ao tema aborto voluntário em que crianças ou adolescentes estavam associadas em três situações: nas UI em que adultos expressam seus pontos de vista sobre o tema para crianças ou adolescentes (exemplo: “a missa do papa João Paulo II realizada no encontro da juventude”); os próprios adolescentes são opinantes no debate sobre a descriminalização do aborto (exemplo: “‘musa antiaborto’ participa das discussões na Câmara do Deputados”); o tema aborto voluntário publicado pelo caderno *Folhateen*;
- um grupo de UI que escapa à regra anteriormente explicitada (crianças e adolescentes como agentes da prática e do debate sobre o aborto) por seu caráter inusitado. Refere-se a crianças que poderiam ter sido abortadas e servem de exemplo no debate (“padre X leva as crianças, cujas mães sofreram violência sexual, para servirem de ‘bandeira’ na Câmara do Deputados”). Esta nos pareceu uma situação peculiar e extremada de associação da infância ao aborto, uma hipertrofia do uso “dramático” da infância na construção do debate

de problemas sociais: filhos (as) que também poderiam ter sido abortados quando fetos de genitoras que sofreram estupro³⁴.

Na coleta de dados, as pesquisadoras do Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Social da PUC – SP, Flávia Ribeiro Guedes e Leila Nazareth, contribuíram com o empréstimo de outras publicações relacionadas ao tema, que serviu para que comparássemos o material impresso com o material veiculado pela *web*³⁵. Dessa forma, constatamos que há diferenças entre o material impresso e o transmitido via *web*, pois as fotos não são correspondentes, os títulos são diferentes e os textos podem ser maiores ou menores, inclusive as matérias publicadas em papel podem não ser transmitidas *online*.

Na pesquisa, trabalhamos com três recortes – universo, *corpus* e uma amostra – que sustentaram a análises das UI como um todo e das personagens/depoentes. Cada um dos recortes foi objeto de uma análise específica, tanto mais abrangente quanto menos extenso o recorte. Assim, do número de 298 UI, retivemos para compor o *corpus* 261 UI que se referem apenas ao Brasil e 187 para analisar personagens e depoentes (quadro 9).

Quadro 9. Recorte, extensão e características das UI coletadas

| Recorte | Extensão | Características |
|-------------------------|----------|--|
| Universo | 298 | UI nacionais e internacionais |
| <i>Corpus</i> | 261 | UI nacionais |
| Universo de personagens | 187 | UI nacionais que contém personagens/depoentes genéricos ou individuais |

O *corpus* é composto pelo conjunto de UI que versam sobre o tema aborto voluntário no Brasil, com referências a crianças e adolescentes. Isso quer dizer que no *corpus* são analisadas somente as UI que dizem respeito ao contexto de produção nacional, excluindo-se as UI internacionais.

Para Bardin (1977):

o *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras (da exaustividade – uma vez definido o campo do *corpus* é preciso levar-se em conta todos os elementos desse *corpus*; da representatividade; da homogeneidade; de pertinência) (p. 96).

³⁴ Este grupo de 5 UI entrou apenas parcialmente na análise.

³⁵ Não encontrei matérias publicadas pelo jornal *online* da *Folha de S. Paulo* anteriores ao ano de 1997.

A amostra de 187 UI foi o suporte para análise de personagens/depoentes. Para facilitar a compreensão, explicitaremos procedimentos para constituição da amostra mais adiante (p. 126).

As UI disponibilizadas *online* foram recortadas e coladas num arquivo em *Word*. Em seguida, todas as palavras-chave de cada UI receberam destaque (grifo colorido). Essas UI foram arquivadas em folha de papel sulfite A4 (2 cópias). Isso facilitou a nossa leitura e possibilitou uma maior precisão na seleção das UI de interesse. Além do mais, achamos prudente armazenar essas matérias no computador, que contou com a gravação em *backup*.

As cópias foram arquivadas em ordem crescente (dia, mês, ano da publicação). Os dados extraídos das UI foram sistematizados em *Excel*, o que permitiu a confecção de tabelas, gráficos e quadros. Para classificar os atributos das UI do universo, as informações foram organizadas em dia da semana, nome do caderno, título da matéria, autor, origem jornalística, gênero jornalístico (conforme apêndice 2).

3.1.2. Estratégias de análise

L. Andrade (2001) usa a expressão análise “em cascata”, isto é, conforme a extensão do recorte (universo, *corpus* e amostra) a análise é mais ou menos minuciosa e, evidentemente, trabalhosa.

Quadro 10. Tipo de análise conforme os recortes de UI

| Recortes | Unidades de análise | Tipo de análise |
|---------------|-------------------------|---|
| Universo | UI | Contexto de produção das UI: 4 categorias |
| <i>Corpus</i> | UI | Contexto de produção das UI: 14 categorias |
| Amostra | Personagens e depoentes | Caracterização das personagens: 33 categorias |

Arrolamos, no quadro 11, as categorias usadas para descrever as UI.

Quadro 11. Categorias usadas para descrever as UI conforme os recortes

| Recortes | Categorias |
|---------------|--|
| Universo | (1) Número da UI; (2) data de publicação; (3) dia da semana; (4) localização geográfica. |
| <i>Corpus</i> | Toda do universo, e mais: (5) caderno; (6) origem jornalística; (7) gênero jornalístico; (8) título; (9) autor responsável; (10) quadro institucional do autor; (11) sexo do autor da UI; (12) acontecimento gerador; (13) posição da UI em relação a descriminalização do aborto; (14) quadro institucional do informante; (15) enfoque; (16) tema central; (17) título com o termo aborto ou correlatos; (18) título com o termo infância ou correlatos; (19) casos. |
| Amostra | Todas do universo, e mais: (20) Forma de identificação da personagem/depoente (individual/ genérica); (21) Revela o nome; (22) Faixa etária (mencionada na UI); (23) Escolaridade; (24) Procedência; (25) Ocupação da personagem/depoente; (26) Composição familiar; (27) Nível sócio-econômico familiar; (28) Saúde da personagem/depoente; (29) Religião da personagem/depoente; (30) Idade da iniciação sexual; (31) Tentativa ou ocorrência de aborto voluntário; (32) Causa da gestação; (33) Quantidade de gestações; (34) Quantidade de abortos; (35) Causa que motivou o aborto voluntário; (36) Idade da personagem/depoente para interrupção (ou não) da gravidez; (37) Tempo de gestação para interrupção da gravidez; (38) Tipo de método escolhido para o aborto voluntário; (39) Conseqüências pós-aborto voluntário; (40) Voz da personagem/depoente; (41) Escolha da personagem/depoente em relação à gravidez e ao aborto; (42) Posição da personagem/depoente sobre o aborto voluntário; (43) Conseqüências para as pessoas que optam pelo aborto voluntário; (44) Voz do genitor; (45) Vínculo com a personagem/depoente; (46) Modo de identificação; (47) Idade (mencionada na UI); (48) Posição sobre o aborto voluntário; (49) Voz do pai e da mãe; (50) Voz dos parentes (51) Voz dos atores sociais (informantes); (52) Posição dos informantes; (53) Solução preconizada. |

Para proceder a análise elaboramos “Manuais” que são grades analíticas e que contém não apenas o rol de categorias, mas também sua definição (daí o uso da expressão “manuais de análise”), como se poderá verificar no apêndice 1.

Antes de adentrarmos a apresentação dos resultados, é necessário explicitar duas particularidades mais das estratégias adotadas na análise de conteúdo: a conceituação de personagem/depoente, e a inclusão do caderno *Folhateen* no conjunto de UI analisadas.

Denominamos “personagem” o equivalente textual de pessoa. A caracterização de seus atributos e do cenário que a cerca, composto pelos acompanhantes, pelas ações que executa, escolhas e opiniões permite-nos apreender componentes relativos ao discurso do jornal *Folha de S. Paulo* sobre infância (ROSEMBERG, 1979). Assim, “adolescentes que praticam o aborto voluntário” e “adolescentes que opinam sobre a descriminalização do aborto” foram definidos como personagens, o que nos possibilitou recortar o texto e descrevê-las,

conforme os atributos mencionados: identificação; coadjuvantes; ações; escolhas e opiniões.

A denominação “depoente” é dada às personagens que podem ser identificadas nos textos das peças jornalísticas, através de pistas sobre a pessoa que presta o depoimento. No nosso caso, como os critérios para compor o universo de personagens foram os atributos relativos aos dados de identificação, as personagens individuais foram denominadas personagens/depoentes. Nesta dissertação, crianças e adolescentes associadas ao aborto voluntário.

Uma das particularidades desta dissertação frente às demais do NEGRI que tratam do tema infância e mídia, foi termos destacado mais enfaticamente o caderno *Folhateen*, que, em nossa análise, foi analisado à parte. Esse caderno foi de especial importância para esta pesquisa, tendo em vista que o receptor ao qual se destina é o público infanto-juvenil e, também, por causa da quantidade de publicações em tal caderno (37)³⁶.

Apesar da singularidade, usei procedimentos equivalentes aos adotados pelos pesquisadores do NEGRI (L. ANDRADE, 2001; FREITAS, 2004; NAZARETH, 2004; M. ANDRADE, 2005) para processar a análise. Adotando tais procedimentos, efetuei uma primeira descrição dos resultados, que foi apresentada a minha orientadora, que procedeu também a uma leitura das UI e efetuou avaliação preliminar, tendo sido, então, objeto de discussões e reuniões, que me levaram a esta versão do texto. O produto deste trabalho será apresentado no próximo item.

3.2. Análise discursiva das unidades de informação: resultados

Este tópico consiste na descrição e análise de peças jornalísticas publicadas pelo jornal *online* da *Folha de S. Paulo* sobre o tema aborto voluntário associado à infância e adolescência, entre 1997 e 2005 e que foram submetidas a procedimentos de análise de conteúdo, conforme descrito no tópico anterior.

Para a apresentação dos resultados, optamos por uma sistemática dedutiva, precedida de uma análise indutiva aqui não explicitada em seus detalhes. Para tanto, elaboramos tabelas, com base em cada grade de análise e cada uma foi analisada *de per si*, e, em seguida, procedemos a uma síntese dos resultados mais

³⁶ Nos resultados, apresentamos uma descrição mais detalhada sobre a caracterização das personagens (vide página 122).

relevantes, agrupando-os em núcleos de sentidos orientados pela revisão de literatura (capítulos 1 e 2) para propormos uma interpretação com base na teoria de ideologia de Thompson (1995).

Para fins de sistematização dos resultados, aos dados coletados e transcritos em tabelas ou quadros, foram associados exemplos retirados do próprio texto em análise, tal como propuseram Bardin (1977) e Rosemberg (1981). Os resultados serão apresentados de acordo com três eixos que se organizam, eles mesmos, em torno das unidades de análise: no primeiro eixo (3.2.1 caracterização geral das unidades de informação) procuramos descrever e fornecer algumas interpretações sobre o conteúdo a partir da peça jornalística, ou seja, tomando como unidade de análise a UI; no segundo eixo (3.2.2 “análise dos personagens/depoentes”) analisamos as personagens/depoentes referidas nas UI; o terceiro tópico foi reservado a apresentação de dois “casos”, série de UI publicadas entre 1997 e 1998 sobre duas personagens/depoentes e que já foram mencionados anteriormente.

3.2.1. Caracterização geral das unidades de informação

Esta caracterização geral das UI foi organizada em torno de três tópicos, o primeiro que sai diretamente das categorias previstas nas grades de análise (por exemplo: enfoque, tema, autoria) e os outros dois tópicos constituem sínteses (por exemplo, retórica, caderno *Folhateen*).

A maioria das 298 UI localizadas refere-se ao tema aborto voluntário em contexto brasileiro: 261 (87,5%). Trataremos brevemente das 37 UI (12,4%) do universo que tratam do tema aborto voluntário em contexto internacional.

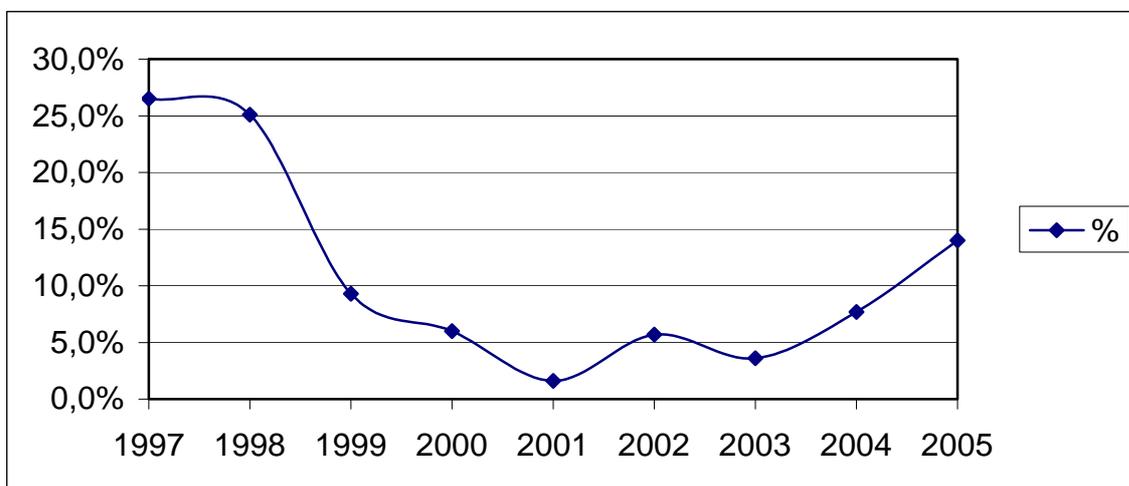
Em sua maioria, essas UI não apresentaram uma posição explicitada em relação à descriminalização do aborto, mantendo um tom de neutralidade, mas apresentam personagens/depoentes crianças ou adolescentes nas peças (78,3%) (tabela 3). Informam predominantemente sobre a ocorrência de prática de aborto voluntário por adolescentes (21,6%). O tema foi introduzido através da apresentação e críticas a filmes, pesquisas, relatórios abordado por vários cadernos, inclusive pela *Folha Ilustrada*. Outras UI referiram-se a discussões sobre legislação, tratando da questão da descriminalização e da não-descriminalização do aborto em diversos países, principalmente nos países desenvolvidos (cinco UI referem-se às mudanças nas legislações em diversos países e três UI dizem respeito aos referendos e

manifestações públicas em prol da descriminalização do aborto). A associação de personagens/depoentes crianças ou adolescentes ao tema aborto voluntário ocorreu de diversas maneiras. Por exemplo:

- pelo debate, nos EUA, para tornar crime o ato de acompanhar uma menor de idade a outro estado, para que ela possa submeter-se a um aborto voluntário sem o consentimento dos pais;
- pelo debate, na França, para o governo liberar as adolescentes do consentimento de seus pais para poderem interromper a gravidez voluntariamente;
- pelo debate na Irlanda, quanto a interdição para que adolescentes vítimas de violência sexual abortem.

Em cenário nacional, observamos, inicialmente, que o tema, que sempre esteve presente nas matérias *online* da *Folha de S. Paulo*, mereceu maior destaque nos anos de 1997-1998, que por si só responderam por 55,8% das UI publicadas em todo período: 28,3% em 1997 e 27,5% em 1998. Outro pico ocorreu em 2005.

Gráfico 1. Ano de publicação e freqüência em porcentagem de UI no jornal *online* da *Folha de S. Paulo*



É possível entender esses picos, tendo em vista que a literatura específica já havia mostrado que, em 1997 e 1998, o tema aborto voluntário na “Grande Mídia” recebeu muitas publicações, pois em 1996 “esquentou-se” o debate político sobre o tema no país, acionado pela discussão e votação de projetos legislativos: a PEC 25/1995, e o PL 20/1991.

Portanto, iniciamos nossa pesquisa em 1997, que além de ser o tempo máximo disponível pelo *site* da *Folha de S. Paulo* para localização das peças jornalísticas, também é um período de esquentamento do debate na mídia. Como veremos no decorrer do tópico, número expressivo de UI (28,6 %) destinaram-se a relatar dois “casos” (séries de peças jornalísticas sobre o mesmo evento) que já haviam sido analisadas por Nazareth (2004) da ótica da gravidez de adolescentes, que se referem a duas personagens/depoentes crianças/adolescentes de 10 e 11 anos que teriam sido estupradas, casos também mencionados por pesquisadoras feministas, conforme relatado no capítulo 2 (por exemplo, em DINIZ e DAMASCENO, 2001).

A literatura aponta outros eventos associados ao debate sobre o aborto, tal como a vinda do papa João Paulo II ao Brasil em 1997 (MELO, 2001). Destacamos, também, a morte do Pontífice em 2005 e a elaboração das modificações das Normas Técnicas produzidas pelo Governo Federal que normatizou a realização do procedimento de interrupção da gravidez para as mulheres que informam ter sido vítimas de violência sexual. O documento dispõe da não-obrigatoriedade do boletim de ocorrência para a realização da interrupção voluntária da gravidez em hospitais públicos. Ou seja, os picos de 1997, 1998 e 2005 não ocorreram por eventos ou por alguma campanha específica em prol da infância e adolescência ou em prol da legislação do aborto específica para a população infanto-juvenil. A nosso entender, tal distribuição de frequência das UI tem a ver com o uso retórico da infância no contexto do debate sobre manutenção ou alteração das normas legais.

Além da frequência de UI, outros indicadores também apontam para a importância que a *Folha* deu para o tema. Foram-lhe dedicados cinco editoriais que abordaram os seguintes assuntos: “educação sexual” (UI 33); “sexo na juventude” (UI 62); “sectarismo antiabortista” (UI 127); “o aborto, o estupro e a lei” (UI 134); “[D14]: uma criança brasileira” (UI 235)³⁷. As UI do *corpus* foram de autoria de colunistas de renome, tais como: André Lara Resende, Bernardo Carvalho, Contardo Calligaris, Elio Gaspari, Mônica Bergamo, Maria Lúcia Rangel, Luiz Fernando Vianna, Inácio Araújo, Gilberto Dimenstein, entre outros. Articulistas da *Folha* também trataram do tema: Marcelo Rubens Paiva, Marilene Felinto, Nelson Ascher, Rubens Valente. O tema foi discutido através de artigos na sessão “Opinião” por

³⁷ Os editoriais serão analisados posteriormente com mais profundidade.

José Serra, Eva Blay, André Lara Resende, Florisa Verucci, Cacilda Teixeira da Costa, Flávia Piovesan e Silvia Pimentel, e através de debates na sessão “Opinião” “a favor (sim) e contra (não)” a descriminalização do aborto. A questão também penetrou no *Folhateen* (13,2% do total de UI), principalmente de autoria dos colunistas Jairo Bouer e Roseli Sayão.

As UI foram predominantemente de tipo reportagem, produzidas pela redação, ou equipe de reportagem, e profissionais com vínculo com o próprio jornal. De um modo geral, as UI que focalizaram o aborto voluntário apresentaram um predomínio da posição neutra (quadro 12).

Quadro 12. Categorias predominantes do contexto de produção das UI sobre o tema aborto voluntário associado à infância/adolescência no Brasil

| Categorias | Variável | (%) |
|--|--|------|
| Contexto geográfico | Nacional | 87,5 |
| Dia da semana | Segunda | 23,3 |
| Caderno | Cotidiano | 60,9 |
| Origem | Redação, equipe e reportagem local | 32,1 |
| Gênero jornalístico | Reportagem | 54,7 |
| Posição da UI ao aborto voluntário no Brasil | Neutra | 76,5 |
| Enfoque | Situações de aborto voluntário em população específica | 53,9 |
| Autoria | Cláudia Colucci | 4,9 |
| Vínculo institucional do autor | Jornal <i>Folha de S. Paulo</i> | 79,6 |
| Vínculo institucional do informante | Funcionários da área da saúde | 15,7 |

Fonte: tabelas 6 a 15.

A segunda-feira é o dia da semana que apresenta uma quantidade maior de UI (23,3%) (tabela 6). Neste dia da semana, são publicados os cadernos *Folha Cotidiano* e o *Folhateen*, este último destinado ao público infanto-juvenil e que traz, freqüentemente, matérias sobre sexo e saúde³⁸. Os outros dias apresentaram um número menor de UI, mesmo os domingos, dia em que há mais cadernos, com uma quantidade maior de anunciantes e temas mais diversificados (L. ANDRADE, 2001).

A produção de UI sobre o tema circulou com mais freqüência no *Cotidiano* (60,0%), caderno diário destinado ao público em geral.

Localizamos 190 UI (71,8%) com autoria explicitada, isto é, que apresentam as iniciais ou o nome completo do (a) autor (a) responsável. Destas, 162 são autorias individuais, 12 são parcerias e 16 são de leitores (as). Aparentemente, com exceção eventual de UI publicadas no *Folhateen*, são todos adultos. A autora com

³⁸ Esse caderno será analisado em maior profundidade posteriormente.

maior número de UI foi Cláudia Collucci (4,9%), seguida por Fernanda da Escóssia (3,8%), Aureliano Biancarelli³⁹ (3,0%), Sérgio Torres (3,0%) e Malu Gaspar (3,0%). Todos eles (as) são jornalistas da *Folha de S. Paulo* e atuaram como repórteres. A dispersão de autoria indica que o tema aborto voluntário associado à infância ou adolescência não encontrou uma figura jornalística de destaque. Portanto, o fato de as UI terem sido assinadas por diferentes autorias permite-nos dizer que as tendências prevalentes identificadas não resultam de idiosincrasias pessoais e que representariam posição do jornal.

A autoria pode contribuir para legitimar e ampliar a veiculação de um tema, que, associado a um jornal de prestígio, pode dar uma maior importância a determinadas questões. Por outro lado, o autor também pode se beneficiar de ter seu nome vinculado a um assunto importante. Este processo é chamado de “valorização recíproca” (FREITAS, 2004) ou “valorização cruzada” (THOMPSON, 1995).

As produções dos (as) cinco jornalistas que mais apareceram tiveram uma distribuição em relação à cronologia bastante distinta. Cláudia Collucci abordou o tema exclusivamente durante o ano de 2005. O jornalista Aureliano Biancarelli, por outro lado, teve uma produção variável nos anos de 1997, 1998, 2000, 2001 e 2003. Estes jornalistas enfatizaram, principalmente, questões relacionadas à gravidez na adolescência. Não encontramos qualquer menção a matérias sobre aborto que tenham recebido prêmio.

³⁹ Vamos nos referir à Aureliano Biancarelli como sendo jornalista, mesmo que atualmente ele não seja mais jornalista da *Folha de S. Paulo*.

Quadro 13. Autorias de UI mais assíduas

| Autor | Quant. de UI | Data e quantidade de UI | Caderno | | | |
|-----------------------|---------------------|--------------------------------|----------------|----|------------------|--------|
| Cláudia Collucci | 13 | 06/09/2005 (1UI) | Diário | | | |
| | | 03/08/2005 (1 UI) | | | | |
| | | 01/08/2005 (1 UI) | | | | |
| | | 27/07/2005 (1 UI) | | | | |
| | | 29/05/2005 (2UI) | | | | |
| | | 17/03/2005 (1 UI) | | | | |
| | | 07/03/2005 (1 UI) | | | | |
| | | 27/02/2005 (1UI) | | | | |
| | | 11/04/2004 (2 UI) | | | | |
| | | 24/06/2003 (2UI) | | | | |
| | | Fernanda da Escóssia | | 10 | 29/09/1998 (1UI) | Diário |
| | | | | | 20/12/1997 (1UI) | |
| 19/12/1997 (1UI) | | | | | | |
| 18/12/1997 (1UI) | | | | | | |
| 17/12/1997 (2UI) | | | | | | |
| 16/12/1997 (1UI) | | | | | | |
| 15/12/1997 (1UI) | | | | | | |
| Aureliano Biancarelli | 8 | 03/06/2004 (1UI) | Diário | | | |
| | | 17/08/2003 (1UI) | | | | |
| | | 04/11/2001(1UI) | | | | |
| | | 03/09/2000 (1UI) | | | | |
| | | 03/10/1998 (1UI) | | | | |
| | | 02/10/1998 (1UI) | | | | |
| | | 31/08/1997 (1UI) | | | | |
| | | 27/03/1997 (1UI) | | | | |
| | | Sérgio Torres | | 8 | 14/06/1999 (1UI) | Diário |
| 26/05/1999 (2UI) | | | | | | |
| 14/12/1997 (1UI) | | | | | | |
| 13/12/1997 (2UI) | | | | | | |
| 12/12/1997 (2UI) | | | | | | |
| Malu Gaspar | 8 | 09/11/1998 (1UI) | Diário | | | |
| | | 07/10/1998 (2UI) | | | | |
| | | 06/10/1998 (1UI) | | | | |
| | | 02/10/1998 (1UI) | | | | |
| | | 01/10/1998 (1UI) | | | | |
| | | 19/09/1998 (1UI) | | | | |
| | | 29/08/1997 (1UI) | | | | |

Fonte: tabela 11.

Os artigos dos (as) jornalistas Sérgio Torres, Fernanda da Escóssia e Malu Gaspar, publicados no final da década de 1990, principalmente entre os anos de 1997 e 1998, abordaram casos de estupro de crianças e adolescentes⁴⁰. Esses casos, que serão analisados com mais profundidade posteriormente, receberam um grande destaque na *Folha de S. Paulo*, como já mencionamos.

Além dos representantes institucionais do jornal *online da Folha de S. Paulo*, 18 autores representados por políticos e cientistas sociais promoveram a associação entre o tema aborto voluntário e infância ou adolescência (tabela 13). A maior parte desses representantes é favorável à descriminalização do aborto. Esses autores são pesquisadores/professores/especialistas nas áreas da Saúde, Direito e Ciências Sociais, sendo alguns (a) deles (as) ativistas de movimentos sociais: Aníbal

⁴⁰ Como afirmamos no preâmbulo, referimo-nos a, estes casos, dada a idade das mulheres e os sentidos à sexualidade, como sendo de crianças/adolescentes.

Faúndes, Cacilda Teixeira da Costa, Esther Hamburger, Eva Blay, Flávia Piovesan, Florisa Verucci, Gustavo Ioshpe, Silvia Pimentel, Valéria Pandjarjan, Humberto Costa. Representantes de organizações religiosas e um político foram os que mais se manifestaram contrários à descriminalização do aborto voluntário: o monge Estevão Bettencourt, os padres Luis Carlos Lodi da Silva e Luiz Fraga Magalhães, a conselheira titular da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e presidente da Pastoral da Criança (Zilda Arns Neumann), além do político, pertencente a uma ONG “antiaborto”, Luiz Bassuma.

A manifestação dos (as) leitores (as) no caderno *Folha Opinião* apareceu como outra maneira de o jornal dar legitimidade ao tema. A maior parte dos (as) leitores (as) expressou-se favoravelmente à descriminalização do aborto. Em relação às qualificações e representações institucionais dos (as) leitores (as), nota-se que são profissionais vinculados a instituições de projeção nacional, cujo âmbito de ação social se dá em diversas delas. Na área de saúde: Nubor Fernando Facure e Lourdes Gomes Facure, Cristiano Fernando Rosas. Na jurídica: Mônica de Melo. ONG: Dulcelina Xavier Secoli. Em outras instituições da mídia: Luis Erlanger. Apenas os diretores do Instituto do Cérebro em Campinas (Nubor Fernando Facure e Lourdes Gomes Facure) manifestaram-se contrários à descriminalização do aborto. Encontramos, ainda, a manifestação de leitores no caderno *Folhateen*, e esses, apesar de se manifestarem predominantemente favoráveis à descriminalização do aborto, não tiveram sua representação institucional explicitada (ocupação ou estudos). Ou seja, pelas autorias apreendemos que a única fonte de informação representando associação especializada em infância foi Zilda Arns Neumann, coordenadora nacional da Pastoral da Criança.

A maioria dos (as) autores é do sexo feminino (31,0%), embora o sexo masculino tenha produzido material noticioso sobre o tema numa proporção bem próxima à das mulheres (30,2%) (tabela 12). O total não chega a 100% em decorrência da autoria mista (1,5%) e da dificuldade para se determinar o sexo de autores que assinam institucionalmente (exemplo: reportagem local).

A posição prevalecente nas UI é a “neutra”, conforme o jornal a entende: apresentar “ambos” pontos de vista. Assim, no conjunto de UI do *corpus*, 76,5% foram neutras. Porém, UI favoráveis à descriminalização do aborto prevaleceram sobre as contrárias: 17,2% e 5,0% respectivamente.

A posição favorável à descriminalização do aborto ocorreu, especialmente, nos espaços destinados aos editoriais e carta dos leitores. Os picos de publicações favoráveis foram, em ordem decrescente: em 2005 (uma média de 1,3 publicações favoráveis por ano), 1998 (1,2) e 1997 (1,1).

De acordo com o *Manual de Redação* (2001), a *Folha* expressa sua opinião através dos editoriais. Os editoriais não dirigem o noticiário, mas a Redação deve procurar investir na produção de textos sobre os temas abordados com frequência em editorial. A posição assumida pela *Folha* nos editoriais coincide com a posição apontada pelas pesquisas do *Datafolha* sobre a opinião dos leitores (as) que, em sua maioria, seriam favoráveis à descriminalização do aborto.

Em relação ao gênero jornalístico, observamos que reportagens e peças jornalísticas assinadas por repórteres, articulistas e *free-lances* trataram do tema aborto voluntário de uma perspectiva “imparcial”, também conforme o significado atribuído pelo jornal, isto é, apresentando “os dois pontos de vista da questão”: de um lado, referem-se às conseqüências da não-descriminalização do aborto na saúde de crianças, adolescentes e jovens grávidas; e de outro, relatam práticas de aborto voluntário e descrevem efeitos “perversos” da interrupção voluntária da gravidez na saúde das que abortam. A “imparcialidade” em assuntos polêmicos, como é o caso do tema da descriminalização do aborto, pode ceder lugar à retórica apontada por Nassif (2003) na produção de notícias sensacionalistas, como observamos nos exemplos abaixo:

(...) Diz que hoje teria agido diferente, mesmo tendo que enfrentar o pai. Para ela, o aborto só deveria ser permitido quando há risco para a saúde da mãe. Depois de interrompida a gravidez, a sensação que ficou foi uma mistura de alívio e culpa. A maior lição que tirou da experiência? "Aprendi que qualquer outra coisa na vida é menos difícil do que passar por um aborto" (UI 280, 29/08/1997).

Agência Folha - Depois que você tomou o remédio o que aconteceu?
[PD]. - Nunca senti tanta dor de cólica na minha vida. Foi a dor mais forte que já senti. Não recomendo a ninguém fazer o que eu fiz. O sofrimento é grande. Talvez ter o filho seja melhor do que tomar o Cytotec para abortar (UI 271, 04/10/1997).

Foi internada na Santa Casa de Santo Amaro e morreu no mesmo dia. A família disse ignorar que [PD] estivesse grávida e não imaginava como teria tentado abortar. Segundo os familiares, [PD] não teria problema se anunciasse que estava grávida (UI 279, 31/08/1997).

As UI sobre o tema também podem sustentar posição contrária à descriminalização do aborto (5,0%), predominantemente nas sessões do jornal de opinião. Lembramos que a sessão “Tendências e Debates” é o espaço destinado a autores que não possuem vínculo institucional com o jornal e onde é permitido virem à tona outras posições que não as do jornal, em nome da suposta neutralidade. Os picos de publicações apresentando as posições contrárias à descriminalização do aborto foram 1997 e 2005; a média de publicações foi inferior a uma por ano, mesmo que o *Manual da Folha de S. Paulo* recomende a produção de artigos assinados que estejam em divergência com a posição dos editoriais (*MANUAL DA FOLHA DE S. PAULO*, 2001).

Apresentamos, a seguir, uma síntese dos cinco editoriais localizados.

- Editorial: “D14 uma criança brasileira”⁴¹ (UI 234, 17/12/1997).

O editorial de 17/12/1997 começa mencionando que o debate sobre o “aborto legal” ganhou interesse público em agosto de 1997, quando a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou o texto que cria normas para que os hospitais da rede pública de saúde atendam as mulheres que optam por interromper a gestação nos casos permitidos pela lei: quando a gravidez decorre de estupro ou representa risco de vida para a genitora.

A UI aponta que o debate sobre as reivindicações para a implantação do “aborto legal” em hospitais públicos saiu da generalidade e ganhou contornos muito concretos através do caso de uma adolescente que teria sido estuprada. Segundo a UI, o caso da adolescente tornou-se “emblemático da tragédia humana”. Para tratar do debate pela descriminalização do aborto, a UI devassa a intimidade da adolescente, como podemos apreender no trecho abaixo:

Para quem não se sensibiliza diante do argumento de que a lei, por definição, vale para todos, eis uma tragédia humana muito emblemática: [D14] é apenas uma criança, filha de pais miseráveis e analfabetos, que foi estuprada e engravidou aos dez anos. Em nome de que razão “humanitária” deve-se impor um sofrimento adicional a uma vida já tão sacrificada se a família de [D14] optar por fazer o aborto a que, por lei, a menina tem direito? Pelas reações da família, parece óbvio que tal decisão jamais é tranqüila e envolve um enorme desgaste emocional. Esse caso deveria servir como exemplo para quebrar a frieza dos que se arvoram em defensores abstratos da vida (UI 234, 17/12/1997).

⁴¹ O nome D14 foi emprestado da dissertação de Nazareth (2004) em que a autora observou dois casos relativos à gravidez na adolescência. Adotamos, pois o Editorial menciona as iniciais da adolescente, o que, no contexto da série de UI, permitiria identificar a pessoa.

Tal caso, qualificado de emblemático, pe apresentado como o de “uma criança brasileira”. Pergunto: uma específica ou todas as crianças brasileiras?

- Editorial: “O estupro, o aborto e a lei” (UI 133, 27/05/1999).

No segundo editorial, encontramos argumentações semelhantes às do editorial anterior. A UI também se refere aos permissivos para o procedimento de aborto voluntário na legislação brasileira: risco de vida para a gestante e estupro.

A UI expõe o caso de uma jovem que teria sido estuprada e, por isso, teria recorrido à justiça para pleitear seu direito para realizar um aborto voluntário na rede pública de saúde. Da mesma forma que na UI anterior, esta adolescente entra nas páginas da *Folha* tendo sua identidade desvelada, pois o editorial menciona suas iniciais, sua idade e, da mesma forma, sua intimidade é publicada. De acordo com a UI:

É flagrante no episódio a arbitrariedade daqueles que se arvoram defensores de causas humanitárias. [A adolescente] é pobre. Sua mãe ganha R\$70,00 mensais e ela está desempregada. Mostrando ter apenas vaga noção dos seus direitos, diz não ter condições psicológicas ou financeiras para criar o filho. Afirma que gostaria de tê-los, mas em circunstâncias menos traumáticas e adversas (UI 133, 27/05/1999).

- Editorial: “Paradoxo do aborto” (UI 76, 05/01/2003)

Trata-se de um editorial que pretende sensibilizar a opinião pública para a reflexão acerca do Código Penal de 1940 que restringe as condições para que pessoas possam realizar abortos voluntários.

A UI começa mencionando a conquista no Senado norte-americano de alguns republicanos “antiabortistas” que pretendem aprovar, na legislatura seguinte, uma série de restrições ao direito ao aborto voluntário, dentre elas tornar crime o ato de levar uma adolescente menor de idade para abortar em outro Estado, a fim de evitar que os pais sejam notificados da gravidez.

O texto compara a legislação norte-americana com a brasileira exclusivamente para tratar da questão do procedimento médico ECI (esvaziamento craniano intra-uterino), porém nada discute a respeito da idéia de menores de idade poderem interromper voluntariamente a gravidez sem o consentimento dos pais.

- Editorial: “Sexo na juventude” (UI 62, 10/03/2004)

A UI apresenta a pesquisa "Juventude e Sexualidade" feita pela Unesco com 16.422 alunos (as) de escolas públicas e particulares de 13 capitais brasileiras e do Distrito Federal.

A UI compara a idade da iniciação sexual entre adolescentes de sexo masculino e feminino e, em seguida, alerta para as estimativas relacionadas à sexualidade dos jovens. A UI informa que os (as) adolescentes, por não utilizarem preservativos em suas relações sexuais, estão correndo o risco de contaminação por DST, engravidando e recorrendo a práticas ilegais de abortos.

A UI refere-se, indiretamente, a adolescentes como irresponsáveis em relação a sua vivência sexual:

tendo em vista que [os/as adolescentes] iniciam a vida sexual cada vez mais cedo, torna-se fundamental capacitá-los a exercer a sua sexualidade de maneira responsável. Aulas de educação sexual são por certo uma necessidade, mas não bastam (UI 62, 10/03/2004).

- Editorial: “Educação sexual” (UI 33, 21/03/2005).

O editorial refere-se a uma proposta governamental para antecipar o início dos programas de educação sexual nas escolas públicas. Na UI, a polêmica gira em torno da idade dos (as) adolescentes (de 10 a 15 anos) para serem atendidos pelo programa.

Para mostrar a importância de um programa destinado à educação sexual nessa faixa de idade, a UI menciona dados estatísticos do Sistema Único de Saúde (SUS) que associam o número de abortos clandestinos à faixa de idade “quando a gravidez é indesejada e os abortos voluntários ocorrem de forma clandestina”. A UI divulga estimativas: o número de adolescentes que teriam realizado partos e curetagens pós-aborto estaria em torno de 2.711. Essas adolescentes teriam idade entre 10 a 14 anos e teriam utilizado os hospitais da rede pública para fazer as curetagens pós-aborto.

É difícil discordar da tese de que informação e acesso a preservativos são o melhor remédio para evitar, a um só tempo, DSTs, gravidez precoce e abortos clandestinos. Assim, não é infundado que se cogite a inclusão da faixa de 10 a 13 anos num programa com essas características (UI 33, 21/03/2005).

O texto menciona o caráter de emergência para implantar o programa, uma vez que considera que os (as) adolescentes são mal informados. A UI sugere, ainda, um programa-piloto, tendo em vista um possível conflito que os pais poderiam manifestar na implantação do programa. A educação sexual parece ser vista como um antídoto ao “mal maior” que seriam DSTs, gravidez e a prática de aborto voluntário.

A reflexão sobre esses editoriais sugere-nos que eles não tratam a infância e adolescência como ator social em relação a suas vidas sexuais e reprodutivas, mas produzem e reproduzem a concepção da infância e adolescência tidas como incapazes e irresponsáveis. Os artigos editoriais, parecem adotar a retórica de sensacionalização do debate, devassam a intimidade de adolescentes e de seus familiares e incorrem em infração do ECA, ao desvelar a identidade civil de crianças e adolescentes.

Destarte, a descriminalização do aborto para adolescentes não parece se constituir em problema social para os editoriais, pois crianças, adolescentes e jovens não são autores de UI e não constituem a principal fonte das peças jornalísticas nem o tema principal dos editoriais.

Identificamos quatro modos de as UI focalizarem o tema: “prática ou planejamento de aborto voluntário entre adolescentes”; “adultos informam sobre aborto voluntário para a população infanto-juvenil”; “prática de aborto voluntário na população em geral”; “crianças e adolescentes que poderiam ter sido abortados”. Analisando o enfoque de todas as UI do *corpus*, identificamos que a infância teve um enfoque direto em 71,2% das UI e indireto em 28,7%. Nessas UI, o enfoque predominante incidiu sobre a “prática ou planejamento de aborto voluntário entre adolescentes” (53,9%), e ocorreu nos anos de 1997 e 1998, quando foram publicados os dois casos mencionados: o caso D14, que emergiu e se desdobrou em 1997, com publicações ainda em 1998 e 1999 e o caso D17, que teve pico de publicações em 1998.

O enfoque “adultos informam sobre aborto voluntário para a população infanto-juvenil” (10,3%) predominou sobre o enfoque “opinião da população infanto-juvenil” acerca do debate sobre a descriminalização do aborto voluntário (5,7%). As UI que enfocaram “informações sobre aborto voluntário para a população infanto-

juvenil” trataram o tema através de crônicas, sugestões de filmes e de peças de teatro.

As UI que apresentaram “opiniões do público infanto-juvenil sobre o tema aborto voluntário” procuraram descrever a personalidade dos (as) adolescentes (conservadores, tradicionais, revolucionários, etc.), mas as argumentações das UI referentes às opiniões favoráveis ou contrárias à descriminalização do aborto não foram aprofundadas, conforme pode ser visto nos exemplos a seguir:

Já no início da madrugada o Lava - a segunda banda da noite - sobe ao palco. Produz um som ruidoso e logo na terceira canção lembra da política do governo brasileiro em relação ao aborto voluntário (UI 262, 19/10/1997).

Mas os valores defendidos pelo "Bad/Riot Grrrls" são praticamente os mesmos do feminismo tradicional, com enfoque nas questões femininas que envolvem o corpo: estupro, direito ao aborto voluntário, bulimia, anorexia, padrões de beleza, exclusão da cultura popular, o sexismo do cotidiano, sexualidade, autodefesa, opressão aos gordos, racismo e classismo (UI 263, 19/10/1997).

Encontramos, ainda, outro modo particular de associar a infância ao tema aborto voluntário. Trata-se de matérias que se referem a “crianças ou adolescentes que poderiam ter sido abortadas”, isto é, se refere a pessoas que teriam “escapado” de um eventual aborto (1,6%). Essas UI descrevem o debate na Câmara dos Deputados, em que um padre teria levado crianças e adolescentes na plenária para protestarem contra a descriminalização do aborto. As UI referem-se a crianças e adolescentes como “filhos do estupro”. As crianças tiveram seus dados de identificação expostos e não tiveram voz. O trecho abaixo é exemplo desse tipo de enfoque.

Ela tem um filho de 3 anos, X, que também foi ao plenário. O estupro foi na rua, segundo X. "Só soube que estava grávida no quarto mês. Nunca pensei em abortar, mas pensei em suicídio", diz a costureira. "Não dá para esquecer o estupro, mas o que vale é o fruto, a força de Deus. Antes de vir aqui (à Câmara), eu já pensava em expor meu caso para ajudar as pessoas", afirma X. Outra criança presente ao debate foi Y, (11 anos) [...] (UI 258, 26/11/1997).

As UI foram classificadas, também, conforme o tema central, pois, mesmo referindo-se ao aborto voluntário, o tema predominantemente na UI poderia ser outro. Previmos os seguintes temas centrais: aborto voluntário praticado (ou planejado) por adolescentes; aborto voluntário praticado por adultos; gravidez precoce; projetos de lei, alterações na legislação; estupro contra adolescentes;

estupro no geral; programas de prevenção à gravidez, DST; anencefalia; profissionais ou não que realizam aborto na clandestinidade; violência; cytotec; sexo na adolescência; exibição de crianças na mídia; mortalidade materna; prostituição infantil; diferenças de gênero.

O tema central predominante nas UI do *corpus* foi o “aborto voluntário praticado ou planejado por adolescentes” (20,6%), seguido pelo tema “aborto voluntário em geral” (17,6%). No caderno *Folhateen*, predominou o tema da “gravidez na adolescência” (24,3%)

A UI a seguir aborda o tema aborto voluntário como argumento para o controle da gravidez das adolescentes, pois o texto enfatiza a necessidade de diminuir a gravidez na adolescência, tendo em vista que esse acontecimento leva a abortos inseguros praticados por adolescentes, que sobrecarregam o SUS para a realização de curetagens pós-aborto.

Conseqüência natural do aumento da gravidez é a elevação do aborto voluntário. Em 1997, apenas nos hospitais do SUS, foram recebidas 241 mil adolescentes, que fizeram abortos voluntários malfeitos e se submeteram à curetagem. Em 1993, essa taxa era expressivamente menor: 58.274 (UI 207, 03/05/1998).

Observamos, pois, diferentes e complementares usos de crianças e adolescentes nas UI produzidas e veiculadas pela *Folha* sobre o tema que nos interessa: o aborto voluntário entre adolescentes pode ser reduzido mediante práticas preventivas; crianças e adolescentes são irresponsáveis quanto às suas práticas sexuais e reprodutivas; tal irresponsabilidade atinge mais os setores pobres da população; a voz dos adultos prevalece sobre a voz de crianças e adolescentes, além do paroxismo da produção e veiculação das matérias sobre “os filhos do estupro”. Conforme Rosemberg (1985) havia observado na literatura infanto-juvenil, algumas UI parecem partidárias de uma “pedagogia do terror”: caso não se evitem os “pecados da carne” ou sejam instruídos sobre suas conseqüências, o destino é o aborto que pode levar à morte.

Retórica

O exemplo citado, e que qualificamos de paroxismo, nos conduz ao tema da retórica. A literatura sobre infância e mídia (PONTE, 2005), bem como sobre

construções dos problemas sociais (HILGARTNER e BOSK, 1998), aponta estratégias retóricas que enfatizam o “drama”. Nas UI analisadas também apreendemos figuras retóricas que enfatizam a dramaticidade da infância e adolescência associada ao aborto voluntário. Destacamos três aspectos: a violência; os termos e associações à idade; as estimativas.

Temos visto que a violência é uma via de entrada para se abordarem na mídia questões relacionadas à infância ou adolescência, conforme tem apontado a literatura internacional, nacional e as pesquisas desenvolvidas pelo NEGRI. Nesta pesquisa, observamos, especialmente, tal associação nos títulos. Oitenta títulos contêm o termo “aborto” (30,6%) e estes foram, com certa frequência, associados a outros que acrescentam-lhe sentidos negativos, tais como: estupro (6,5%), risco (4,5%), drama (0,7%), morte (0,3%).

O tema aborto voluntário associado à infância e adolescência foi tratado, então, também pela via da violência. Nos títulos identificamos, por vezes, um tratamento ao tema de “tipo policial”, conferindo-lhe um estilo sensacionalista.

Aborto: Duas mulheres são presas em clínica (UI 79, 24/09/2002).

Polícia: Médico é preso por aborto voluntário em clínica de SP (UI 56, 22/05/2004).

Paulínia: Mulher é presa por fazer aborto em jovem (UI 101, 13/09/2000).

Violência 1: Adolescente grávida é violentada e assassinada por ex-namorado na zona sul (UI 66, 31/12/2003).

Gravidez precoce: pai adolescente mata filho de 11 meses (UI 217, 14/02/1998).

Vários títulos parecem retirados de uma sessão policial, caso o jornal ainda a contemplasse. Isto fica ainda mais evidente quando se percebe a referência, no título de várias UI, ao estupro. Considera-se que o termo “estupro”, nestes títulos, impulsionou a sensacionalização e o apelo para a realização de “abortos caridosos” (ARDAILLON, 1997). Além do mais, ao informar a idade das personagens e depoentes, as UI nacionais veiculam uma argumentação muito parecida com as estratégias que foram usadas para descriminalizar o aborto voluntário em outros países, como na França, onde o argumento do estupro de menores suscitou entre juristas a ótica moral, ou seja, o argumento do “mal menor” (BOLTANSKI, 2004). Apreendemos essas estratégias em exemplos como:

A nova norma sobre o aborto voluntário em caso de estupro (UI 37, 17/03/2005).

Opinião: impunidade do estupro (UI 174, 30/09/1998).

Liminar proíbe aborto voluntário de PD., 18, estuprada (com foto) (UI 135, 26/05/1999).

A idade é outra figura de retórica para auferir um tom dramático à matéria. Com relativa freqüência, a idade da criança ou adolescente é referida no título.

Exemplos:

Aluno de 10 anos receberá educação sexual, afirma nova política federal (UI38, 16/03/2005).

Adultos infantis, mães de 14 anos e criminosos de 16 (UI 61, 07/04/2004).

Infância: D14., 10, vai à Justiça pelo direito de abortar (UI 257, 12/12/1997).

Analisando os títulos das 261 UI que compõem o *corpus*, identificamos 11 expressões e 10 termos relativos à infância ou adolescência. Dentre eles: menina (s) (5,3%), jovem (ns) (5,3%), adolescente (s) (3,4%), garota (s) (3,0%), que obtiveram as maiores freqüências. O uso do termo “mulher” foi referido em 10 títulos (3,8%) e foi usado em contraponto ao termo “adolescente”. A idade de 10 anos também foi freqüente nos títulos: foi mencionada em 3,4% deles. Como veremos, é uma das idades mais referidas a personagens/depoentes especificamente associadas à prática ou planejamento do aborto.

As expressões correlatas a “aborto voluntário na infância ou adolescência” correspondem a 8,2% de incidência, expressões que têm dois focos. Um, no estupro: “menina estuprada”, “garota estuprada”, “adolescente estuprada”. Outro, na gravidez e maternidade adolescentes: “menina grávida”, “adolescente grávida”, “jovem grávida”, “gravidez na adolescência”, “gravidez precoce”, “mãe adolescente”. Estas expressões foram as mais freqüentes no *corpus*, embora também tenhamos encontrado duas expressões que destoam das demais: “menores detidos” e “filhos de estupro” (tabela 20).

Não encontramos nenhuma UI na qual a conceituação ou denominação de crianças, adolescentes e jovens associadas ao tema aborto voluntário fosse problematizada ou objeto de análise de peça jornalística, reportagem, artigo, e editoriais. Assim, “aborto voluntário” nas páginas do jornal *online* da *Folha de S.*

Paulo também utiliza figuras de retórica, como mencionado pelos colegas do NEGRI (L. ANDRADE, 2001; FREITAS, 2004; NAZARETH, 2004; M. ANDRADE, 2005) e que consistem em associar crianças ou adolescentes a situações controversas, paradoxais. Seguem exemplos nos títulos abaixo:

Adultos infantis, mães de 14 anos e criminosos de 16 (UI 61, 07/04/2004).

Bichos de pelúcia escoltam barrigas (UI 179, 29/09/1998).

[D14] prefere boneca a filho de verdade (UI 191, 20/09/1998).

Três beijos: Ursinho e santa convivem no quarto (UI 201, 07/06/1998).

Uma terceira figura retórica que destacamos, recorrentemente apontada pelos estudos sobre infância e mídia (PONTE, 2005; L. ANDRADE, 2001; FREITAS, 2004; NAZARETH, 2004; M. ANDRADE, 2005) e construção de problemas sociais (BEST, 2001; ROSEMBERG e M. ANDRADE, 2007), refere-se ao uso de estimativas e outras estatísticas. De um modo geral, a literatura aponta a imprecisão, variação, extensão bombástica dos números usados como estratégia discursiva para persuadir que o problema é grave, que deve incitar a atenção pública urgentemente.

No caso desta pesquisa, também localizamos um razoável percentual de UI (11,1%, tabela 25) que divulgam estimativas, aqui também contraditórias o suficiente para que, a partir delas, não se possa configurar um quadro da prevalência do aborto voluntário e suas conseqüências entre adolescentes (quadro 14). Assim, por exemplo, a *Folha de S. Paulo* anunciava em 25/08/1999, citando como fonte o SUS, que “milhares de meninas grávidas recorrem ao aborto” e em 15/05/2005, citando a OMS, que “quase 1,4 milhão de abortos espontâneos e inseguros entre adolescentes ocorrem anualmente no Brasil” incluindo, então, uma categorização ampla.

As UI que se referem às estimativas mencionam tanto o crescimento, quanto a diminuição do número de abortos voluntários. As estimativas citadas utilizam fontes e pesquisas oficiais (5,7%) (por exemplo: SUS, OMS), fontes não-oficiais (5,3%) (como por exemplo, a Rede Feminista de Saúde). Lembramos que a própria literatura feminista, em outros veículos, aponta para a dificuldade metodológica de se efetuarem estimativas, no Brasil, sobre a prática do aborto voluntário (CORRÊA e FREITAS, 1997).

Quadro 14. Estimativas de abortos voluntários entre crianças e adolescentes no Brasil

| UI | Data | Fonte de estimativas | Resumo |
|-----|------------|--|---|
| 23 | 15/05/2005 | OMS | Quase 1,4 milhão de abortos espontâneos e inseguros ocorre entre adolescentes ocorrem anualmente no Brasil. |
| 33 | 21/03/2005 | SUS | Das 49 mil jovens que procuraram hospitais da rede do SUS para fazer curetagens pós-aborto, 2.711 tinham entre 10 e 14 anos. |
| 38 | 16/03/2005 | SUS | Em 2004, quase 49 mil jovens foram atendidas para curetagem pós-aborto no SUS -2.711 tinham de 10 a 14 anos. |
| 55 | 03/06/2004 | MS | Entre 1999 e abril de 2002, foram registrados 220 casos de aborto atendidos na rede pública de saúde, na faixa etária de 10 a 19 anos. |
| 71 | 01/07/2003 | OMS | As internações para curetagem pós-aborto em adolescentes também tiveram queda, mas bem menor -de 9.234 para 8.999.Em média, 24,65 jovens por dia abortaram no ano passado.Em todo o país, 146 adolescentes de dez a 19 anos dão entrada em hospitais públicos por dia devido a abortos provocados, com ou sem autorização judicial. |
| 95 | 04/11/2001 | SUS | de 40 mil a 45 mil, quase 25% são menores de 19 anos. O número real de abortos pode ser três a quatro vezes maior. |
| 104 | 26/08/2000 | SUS | 50 mil complicações de abortamento de adolescentes atendidas pelo SUS. Entre elas, 3 mil são realizadas por adolescente de 10 a 14 anos. |
| 125 | 25/08/1999 | SUS | Milhares de meninas grávidas recorrem ao aborto. |
| 137 | 15/05/1999 | MS | De mil grávidas, 32 recorrem ao aborto |
| 178 | 29/09/1998 | SUS | De 93 a 97, as curetagens realizadas pelo SUS passaram de 19% para 27% em adolescentes. Ministério da Saúde. |
| 197 | 26/07/1998 | Ministério da Justiça | Dos crimes contra a pessoa (homicídio, aborto, lesão corporal etc), 21,6. são praticados por adolescentes. |
| 207 | 03/05/1998 | Pesquisas acadêmicas | Nove em cada 10 adolescentes de classe média e alta. Em 1997, apenas nos hospitais do SUS, foram recebidas 241 mil adolescentes, que fizeram abortos malfeitos e se submeteram a curetagem. Em 1993, essa taxa era expressivamente menor: 58.274 |
| 209 | 03/05/1998 | MS | Mais de 1 milhão de abortos na faixa de 10 a 19 anos. Só no SUS 241 mil crianças e adolescentes vítimas de abortos. |
| 270 | 04/10/1997 | SUS | 571 adolescentes atendidas -o equivalente a 45% dos 1.270 abortos ali realizados, contra 317 durante todo o ano passado. Mais de mil adolescentes realizam aborto. |
| 274 | 01/09/1997 | Ministério da Saúde | 53.895 mulheres entre 10 e 19 realizaram curetagem na rede pública em 1996. |
| 276 | 31/08/1997 | não apresenta | Quase 20% tiveram complicações com aborto clandestino e foram internadas em hospitais públicos da cidade de São Paulo tinham 19 anos ou menos. |
| 298 | 29/08/1997 | SUS | De cada mil adolescentes de 15 a 19 anos, 6,2 procuram os hospitais do SUS para fazer um aborto todo ano. |
| 287 | 22/08/1997 | Hospital do Jabaquara | Segundo dados do hospital do Jabaquara, a maior parte das mulheres (entre 60% e 70%) que procuram o programa de aborto legal da instituição é menor de idade. |
| 296 | 27/03/1997 | não apresenta | 79% de 600 adolescentes abortam com Cytotec [...] |
| 16 | 27/07/2005 | Dossiê da Rede feminista | A estudante PD 18, entrou para as estatísticas das cerca de 244 mil mulheres submetidas a curetagem na rede pública de saúde por aborto inseguro por ano. |
| 39 | 07/03/2005 | Dossiê da Rede Feminista de Saúde; Instituto Alan Guttmacher | Os dados referentes a esses 538 casos indicam que as adolescentes de até 15 anos aparecem com maior peso na mortalidade por aborto (respondem por 14% dos óbitos por aborto). Nas internações por aborto, elas respondem por 1,2% dos casos. |
| 61 | 07/04/2004 | UNESCO | Quanto a aborto, entre as alunas do ginásio e colegial, Maceió e Recife têm os maiores índices: cerca de 11% das entrevistadas já o fizeram. |
| 62 | 10/03/2004 | UNESCO | Mais de 36% das estudantes de ensino fundamental e médio |
| 82 | 31/07/2002 | Unicef | 28,8%. tiveram interrupção da gestação natural ou provocada, das 5.280 jovens entrevistados. |
| 123 | 04/09/1999 | Unicamp | Das 200 estudantes entrevistadas, 6,7% afirmaram já ter interrompido uma gravidez. |
| 142 | 14/03/1999 | não apresenta | No Brasil, de cada 100 abortos cometidos, 42 decorrem da gravidez na adolescência. |
| 170 | 01/10/1998 | Folha de S. Paulo | Adolescentes e jovens de até 19 anos fazem 48% das interrupções legais da gravidez; 12,8% das que procuraram o hospital até 1996.Em alguns serviços, como o do Rio de Janeiro, elas chegam a representar 62,5% dos casos. |
| 178 | 29/09/1998 | Folha de S. Paulo. | Meninas com idade entre 10 e 19 anos - respondem por 48% dos atendimentos. No Rio de Janeiro, representam 62,5% |

O caderno *Folhateen*

O interesse de tratar do caderno *Folhateen* em separado decorre da quantidade de UI ali publicadas e por sua especificidade em ser destinado ao público infanto-juvenil.

Esse caderno foi criado em 1991, com o objetivo de “levar notícias sobre educação, lazer, comportamento e consumo para leitores [as] jovens da Folha de S. Paulo” (SILVA, 1999, p. 1). Questões relativas ao comportamento sexual e à saúde de adolescentes são freqüentes em todas as edições do *Folhateen*, que circula às segundas-feiras desde 1994. Além desses temas, o caderno aborda assuntos, tais como: música, escola, educação e política para os adolescentes (SILVA, 1999).

O *Folhateen* mantém, em sua diagramação, a coluna “Sexo & Saúde”, que visa responder a cartas dos (as) leitores (as) sobre questões relativas à sexualidade. As dúvidas costumam ser relativas a: virgindade, contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis e HIV, gravidez. Por vezes, elas se referem ao aborto voluntário.

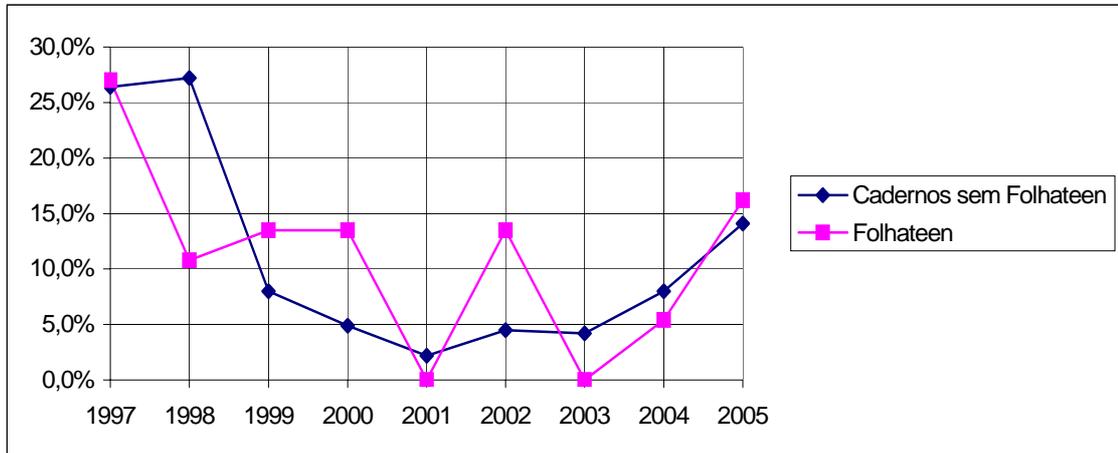
O caderno, segundo Silva (1999), oferece a seu público um modelo de comportamento “normal”, enfatizando, sempre que possível, a necessidade do uso de preservativo para a prevenção da AIDS, de outras doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez. Suas informações, no entanto, não se propõem a “(...) romper tabus e preconceitos...” (p. 76).

Não encontramos, no período, nenhuma edição especial do caderno destinada a informar sobre as questões relativas ao aborto voluntário no Brasil. No período de 1997 a 2005, localizamos um total de 37 UI sobre aborto no *Folhateen*.

Na tabela 2, observa-se que o caderno *Folhateen* apresentou um número maior de publicações no ano de 1997 (26,5%), seguido pelo ano de 2005 (16,2%). No ano de 1998, não ocorreu um grande número de UI sobre o tema aborto associado à infância ou adolescência (10,8%), apesar de que o debate sobre a descriminalização do aborto continuava acirrado nas discussões na Câmara dos Deputados (discussão do PL 20/1991) e o Ministério da Saúde ter iniciado a produção das Normas Técnicas. Em 2001 e 2003 não encontramos publicações no *Folhateen* sobre o tema. Também chamou-nos atenção que, nos anos de 2000 e 2002, esse caderno tenha tido mais publicações sobre o tema do que os demais

cadernos da *Folha de S. Paulo*. Parece-nos que as publicações sobre o tema estiveram em descompasso com o contexto de “esquentamento” do debate.

Gráfico 2. Frequência de UI distribuídas por ano no caderno *Folhateen* e demais cadernos da *Folha de S. Paulo*



As UI do *Folhateen* produzidas por colunistas representantes institucionais da *Folha de S. Paulo*, foram apresentadas nas colunas sobre “Sexo & Saúde” de autoria de Rosely Sayão e de Jairo Bouer. Trata-se de colunas em que os (as) autores (as) respondem a dúvidas de seus (as) leitores (as) relacionadas às questões cotidianas. Os textos no caderno *Folhateen* foram assinados na maior parte das UI (66,7%). Assim como nos demais cadernos, o sexo dos autores (predominantemente feminino) parece não ter interferido nos posicionamentos em relação à descriminalização do aborto nas UI (tabela 29).

Ao contrário das UI identificadas no restante do *corpus*, o suplemento tratou predominantemente do tema central da gravidez na adolescência (24,3%), que foi abordado pela via da prevenção. Esse tema foi tratado, principalmente, através das matérias em que os (as) autores (as) da *Folha* respondem a dúvidas de leitores (as) não identificados ou através de comentários sobre casos de outros (as) adolescentes. A gravidez na adolescência é sempre tratada como um fenômeno “indesejado” e associado, por vezes, à realização de abortos voluntários. Neste eixo de argumentação, o *Folhateen* apresentou programas de planejamento familiar e de prevenção à gravidez de adolescentes, e, inclusive, projetos de abstinência sexual. Alguns exemplos:

Sabia que é desse jeito que centenas de garotas da sua idade engravidam ou pegam alguma doença? E que é por causa disso que muitas garotas,

aos 15, 16 anos, já são mães e outras já passaram por uma situação de aborto? Barra pesada, não é? Nem dá para reclamar da falta de informação. Hoje em dia, quem não sabe como se engravida, como se contamina com alguma doença e como evitar tudo isso? (UI 273, 01/09/1997).

O grande problema da gravidez na adolescência, segundo Cristina Guazzelli, uma das responsáveis pelo setor de pré-natal de adolescentes da Universidade Federal de São Paulo, é a reunião de dois momentos difíceis da vida da mulher (a adolescência e a maternidade) e o fato de a menina se distanciar do crescimento social e cultural. Entre as garotas que engravidam, cerca de 25% assumem que pensaram em provocar o aborto (UI 89, 22/04/2002).

Aos 17 anos, GD, 19, não tinha transado com ninguém. Conheceu PD, que também era virgem. Juntos descobriram o sexo, mas jamais tomaram cuidado. Meses depois, PD ficou grávida. Esconderam a notícia da família e tentaram, sem sucesso, fazer um aborto. O casal se separou antes de a criança nascer. "Aprendi a lição: sem camisinha, nunca mais. Não estávamos preparados" (UI 32, 21/03/2005).

Contudo, apesar da importância que o tema aborto voluntário teve no caderno *Folhateen*, não podemos dizer que isso significou um aprofundamento no tratamento do tema para adolescentes. A estratégia de formatação do suplemento (ênfase nos depoimentos) sugeriu um modo de apresentação do tema, por meio de depoimentos de outros (as) jovens, que serviram para amenizar a apresentação do tema para o público jovem. Entretanto, a composição geral do caderno via *online*, a apresentação de matérias que parecem alertas que sugerem que a interrupção voluntária da gravidez é um acontecimento que poderá vir a acontecer com os (as) adolescentes que não usam preservativos e não cuidam de sua vida sexual e reprodutiva.

É neste tom que encontramos informações sobre as regulamentações do aborto voluntário, através da apresentação do PL 20/1991:

A regulamentação de uma lei de 1940, que dá direito ao aborto a vítimas de estupro e grávidas que correm risco de vida, fez do aborto a grande polêmica das últimas semanas. O fato é que, enquanto se faz esse barulho todo, milhares de garotas abortam clandestinamente, muitas correndo risco de vida. O *Folhateen* esclarece dúvidas comuns sobre aborto e gravidez. Afinal, só entra nessa quem quer ou não tem informação (UI 272, 01/09/1997).

O *Folhateen* também publicou cartas de leitores posicionando-se contra o que o jornal batizou de "musa antiaborto".

Felicito os estupradores de todo o país, pois já têm assegurados os direitos de sobrevivência de sua incomparável prole, desde que a musa antiaborto, protetora de vossos atos, ela também uma vítima em potencial, iniciou o

seu discurso prepotente e imaturo, condenando o aborto em qualquer hipótese. Mesclando fluência verbal, arrogância e estupidez, características tantas vezes presentes na adolescência, essa 'senhorita' [X] deseja manipular (quase como uma enviada divina) o sentimento de culpa que aflora em cada mulher que pensa ou planeja 'executar' um aborto. Espero que não se transforme em mártir da causa quando, igualmente vítima de tal atrocidade, tiver de optar por gerar em seu lindo ventre uma criança que absolutamente não deseja, não quer ou não pode sustentar.
Anete Antunes (via e-mail) (UI 265, 13/10/1997).

Outros personagens/depoentes, no entanto, não tiveram tanto espaço para manifestar suas opiniões. Embora não seja possível saber se as cartas publicadas são representativas das dúvidas dos (as) leitores (as), elas podem apontar um caminho promissor no que se refere ao tratamento dos (as) adolescentes (as) como um público que futuramente poderá discutir o tema aborto voluntário não mais como um tabu.

3.2.2. Análise das personagens/depoentes

Para analisar as personagens/depoentes retiramos do *corpus* uma amostra intencional de UI a partir da categoria “enfoques” contendo apenas os conjuntos descritos a seguir.

- O conjunto 1 reuniu 72 UI, relacionadas a situações genéricas de aborto (exemplo: “aumentou o número de abortos de adolescentes brasileiras”).
- O conjunto 2 é composto por 111 UI que focalizaram situações específicas de aborto voluntário, isto é, que mencionam o fato de personagens/depoentes individuais terem praticado ou planejado abortar. Porém, no conjunto de 187 UI, nas quais identificamos tal enfoque, 76 UI apresentaram personagens/depoentes muito fluídas, comportando poucos atributos passíveis de descrevê-las. Assim, como outros colegas do NEGRI, também estabeleci um número mínimo de atributos na caracterização das personagens captadas nas UI para poder integrá-las na amostra. Assim procedendo, a amostra deste conjunto é composta por 111 UI nas quais foi possível identificar personagens/depoentes que praticaram ou planejaram abortar, descritas com pelo menos três atributos previstos na grade de análise 2.

- O conjunto 3 reuniu quatro UI nas quais localizamos um tipo peculiar de personagens/depoentes: aquelas que apenas emitem opinião sobre a descriminalização do aborto.

Para analisar as personagens/depoentes, utilizamos a grade de análise 2 que contém categorias de dois tipos: aquelas que permitem descrever a personagem/depoente (idade, escolaridade, região, estado, etc) e aquelas que permitem caracterizar o contexto em que são situadas (ou se situam) coadjuvantes, informantes, etc. e práticas relacionadas à vida sexual e reprodutiva, inclusive o aborto (idade da iniciação sexual, causas da gestação, desenlace do aborto, etc).

Antes de apresentar os principais resultados da análise, é importante explicitar o sentido da expressão personagem/depoente.

Desde a tese de doutorado de Leandro F. Andrade (2001), as pesquisas do NEGRI sobre infância e mídia têm observado (como já relatado no capítulo 2) que várias UI identificam, de diferentes maneiras, crianças ou adolescentes a que se referem. Isto levou-nos a questionar o uso do termo personagem para elas, pois são pessoas, muitas delas tendo sua identidade civil desvelada. Daí termos associado o termo depoente ao termo personagem.

Também, de acordo com o procedimento de análise que temos adotado no NEGRI, a identificação e descrição de cada personagem/depoente ocorre no contexto da UI em que aparece, mesmo que a mesma personagem/depoente percorra várias UI, como nos casos D14 e D17. Tal opção decorre do fato de que uma pessoa ao ler o jornal pode ter lido as matérias anteriores, como também pode não as ter lido. Porém, cada nova matéria trata atributos da personagem/depoente em sua totalidade para dar conta do desconhecimento eventual do caso por novos leitores. Tal procedimento acarreta um aumento do número de personagens/depoentes com relação ao número de pessoas às quais se referem.

Usando tais procedimentos, conseguimos identificar: 72 (38,5%) personagens genéricas e 111 (59,3%) personagens/depoentes individuais e 4 personagens “opinantes” (2,1%). Evidentemente, todas de sexo feminino. A cor/raça não é explicitada, conforme o *Manual de Redação* (2001).

O tratamento textual conferido às personagens genéricas é bastante diferente daquele dado às personagens individuais. Uma primeira observação permite dizer que as personagens genéricas parecem constituir uma categoria vazia, tendo em

vista a grande proporção de “não consta” relativa à informação procurada. Porém, como meus colegas, aqui também observei a explicitação freqüente da idade, categoria que ganha relevância nos três conjuntos de personagens.

Quadro 15. Percentual da categoria “não consta” por atributos e tipo de personagens/depoentes

| Atributo “não consta informação” | Personagens | | | | | |
|----------------------------------|-------------|------|---------------------|------|---------------------------|------|
| | Genéricas | | Individuais | | | |
| | | | Personagem/depoente | | "Opinião infanto-juvenil" | |
| N | % | N | % | N | % | |
| Nome, iniciais, pré-nome, etc. | 72 | 0,0 | 7 | 6,3 | 0 | 0,0 |
| Idade | 36 | 50,0 | 8 | 7,2 | 0 | 0,0 |
| Escolaridade | 64 | 88,8 | 87 | 78,3 | 0 | 0,0 |
| Procedência | 62 | 86,1 | 24 | 21,6 | 3 | 75,0 |
| Ocupação | 70 | 97,2 | 97 | 87,3 | 0 | 0,0 |
| Composição familiar | 68 | 94,4 | 26 | 23,4 | 1 | 25,0 |
| Nível socioeconômico | 58 | 52,2 | 48 | 66,6 | 3 | 75,0 |
| Religião | 70 | 97,2 | 105 | 94,5 | 1 | 25,0 |
| Saúde | 71 | 98,6 | 77 | 69,3 | 2 | 50,0 |

Fonte: tabelas 34 a 53.

Verificamos, nas UI que se referem às personagens genéricas, um percentual mais elevado de ausências de informações, pois poucas UI identificam escolaridade, procedência, ocupação, composição familiar, religião e saúde destas personagens. Os percentuais de “não consta”, nestas categorias, variam de 94,4% (composição familiar) a 98,6% (saúde). Portanto, estas personagens constituem-se como uma abstração em que predominam categorias relativas à faixa etária e ao nível socioeconômico.

Quadro 16. Atributos predominantes entre personagens genéricas

| Atributos predominantes | Frequência | |
|-----------------------------------|------------|----------|
| | N | % |
| Idade (exata e aproximada) | | |
| 10 | 0 | 0,0 |
| 11 | 0 | 0,0 |
| 17 | 1 | 1,3 |
| 18 | 0 | 0,0 |
| 10 a 19 | 28 | 38,8 |
| Nível socioeconômico | N | % |
| Pobres e miseráveis | 23 | 31,9 |

Fonte: tabelas 34 a 43.

Como mencionamos, dentre as personagens genéricas, apenas dois atributos/categorias apresentam frequências relativamente altas (quadro 16): a faixa etária em torno dos 10 aos 19 anos (38,8%) e o nível sócio econômico inferior (31,9%). Esses resultados indicam que o pano de fundo das UI constituído pelas personagens genéricas detalha o que já se explicitara no *corpus*: as crianças e adolescentes referidas nas peças jornalísticas sobre o tema aborto voluntário são caracterizadas por serem jovens e pobres, sobre quem se omitem outras características/atributos. Dessa forma, a personagem genérica parece entrar na *Folha* como “cabides noticiosos”, em que se escoram argumentações que dificilmente seriam refutadas.

As personagens/depoentes individuais correspondem a 59,3% (quadro 17), recebem descrições mais detalhadas e atuam, via de regra, como ilustrações ou exemplos no plano da retórica trazendo para UI o “efeito do real” como afirmam Hilgartner e Bosk (1998), ou o exemplo tipificado (*typifying example*, BEST, 2008, p. 32): “uma descrição de um exemplo particular da condição [do problema social em construção]”. Por exemplo:

Casos como o da menina D17, 10, autorizada ontem a abortar por ter sido estuprada, representam um de cada dois abortos legais feitos na rede pública brasileira. Levantamento feito pela *Folha* junto aos principais serviços públicos de aborto legal mostra que as adolescentes -meninas com idade entre 10 e 19 anos- respondem por 48% dos atendimentos (UI 179, 29/09/1998).

Apesar de sua caracterização ter enfrentado um alto percentual de “não consta” em determinadas categorias – religião (94,5% delas sem informação), ocupação (87,3%), escolaridade (78,3%), outras categorias previstas apresentaram alto índice de informação, o que nos permite estabelecer um contraponto (quadro 17).

Sete (7,2%) depoentes tiveram o nome completo revelado e 86,4% foram identificadas pelas iniciais, nome fictício ou apelido. Apesar do recurso de ocultamento, a procedência das personagens/depoentes ostentou alta porcentagem (47,7%), informando, muitas vezes, detalhes da localidade onde moram, revelando, assim, o nome da escola. As UI não mencionam se o desvelamento da identidade foi autorizado pelas depoentes ou seus familiares.

Para a grande maioria das personagens/depoentes, a gestação foi decorrente de estupro (65,7%) que constitui, também, o principal motivo para interromper a gravidez (42,3%), com frequência bastante superior ao risco de vida da genitora (12,6%).

O desenlace do aborto (83,7%) mereceu destaque na descrição das personagens/depoentes. As UI apresentaram situações em que a personagem/depoente teria cogitado a hipótese de abortar, mas não teria concretizado o ato (36,9%). Outras UI revelam que as personagens/depoentes abortaram (24,3%). A categoria relativa ao local aponta, predominantemente, os hospitais públicos como aqueles aos quais as personagens/depoentes mais recorrem para a realização das interrupções voluntárias da gravidez ou curetagens pós-aborto.

Quadro 17. Atributos prevalentes personagens/depoentes individuais

| Personagem | Atributos prevalentes | | | | Não consta | | | |
|--|---------------------------|----------|-------------|----------|---------------------------|----------|-------------|----------|
| | Personagens/ depoentes | | "Opinantes" | | Personagens/ depoentes | | "Opinantes" | |
| Categorias de identificação | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Idade (total) | 103 | 92,7 | 4 | 100,0 | 8 | 7,2 | 0 | 0,0 |
| 10 | 33 | 30,6 | 0 | 0,0 | | | | |
| 11 | 21 | 18,9 | 0 | 0,0 | | | | |
| Procedência | 87 | 78,3 | 1 | 25,0 | 24 | 21,6 | 3 | 75,0 |
| Centro-oeste | 28 | 25,2 | 0 | 0,0 | | | | |
| Sudeste | 52 | 46,8 | 1 | 25,0 | | | | |
| Composição familiar | 85 | 76,5 | 3 | 75,0 | 26 | 23,4 | 1 | 25,0 |
| Mora com os pais e/ou outros familiares | 78 | 70,2 | 3 | 75,0 | | | | |
| Moradora de rua, sem vínculos com a família de origem. | | 3,6 | 0 | 0,0 | | | | |
| Nível socioeconômico | 53 | 47,7 | 1 | 25,0 | 58 | 52,2 | 3 | 75,0 |
| Classe média | 2 | 1,8 | 0 | 0,0 | | | | |
| Pobres e miseráveis | 51 | 45,9 | 0 | 0,0 | | | | |
| Categorias da vida sexual e reprodutiva | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Desenlace do aborto | 93 | 83,7 | 0 | 0,0 | 18 | 16,2 | 4 | 100,0 |
| Cogitou a hipótese, mas não abortou | 41 | 36,9 | | | | | | |
| Manteve a gravidez ou teve o filho | 27 | 24,3 | | | | | | |
| Causa da gestação | 88 | 79,2 | 0,0 | 0,0 | 23 | 20,7 | 4 | 100,0 |
| Estupro | 73 | 65,7 | | | | | | |
| Uso inadequado ou ausência do método contraceptivo | 10 | 9,0 | | | | | | |
| Causa que motivou o aborto | 83 | 74,7 | 0,0 | 0,0 | 28 | 25,2 | 4 | 100,0 |
| Estupro | 47 | 42,3 | | | | | | |
| Risco da vida para genitora | 14 | 12,6 | | | | | | |
| Tempo de gestação para abortar | 51 | 45,9 | 0,0 | 0,0 | 60 | 54,0 | 4 | 100,0 |
| 4 meses | 19 | 17,1 | | | | | | |
| 4 meses e meio | 12 | 10,8 | | | | | | |

Fonte: tabelas 44 a 53

O genitor de sexo masculino associado ao aborto aparece com freqüência significativa (47,7%). Esses genitores tiveram seus dados de identificação apresentados em 27 UI (21,6%). Em sua caracterização, revela-se, com maior freqüência, seu vínculo com a personagem/depoente (39,7%): com maior freqüência seria o namorado (14,4%).

Quadro 18. Atributos dos genitores nas UI relativas ao genitor

| Atributo Genitor | Atributos prevalentes | | Não consta | |
|--|-----------------------|------|------------|------|
| | N | % | N | % |
| Menções ao genitor na UI | 53 | 47,7 | 58 | 52,2 |
| Dados de identificação do genitor | 27 | 24,3 | 84 | 75,6 |
| Voz do genitor | 3 | 3,7 | 108 | 97,2 |
| Vínculo com a personagem | 44 | 39,7 | 67 | 60,3 |
| Identificação do genitor | 27 | 24,3 | 84 | 75,6 |
| Idade do genitor | 26 | 23,5 | 85 | 76,5 |
| Posição do genitor em relação ao aborto voluntário | 7 | 6,4 | 104 | 93,6 |

Fonte: tabelas 54 a 59.

Além disso, o genitor é descrito como mais velho que a personagem/depoente. Sua voz raramente é transcrita (2,8%), bem como a UI ignora quase totalmente sua posição face ao aborto (93,6%).

Não só genitores dispõem de reduzido espaço de fala nas UI: familiares e mesmo personagens/depoentes pouco são ouvidas (quadro 19).

Quadro 19. Quem fala nas UI

| QUEM FALA NAS UI dos <i>corpus</i> | | | | | | |
|---|------------------------|------|-------------|------|-------------|------|
| | Aparece em quantas UI? | | UI com fala | | UI sem fala | |
| | N | % | N | % | N | % |
| Personagem/depoente | 111 | 100 | 30 | 27,0 | 81 | 72,9 |
| Outros (as) "adolescentes" | 16 | 14,4 | 11 | 68,7 | 5 | 0,6 |
| Familiares (pai e mãe, contados juntos) | 57 | 51,3 | 17 | 29,8 | 40 | 70,1 |
| Parentes (filho, irmão, cunhado) | 9 | 8,1 | 4 | 44,4 | 5 | 55,5 |
| Genitor ⁴² | 53 | 47,7 | 3 | 5,7 | 50 | 94,3 |
| Outros adultos (informantes) | 91 | 81,9 | 55 | 60,4 | 36 | 39,5 |

Fonte: tabelas 60 a 66.

O quadro 19 apresenta a distribuição de freqüência de falas nas UI. Ali calculamos as porcentagens das UI em que tais personagens/depoentes e informantes dispõem de fala, adotando como base para o cálculo da porcentagem o total de UI em que aparecem. Assim, dentre personagens/depoentes adolescentes,

⁴² Quando o pai, ou irmão, ou com qualquer grau de parentesco foi o autor do estupro, atribuímo-lhes a posição de genitor.

quem mais dispõe de falas nas UI do *corpus* são os outros (as) adolescentes que não as personagens/depoentes que planejaram ou interromperam a gestação, porém isto apareceu em poucas UI (em apenas 16 UI). Por outro lado, em um número bastante alto de UI (91), vários adultos informantes (96) entram em cena: são eles, em sua maioria, funcionários (as) de saúde (32), juristas ou funcionários da justiça (27). Além disso, em 55 dessas 91 UI (60,4%) são transcritas suas falas. Este percentual é muito superior ao de UI em que aparecem os pais das personagens/depoentes (51,3%) e muito superior ao de UI que veiculam a voz de pais (29,8%). E, por inusitado que possa parecer, é muito superior ao percentual de UI que transcreve a voz de personagens/depoentes associadas ao aborto voluntário. Relembramos Marcelo Andrade (2005), quando afirma que nós adultos do *establishment* falamos para nós sobre elas, as adolescentes pobres que interrompem ou planejam interromper a gravidez.

Porém, boa parte das personagens/depoentes é requisitada a falar sobre sua gravidez, como engravidaram, o porquê e como pretendem sustentar seus filhos, conforme exemplos:

PD abandonou a escola quando conheceu o pai de Z. em uma festa. O garoto tinha 17 anos, trabalhava em um supermercado e morava em Boa Vista. Como milhares de outros que invadem Y nos fins-de-semana, ele estava atrás de diversão. Um dia depois de conhecer o rapaz, PD já se mudou com ele para X. Em menos de um mês, ficou grávida. "Depois que engravidei, ele começou a judiar de mim. Não registrou nem a minha filha, e eu resolvi voltar para X." (UI 294, 26/05/1997).

Aos 17, engravidou de um namorado que desapareceu após saber da notícia. "Tomei chá de maconha para abortar e quase usei Citotec [comprimido abortivo]. Mas na hora H, não tive coragem e decidi ter o bebê", conta. Continuou usando drogas durante a gravidez e até o bebê completar oito meses, quando decidiu, então, procurar ajuda no Conselho Tutelar. "Disse que queria me tratar, mas não queria me separar do meu filho", relata. Depois de quase um ano separados, há quatro meses mãe e filho puderam voltar a viver juntos na casa-abrigo. "Se eu pudesse voltar atrás, teria evitado a gravidez", diz PD., que continua sem usar métodos contraceptivos (UI 59, 11/04/2004).

Os adultos informantes, predominantemente favoráveis à descriminalização do aborto, opinam, então, que a solução mais adequada para as personagens/depoentes é a realização do aborto. Tais informantes podem transmitir suas opiniões e preconizar as soluções que consideram mais adequadas para a vida das personagens/depoentes (tabela 69).

"Não posso obrigar o médico a fazer o aborto. Com o mandado, dou ciência de que eles não estão cometendo um crime", afirma o juiz José Antônio Prates Piccoli, da 2ª Vara Cível de Bagé, que autorizou o ato (UI 28, 22/04/2005).

A Rede Nacional Feminista de Saúde enviou carta ao ministro José Serra criticando o silêncio e a omissão das autoridades de saúde diante do caso da menina D17. A carta também cobra a normatização dos serviços públicos de saúde para realizar abortos previstos em lei. [...] "A rede vem manifestar sua profunda perplexidade em relação ao silêncio do Ministério da Saúde frente ao caso da menina D17.", diz a carta, que tem data de quinta-feira e é assinada pela médica Maria José de Oliveira (UI 163, 03/10/1998).

Porém, mesma sorte pareceu não ter tido as personagens/depoentes que, ao entrarem nas páginas da *Folha de S. Paulo*, não têm sua posição em relação à descriminalização do aborto explicitada (tabelas 61 e 62), assim como também não são aquelas que podem opinar sobre os pontos que as afetam.

Estuprada e grávida do próprio irmão, a estudante PD., 18, de X (SP), perambulou por cinco diferentes hospitais de três cidades do interior paulista para interromper a gravidez. Mesmo com o boletim de ocorrência em mãos comprovando o estupro, os ginecologistas se recusaram a fazer o aborto na jovem alegando a necessidade de um alvará judicial. Um mês depois, já de posse da autorização -no caso, desnecessária-, PD. encontrou novo obstáculo: a objeção de médicos contrários ao aborto. Só no quarto mês de gestação é que ela conseguiu fazer o procedimento em Z, a 476 km da casa (UI 40, 27/02/2005).

A UI anterior menciona PD, 18, de X, grávida e "perambulando", sem que sua voz seja ouvida.

Uma menina de 11 anos, grávida de quatro meses e meio, espera a decisão da Justiça no X para saber se pode ser submetida a um aborto. [...] A decisão judicial deverá ser anunciada hoje pela juíza da 3ª Vara da Infância de X, Maria Rita Xavier, que solicitou um laudo médico para saber se a menina tem ou não condições de levar até o final a gravidez (UI 113, 06/04/2000) (grifos nossos).

PD. mora com a família em uma zona afastada do centro de [nome da cidade]. O pai [nome completo] é pescador. A mãe [nome completo] é dona-de-casa (UI 120, 04/10/1999).

As personagens/depoentes associadas à prática do aborto voluntário nas páginas *online* da *Folha de S. Paulo* são muito jovens (49,5% têm 10 e 11 anos), vivem com suas famílias (70,2%), são provenientes do Sudeste (46,8%) e Centro-Oeste (25,2%) e são pobres ou miseráveis (45,9%). Apenas uma personagem/depoente associada à prática do aborto voluntário nas UI analisadas,

provém de família de classe alta, pois ela é a filha de um jogador de futebol famoso, o qual compartilha a experiência, publicamente na mídia, de também ter sido pai quando adolescente. Nas demais UI, as personagens/depoentes também são próximas à suas famílias, apesar do nível socioeconômico, sendo raramente retratadas como “meninas de rua” ou prostitutas.

A idade é um atributo fundamental para caracterizar a personagem/depoente, por vezes compondo já o título da UI, como informamos.

Juiz autoriza grávida de 10 anos a abortar (UI193, 19/09/1998).

Advogado pede aborto para menina de 13 (UI 215, 07/03/1998).

Polêmica: Aborto de garota de 11 anos é autorizado (UI 240,16/12/1997).

PD., 15 anos e quatro abortos (UI 294, 26/05/1997).

Quanto à vida sexual e reprodutiva, observamos que as categorias sobre as quais dispomos de mais informações são: causas da gestação; desenlace do aborto; o que motivou o aborto; tempo da gestação no momento da interrupção da gravidez.

Filha de pedreiro, PD., 18, ficou grávida em uma situação digna de filme de Nelson Rodrigues: foi estuprada pelo marido da irmã. Ela não era mais virgem e conta que tomou dois comprimidos de Cytotec e colocou o terceiro no colo do útero para abortar o filho indesejado (UI 270, 04/10/1997).

A adolescente PD., 14, que segundo a polícia foi estuprada pelo próprio pai, perdeu ontem o bebê. De acordo com familiares da adolescente, ela teria induzido o aborto por meio de drogas. A Santa Casa de X (401 km de Y), onde ela permanecia internada até as 21h de ontem, informou apenas que o aborto foi "natural". A adolescente estava grávida de quatro meses (UI 222, 23/12/1997).

Porém, localizamos em pequeno grupo - 4 apenas - de personagens individuais que entraram nas páginas *online* da *Folha de S. Paulo* expondo sua opinião sobre o tema aborto voluntário. São as personagens “opinantes” que não têm sua vida sexual e reprodutiva desvelada (100% de ausência de informações nessas categorias). São descritas como provenientes das classes altas (100%) e em sua maioria são estudantes (4UI). Além disso, teriam seu nome completo revelado com seu consentimento. Ou seja, a personagem/depoente “opinante” tem um perfil diferente daquele personagem/depoente associada à prática do aborto, bem como recebe tratamento específico da *Folha de S. Paulo*.

Entre as opinantes, destacamos uma personagem que participou das discussões na Câmara dos Deputados em 1997, época dos debates pela regulamentação dos serviços de atendimento público para a realização do aborto voluntário em casos de estupro ou risco de vida para a gestante. A personagem/depoente foi chamada pela *Folha de S. Paulo* de “musa antiaborto” e foi uma das representantes da posição contrária à descriminalização do aborto no Brasil. De acordo com a *Folha*:

[A adolescente] viaja o país todo fazendo palestras e participando de debates sobre o polêmico assunto. É contra o aborto em qualquer hipótese, inclusive quando a mulher foi estuprada ou corre risco de vida (casos em que a lei permite e atualmente está em processo de regulamentação) (UI 271, 29/09/1997).

Entretanto, sua participação na Câmara dos Deputados foi explorada nas UI enfatizando mais as emoções do que procurando entender as razões do seu posicionamento. O contexto apresentado pode ser descrito como dramático, como mostram os exemplos abaixo:

Uma das mais exaltadas manifestantes contra o projeto era a estudante PD, 16. "Imundas, assassinas, açougueiras, eu tenho nojo de vocês", gritava PD entre lágrimas, para as parlamentares que votaram a favor do projeto (UI 275, 31/08/1997).

Após a votação, favorável à regulamentação, ela começou a chorar e a gritar para os defensores que eles eram "assassinos" e "açougueiros" (UI 27, 29/09/1997).

Ela começou a gritar contra as deputadas ainda no plenário da comissão e continuou pelos corredores (UI 290, 21/08/1997).

Não identificamos nas UI personagens/depoentes pobres ou grávidas, apresentando sua opinião sobre a descriminalização do aborto. Dessa forma, consideramos que a estratégia discursiva adotada pela *Folha* promove discriminação, pois os exemplos e ilustrações das UI são constituídos por personagens/depoentes pobres, habitantes de pequenas cidades, descritas como tendo poucas informações. Em contraponto, a opinião sobre a descriminalização do aborto é representada por personagens/opinantes de classe média, com escolaridade acima do 2º grau.

3.2.3. Os casos D14 e D17

- **Relatos**

Terminarei o capítulo efetuando uma descrição e análise dos dois casos (D14 e D17) identificados no conjunto de UI do *corpus* e que foram publicadas no jornal online da *Folha de S. Paulo* em 1997 e 1998, respectivamente.

De acordo com a conceituação que vem sendo adotada por pesquisadores (as) do NEGRI, define-se caso como uma série de matérias sobre um mesmo tema (ou “gancho”) publicadas em período longo (L. ANDRADE, 2001).

Nestes dois casos, o jornal acompanhou e participou de uma trama, enredada também por outros atores sociais, cujas protagonistas e coadjuvantes foram duas mulheres de 10 e 11 anos que poderiam, legalmente, ter acesso ao aborto, pois estariam enquadradas no previsto pelos permissivos legais: ambas teriam engravidado em decorrência de estupro.

Como já foi informado, estes casos sobre aborto, que identifiquei neste conjunto de UI, foram os mesmos identificados por Nazareth (2004) em sua dissertação, e que passou a denominá-los de D14 e D17, D referindo-se a depoente e o número referindo-se a sua posição na seqüência de depoentes, mantendo, assim, o sigilo sobre suas identidades.

Como resolver, nesta dissertação, o fato de termos analisado, Leila Nazareth e eu mesma, os mesmos casos? Seria adequado incorporar aqui o relato efetuado por Nazareth (2004)? Depois de conversas, reflexões e sugestões, envolvendo Leila Nazareth, eu mesma, minha orientadora e Leandro F. Andrade, optamos por iniciar o tópico transcrevendo os casos já sistematizados por Nazareth (2004), mas submetidos a uma edição textual efetuada por Fúlvia Rosemberg, depurando o texto de certo verismo descritivo. O argumento que mais nos incitou a esta transcrição foi o de dar a público o caráter coletivo das produções de pesquisadores (as) do NEGRI. Iniciamos, pois, o tópico, com esta descrição, que será seguida de uma análise a partir das distribuições de freqüência das categorias previstas para a caracterização das personagens/depoentes.

Teríamos gostado de efetuar um complemento de investigação sobre a “origem” dos casos no jornal, à maneira que Sánchez-Jankowski (1997) efetuou para seu estudo das gangues de New York, Los Angeles e Boston. Isto ainda não foi

possível, em decorrência do tempo a mais que teria que dedicar à pesquisa. Quem sabe será o ponto de partida para o doutorado ou para outro (a) pesquisador (a) do NEGRI.

Analisar, em detalhe, ambos os casos, foi de grande interesse, na medida em que: concentram um grande número de UI (28,6% do *corpus*), sugerindo o interesse da *Folha de S. Paulo* pelos acontecimentos que contaram com a participação ativa do jornal; as peças jornalísticas foram publicadas depois da apresentação da PEC 25/1995 e do PL 20/1991e durante a tramitação legal de ambos; foram objeto, posteriormente, de atenção de pesquisadoras feministas (DINIZ e DAMASCENO, 2001; CORRÊA e PAZELLO, 2002) em estudos sobre o debate na mídia sobre o aborto voluntário no Brasil contemporâneo; o desenlace não teria sido o mesmo para ambas as mulheres, pois D14 teria mantido a gravidez e D17 teria interrompido a gestação.

O CASO D14

A série de reportagens se iniciou no dia 13/12/97, um sábado, com uma chamada na primeira página do jornal: uma foto colorida de D14, de perfil, com a camiseta levantada e a calça ligeiramente abaixada, evidenciando a barriga de quatro meses de gestação. O rosto estava encoberto por uma boneca de plástico. Abaixo, a legenda:

ESPERA: Grávida de 4 meses, D14 completa hoje 11 anos e ganhou um bebê de plástico dos vizinhos; a menina, que afirma ter sido estuprada, espera decisão da Justiça sobre pedido de aborto. (UI 160-13/12/97)

O jornalista responsável, Sergio Torres, posteriormente foi substituído por Fernanda da Escóssia. As fotografias são creditadas a Patrícia Santos e Rosane Marinho. Textos de apoio ou entrevistas com especialistas foram elaborados pelas equipes de redação da Sucursal do Rio de Janeiro ou de São Paulo.

D14 é apresentada como uma agricultora da cidade de X, localizada em um Estado da Região Sudeste. A cidade tinha aproximadamente 16 mil habitantes na época e dista 210 quilômetros da capital do Estado. A personagem/depoente teria engravidado em consequência de um estupro que teria sido praticado por um lavrador de 38 anos, que teria fugido da cidade quando a gravidez foi revelada. D14 teria ocultado dos familiares o ocorrido e o jornal relata que, quando começou a apresentar sinais da gravidez, teria atribuído o mal-estar a uma contaminação por

agrotóxicos. Segundo o jornal, quando a gravidez foi diagnosticada, por volta do quarto mês, a família teria solicitado a autorização judicial para a realização do aborto legal.

Como a história de D14 chegou ao conhecimento da imprensa antes de o juiz emitir a autorização, muitas pessoas teriam sido ouvidas, instalando-se uma polêmica, que o próprio jornal Folha de S. Paulo afirma ter sido de abrangência nacional. Essa polêmica sustentou-se durante o mês de dezembro de 1997 nas páginas do jornal.

Nessa primeira seqüência de UI foram transcritas falas do juiz e do padre da cidade, além do ministro da Saúde. Especialistas apresentam os riscos que o parto ou a gravidez poderiam representar à saúde da depoente. D14 é caracterizada como uma criança, vítima de uma violência. O jornal relata que os vizinhos, por pena teriam lhe dado “uma boneca velha de plástico”, “sua primeira boneca”, “uma vez que é seu aniversário”:

D14 brincou ontem com sua primeira boneca. Com pena da menina, lavradores de sítios e fazendas da região levaram para ela uma boneca velha, de plástico.

Feliz com a novidade, D14 trocou a enxada pelo brinquedo. “Fiquei feliz. Gosto dessa boneca”, disse ela (UI162 – 13/12/97).

O sensacionalismo parece ter sido o recurso para manter o interesse dos leitores no caso da cidade X e sustentar a polêmica recentemente criada. Assim, em 14/12/97, domingo, dia de grande circulação do jornal, encontramos uma reportagem:

Crimes sexuais assustam a cidade X. Taras estranhas e crimes sexuais, como o sofrido por D14, que completou 11 anos ontem, e está grávida de quatro meses, são os maiores problemas da cidade na opinião do delegado -titular de X, Gilson Dantas (UI 168 – 14/12/97).

As “taras estranhas” e “crimes sexuais” apontados pelo delegado relatados pelo jornal resumem-se à prisão de um funcionário da prefeitura, acusado de ter cometido violência sexual contra um deficiente mental, além do estupro sofrido pela personagem/depoente.

A UI segue apresentando um resumo do caso de D14, o pedido para a interrupção da gravidez por parte da família e o prazo previsto para a divulgação de sua decisão. De resto, a cidade X é apresentada como uma cidade interiorana, cujos

moradores têm o sossego interrompido pelo excesso de tráfego de carretas. A cidade, segundo o jornal, é usada como um desvio pelos motoristas que procuram desviar-se do tráfego intenso da capital do Estado.

Dois aspectos [...] causaram estranheza: por que a reportagem do caso D14, que parecia ter pretensão de se transformar em polêmica de grandes proporções, foi publicada no sábado e não no domingo, dia que o jornal consegue atingir maior número de leitores? Qual a finalidade da publicação da UI 168 naquele domingo?

A explicação que consigo apresentar é de que a divulgação do furo jornalístico, coincidindo com a data de aniversário da personagem/depoente, pode ser um forte recurso de apelo emocional. Já a publicação da peça jornalística de título sensacionalista pareceu-me uma estratégia para manter o interesse do leitor na polêmica que o jornal parecia pretender sustentar. Nada de novo existia para ser divulgado sobre o caso de D14 naquele dia, o jornal relatou que as autoridades locais já haviam sido ouvidas e especialistas têm pouca disponibilidade para conceder entrevistas no fim de semana. Assim, uma matéria sobre a cidade parece ter preenchido essa lacuna.

No dia 15/12/97, segunda-feira, nada foi publicado sobre o caso. No dia seguinte, o caso ocupa as três primeiras páginas do terceiro caderno. O aborto, finalmente, teria sido autorizado. O jornal ouviu diversos atores envolvidos no caso. O jornal publicou que a médica que elaborou o laudo no qual o juiz se baseou para autorizar a interrupção da gravidez seria contrária ao aborto, por ferir seus princípios pessoais e, também, porque na etapa da gestação de D14, o feto já estaria bem formado. A médica teria afirmado, ainda, que o caso era muito triste.

Muito semelhante foi o depoimento do juiz que o jornal publicou. O juiz teria dito considerar o caso muito triste e lamentar a própria decisão. Teria declarado ser espírita e que o aborto seria contrário a seus princípios, mas que seguiu o que a legislação brasileira define para essas situações.

A peça jornalística refere-se, também, a pareceres de especialistas. As declarações transcritas de médicos psiquiatras foram unânimes em prever sérias dificuldades para D14.

O psiquiatra Francisco Assumpção, do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, teria declarado que:

“Apesar de ser a saída menos traumática, o aborto é outra violência, que deve agravar o equilíbrio emocional da menina.

D14 poderá sofrer depressões e ter dificuldades de se relacionar com futuros parceiros – tanto emocionalmente como sexualmente”. (UI177 – 13/12/97).

O jornal transcreve o que teriam sido previsões de outra psiquiatra do Hospital das Clínicas:

“Em casos extremos, a menina poderá ter dificuldades para engravidar por problemas emocionais ou até romper com a realidade e se fechar socialmente” (UI 177 – 16/12/97)

Para o escritor e especialista em atendimento a jovens Içami Tiba, considerava que o prejuízo seria maior se D14 levasse a gravidez adiante.

“Sem dúvida, numa situação dessas, ela iria rejeitar seu filho. E teria sua própria vida prejudicada” (UI177 – 16/12/97)

Com relação aos aspectos obstétricos, o jornal publica o que seriam depoimentos de especialistas e que divergem. Thomas Gollop, especialista em medicina fetal, teria apontado:

“O corpo de uma menina de 11 anos não tem estrutura e maturidade para uma relação sexual e gravidez [...] Mas é necessário verificar quais são, de fato, as condições de saúde da garota” (UI 178 – 16/12/97)

Lister de Macedo Leandro, especialista em gravidez de alto risco, teria declarado:

“Não dá para afirmar o que é mais perigoso sem examinar a paciente. O que podemos dizer é que a gravidez nesse caso é de alto risco” (UI 178 – 16/12/97)

Com a autorização do aborto, que teria sido expedida pelo juiz, o jornal abandona a discussão sobre a gravidez de D14 no campo jurídico, para mergulhar no universo da Medicina. Além dos depoimentos de psiquiatras e obstetras, foram descritas para o público do jornal técnicas cirúrgicas que poderiam ser utilizadas na interrupção da gravidez e as possíveis complicações que uma adolescente gestante poderia enfrentar:

D14 continuava a ser apresentada aos leitores como uma criança:

“Tia, o que eu vou fazer na capital do Estado?” perguntou D14 minutos antes de entrar na ambulância para sua primeira viagem à capital. [...]D14

viajou ao lado da mãe. Perguntou se poderia passear, mas indagava insistentemente o motivo da viagem. A cada pergunta, os pais, sem coragem de dizer a verdade, mudavam de assunto. [...]. A menina ainda brinca de boneca e fez 11 anos no sábado. Ganhou, de moradores da vizinhança, um televisor e algumas roupas. A garota é fã de Xuxa e do cantor Netinho e disse que no Natal, queria ganhar a “boneca do Tchan” [...] (UI 179 – 16/12/97).

A articulista Marilene Felinto aborda o caso D14 como emblemático da desigualdade de gênero que impera na sociedade brasileira, tanto no contexto rural, como nas cidades:

A vítima do campo, a jovem que engravidou aos 10 anos em X, estuprada por um lavrador, chama a gravidez prematura de “estar doente”.

[...] O destino de sua “doença” – seu próprio destino de adolescente ou de mulher – ficou, entretanto, na mão dos homens. O juiz é homem, o padre é homem. Juiz e padre foram também violentadores, ainda que simbólicos, dos direitos e da moral da menina.

[...] Demorou dias até que juiz e padre tecessem suas especulações burocráticas e religiosas. Até que juiz, padre e vítima fossem objeto do sensacionalismo da mídia [...] (UI175 – 16/12/97).

A pobreza da família é exposta. A reportagem apresenta ao público o alegado “analfabetismo” do pai e da mãe de D14. O jornal relata que o pai quer ir à capital do Estado para ficar próximo da filha, mas que não teria dinheiro para a passagem e teria passado a manhã na cidade pedindo ajuda, sem conseguir. Segundo o jornal, finalmente, o juiz teria liberado um carro para levá-lo até àquela cidade.

Segundo o jornal, grupos católicos da cidade Z, apoiados por um médico de Minas Gerais, teriam visitado o pai de D14, oferecendo auxílio – apoio psicológico, assistência ao pré-natal e parto, apoio financeiro – e teriam convencido a família a desistir do aborto.

O jornal volta a revelar opiniões de psiquiatras, que teriam sido unânimes em prever dificuldades para D14 e seu bebê. Segundo Wimer Botura Jr., da Associação Paulista de Medicina (Comitê de Adolescência), “ela irá perder fases de sua vida e corre o risco de rejeitar o bebê”.

Já o escritor Içami Tiba teria afirmado:

“Ela não terá condições de cuidar dessa criança, que provavelmente também não estará plenamente desenvolvida, já que foi gerada em condições tumultuadas” (UI 187 – 18/12/97) .

Ainda na mesma UI, o jornal se refere ao depoimento de Francisco Assumpção, do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, que teria recomendado acompanhamento psicológico à mãe e ao “bebê”. “Do contrário, poderão ter suas vidas arrebatadas”.

Do ponto de vista obstétrico, o jornal apresenta riscos, que poderiam ser minimizados com o acompanhamento pré-natal. O jornal aponta pormenores das possíveis complicações do processo gestacional em um organismo adolescente: hemorragias, toxemia, pouca elasticidade da vagina, por exemplo.

Começa a semana do Natal. O jornal passa a divulgar a campanha que a cidade de X estaria organizando para ajudar a família de D14, recolhendo roupas e alimentos para a genitora e o “bebê”.

A enviada especial ouve a professora de D14, que teria sugerido a inclusão da disciplina de educação sexual para seus alunos e teria declarado disposta a receber, no próximo ano, D14, que, apesar dos incidentes, teria conseguido ser aprovada para a terceira série.

A seqüência de reportagens do ano de 1997 encerra-se noticiando que a personagem/depoente deveria mudar-se para a cidade Z, onde deveria fazer pré-natal e parto. Informa, ainda, que o padre da cidade X, em seus sermões de Natal, teria comparado o caso de D14 ao nascimento de Jesus Cristo:

Os casos têm semelhanças. Maria e José foram alertados por um anjo do nascimento de Cristo. No caso de D14, o anjo foi o médico mineiro que revelou para o pai da jovem não haver risco na gravidez.

Assim, a polêmica sobre o aborto encerra-se caracterizando a personagem/depoente como uma criança, inocente.

A próxima matéria sobre o caso D14 é uma entrevista com a personagem/depoente, três meses depois do desfecho da polêmica sobre o aborto. Ela estaria no sétimo mês de gestação e teria mudado, temporariamente, para a cidade Z. Na entrevista, a repórter dá destaque a seus aspectos infantis e à tranqüilidade com que fala de sua gravidez. O tratamento infantil à personagem/depoente pode ser notado desde o título:

Não brinco de boneca, não sou mais criança

E, também, no texto:

[...] Quando não estou estudando, vou ao shopping, passeio bastante, brinco com amigas e isso vai continuar em Sapucaia. Minha mãe vai me ajudar. [...] Ainda sinto um pouco de enjôo. Eu vou ao médico duas vezes por semana e o bebê, que vai ser um menino, está se desenvolvendo normalmente. Estou gostando muito de estar aqui e das pessoas que conheci. Não brinco de boneca, porque não sou mais criança, mas tenho amigas [...] (UI 197 – 05/04/98)

Em 15/05/98, o jornal noticia o nascimento do bebê de D14, em 13/05/98. O nome dos pais da personagem/depoente, até então tratados por iniciais, são revelados, facilitando, mais ainda, a identificação de D14. O jornal apresenta, também, o nome do bebê. Segundo o jornal mãe e bebê estariam bem, e segundo o médico que atendeu a personagem/depoente:

“[...] o fato de ela ser adolescente não implica cuidados especiais”.

Em 07/06/98, domingo, D14 volta às páginas do jornal, em depoimentos, fotografias suas e de seu filho. A depoente é tratada por um nome composto pelo próprio nome e o do seu filho, que teria sido a seu pedido. Esse nome fictício só é empregado nesta reportagem.

O jornalista que assina a matéria divulga a última pista para expor completamente a personagem/depoente: o nome do sítio onde a família mora e trabalha, na cidade X.

São enfatizados os aspectos infantis de D14, em contraste com o lado adulto quando desempenha o papel de mãe

O susto e as dúvidas que acompanharam D14 durante o início da gravidez perderam muito da força quando a menina soube que Xuxa esperava um filho. “Vi no programa do Faustão e quase caí para trás. Estávamos grávidas juntas. Não é lindo isso?”

[...] A criança entra em cena quando o assunto são os Bananas de Pijamas. D14 os adora. Tem três blusas, uma camisola, um shortinho, duas presilhas de cabelo e dois pôsteres com os bonecos da TV. [...] Há outros momentos em que a faceta infantil aparece quando reclama de saudade “da roça”: “Cansei daqui; Não vejo a hora de voltar. Se eu fosse a fada bela, puf, chegaria lá num minuto”.

quando jura que nunca deu bola para bonecas: “Imagine! Prefiro brincar de médica e de professora. Ou, então, de merendeira, cozinhando comidinha de barro”. (UI 220 – 07/06/98)

A caracterização de D14 como mulher se dá ao descrever como desempenha o papel de mãe zelosa:

[...] D14 o amamenta (o bebê) sempre que necessário, à noite ou de dia, sem lamúrias. “Delícia dar de mamar. O peito enche, enche até entornar. Depois, esvazia”.

As mudanças que a gestação lhe provocou no corpo não a assustam. “Minha barriga cresceu e meus seios incharam, né? Normal. Ficaria com medo se nunca tivesse visto mulher grávida. Mas já vi muitas. Então, não liguei”.

Ela assume praticamente todos os cuidados com o bebê [...] (.UI 221 – 07/06/98)

Na UI 222, a ênfase é dada ao ambiente religioso em que D14 estaria inserida. Ela estaria em uma casa que pertence ao grupo religioso que teria intercedido pela desistência do aborto. A UI descreve o quarto como cheio de símbolos da liturgia católica, em contraste com a escassa decoração infantil. É dada palavra às integrantes da comitiva que se dirigiu a X para impedir o aborto.

“Todo ser humano é outro Cristo, representa o ápice da criação divina” explica Nair, quando lhe perguntam por que considera o aborto “inconcebível em qualquer situação”.

[...] “Não forçamos ninguém a nada. Os pais da menina só enxergavam a alternativa do aborto. Nós lhes mostramos outro caminho. Eles aceitaram porque quiseram”, argumenta a médica de 55 anos, mãe de quatro filhos [...]

A reportagem termina com um depoimento que teria sido escrito por D14 antes do parto sobre gravidez e maternidade. São respostas a perguntas que teriam sido feitas por uma das integrantes da comissão

“A mãe é muito importante na educação religiosa de seus filhos, sendo a sua primeira catequista. Na doença, está sempre ao seu lado como a sua enfermeira” [...]

Estou aprendendo com a ajuda de Deus e da Virgem Maria a valorizar a vida e sentir a importância dessa vida em mim. A minha gravidez não é doença. É saúde. Eu estou sempre com a Nossa Senhora da Aparecida e a Nossa Senhora do Bom Parto”. (UI 222 – 07/06/98)

*D14 volta a ocupar um espaço na **Folha de S. Paulo** um ano e cinco meses depois, em 04/11/99, com o seguinte título*

Garota D14, 12, está grávida novamente

Estão em cena os mesmos atores: o juiz, o médico que teria diagnosticado a primeira gravidez. Desta vez, o jornal relata que a gravidez parece ser resultante de um relacionamento sexual consentido. A matéria informa que teria ocorrido uma solicitação de aborto pela Defensoria Pública do Estado, que seria contrária ao

desejo tanto da depoente quanto de sua família. O alegado parceiro de D14, um lavrador de 19 anos teria tido a prisão temporária decretada e a família da depoente seria contrária a sua prisão. O juiz teria negado o pedido feito por acreditar que a depoente não teria sido forçada a manter relações sexuais.

A UI relata que o médico que teria cuidado de D14 afirma que ela cuidaria muito bem do primeiro filho que estaria com um ano e quatro meses.

Encerra-se, assim, a série de reportagens sobre D14. A segunda gravidez não parece ter sido um fato jornalístico: não é um caso de estupro, não serão feitos debates jurídicos ou prognósticos médicos de tal situação. A informação que poderia ser melhor explorada é de que D14 cuida muito bem de seu filho, afirmação que está em consonância com os achados de Paula (1999), mas que contraria o que foi previsto para ela na série de reportagens, em 1997 e em outras matérias publicadas sobre o tema.

Mais uma vez, a depoente é exposta: sua suposta vida afetiva e sexual vira matéria de jornal. A oportunidade de se apresentar a adolescente como capaz de desempenhar um papel considerado adulto, o de mãe, é desperdiçada. Fica perdida numa única fala do médico.

O caso D17

O caso de D17 guarda diversos pontos de semelhança com o de D14. A idade em que teria ocorrido a gravidez, as circunstâncias: resultado de estupro, a origem rural, a extrema pobreza das famílias, além da polêmica em torno da continuidade ou interrupção da gestação são alguns dos aspectos que aproximam o relato das duas personagens.

A polêmica em torno da gravidez de D17 foi mais breve. A primeira notícia sobre o caso foi publicada em 20/09/98, um domingo, no terceiro caderno. O desfecho do caso foi noticiado em 13/10/98.

D17 é apresentada como uma mulher de 10 anos, moradora da cidade Y, localizada em um Estado da Região Centro-Oeste. A cidade teria cerca de 3500 habitantes. Informou-se que D17 teria mantido relações sexuais com dois vizinhos, um que teria 65 anos de idade e outro 52, durante três anos e que receberia em

troca bolachas e R\$1,00. O jornal relata que quando a gravidez teria sido diagnosticada, a família teria sido informada sobre a legislação que permite o aborto nessa situação e teria solicitado a autorização judicial para sua realização. O jornal noticiou que os dois acusados pelo estupro da depoente teriam sido presos e aguardariam julgamento e que testemunhas teriam afirmado ter visto os estupros.

*A família de D17 é descrita pela **Folha de S. Paulo** como sendo extremamente pobre, residindo numa viela de terra na periferia de Y. Informa, ainda, que a cidade também seria pobre e que não disporia de um padre que coordene a igreja local. A coordenação seria exercida por uma freira que, imediatamente, teria se manifestado contrária ao aborto legal.*

*Segundo o jornal, a família de D17 não conhecia o recurso do aborto legal, mas, ao ser informada sobre essa possibilidade, teria optado por ela. Apesar da pobreza, a **Folha de S. Paulo** informa que a família teria contado com o apoio de advogados. Em nenhum momento na série de reportagens é apresentado, ao público, como esses profissionais teriam chegado à família, ou como seu trabalho teria sido remunerado. O contato da família com a imprensa, aparece, no jornal, freqüentemente mediado pela advogada Sandra Barreto. Durante toda a seqüência de UI não identificamos o relato de fala de D17 com a reportagem. Quando o caso D17 chegou aos jornais, a autorização judicial para a realização do aborto já teria sido concedida.*

A série de notícias começa com a descrição da presença de grupos religiosos visitando a família de D17, que estariam tentando demovê-la da decisão de interromper a gravidez. O jornal informa a conversa que a família teria tido com a equipe de reportagem quando o pai da depoente teria informado que sua decisão já teria sido tomada.

D17 é caracterizada pelo jornal como uma criança curiosa. A infantilidade da depoente ao mencionar seu apego a bonecas é destacada.

*Durante conversa da **Folha** com seus pais, na noite de anteontem, a menina espiava com olhar curioso – da cozinha – e fazia sinal afirmativo com a cabeça a cada argumento dado para o aborto (UI 230 – 20/09/98)*

Dois dias depois de publicada a primeira reportagem sobre o caso, um promotor teria entrado com um recurso, no Tribunal de Justiça da capital do estado,

para impedir a realização do aborto legal. Teria usado como argumento que o direito à vida, inclusive uterina, é garantido pela Constituição, e que o laudo médico que teria comprovado a necessidade de interrupção da gravidez estaria incompleto. O debate jurídico é descrito minuciosamente: os advogados que representariam a família da depoente teriam apresentado um contra-recurso. O desembargador designado teria dado, agilmente, seu parecer, ratificando a autorização para a interrupção da gravidez.

Silva [o desembargador] diz que o aborto da menina pode ser feito em hospitais da rede pública ou em uma clínica particular, sem que haja qualquer implicação criminal para os médicos que fizerem a operação [...]

Como o procurador-geral do Estado, que seria responsável por recorrer da decisão já se manifestou favoravelmente à possibilidade de aborto nesse caso, Silva acredita que não haverá mais discussões jurídicas. “O caso de D17 na Justiça está encerrado. A questão, agora, é com os médicos”, diz o desembargador. (UI 234 – 29/09/98)

Ao contrário do que fora relatado no caso de D14, a discussão se mantém no jornal no plano jurídico. As autoridades envolvidas teriam se eximido de emitir posições pessoais e credos religiosos.

*Uma dificuldade adicional se impõe ao caso: o estado onde mora a depoente não disporia de serviço de aborto legal. O impasse teria sido resolvido quando uma emissora de televisão (SBT/ Programa do Ratinho) teria resolvido oferecer passagem aérea e hospedagem para pais e depoente virem para São Paulo, onde a intervenção cirúrgica poderia ser feita. Em troca, a emissora teria exigido exclusividade de apresentação de D17 na TV. De acordo com a **Folha de S. Paulo**, em negociação mediada pela advogada, a família teria aceitado a oferta.*

O jornal descreve outro embate jurídico. Um juiz da Vara da Infância e da Adolescência teria concedido uma tutela antecipada proibindo a exibição de D17 ou de sua família em programa televisivo. A emissora, por sua parte, teria conseguido uma liminar, de outro juiz da Vara da Infância e da Adolescência, e a entrevista teria ido ao ar. O jornal pouco noticia sobre o programa de TV, apenas que D17 teria sido exibida na penumbra, como uma silhueta. O grande destaque da peça jornalística é sobre a questão jurídica: qual a diferença entre uma tutela antecipada e uma liminar. Esse nível de detalhamento com que a questão jurídica é tratada parece ser um recurso para manter a polêmica sobre D17 no jornal, uma vez que não existem aspectos novos sobre o caso para serem noticiados.

A **Folha de S. Paulo** relata que acompanhou a viagem de D17 e seus pais da capital do estado até São Paulo e também o período de sua hospedagem no hotel. Durante a viagem, a depoente é caracterizada pelo jornal como uma menina muito assustada. A **Folha de S. Paulo** relata que, desde o embarque na capital do estado de origem para São Paulo e durante o vôo, D17 teria mantido o rosto encoberto por um jornal. A pobreza e falta de conforto a que a família estaria submetida são descritas:

No hotel, ela [D17] quis tomar um banho. Na banheira, ela pedia uma caneca para se lavar. Foi preciso explicar a ela sobre o dispositivo na torneira que transfere água para o chuveiro. A família também não conhecia o interruptor de luz e D17 começou o banho no escuro (UI 217 – 01/10/98).

O jornal caracteriza D17 como uma criança curiosa de uma pequena cidade do interior em contato com a grande cidade:

Ao desembarcar em São Paulo, D17 só afastou o jornal para ver os aviões [...]

No trajeto para o hospital, D17 ficou espantada com a altura dos prédios. “Olha, aquele é mais alto. Outro mais alto”, repetia. Ela queria saber qual é o prédio mais alto da cidade. Em seu primeiro passeio pela cidade, D17 achou São Paulo “muito bonita”. (UI 247 – 01/10/98)

Com a internação de D17 no hospital, o jornal publica discussões sobre suas condições de saúde física e os exames a que seria submetida para a avaliação das possibilidades clínicas de o aborto ser realizado. Informa que D17 deveria ser submetida a uma ultrassonografia e a exames de sangue para avaliar a presença de doenças sexualmente transmissíveis, inclusive da aids. A depoente começa a ser exposta em suas condições de saúde física.

A psicóloga que teria entrevistado D17 teria evitado manifestar-se nas páginas da **Folha de S. Paulo** sobre futuros problemas que a depoente poderia vir a apresentar, falando genericamente:

[...] “ainda é cedo para saber que tipo de trauma a garota pode adquirir.

A marca de um aborto, se for o caso, nunca se apaga. Ela vai precisar ser assistida, fazer terapia. Isso é feito com todas as mulheres violentadas que passam por nosso serviço”. (UI 248 – 01/10/98)

O que sustenta o caso de D17 no jornal parece ser mais a pouca idade da personagem/depoente, o que poderia constituir uma reedição do interesse em

encontrar a mãe mais jovem do mundo, como descreve Reis (1993). A leitura das UI sugere que as tentativas de demover os pais de D17 da opção pelo aborto teriam cessado assim que a família saiu da cidade Y. A equipe do hospital teria se declarado preparada para enfrentar esse tipo de pressão.

Os médicos que teriam prestado assistência a D17 ouvidos pela **Folha de S. Paulo** teriam evitado fornecer detalhes técnicos sobre a cirurgia a ser realizada:

“Eu tenho um compromisso ético. Não quero entrar em detalhes técnicos . A paciente é uma criança e deve ser respeitada. Ainda vamos discutir a melhor maneira, que, com certeza será a menos invasiva e ofereça menos riscos”, disse ele [Jorge Andalaft Neto] (UI 254 – 03/10/98)

A série de reportagens prossegue, caracterizando D17 como uma criança ingênua.

[...]A menina também ficou feliz ao saber que “iam tirar aquela sensação ruim que estava em sua barriga”. D17 dizia querer o aborto desde que a descobriu, mas a garota não entende bem o que significa a gravidez.

Ela reclama de dores na barriga e de achar a barriga “esquisita”. Segundo a coordenadora do Programa de Abortamento Legal, Maria Luiza Righetti, D17 não tem medo do hospital nem da intervenção.

“Ela é infantil, inocente. É tão ingênua que nem tem a sensação de medo ou angústia” [...]. (UI 252 – 03/10/98)

Ao conformar a possibilidade médica de D17 fazer o aborto, o jornal divulga os resultados dos exames a que ela teria sido submetida. A **Folha de S. Paulo** divulga que a idade do feto teria sido determinada, porém não a divulga, mas divulga seu sexo. O resultado do exame para HIV é igualmente divulgado: teria sido negativo. O jornal divulga, ainda, presença de uma infecção bacteriana de transmissão sexual, porém de fácil tratamento. O jornal comenta que D17 não teria hepatite ou anemia. Assim, aspectos da saúde da depoente são divulgados no jornal de maior circulação do país, o que constitui mais uma exposição excessiva da depoente, com um nível de detalhamento que caracteriza o sensacionalismo.

A próxima informação sobre D17 na **Folha de S. Paulo** é a notícia de sua alta hospitalar, depois da realização bem sucedida do aborto. O jornal publica que a mãe da personagem/depoente teria se declarado feliz com o desfecho e que agradece à equipe do hospital pelo atendimento recebido. Também informa que a família, até então disposta a mudar-se de Y, teria declarado ainda não ter decidido o que fazer a esse respeito.

A reportagem acrescenta uma informação, com pequeno destaque. D17 deveria ser acompanhada em psicoterapia e receberia a receita de um anticoncepcional:

Os médicos recomendaram que, a partir de agora, D17 tenha acompanhamento psicoterápico.

Ao encerrar seu tratamento no Hospital X, D17 também já deverá ter um anticoncepcional. (UI 255 – 07/10/98)

*De acordo com declarações publicadas pela **Folha de S. Paulo**, a equipe do hospital teria considerado D17 como alguém que teria capacidade de exercer um papel considerado adulto: ter uma vida sexual ativa e cuidar-se para evitar outra gravidez indesejada. Esta suposta conduta médica opõe-se à imagem veiculada pelo jornal de D17 como uma criança ingênua, que não teria condições de compreender o que estaria acontecendo com ela. A **Folha** perde a oportunidade de discutir com os profissionais e leitores uma outra visão sobre o comportamento sexual de adolescentes.*

A partir da análise das UI, apreende-se que o caso da depoente é aproveitado pelo Ministério da Saúde como um facilitador para a regulamentação da ampliação do serviço de aborto legal pelo SUS. O público está sensibilizado com a história de D17 e os grupos religiosos e conservadores, que se opõem à ampliação dos serviços de aborto legal “sofreram uma derrota”.

[...] um dos motivos que fez com que não houvesse até hoje regulamentação para o aborto legal foi a pressão de grupos conservadores e dos religiosos.

Essa pressão teria sido, na opinião de Tânia Lago, coordenadora do Programa de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, a principal razão que impediu a efetivação de um programa de aborto legal na capital do Estado, onde o serviço foi regulamentado há pelo menos dois anos.

“Se o serviço da capital estivesse funcionando, a D17, por exemplo, não teria de viajar do Estado de origem para São Paulo para fazer um procedimento como esse, que exige rapidez”. (UI 258 – 07/10/98)

O encerramento do caso se dá em 13/10/98, com uma pequena notícia informando que D17 e seus pais teriam voltado para Y, com medo de represália dos grupos religiosos que se oporiam ao aborto. Mais uma vez, depreende-se das UI que o contato da reportagem foi com a advogada, que teria declarado ter recebido mais de 20 cartas chamando-a de assassina.

Nada mais foi noticiado a seu respeito. Nada mais foi considerado digno de ocupar as páginas do jornal.

Com exceção do artigo de Florisa Verucci “Aborto e obscurantismo” (UI 226, 22/12/1997), que menciona, de passagem, o sensacionalismo da mídia, não localizamos nenhuma voz que se pronunciasse sobre a violência perpetrada contra essas mulheres pelos atores sociais envolvidos no debate, responsáveis por sua exposição pública. Essas mulheres foram apenas coadjuvantes dos protagonistas: homens e mulheres adultos.

À transcrição do relato de Leila Nazareth (2004) dos casos D14 e D17, complementamos dois aspectos mais, específicos a nosso enfoque: a conceituação de estupro no jornal e a crítica a procedimentos de atores sociais no acompanhamento do caso.

Estupro. No conjunto de peças jornalísticas referentes aos dois casos, o tratamento textual da *Folha* dado ao estupro não é o mesmo: no caso D14, várias UI referem-se a “presumido” estupro; no caso D17, o presumido desaparece. Além disso, apesar de várias UI retomarem a conceituação de estupro do Código Penal (manter relações sexuais com menores de 14 anos é caracterizado como estupro) (UI 160 de 3 de outubro de 1998), por vezes (como na UI 120 de 4 de outubro de 1999), aparece a conotação de que para ser caracterizado como estupro, o ato sexual não poderia ser consentido.

Retomando o caso D14 em outubro de 1999, quando a depoente estaria grávida pela segunda vez, autoridades jurídicas (no caso, a Defensoria Pública do Estado) solicitaram autorização para a interrupção da gravidez, a *Folha de S. Paulo* informa:

mas há dúvida sobre se foi mesmo violentada. A policia achou nos pertences bilhetes supostamente atribuídos a X, em que ela teria dito que gostou de ter relações como ele (UI 120, 04/10,1999).

Identificamos, ainda, da parte do jornal, aí incluindo seus profissionais, uma postura de dúvida quanto à “inocência” dessas mulheres e que, a nosso ver, elevam o desrespeito jornalístico às depoentes a seu nível máximo. Apesar de longa, transcrevemos uma entrevista localizada no período.

Folha- O que você vai fazer em São Paulo?

D17- Não sei.

Folha- Ninguém disse que você vai ao médico?

D17- A Sandra (a advogada) falou que vou fazer um exame.

Folha – Você já tinha viajado de avião?

D17- Não.

Folha- Está gostando?

D17- É legal.

Folha- O que você está achando mais bonito?

D17- As nuvens.

Folha- Por quê?

D17- Parece o pêlo do cachorro da Sandra (A advogada tem dois poodles brancos. Ela diz que quer ganhar dois cachorros iguais aos da advogada).

Folha- Você gostava dos seus vizinhos (X e Y, acusados de estuprá-la durante três anos)?

D 17 –Não.

Folha- O que você mais gosta de fazer?

D17- Dormir e ver desenho na TV.

Folha – Quais desenhos?

D17- O Megamen.

Folha- O que você quer ser quando crescer?

D17- Professora.

Folha- Em Y(cidade onde mora)?

D17- Não, em outro lugar qualquer.

Folha- Quando você voltar para casa, vai continuar a estudar?

D17- Não sei não.

Folha- Você quer casar quando crescer?

D17- Não quero não.

Folha- Você quer ter filhos?

D14- Não

Pergunta: Por quê?

D17- (sem resposta). (UI 168, 01/10/1998).

Críticas. No transcorrer da publicação das peças jornalística sobre ambos os casos, a *Folha de S. Paulo* publicou alguns artigos e cartas do leitor manifestando sua opinião sobre o tratamento dado aos casos: Floriza Verucci, advogada feminista (UI 225, 22/12/1997), André Lara Resende (articulista da *Folha de S. Paulo*, UI 224, 23/12/1997), Marilene Felinto (UI 243 e 223, 16 e 23/12/1997), Laís Amaral Resende de Andrade (Comissão da Mulher Advogada da OAB- SP, UI 182, 26/09/1998), Gustavo Ioshpe (escritor, UI 212, 09/03/1998), entre outros (as). A regra geral foi expressarem-se contra o tratamento dado às depoentes pelos atores sociais.

O que se viu foi um espetáculo revoltante, onde só faltou colocar o bebê em leilão (IOSCHPE, UI 212 09/03/1998);

exteriorizo o protesto em relação ao tratamento que a Igreja Católica vem dispensando à criança D17 e sua família, legalmente respaldada para a realização do aborto de gravidez decorrente de estupro (LAÍS AMARAL, UI 182, 26/09/1998);

O destino de sua "doença" -seu próprio destino de menina ou de mulherficou, entretanto, na mão dos homens. O juiz é homem, o padre é homem. Justiça e padre foram também violentadores, ainda que simbólicos, dos direitos e da moral da menina (MARILENE FELINTO, UI 243, 16/12/1997)

Caso impressionante, escandaloso pelo que revela do arcaísmo oportunista da ideologia religiosa sobre a grande massa pobre e desqualificada, sempre devota e superticiosa (MARILENE FELINTO, UI 223, 23/12/1997)

O projeto de lei que a deputada Sandra Starling -movida de boa intenção, mas pouco senso político-apresentou à Câmara, estabelecendo o atendimento dos casos de aborto necessário (aqueles permitidos pelo Código Penal desde 1940 e, portanto, absolutamente legais) nos hospitais da rede pública, serviu de pretexto para uma tormentosa exibição de paranóias. Ela vai dos berros insanos e das agressões físicas às mais elaboradas teses teológicas, passando pela desabrida desinformação perpetrada pelos meios de comunicação em geral (FLORISA VERUCCI, UI 225, 22/12/1997).

Como se percebe, em todos, o tom é crítico e focaliza o aborto voluntário. Porém, em nenhuma das UI que trataram dos casos, encontramos críticas à exposição pública midiática das duas mulheres, seu uso como casos exemplares pelos atores sociais envolvidos, inclusive pelo jornal. E vários transcreveram componentes que poderiam identificar ambas mulheres.

- **Descrição e análise das personagens/depoentes identificadas nos casos D14 e D17**

Para complementar nossa descrição sobre o tratamento dado pela *Folha de S. Paulo* quando associa, nas peças jornalísticas, o aborto voluntário à infância,

empreendemos uma análise da distribuição de freqüência das categorias previstas na grade de análise referente às personagens/depoentes localizadas nos casos apresentados. Analisaremos aqui as personagens/depoentes localizadas nas 58 UI que se referem aos casos D14 e D17.

Observamos, inicialmente, o processo da identificação civil que ocorre via indicação da cidade de moradia, iniciais, apelido, nome fictício, referências à idade, família, escola. Por exemplo:

X, onde a menina D14. e sua família tentam obter autorização para que ela faça um aborto legal, é uma cidade tranqüila, com raros registros de crimes graves, como assassinatos e assaltos. Taras estranhas e crimes sexuais, como o sofrido por D14., que completou 11 anos ontem e está grávida de quatro meses, são os maiores problemas da cidade na opinião do delegado-titular de X (UI 248, 14/12/1997).

A direção da Igreja Católica em Y (192 km de Z) acredita que poderá impedir o aborto da menor D17., 10, grávida de quatro meses. A menina recebeu, na semana passada, autorização da Justiça local para realizar o aborto, porque foi estuprada durante três anos por dois vizinhos. Zélia Maria da Rocha, freira responsável pela igreja da cidade, disse que ainda é possível mudar a opinião dos pais da gestante. (...) O pai de D17., PP., declara que já decidiu pelo aborto, apesar da pressão dos moradores de X. (...) Os lavradores X, 65, e Y, 52, foram presos há 20 dias, depois de a polícia ter colhido depoimentos de testemunhas que dizem ter visto os estupro. Eles aguardam julgamento e podem ser condenados de 4 a 10 anos de reclusão (UI 186, 24/09/1998).

Do conjunto das outras vinte categorias usadas para descrever as personagens/depoentes D14 e D17, observamos que, em onze, predomina freqüência de “não consta” em alto percentual.

Quadro 20. Freqüência de “não consta” nos casos D14 e D17

| Personagens/depoentes | Freqüência de “não consta” | | | |
|--|----------------------------|-------|-----|-------|
| | D14 | | D17 | |
| Categorias de identificação | N | % | N | % |
| Grau de escolaridade | 27 | 93,1 | 23 | 79,3 |
| Ocupação | 26 | 89,6 | 29 | 100,0 |
| Religião | 28 | 96,5 | 25 | 86,2 |
| Condição de saúde | 18 | 62,0 | 23 | 79,3 |
| Categorias relativas à vida sexual e reprodutiva | | | | |
| Idade da iniciação sexual | 24 | 82,7 | 14 | 48,2 |
| Quantidade de gestações | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |
| Quantidade de abortos | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |
| Local para realização do aborto | 26 | 89,6 | 15 | 51,7 |
| Modo como foi realizado o aborto | 25 | 86,2 | 27 | 93,1 |
| Conseqüências pós-aborto | 25 | 86,2 | 25 | 86,2 |

Fonte: tabelas 70 a 91.

Apesar dessa ausência generalizada de informações para algumas categorias, nove outras categorias apresentam informações em alto percentual. Por exemplo, a idade (89,6% e 100,0%), predominando 10 e 11 anos. Ou seja, em apenas três UI em que a depoente D14 foi mencionada, sua idade não foi explicitada.

A menina D17, 10, grávida de quatro meses, foi autorizada legalmente a abortar na semana passada, por um juiz da cidade de X, em Y, onde ela mora com os pais (UI 193, 19/09/1998).

A garota D17, 10, que fez um aborto no último sábado, saiu ontem do Hospital Y, em X, onde esteve internada por quatro dias (UI 157, 07/10/1998).

Um casal de lavradores do município de X (a 210 km do Rio, na divisa com o Estado de X) reivindica na Justiça o direito de submeter a filha de 10 anos a uma cirurgia para interrupção de gravidez (UI 257, 12/12/1997).

Para o padre, o drama vivido pela menina deve ser objeto de reflexão, não de decisões que possam gerar polêmica. "Sou contra o aborto, em obediência ao que prega a Igreja Católica. Mas esse caso é diferente. A menina só tem dez anos (ele não sabia do aniversário). Nunca vi uma coisa assim. Eu não sei como a medicina vai avaliar isso", disse o padre (UI 251, 13/12/1997).

A procedência das personagens/depoentes foi anunciada, também, com intensa freqüência (86,2% e 89,6%), ocorrendo a informação que D14 e D17 provêm do Sudeste e do Centro-Oeste na quase totalidade de suas aparições nas UI.

Depois de desistirem de realizar o aborto da filha D14., 11, grávida de 4 meses, e de receberem oferta de ajuda de grupos católicos para o período da gravidez, os pais da menina não tinham ontem dinheiro para voltar para casa. D14. recebeu alta ontem à tarde. Três passagens de ônibus do Rio até X (a 210 km), onde a família mora, custam R\$ 36. Até o início da noite, os pais aguardavam uma ambulância que seria enviada pela Prefeitura de X. A prefeitura informou que o veículo só estaria disponível hoje (UI 230, 19/12/1997).

A menina D17, 10, que fez um aborto legal no sábado retrasado, foi liberada pelos médicos que a acompanhavam no Hospital X, em São Paulo, e voltou na tarde de ontem para a cidade de X, no interior de X. D17 e seus pais embarcaram para Y com medo da reação de grupos religiosos da região, que são contra o aborto (UI 155, 13/10/1998).

Também dispõe-se, com alta freqüência, de informações sobre o fato de que as personagens/depoentes moram com seus pais ou familiares. Não são retratadas como "crianças abandonadas" (72,4% e 100,0%).

A vida de D14 vai ser dividida entre a escola e os cuidados com o filho. "Quem vai cuidar da criança é ela, porque eu preciso trabalhar. A única coisa que eu posso fazer é dar orientação e ajudar um pouco", disse [mãe de D14]. Na certidão de nascimento de [filho] vai constar somente o nome

da mãe. Segundo [mãe de D14], a filha mais velha, de 14 anos, vai cuidar de [filho] enquanto D14 estiver na escola. [...] "Vamos ficar até que ela esteja totalmente recuperada", afirmou a mãe da menina. Segundo [mãe de D14], seu marido foi avisado ontem do nascimento de [filho] e deve demorar para chegar à cidade (UI 203, 15/05/1998).

"Se fosse com outro, eu seria contra. Mas quando é com a gente, aí dói o coração." A declaração de [pai de D17] sintetiza as pressões a que ele está submetido desde que a gravidez de sua filha D17, 10, se tornou pública. Grupos religiosos de X (GO) e da região vêm se mobilizando para que [pai de D17] e sua mulher, [mãe de D17], desistam do aborto. O casal já obteve autorização para que a criança seja retirada e está sendo orientado por uma advogada. A família também recebeu proposta de ajuda financeira da produção do "Programa do Ratinho". "Acredito em Deus. É o único em quem confio. Mas não quero que a minha filha tenha esse filho", afirmou [pai de D17] (UI 175, 30/09/1998).

Também, de forma relativamente intensa (41,3% e 58,6%), caracterizam-se as personagens/depoentes como oriundas de um nível socioeconômico pobre ou miserável.

Acredito que a família, ao decidir pelo aborto, ponderou melhor do que ninguém se a criança tem ou não condições clínicas, psicológicas e até econômicas para gerar um filho. Porém a menina D17 é pobre -e isso já diz tudo. Se fosse rica, nem o papa se atreveria a palpitar sobre seu útero.(UI 185, 25/09/1998)(grifos nossos).

Caso clássico de conflito entre ciência (ou erudição histórica) e as Escrituras, típico do século 18, é o da menina D14., 11, grávida, cuja família desistiu do aborto já autorizado. A família de D14., analfabeta, negra, com renda mensal de R\$ 100, foi convencida em poucas horas por um médico evangélico, pelo padre de X(X), por católicos e protestantes da cidade e outros devotos de plantão a não permitir que a filha, grávida de 4 meses depois de ter sido estuprada por um lavrador, faça o aborto.Caso impressionante, escandaloso pelo que revela do arcaico oportunismo da ideologia religiosa sobre a grande massa pobre e desqualificada, sempre devota e supersticiosa (UI 225, 23/12/1997) (grifos nossos).

Alta incidência de freqüência obtiveram as categorias que informam o estupro ter sido a causa da gestação (89,6% e 86,2%), da procura pela interrupção da gravidez (34,4% e 62,0%)⁴³.

D17 afirmou que não contou aos familiares que foi estuprada durante três anos porque teve medo de apanhar de seus pais."Achei que meus pais iam bater em mim se soubessem da coisa. Por isso nunca contei para ninguém o que acontecia naquelas manhãs", disse D17.[...].Hoje, D17., muito assustada com a pressão dos moradores da cidade e da igreja para evitar o aborto, conta que viveu dias de muito medo nos últimos anos."Ele (X, 65, o principal acusado dos estupros) dizia que, se eu não fosse por bem, mandaria alguém me buscar. Eu ficava com medo e ia" (UI 189, 22/09/1998).

Segundo D14, um dia, quando ela trocava de roupa, ele a teria estuprado. "Ele disse que, se eu falasse alguma coisa, me matava. Fiquei com medo", disse a garota. (...) O advogado Délcio Guadalupe, representante da OAB,

⁴³ No caso de D14, o risco de vida para a genitora obteve 44,8% de freqüência.

disse defender que o aborto, para que a menina não seja submetida ao risco de uma gravidez precoce. (UI 248, 15/12/1997)

"Temos certeza de que é mais discutível o futuro dela se ela tirar o nenê do que se ficar com ele. É lógico que a violência que ela sofreu poderá trazer problemas futuros, mas não é fazendo outra violência que você apaga a primeira", afirmou. O médico que fez com que a família mudasse de idéia sobre o aborto, Altamiro Sathler Filho, disse que estaria disposto a atender a menina e fazer o parto (UI 231, 18/12/1997).

As peças jornalísticas informam, então, à exaustão que são “meninas”, vivendo em famílias pobres, que teriam sido estupradas, o que explicaria a busca pela interrupção voluntária da gestação. Na caracterização dessas personagens/depoentes, a tenra idade, o estupro e o aborto associados compõem a dimensão dramática: violência sexual contra uma vítima inocente que brinca de boneca; “menina” como qualquer outra, que não é abandonada, nem prostituta, tampouco “de rua”, pois convive com a família; violência que justificaria um “mal menor”, o aborto voluntário através da manutenção dos permissivos legais e da disponibilidade de a rede pública de saúde poder realizá-lo.

Ao terminar esta análise das formas simbólicas, talvez o aspecto que mais tenha chamado nossa atenção foi a semelhança entre os resultados desta pesquisa - que tratou de um problema social “para todos” ou para adultos – e os dos (as) colegas do NEGRI, que trataram de temas diretamente relacionados a políticas para infância e adolescência.

Como eles, observamos o uso de uma retórica dramática, que tende a infantilizar crianças e adolescentes, que têm sua identidade civil e intimidade desveladas, que não dispõem de voz quando provenientes dos segmentos sociais pobres, que são tratadas como abstração, encarnando problemas sociais que são eliciados, nas arenas de negociação, por operadores adultos.

Jacira Melo (2007), em artigo sobre violência doméstica ou privada, anteriormente citada pela análise da cobertura sobre violência na mídia, destaca que, na grande imprensa (na qual inclui a *Folha de S. Paulo*), “a violência doméstica recebe uma abordagem bastante positiva” (p. 137). Ressalta as dificuldades que a ONG Patrícia Galvão enfrenta para alimentar a mídia sobre o tema da violência doméstica. Dentre elas, assinala a busca de números, de estimativas pelos jornalistas e sua pobreza no cenário brasileiro: “os jornalistas sempre querem o

depoimento de uma vítima. E isso é uma complicação. É preciso delicadeza para lidar com este tema” (p. 138).

Oxalá estas palavras tivessem sido pronunciadas em 1997 e 1998 no uso de D14 e D17, mulheres de 10 e 11 anos, como “cabides de notícias” para esquentar o debate entre atores sociais favoráveis e contrários à descriminalização do aborto voluntário.

Considerações finais

Nosso estudo confirmou a intuição de Nazareth (2004) em sua dissertação: de fato, o estupro de mulheres adolescentes constitui um gancho midiático para debater publicamente a gravidez adolescente e a descriminalização, ou não, do aborto voluntário no Brasil. Nesse debate, notamos retóricas paroxísticas: os “filhos do estupro”, “a musa anti-aborto”, os casos D14 e D17. Fora do universo do *corpus* aqui analisado, lembramos outros paroxismos de retórica, como o do projeto de lei de Severino Cavalcanti sobre o “dia do nascituro” e a proposta do que feministas têm denominado de “bolsa estupro”. Retóricas que possuem uma correspondência direta com a violência e que favorecem, na mídia, a devassidão e publicização das intimidades de moças pobres.

Vimos, neste estudo, a partir de nossa proposta de interpretação, que crianças e adolescentes, infância e adolescência, associadas ao aborto voluntário no jornal *online* da *Folha de S. Paulo*, atuam como tropo retórico, incorporando, por sua “inocência”, “despreparo”, “irresponsabilidade”, o “mal maior”: levar a cabo uma gestação ou interromper a gravidez. “Cabides de notícia” como quer Ponte (2005); “cavalos de santo” como quer Rosemberg (1985). Em fim, usos da infância e adolescência como tropo de linguagem para tratar de questões que também lhes dizem respeito enquanto categoria de idade, mas que pouco foram escutadas nas peças jornalísticas analisadas.

Em nossa perspectiva, tal retórica não só estigmatiza a infância, mas, também, como assinalam Diniz e Damasceno (2001), podem estigmatizar mulheres no geral, tratadas, por contraste, como seres incapazes de ter a plenitude de seus direitos reprodutivos reconhecidos. A apresentação de casos extremados, que se observa no uso de crianças e adolescentes nas peças jornalísticas, freqüentemente se transforma em abuso, pela retórica e argumentação que sustentam a tese do jornal: crianças e adolescentes pobres, bem como suas famílias, são irremediavelmente “irresponsáveis”, sendo necessário prevenir ou corrigir as conseqüências de sua “irresponsabilidade”. Não são porta-vozes de suas próprias causas: “Controlai-os porque não sabem o que fazem”.

Por outro lado, adolescentes escolarizadas, e com um nível socioeconômico mais alto, podem aparecer nos jornais para expressar suas opiniões. Aqui, essas adolescentes dão autorização para a divulgação de suas identidades e, ao mesmo tempo, têm sua intimidade preservada.

Portanto, como os (as) demais colegas do NEGRI do projeto “Infância e Mídia”, também identifico o estigma como uma das conseqüências da retórica privilegiada nessas peças jornalísticas analisadas: estigma contra a infância e adolescência e pobres. O jornal se coloca acima da lei, ao desvelar a identidade civil dessas crianças, adolescentes e famílias, associadas em suas matérias ao aborto voluntário.

Praticam violência ao se proporem denunciar a violência. Continuam menosprezando crianças e adolescentes pobres, que são reconhecidos como dignos de entrarem na pauta noticiosa quando associados à violência enquanto vítimas, no caso desta pesquisa. Se o estupro é um tema “delicado” de ser tratado pela mídia, talvez assim o seja quando envolve mulheres de segmentos sociais aos quais o jornal afirma reconhecer plenos direitos. O que observamos, foi o estupro de adolescentes pobres ser tratado com intensa violência simbólica pela *Folha de S. Paulo*.

A posição do jornal confunde-se com a posição de sua clientela: ocupam posições de destaque na pirâmide social brasileira e normalizam para eles, crianças e adolescentes, pobres. Neste contexto, as classificações evocadas por Leocádio (2006) sobre tendências filosófico-políticas das (os) defensores (as) e detratores (as) da descriminalização/legalização do aborto se embaralham: como seria possível classificar de progressista ou liberal uma corrente filosófico-política que não se insurge com a devassa da intimidade dessas duas jovens mulheres, usadas como “cabides de reivindicações” não apenas pelos detratores, mas também, pelos (as) defensores (as) da descriminalização do aborto?

Isto nos evoca o caráter relativo das posições políticas, na agenda dos movimentos sociais, nas teorias. Quando confrontadas a um quadro geral de desigualdades de gênero, raça, classe, nação podem ignorar, ou se apoiar, em desigualdade de idade. Como bem sugeriu Thompson (1995),

Este enfoque pode levar-nos a olhar uma forma simbólica ou um sistema como ideológico num contexto e como radical, subversivo, contestador noutra. Pode levar-nos a ver o discurso sobre direitos humanos, por exemplo, como apoiando o *status quo* num contexto e como subversivo noutra. A análise das formas simbólicas como ideológicas nos pede que as analisemos em relação aos contextos sócio-históricos específicos nos quais elas são empregadas e persistem (p.18)

Crianças e adolescentes, enquanto categorias de idade, constituem também este contexto sócio-histórico. Não importa quão progressistas e éticos, no tocante às relações de gênero, movimentos em defesa da descriminalização/legalização do aborto possam ser: isto não nos impede, a não ser que estejamos alertas, de que podemos violentar simbolicamente crianças e adolescentes no afã de convencer as massas sobre a justiça de nossas propostas.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

ADGHIRNI, Zélia Leal. *Jornalismo online: em busca do tempo real*. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação. Salvador/BA, 2002.

ANDI (Agência Nacional dos Direitos da Infância). *Infância na mídia*. Brasília: ANDI/AS, ano 5, no 10, 2000.

_____. *Infância na mídia: a criança e o adolescente no olhar da imprensa brasileira*. Brasília: ANDI/IAS, ano 8, no 13, 2004. Relatório disponível em http://www.andi.org.br/pdfs/infancia_na_midia.pdf. Acesso em 10/01/2007.

ANDRADE, Leandro Feitosa. *Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). São Paulo: PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica, 2001.

_____. *Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia*. São Paulo: EDUC, 2004.

ANDRADE, Marcelo Pereira de. *A categoria 'meninos de rua' na mídia: uma interpretação ideológica*. Tese (Doutorado em Psicologia Social). São Paulo: PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica, 2005.

ARDAILLON, Danielle. *Cidadania de corpo inteiro: discursos sobre aborto em número e gênero*. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: USP - Universidade de São Paulo, 1997.

ARFUCH, Leonor. *Crímenes y pecados: de los jóvenes en la crónica policial*. Buenos Aires: Cuadernos del Unicef, 1997.

- ÁRIES, Philippe. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: CTC, 1981.
- ARILHA, Margareth. Masculinidades e gênero: discursos sobre responsabilidade na reprodução. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: PUC/SP, 1999.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições, 1988.
- BAUTISTA, Feny de los Angeles. O dia internacional de rádio e TV da criança, criado pelo UNICEF, e o *site* voices of youth (vozes da juventude). In: CARLSSON, Ulla e FEILITZEN, Cecília von (Org) *A criança e a mídia: imagem, educação, participação*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.
- BERQUÓ, Elza; PINTANGUY, Jaqueline; PIMENTEL, Sílvia. Prefácio. In: Comissão de Cidadania e Reprodução. *Olhar sobre a Mídia*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.
- BEST, Joel. *Social problems*. New York: W.W. Norton & Company, 2008.
- _____. *Damned lies and statistics : untangling numbers from the media, politicians, and activists*. Berkeley : University of California, 2001.
- BOLTANSKI, Luc. *La condition foetale: une sociologie de l'engendrement et de l'avortement*. Paris: NRF Gallimard, 2004.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes - Normas Técnicas*. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.
- _____. Ministério da Saúde. *Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes - Normas Técnicas*. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.
- _____. Ministério da Saúde. *Atenção humanizada ao abortamento - Normas Técnicas*. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, 2005.

CALEIRO, Maurício de M. *Imprensa e exclusão: a Folha de São Paulo (sic) e a infância marginalizada*. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set, 2002 (mimeo).

CARLSSON, Ulla e FEILITZEN, Cecília von (Org) *A criança e a mídia: imagem, educação, participação*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

CITELI, Maria T. A reprodução humana na pauta dos jornais brasileiros (1996-2000). In: Comissão de Cidadania e Reprodução. *Olhar sobre a Mídia*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

COOK, Rebeca. *Women's health and human rights: the promotion and protection of women's health through International human rights law*. Genebra:OMS, 1994.

CORREA, Hector (org). *Gravidez indesejada: uma perspectiva internacional*. São Paulo: Ícone, 1999.

CORRÊA, Sônia; ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. In: BERQUÓ, Elza (org). *Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CORRÊA Sônia; FREITAS, A. Atualizando os dados sobre a interrupção voluntária da gravidez no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n° 2, 1997, p. 389-395.

CORRÊA, Sônia; PAZELLO, Magaly. Aborto. Mais polêmica à vista! In: Comissão de Cidadania e Reprodução. *Olhar sobre a Mídia*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

DATAFOLHA. Opinião Pública: *Família fica ainda mais importante para brasileiros*. 07/10/2007.

DATAFOLHA. Opinião Pública: *Católicos divergem da igreja em relação a divórcio, segundo casamento e uso de camisinha*. Pesquisa publicada em 08/05/2007.

_____. Opinião Pública: *Maioria dos brasileiros não quer mudanças em lei que regulamenta aborto*. Pesquisa publicada em 09/04/2007.

_____. Opinião Pública: *Posição política, opinião sobre o aborto, pena de morte, descriminalização da maconha e maioria penal 47% dos eleitores brasileiros se posicionam à direita*. Pesquisa publicada em 14/08/2006.

_____. Opinião pública: *Maioria dos paulistanos é contra aborto e eutanásia*. Pesquisa publicada em 18/04/2005.

_____. Opinião pública: *Cresce oposição ao aborto*. Pesquisa publicada em 25/01/2004.

_____. Opinião pública: *Virgindade da mulher divide a opinião dos brasileiros. Maioria defende a manutenção da lei do aborto e aceita a masturbação*. Pesquisa publicada em 18/01/1998.

DINIZ, Débora; ALMEIDA, Marcos de. Bioética e aborto, In: OSELKA, SIF; OSELKA, G; GARRAFA, W. *Iniciação à bioética*. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998, pág. 125-138.

DINIZ, Débora; DAMASCENO, Ana Paula. Mulheres, mídia e aborto. *Série Anis*, 20, Brasília: Letras Livres, 1-8, maio, 2001.

ECOS. *Gravidez de Adolescentes entre 10 e 14 anos e Vulnerabilidade Social: estudo Exploratório em Cinco Capitais Brasileiras*. São Paulo: ECOS - Comunicação em Sexualidade, 2004.

FEILITZEN, Cecília von. Educação para a mídia, participação infantil e democracia. In CARLSSON, Ulla e FEILITZEN, Cecília von (Org). *A criança e a mídia: imagem, educação, participação*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, p. 19-35, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

FERNANDES, Florestan. *As trocinhas do Bom Retiro*. Campinas: Unicamp, 1947.

FOLHA DE S. PAULO. *Leitor da Folha está no topo da pirâmide social brasileira*. 11 de novembro de 2007.

_____. *Tudo sobre a Folha*. São Paulo, domingo, 18 de fevereiro de 2001. Especial. 32p.

_____. *Manual da Redação: Folha de S.Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. *Novo Manual da Redação*. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1992.

_____. *Manual Geral da Redação*. São Paulo: Folha de S.Paulo, 1987.

FOLHA ONLINE. *Tudo sobre a Folha – Folha 80 anos - Cronologia*. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos>. Acesso em 22/08/2006.

_____. *Tudo sobre a Folha – Círculo Folha*. <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos>. Acesso em 22/08/2006.

FREITAS, Hélio. *Nem tudo é notícia: o Grupo Folha na Internet. Dissertação de mestrado em Comunicação Social*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista, 1999.

FREITAS, Rosangela Ramos de. *O tema trabalho infanto-juvenil na mídia: uma interpretação ideológica*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) São Paulo: PUC/SP- Pontifícia Universidade Católica, 2004.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora AS, 1988.

HARDY Ellen; ALVES, Graciana, OSIS, Morai José D; MORA, Carlos. Aborto ilegalmente provocado entre as funcionárias de uma universidade brasileira. In:

HICKS, Emily. Cultural marxism: nom synchrony and feminist practice. In: SARGENT, L. *Women and revolution*. Boston: South and Press, p. 219-38, 1981.

HILGARTNER, Stephen; Charlie L. BOSK. The Rise and fall of social problems: a public arena model. *American Journal of Sociology*, n 94, p 53-78, juillet, 1998.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss de Sinônimos e Antônimos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

JAMES, Allison. & PROUT, Alan. (Ed.) *Constructing and reconstruting childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood*. London: The Falmer Press, 1990.

JAVEAU, C. Dix propositions sur l'enfance, objet des sciences sociales: enfances et sciences sociales. *Revue de l'Institut de Sociologie*, n° esp. Université Libre de Bruxelles, 1994.

JEMPSON, Mike. Algumas idéias sobre o desenvolvimento de uma mídia favorável à criança. In: CARLSSON, Ulla e FEILITZEN, Cecília von (Orgs). *A criança e a mídia: imagem, educação, participação*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, p. 119-138, 2002.

JEMPSON, Mike & NOVIS, Bill. A informação e os direitos da criança: o desafio do engajamento da mídia. In: CARLSSON, Ulla e FEILITZEN, Cecília von (Orgs). *A criança e a mídia: imagem, educação, participação*. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNESCO, p.489-506, 2002.

JENKS, Chris. Constituindo a criança. *Educação, Sociedade e Culturas*. Portugal: Associação de Sociologia e Antropologia da Educação, no. 17, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

KUNKEL, Dale e SMITH, Stacy L. A representação das crianças na mídia noticiosa dos EUA. In: CARLSSON, Ulla e FEILITZEN, Cecília von (Orgs). *A criança e a mídia: imagem, educação, participação*.. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, p. 89 – 98, 2002.

LAHIRE, Bernard. *L'invention de l'<illettrisme>rhétorique publique éthique et stigmatés*. Paris. La Découverte/Poche, 2005.

LANDINI, Tatiana S. Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração. *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho de 2006. p. 225-252.

LEOCÁDIO, Elcylene Maria de Araújo. *Aborto pós-estupro: uma trama (des) conhecida entre o direito e a política de assistência à saúde da mulher*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Brasília: UNB - Universidade de Brasília, 2006.

MARTINS, José de Souza. Regimar e seus amigos: a criança na luta pela terra e pela vida. In: MARTINS, José de Souza. *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. *A construção da noção de abuso sexual infantil*. Belém: EDUFPA, 2006.

MELO, Jacira. O Movimento social de mulheres e a imprensa: uma cobertura construída em parceria. in RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela (org). *Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

_____. Aborto na Imprensa Brasileira. In: OLIVEIRA, M.C.A. & ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (orgs). *Saúde Reprodutiva na Esfera Pública e Política na América Latina*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

_____. Relatório sobre o capítulo J - A mulher e os meios de comunicação. *Plataforma de Pequim – IV Conferência Mundial sobre a Mulher*, 2000.

MOHERDAUI, Luciana. *Diários Paulistanos na Web*. São Paulo: Universidade Bandeirante de São Paulo, 1999. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=moherdauiluciana-jornalismo-online.html>. Acesso em: 20 dez,2007.

MONTANDON, Cleopatre. Sociologia da Infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. *Cadernos de Pesquisa*, nº 112, p. 33-60, 2001.

MOTA, Vinicius. *Leitor tem renda e escolaridade altas. Folha de S. Paulo*. São Paulo, Caderno Especial, 18 fev, 2001.

NASCIMENTO, Luiz Marine Jose do. *O que diz e o que faz a Folha de S.Paulo com o seu dizer: as imagens do discurso nos editoriais sobre a compra de votos*. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada e Estudo de Linguagem). São Paulo: PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica, 2003.

NASSIF, Luís. *O jornalismo dos anos 90*. São Paulo: Futura, 2003.

NAVAS, Jorge. Jovenes y médios de communication. In: SOLÓRZANO, Irela & ABAUNZA, Humberto. *Las reglas del juego: limites y libertades para la juventud en Nicaragua*. Managua: Puntos de Encuentro, 1994.

NAZARETH, Leila. *O discurso da mídia sobre a adolescente grávida: uma análise da ideologia*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: PUC/SP- Pontifícia Universidade Católica, 2004.

_____. *O discurso da mídia sobre educação, cuidados e necessidades de crianças pequenas: uma interpretação da ideologia*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica, 2006 (material não publicado).

NJANE, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. *Ciênc. saúde coletiva*. [online]. 2002, vol7. no. 2. Disponível em <<http://www.scielo.br>>. ISSN 1413-8123.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, INTERNATIONAL WOMEN'S HEALTH COALITION: *Abortamento Seguro: Orientação Técnica e de Políticas para os Sistemas de Saúde*. Campinas, SP: Cemicamp, 2004.

OSZLAK, Oscar, O'DONNELL, Guillermo. *Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación*. Buenos Aires: CEDES/G.E.CLACSO/n.º 4, mar./1976 (mimeo).

PALÁCIOS, Marcos Silva; GONÇALVES, Elias M. *Manual do Jornal Digital*, 1997. Disponível em: http://www.facom.ufba.br/jol/fontes_manuais.htm. Acesso em: 20 dez, 2007.

PAULA, Dirce Maria Bengel de. *O olhar e a escuta psicológica desvendando possibilidades : o vínculo saudável entre a adolescente mãe e seu filho*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica, 1999.

PEDRO, Joana M; OLIVEIRA, Núcia A. S. de; CARVALHO, Maria M. de. *Corpos femininos em debate: aborto e infanticídio na imprensa de Florianópolis, uma história de controle e normatização (1950-1996)*. In: PEDRO, Joana (org). *Práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PENICHE, Adreia. *Elas Somos Nós: O Direito ao Aborto como Reivindicação Democrática e Cidadã Santa Maria da Feira*. Edições Afrontamento, 2007.

PEREIRA, Fabiana da Cunha. *Em nome da criança e do adolescente: ONGs e imprensa em parceria na construção do noticiário*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). São Paulo: USP - Universidade de São Paulo, 2005.

PINTO, Ana Estela de Sousa. *Projeto Folha inicia jornalismo moderno. Folha de S. Paulo*. São Paulo, Caderno Especial, 18 fev, 2001.

PINTO, Manuel. *A infância como construção social*. In PINTO, Manuel e SARMENTO, Manuel Jacinto (coord.). *As crianças: contexto e identidades*. Portugal: Universidade do Minho (Centro de Estudos da Criança), 1997.

PIROTTA, Wilson, R.B; PIROTTA, Kátia C. M. Relações de gênero e poder: os adolescentes e os direitos sexuais e reprodutivos no Estatuto da Criança e do Adolescente. In: ADORNO, Rubens de Camargo F; ALVARENGA, Augusta Thereza de; VASCONCELLOS, Maria da Penha C (orgs). *Jovens, trajetórias, masculinidades e direitos*. São Paulo: FAPESP: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

PONTE, Maria Cristina. *Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

PULS, Mauricio. Getulistas destroem máquinas da Folha. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, Caderno Especial, 18 fev, 2001.

QVORTRUP, Jeans *et al.* *Childhood Matters: Social Theory, Practice and Politics*. England: Avebury, USA: Ashgate Publishing Company, Austria: European Centre for Social Welfare Policy and Research, 1994.

SÁNCHEZ-JANKOWSKI, Martín. As gangues e a imprensa: a produção de um mito. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, no 5 e no 6, p. 180-198, maio/ jun/ jul/ ago/ set/ out/ nov/ dez, 1997.

SILVA, Ana Cristina T. *Juventude de papel: representação juvenil na imprensa*. Maringá: Eduem, 1999.

SIMÕES, Maysa, Andressa G. *Educação infantil e mídia: ideologia e o direito de acesso à pré-escola*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). São Paulo: PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica, 2006 (material não publicado).

SIROTA, Regine. Emergência de uma sociologia da Infância: Evolução do objeto e do olhar. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. *Cadernos de Pesquisa*, nº 112, p 7-31, março, 2001.

SNYDERS, Georges. *Não é fácil amar nossos filhos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito, MÉLLO, Ricardo P. Perigo, probabilidade e oportunidade: a linguagem dos riscos na mídia. São Paulo: *Psicologia: Reflexão e crítica*, 15 (1): 151164, 2002.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RAMÍREZ-GÁLVEZ, Martha. *Os impasses do corpo: ausências e preeminências de homens e mulheres no caso do aborto voluntário*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Campinas: Unicamp, 2004.

RENAUT, Alain. Entre droit et éthique: l'infant contemporain. In: *La libération des enfants*. Paris : Hachette Littératures, p. 365-456, 2002.

RIOS, Luis Felipe. Quando o assunto é cultura sexual: um "olhar sobre a mídia". In: Comissão de Cidadania e Reprodução. *Olhar sobre a Mídia*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

ROCHA, Maria Isabel. Baltar da. *Discussões políticas e decisões no parlamento*. IN ÁVILA, Maria Betânia; PORTELLA, Ana Paula; FERREIRA, Verônica (orgs) *Novas legalidades e democratização da vida social: família, sexualidade e aborto*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

ROCHA, Maria Isabel. Baltar da; ANDALRAFT, Jorge Neto. A questão do aborto: aspectos clínicos, legislativos e políticos. IN BERQUÓ, Elza. *Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

ROSEMBAUM, Silvia Fernanda Roseblum. *Permanência e transformação: a paternidade na Revista Pais e Filhos*. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). PUC/SP, 1998.

ROSEMBERG, Fúlvia; ANDRADE, Marcelo P. *Infância na mídia brasileira e ideologia*. Texto apresentado na ABRAPSO, outubro, 2007. (Mimeo.)

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas de educación de la primera infancia em América Latina y reproducción de la desigualdad. Texto apresentado no *Seminário Mobilización por la primera infancia 2º Foro Internacional Memorias*. 2006. Colômbia.

_____. Quelques points d'un plan de recherche sur la sociologie de l'enfance. *Jornada Francófona de Sociologia da Infância*, Paris, 2003.

_____. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.º 107, p.7-40, 1999.

_____. O discurso sobre criança de rua na década de 80. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.º 87, p.71-81, nov. 1993.

_____. *Literatura infantil e ideologia*. São Paulo: Global, 1985.

_____. Da intimidade aos quiprocós: uma discussão em torno da análise de conteúdo. São Paulo: *Cadernos CERU*, 1981.

_____. Eu consumo, tu me consumes. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.º 31, p.41-48, dez. 1979.

_____. Educação: para quem? *Revista Ciência e Cultura* (Separata), vol. 28(12). Educação como uma forma de colonialismo. Simpósio na 28a. Reunião da SBPC, Brasília, 1976.

THÉRY, I. Couple, filiation et parenté aujourd'hui: le droit face aux mutations de la famille et de la vie privée. (Documentation française – Odile Jacob), 1998.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis, RJ:Vozes, 2002.

WINESS, Michael G. *Contesting Childhood*. London and New York: Palmer Pressa, 2000.

APÊNDICE 1.
UI do Universo, do *Corpus* e da Amostra

| Relação das UI que integram o universo e o <i>corpus</i> da pesquisa | | |
|---|-------------|--|
| No ord | Data | Título |
| 1 | 10/12/2005 | Sexo com animais é tema na 1a comunhão |
| 2 | 21/11/2005 | Saúde: Vídeo conta drama de jovem grávida |
| 3 | 21/11/2005 | Padre recomenda que a gestante cante para o filho |
| 4 | 17/11/2005 | Tendências/ Debates: Em defesa da vida: contra o aborto! |
| 5 | 16/11/2005 | Drama: Falta algo a dizer para a série "Reunion" |
| 6 | 08/11/2005 | O círculo vicioso do moralismo |
| 7 | 26/10/2005 | 29ª Mostra de Cinema: Solondz discute aborto em fábula cruel |
| 8 | 10/10/2005 | Painel do leitor |
| 9 | 09/10/2005 | Painel do leitor |
| 10 | 30/09/2005 | Perigo fatal: Adolescente morre após aborto clandestino |
| 11 | 06/09/2005 | Governo adia entrega de projeto de lei sobre aborto |
| 12 | 14/08/2005 | TENDÊNCIAS/DEBATES: missão do legislador: proteger a vida |
| 13 | 03/08/2005 | Legislação: Promotor vai decidir sobre aborto em jovem |
| 14 | 01/08/2005 | Legalização em debate: Projeto do aborto deve ser incorporado a outro na Câmara |
| 15 | 30/07/2005 | TENDÊNCIAS/DEBATES: O aborto deve ser descriminalizado? Sim: criminosa ou vítima? |
| 16 | 27/07/2005 | Prática de risco: Estudante teve infecção uterina |
| 17 | 12/06/2005 | Aborto |
| 18 | 12/06/2005 | Ciência estranha: Professor de Chicago faz conexões bizarras |
| 19 | 06/06/2005 | Sexo & saúde A polêmica da pílula do dia seguinte |
| 20 | 29/05/2005 | Saúde: Abortivo falso deixa mulheres em risco |
| 21 | 29/05/2005 | A vítima: "Quase tive que tirar o útero", diz estudante |
| 22 | 16/05/2005 | Cinema: "Gosto dos filmes tortos", diz Carlos Reichenbach |
| 23 | 15/05/2005 | TENDÊNCIAS/DEBATES: A lógica do planejamento familiar |
| 24 | 13/05/2005 | "O segredo de Vera Drake": Mike Leigh capta espírito dos anos 50 |
| 25 | 29/04/2005 | Polêmica: Jovem tem aborto espontâneo após proibição |
| 26 | 28/04/2005 | Painel do leitor |
| 27 | 23/04/2005 | Justiça: TJ do Rio Grande do Sul veta aborto em garota de 14 anos |
| 28 | 22/04/2005 | Justiça: Hospitais do RS se negam a fazer aborto apesar de decisão judicial |
| 29 | 04/04/2005 | Sexo & saúde: Café da manhã com Sue Johanson |
| 30 | 27/03/2005 | Conservadores perdem a paciência com tribunais em caso Schiavo |
| 31 | 23/03/2005 | Sabatina Folha: Dráuzio defende aborto legal para que deixe de ser matéria "de marginal" |
| 32 | 21/03/2005 | Quando o SEXO é uma roubada |
| 33 | 21/03/2005 | Editoriais: EDUCAÇÃO SEXUAL |
| 34 | 21/03/2005 | Sexo & saúde - Aborto, adoção e educação sexual |
| 35 | 20/03/2005 | Painel do Leitor |
| 36 | 17/03/2005 | Educação sexual: Bispo propõe abstinência para jovens |
| 37 | 17/03/2005 | A nova norma sobre o aborto em caso de estupro |
| 38 | 16/03/2005 | Aluno de 10 anos receberá educação sexual, afirma nova política federal |
| 39 | 07/03/2005 | Complicações do aborto inseguro custam US\$ 10 mil ao ano ao país |
| 40 | 27/02/2005 | Ginecologistas atrasam abortos por ignorar legislação brasileira |
| 41 | 13/02/2005 | Um fato novo na agenda social brasileira |
| 42 | 07/02/2005 | O Rock que ajuda. |

| | | |
|----|------------|---|
| 43 | 20/12/2004 | Painel do leitor |
| 44 | 20/12/2004 | Aborto: "Célula não tem o mesmo direito da mulher" |
| 45 | 19/12/2004 | Programa prega abstinência sexual |
| 46 | 18/12/2004 | Tendências e debates: Ilegalidade rouba a vida das mulheres |
| 47 | 18/12/2004 | Painel do leitor |
| 48 | 27/09/2004 | Gravidez cresce entre adolescentes da elite |
| 49 | 24/09/2004 | Série: Maturidade guia "Cidade dos Homens" |
| 50 | 08/09/2004 | Solondz e Gitai levam sexo à tela de Veneza |
| 51 | 30/08/2004 | Depois do dia seguinte |
| 52 | 25/07/2004 | Aborto ainda é aberração na TV |
| 53 | 14/07/2004 | SP e RJ realizam três abortos após liminar |
| 54 | 03/07/2004 | Mulher correu risco de morte após parto |
| 55 | 03/06/2004 | Saúde: Entre jovens, mulher é a mais afetada por Aids |
| 56 | 22/05/2004 | Polícia: Médico é preso por aborto em clínica de SP |
| 57 | 18/05/2004 | Infância: CPI vai indiciar cem por aliciar jovens |
| 58 | 26/04/2004 | Sociedade: Marcha pró-aborto reúne multidão nos EUA |
| 59 | 11/04/2004 | Aos 20, mãe tem três filhos |
| 60 | 11/04/2004 | Grupos defendem maior divulgação |
| 61 | 07/04/2004 | Adultos infantis, mães de 14 anos e criminosos de 16 |
| 62 | 10/03/2004 | Editoriais: SEXO NA JUVENTUDE |
| 63 | 08/03/2004 | Meninas Superfuriosas |
| 64 | 05/03/2004 | Processo de aborto legal chega ao STF cinco dias após morte do bebê |
| 65 | 25/02/2004 | Análise: Trupe expressou gírias e dúvidas da década de 70 |
| 66 | 31/12/2003 | Violência 1: Adolescente grávida é violentada e assassinada por ex-namorado na zona sul |
| 67 | 30/11/2003 | Bonequinhas sem luxo |
| 68 | 20/11/2003 | Aborto em caso de má-formação é autorizado |
| 69 | 17/09/2003 | Painel |
| 70 | 17/08/2003 | Colégio particular resiste à iniciativa |
| 71 | 01/07/2003 | Comportamento: Número de mães adolescentes cai 21. em SP |
| 72 | 24/06/2003 | Entidade acolhe mães adolescentes |
| 73 | 24/06/2003 | Saúde: Parto lidera ranking de internações de jovens |
| 74 | 05/05/2003 | TV embarca na reprodução humana |
| 75 | 22/01/2003 | S.Paulo - 30 anos depois: Avanço republicano ameaça aborto nos EUA |
| 76 | 05/01/2003 | Paradoxo do aborto |
| 77 | 29/12/2002 | Cartas |
| 78 | 14/10/2002 | Cai prática de aborto nos EUA |
| 79 | 24/09/2002 | Aborto: Duas mulheres são presas em clínica |
| 80 | 23/09/2002 | Sexo e saúde -: Dois filmes brasileiros que têm tudo a ver com a sua vida |
| 81 | 06/08/2002 | Filmes e TV paga |
| 82 | 31/07/2002 | Comportamento: 32. dos jovens já mantêm relações sexuais |
| 83 | 28/07/2002 | Jornadas da juventude: João Paulo reza missa no Canadá |
| 84 | 30/05/2002 | Ciro afirma na TV que é contra proibição do aborto |
| 85 | 29/05/2002 | Presidenciável fala na MTV de aborto e drogas |
| 86 | 12/05/2002 | Criança é a mãe |
| 87 | 29/04/2002 | Filhas de migrantes alimentam exploração |
| 88 | 22/04/2002 | Aconteceu de novo por bobagem |
| 89 | 22/04/2002 | Mudam o corpo e as idéias |
| 90 | 06/03/2002 | Europa: Irlanda pode restringir ainda mais o aborto |
| 91 | 04/03/2002 | "Fiquei grávida do meu pai aos 16 anos" |
| 92 | 10/02/2002 | Entrevista: "A TV é muito superficial" |
| 93 | 06/01/2002 | Próximos capítulos |

| | | |
|-----|------------|---|
| 94 | 16/12/2001 | Periscópio - Gravidez e aborto |
| 95 | 04/11/2001 | Saúde: Acesso à "pílula do dia seguinte" é facilitado |
| 96 | 20/06/2001 | Dourados: Austríaco é condenado por fazer abortos em MS |
| 97 | 06/05/2001 | Mães contam experiência pessoal |
| 98 | 04/02/2001 | Dois professores reabrem a discussão: o aborto legal reduz o crime? |
| 99 | 22/10/2000 | Entrevista: Dráuzio Varela |
| 100 | 13/09/2000 | Paulínia: Mulher é presa por fazer aborto em jovem |
| 101 | 03/09/2000 | Comportamento: Pais "patrocinam" primeira transa dos filhos |
| 102 | 27/08/2000 | "Posso ajudar o Brasil a legalizar o aborto". |
| 103 | 26/08/2000 | A questão do aborto |
| 104 | 14/08/2000 | O2 neurônio: FAMA, FATAL FAMA! |
| 105 | 01/08/2000 | Panorâmica: Filme "El Valle" vence mostra de cinema |
| 106 | 29/07/2000 | Mudança: Menores vão poder fazer aborto na França sem autorização dos pais |
| 107 | 15/07/2000 | Estrela precoce teima em ter a simplicidade de uma vida normal |
| 108 | 08/07/2000 | TENDÊNCIAS/DEBATES A Igreja Católica deve censurar o padre Valeriano por distribuir preservativos |
| 109 | 22/05/2000 | Rápidas |
| 110 | 22/05/2000 | Cartas |
| 111 | 06/04/2000 | Violência: Justiça decide se menina vai abortar |
| 112 | 27/03/2000 | Programa: O Rappa, Karnak e bandas punk tocam esta semana |
| 113 | 17/01/2000 | Saúde: Ubatuba tenta conter gravidez precoce |
| 114 | 12/01/2000 | Estudantes recebem pílulas |
| 115 | 12/01/2000 | Comportamento: Governo tenta reduzir abortos na França |
| 116 | 02/11/1999 | Saúde: América Latina realiza 6 mi de abortos por ano |
| 117 | 23/10/1999 | Teatro: "Pequena Ópera..." lembra "toy theatre" |
| 118 | 21/10/1999 | O amor dos pais não é panacéia |
| 119 | 04/10/1999 | Filha de Raí assume filha e quer ir à faculdade |
| 120 | 04/10/1999 | D14., 12, está grávida novamente |
| 121 | 05/09/1999 | Painel do Leitor |
| 122 | 04/09/1999 | homem pensa mais em sexo seguro |
| 123 | 27/08/1999 | Painel do leitor |
| 124 | 25/08/1999 | Gravidez precoce: drama sem final feliz |
| 125 | 21/08/1999 | Menina de 10 anos faz aborto no ES |
| 126 | 21/08/1999 | Editorial: SECTARISMO ANTIABORTISTA |
| 127 | 20/08/1999 | Grávida de 10 anos espera aborto |
| 128 | 02/08/1999 | Campanha Folhateen : Pesquisa revela danos do fumo em jovens |
| 129 | 28/06/1999 | Saúde -Tomar pílula sem interrupções para não menstruar é problema? |
| 130 | 14/06/1999 | P., 18, desiste de fazer um aborto autorizado pela Justiça |
| 131 | 07/06/1999 | Saúde - Garota conta o que passou na mão de ginecologista pilantra |
| 132 | 28/05/1999 | Painel do leitor |
| 133 | 27/05/1999 | Editorial: O ESTUPRO, O ABORTO E A LEI |
| 134 | 26/05/1999 | Liminar proíbe aborto de P., 18, estuprada (com foto) |
| 135 | 26/05/1999 | Deputado promete assistência |
| 136 | 15/05/1999 | Desinformação provoca riscos sexuais |
| 137 | 18/04/1999 | TV no mundo: Séries da Sony parecem drama mexicano |
| 138 | 12/04/1999 | Sexo -: O aborto no Brasil e a hipocrisia, falta de educação e o descaso com a saúde |
| 139 | 15/03/1999 | Atitude punk no Olympia |
| 140 | 14/03/1999 | 14 milhões de adolescentes engravidam por ano |
| 141 | 14/03/1999 | No Brasil, falta de informação e assistência são mortais |
| 142 | 08/03/1999 | livro mostra situação da gravidez na adolescência |
| 143 | 11/01/1999 | Sexo: Vida a dois inclui dificuldades e frustrações, inclusive na vida sexual |

| | | |
|-----|------------|---|
| 144 | 10/11/1998 | Mãe de adolescente estuprada pelo pai desiste de fazer aborto |
| 145 | 10/11/1998 | Rio vai dar pensão para 'filhos do estupro' |
| 146 | 09/11/1998 | Escolas vão receber orientação da OAB |
| 147 | 09/11/1998 | Masculino e feminino para todo gosto |
| 148 | 05/11/1998 | Aprovado uso da maconha |
| 149 | 04/11/1998 | Menina grávida do pai pede para abortar |
| 150 | 01/11/1998 | Campanha: Para Groisman, informação é a melhor arma contra drogas |
| 151 | 20/10/1998 | Pai é acusado de estuprar filha |
| 152 | 17/10/1998 | Saúde: Aumenta 21. gravidez na adolescência |
| 153 | 13/10/1998 | D17 volta para casa com medo da Igreja |
| 154 | 07/10/1998 | governo quer ampliar aborto legal no SUS |
| 155 | 07/10/1998 | D17., 10, tem alta e deixa hospital em SP |
| 156 | 07/10/1998 | Garota de 11 anos fica grávida após estupro |
| 157 | 06/10/1998 | Menina que fez aborto terá alta hoje |
| 158 | 05/10/1998 | Bastidores |
| 159 | 04/10/1998 | Menina D17, 10, faz aborto em hospital de SP e passa bem |
| 160 | 03/10/1998 | Menina foi violentada durante 3 anos |
| 161 | 03/10/1998 | Feministas criticam "silêncio" do governo |
| 162 | 03/10/1998 | Pais ficam emocionados ao receber notícia |
| 163 | 03/10/1998 | Menina estuprada vai mesmo abortar |
| 164 | 02/10/1998 | SBT pode ter de pagar multa de R\$ 1 milhão |
| 165 | 02/10/1998 | D17. e feto estão saudáveis |
| 166 | 02/10/1998 | Direitos de D17. são ignorados, diz OAB |
| 167 | 01/10/1998 | Grávida de 10 anos em BH terá filho |
| 168 | 01/10/1998 | Viajar de avião é 'legal', diz D17. |
| 169 | 01/10/1998 | Relação teria sido consentida |
| 170 | 01/10/1998 | Junta médica decide hoje sobre aborto (com foto) |
| 171 | 01/10/1998 | Justiça proíbe exibição de D17. no "Ratinho" |
| 172 | 30/09/1998 | Opinião -: Impunidade do estupro |
| 173 | 30/09/1998 | 'Quando é com a gente, dói', diz pai de D17 (com foto) |
| 174 | 30/09/1998 | Advogado quer manter gravidez |
| 175 | 29/09/1998 | Painel do leitor |
| 176 | 29/09/1998 | Processo é desnecessário |
| 177 | 29/09/1998 | Adolescente faz metade dos abortos legais |
| 178 | 29/09/1998 | Bichos de pelúcia escoltam barrigas (com foto) |
| 179 | 29/09/1998 | D17, 10, pode fazer aborto em São Paulo ainda esta semana |
| 180 | 29/09/1998 | ONG católica defende escolha |
| 181 | 29/09/1998 | Jovem corrige no SUS aborto malsucedido |
| 182 | 26/09/1998 | Painel do leitor |
| 183 | 25/09/1998 | Painel do leitor |
| 184 | 24/09/1998 | Painel do leitor |
| 185 | 24/09/1998 | Justiça priorizará caso de garota de GO |
| 186 | 22/09/1998 | Ressonância: pobres e ignorantes vão à Igreja |
| 187 | 22/09/1998 | Advogados tentam manter aborto |
| 188 | 20/09/1998 | Igreja quer impedir aborto de menor em GO |
| 189 | 20/09/1998 | Mulher é sempre mais cobrada que o homem |
| 190 | 20/09/1998 | D17. prefere boneca a filho de verdade |
| 191 | 19/09/1998 | Juiz autoriza grávida de 10 anos a abortar |
| 192 | 19/09/1998 | Menina corre risco, diz médico |
| 193 | 13/09/1998 | Telenovela: 'Malhação' passa a ser ao vivo |
| 194 | 06/08/1998 | Cinema: Curto-circuito volta hoje com 4 filmes |
| 195 | 04/08/1998 | As pílulas e os filhos do acaso |

| | | |
|-----|------------|---|
| 196 | 26/07/1998 | Folha Brasil tem 7.150 menores detidos, 35. deles em SP |
| 197 | 20/07/1998 | Sexo -: Pelo jeito, ela está amadurecendo, e o namorado não está entendendo |
| 198 | 20/06/1998 | Candidato diz que não apoiará Quércia |
| 199 | 07/06/1998 | "Não é lindo ficar grávida junto com Xuxa?' |
| 200 | 07/06/1998 | Três beijos: Ursinho e santa convivem no quarto |
| 201 | 15/05/1998 | Garota estuprada dá à luz um menino |
| 202 | 13/05/1998 | Menina que pensou em fazer aborto marca parto |
| 203 | 11/05/1998 | Gravidez de risco |
| 204 | 11/05/1998 | Aborto |
| 205 | 11/05/1998 | Sexo -: Lembre-se sempre do seu futuro, que vai além da próxima menstruação |
| 206 | 03/05/1998 | Sexo, aborto e Aids explodem entre jovens |
| 207 | 03/05/1998 | 1 milhão de jovens engravidaram em 97 |
| 208 | 03/05/1998 | A gravidez dos indefesos |
| 209 | 05/04/1998 | Infância: "Não brinco de boneca, não sou mais criança' |
| 210 | 05/04/1998 | Lavrador fugiu após denúncia |
| 211 | 18/03/1998 | cresce serviço de aborto legal no país |
| 212 | 09/03/1998 | Free way -: Roe v. Wade v. Xuxa |
| 213 | 07/03/1998 | Advogado pede aborto para menina de 13 |
| 214 | 16/02/1998 | ""Vítima será prejudicada" |
| 215 | 14/02/1998 | Gravidez precoce: Pai adolescente mata filho de 11 meses |
| 216 | 18/01/1998 | sexo à brasileira: aborto já foi realizado por 12:. |
| 217 | 07/01/1998 | Temas sobre sexo terão mais espaço |
| 218 | 24/12/1997 | Juiz nega prisão de suposto estupro |
| 219 | 23/12/1997 | D14. vai fazer pré-natal em SP |
| 220 | 23/12/1997 | Violência: P., que diz ter sido estuprada pelo pai, aborta |
| 221 | 23/12/1997 | Para família, P. provocou interrupção |
| 222 | 23/12/1997 | Só um animal faria isso, diz tia |
| 223 | 23/12/1997 | Relações promíscuas entre religião e ignorância |
| 224 | 23/12/1997 | Duvido, logo... |
| 225 | 22/12/1997 | Aborto e obscurantismo |
| 226 | 21/12/1997 | Livros: A mais atual das questões |
| 227 | 20/12/1997 | Polêmica do aborto: Sapucaia faz campanha para ajudar D14. |
| 228 | 19/12/1997 | Polêmica: Sem dinheiro, família de D14. fica no Rio |
| 229 | 18/12/1997 | Saúde: Oferta de auxílio faz D14. desistir de aborto |
| 230 | 18/12/1997 | Grupos protestam no hospital |
| 231 | 18/12/1997 | D14. corre o risco de rejeitar o bebê' |
| 232 | 18/12/1997 | Igreja e comissão oferecem assistência |
| 233 | 18/12/1997 | Risco diminui com pré-natal |
| 234 | 17/12/1997 | Editorial: D14., UMA CRIANÇA BRASILEIRA |
| 235 | 17/12/1997 | Polêmica: Católicos tentam impedir aborto de D14. |
| 236 | 17/12/1997 | D14. deve fazer microcesariana |
| 237 | 16/12/1997 | Juiz lamenta decisão tomada |
| 238 | 16/12/1997 | Polêmica: Aborto de garota de 11 anos é autorizado |
| 239 | 16/12/1997 | Polêmica:'D14. precisará de apoio', dizem psiquiatras |
| 240 | 16/12/1997 | Médica diz ser contra interrupção |
| 241 | 16/12/1997 | Médicos divergem sobre risco |
| 242 | 16/12/1997 | Cirurgia ainda não tem data marcada |
| 243 | 16/12/1997 | Brasileira vive na pré-história da cidadania |
| 244 | 15/12/1997 | Padre muda de idéia quanto ao aborto |
| 245 | 15/12/1997 | Menina ganha TV de presente |
| 246 | 15/12/1997 | Polícia 'caça' o acusado de estupro de menina |
| 247 | 14/12/1997 | Taras e lombadas tiram paz de cidade |

| | | |
|-----|------------|---|
| 248 | 14/12/1997 | Frases |
| 249 | 13/12/1997 | Caso de D14. é diferente, diz padre de Sapucaia |
| 250 | 13/12/1997 | Decisão é gravíssima, afirma juiz |
| 251 | 13/12/1997 | D14. deve procurar a Justiça, diz ministro |
| 252 | 13/12/1997 | Conheça os riscos do aborto |
| 253 | 13/12/1997 | Saiba quais os riscos do parto |
| 254 | 12/12/1997 | Menina trabalha desde os 7 |
| 255 | 12/12/1997 | Infância: D14., 10, vai à Justiça pelo direito de abortar |
| 256 | 01/12/1997 | Entrevista da 2ª: 'Quero ser preso', afirma padre ativista antiaborto |
| 257 | 29/11/1997 | Promotoria pede inquérito contra padre |
| 258 | 26/11/1997 | Filho de estupro é 'bandeira' antiaborto |
| 259 | 26/11/1997 | Costureira estuprada quis o bebê |
| 260 | 27/10/1997 | Militância nos anos 90 é outra |
| 261 | 27/10/1997 | Cartas |
| 262 | 19/10/1997 | Noite no Brrasil (com fotos) |
| 263 | 19/10/1997 | Bad Grrrls: rebelião das malvadas |
| 264 | 13/10/1997 | cartas |
| 265 | 08/10/1997 | Endereços online |
| 266 | 06/10/1997 | Cartas |
| 267 | 04/10/1997 | Cidade orienta 15 mil mulheres |
| 268 | 04/10/1997 | P. é estuprada pelo cunhado e aborta |
| 269 | 04/10/1997 | Aborto adolescente triplica em Maceió |
| 270 | 29/09/1997 | Garota de 16 anos é musa antiaborto |
| 271 | 02/09/1997 | Carta de uma mãe de família |
| 272 | 01/09/1997 | Aborto e gravidez: A sua pergunta tem resposta |
| 273 | 01/09/1997 | Há vários métodos de aborto e também riscos |
| 274 | 31/08/1997 | Musa antiaborto afirma que defensores são 'açougueiros' |
| 275 | 31/08/1997 | Aborto clandestino mata as mais jovens |
| 276 | 31/08/1997 | Cresce mortalidade materna em São Paulo |
| 277 | 30/08/1997 | Aborto pode enfrentar resistência médica |
| 278 | 29/08/1997 | Bispo quer que igreja adote filho de estupro |
| 279 | 29/08/1997 | Número de abortos da rede pública cai 27. (com link) |
| 280 | 29/08/1997 | Com medo do pai, garota aborta e se arrepende |
| 281 | 29/08/1997 | Procedimento é ético, diz médico que faz |
| 282 | 25/08/1997 | Papa reúne mais de 1 milhão em Paris |
| 283 | 23/08/1997 | Premiê francês critica João Paulo 2º |
| 284 | 22/08/1997 | Missa com o papa reúne 500 mil em Paris |
| 285 | 22/08/1997 | TENDÊNCIAS/DEBATES: O que é mais hediondo? |
| 286 | 22/08/1997 | Número não representa realidade |
| 287 | 21/08/1997 | CCJ aprova aborto legal obrigatório pelo SUS |
| 288 | 21/08/1997 | Com imagem de retrógrado, papa vai à França |
| 289 | 21/08/1997 | Estudante chama deputadas de açougueiras |
| 290 | 03/08/1997 | Multimídia - The Independent: EUA fazem ação por abstinência sexual |
| 291 | 28/07/1997 | Casal metido em encrenca pede informações sobre aborto |
| 292 | 14/07/1997 | Evento Folhateen "A pior droga é a ignorância" |
| 293 | 16/06/1997 | Jovem mata mulher para evitar aborto |
| 294 | 26/05/1997 | P., 15 anos e quatro abortos |
| 295 | 16/05/1997 | Ex-banda discutia sexo e religião |
| 296 | 27/03/1997 | Adolescentes engravidam com 1º parceiro |
| 297 | 29/01/1997 | Outro Canal: notas |
| 298 | 27/01/1997 | Sexo -: Camisinha que fura traz um caminhão de preocupações |

| Relação das UI da amostra | | |
|----------------------------------|------------|--|
| Personagem Genérica | | |
| No ord | Data | Título |
| 1 | 10/12/2005 | Sexo com animais é tema na 1a comunhão |
| 3 | 21/11/2005 | Padre recomenda que a gestante cante para o filho |
| 4 | 17/11/2005 | Tendências/ Debates: Em defesa da vida: contra o aborto! |
| 8 | 10/10/2005 | Painel do leitor |
| 11 | 06/09/2005 | Governo adia entrega de projeto de lei sobre aborto |
| 12 | 14/08/2005 | Tendências/debates: missão do legislador: proteger a vida |
| 13 | 03/08/2005 | Legislação: Promotor vai decidir sobre aborto em jovem |
| 14 | 01/08/2005 | Legalização em debate: Projeto do aborto deve ser incorporado a outro na Câmara |
| 15 | 30/07/2005 | TENDÊNCIAS/DEBATES: O aborto deve ser descriminalizado? |
| 19 | 06/06/2005 | Sexo & saúde A polêmica da pílula do dia seguinte |
| 20 | 29/05/2005 | Saúde: Abortivo falso deixa mulheres em risco |
| 23 | 15/05/2005 | TENDÊNCIAS/DEBATES: A lógica do planejamento familiar |
| 31 | 23/03/2005 | Sabatina Folha: Dráuzio defende aborto legal para que deixe de ser matéria "de marginal" |
| 34 | 21/03/2005 | Sexo & saúde - Aborto, adoção e educação sexual |
| 33 | 21/03/2005 | Editoriais: EDUCAÇÃO SEXUAL |
| 35 | 20/03/2005 | Painel do Leitor |
| 36 | 17/03/2005 | Educação sexual: Bispo propõe abstinência para jovens |
| 37 | 17/03/2005 | A nova norma sobre o aborto em caso de estupro |
| 38 | 16/03/2005 | Aluno de 10 anos receberá educação sexual, afirma nova política federal |
| 39 | 07/03/2005 | Complicações do aborto inseguro custam US\$ 10 mil ao ano ao país |
| 41 | 13/02/2005 | Um fato novo na agenda social brasileira |
| 43 | 20/12/2004 | painel do leitor |
| 44 | 20/12/2004 | Aborto: "Célula não tem o mesmo direito da mulher" |
| 46 | 18/12/2004 | Illegalidade rouba a vida das mulheres |
| 47 | 18/12/2004 | Painel do leitor |
| 48 | 27/09/2004 | Gravidez cresce entre adolescentes da elite |
| 55 | 03/06/2004 | Saúde: Entre jovens, mulher é a mais afetada por Aids |
| 60 | 11/04/2004 | Grupos defendem maior divulgação |
| 61 | 07/04/2004 | Adultos infantis, mães de 14 anos e criminosos de 16 |
| 62 | 10/03/2004 | Editoriais: SEXO NA JUVENTUDE |
| 67 | 30/11/2003 | Bonequinhos sem luxo |
| 70 | 17/08/2003 | Colégio particular resiste à iniciativa |
| 71 | 01/07/2003 | Comportamento: Número de mães adolescentes cai 21. em SP |
| 73 | 24/06/2003 | Saúde: Parto lidera ranking de internações de jovens |
| 74 | 05/05/2003 | TV embarca na reprodução humana |
| 86 | 12/05/2002 | Criança é a mãe |
| 95 | 04/11/2001 | Saúde: Acesso à "pílula do dia seguinte" é facilitado |
| 101 | 22/10/2000 | Entrevista: Dráuzio Varela |
| 103 | 03/09/2000 | Comportamento: Pais "patrocinam" primeira transa dos filhos |

| | | |
|-----|------------|--|
| 105 | 26/08/2000 | A questão do aborto |
| 110 | 08/07/2000 | TENDÊNCIAS/DEBATES: A Igreja Católica deve censurar o padre Valeriano por distribuir preservativos |
| 115 | 17/01/2000 | Saúde: Ubatuba tenta conter gravidez precoce |
| 123 | 04/09/1999 | homem pensa mais em sexo seguro |
| 125 | 25/08/1999 | Gravidez precoce: drama sem final feliz |
| 137 | 15/05/1999 | Desinformação provoca riscos sexuais |
| 142 | 14/03/1999 | No Brasil, falta de informação e assistência são mortais |
| 143 | 08/03/1999 | livro mostra situação da gravidez na adolescência |
| 147 | 09/11/1998 | Escolas vão receber orientação da OAB |
| 148 | 09/11/1998 | Masculino e feminino para todo gosto |
| 154 | 17/10/1998 | Saúde: Aumenta 21. gravidez na adolescência |
| 177 | 29/09/1998 | Painel do leitor |
| 183 | 29/09/1998 | Jovem corrige no SUS aborto malsucedido |
| 191 | 20/09/1998 | Mulher é sempre mais cobrada que o homem |
| 196 | 04/08/1998 | as pílulas e os filhos do acaso |
| 198 | 26/07/1998 | Folha Brasil tem 7.150 menores detidos, 35. deles em SP |
| 208 | 03/05/1998 | Sexo, aborto e Aids explodem entre jovens |
| 209 | 03/05/1998 | 1 milhão de jovens engravidaram em 97 |
| 213 | 18/03/1998 | cresce serviço de aborto legal no país |
| 218 | 18/01/1998 | sexo à brasileira: aborto já foi realizado por 12.: |
| 219 | 07/01/1998 | Temas sobre sexo terão mais espaço |
| 269 | 04/10/1997 | Cidade orienta 15 mil mulheres |
| 271 | 04/10/1997 | Aborto adolescente triplica em Maceió |
| 273 | 02/09/1997 | Carta de uma mãe de família |
| 275 | 01/09/1997 | Há vários métodos de aborto e também riscos |
| 276 | 31/08/1997 | Aborto clandestino mata as mais jovens |
| 278 | 30/08/1997 | Aborto pode enfrentar resistência médica |
| 280 | 29/08/1997 | Número de abortos da rede pública cai 27. (com link) |
| 282 | 29/08/1997 | Procedimento é ético, diz médico que faz |
| 286 | 22/08/1997 | TENDÊNCIAS/DEBATES: O que é mais hediondo? |
| 287 | 22/08/1997 | Número não representa realidade |
| 288 | 21/08/1997 | CCJ aprova aborto legal obrigatório pelo SUS |
| 296 | 27/03/1997 | Adolescentes engravidam com 1º parceiro |

Personagem individual

| No ord | Data | Título |
|--------|------------|---|
| 10 | 30/09/2005 | Perigo fatal: Adolescente morre após aborto clandestino |
| 16 | 27/07/2005 | Prática de risco: Estudante teve infecção uterina |
| 21 | 29/05/2005 | A vítima: "Quase tive que tirar o útero", diz estudante |
| 25 | 29/04/2005 | Polêmica: Jovem tem aborto espontâneo após proibição |
| 28 | 22/04/2005 | Justiça: Hospitais do RS se negam a fazer aborto apesar de decisão judicial |
| 32 | 21/03/2005 | Quando o SEXO é uma roubada |
| 40 | 27/02/2005 | Ginecologistas atrasam abortos por ignorar legislação brasileira |
| 51 | 30/08/2004 | Depois do dia seguinte |
| 53 | 14/07/2004 | SP e RJ realizam três abortos após liminar |

| | | |
|-----|------------|---|
| 54 | 03/07/2004 | Mulher correu risco de morte após parto |
| 56 | 22/05/2004 | Polícia: Médico é preso por aborto em clínica de SP |
| 57 | 18/05/2004 | Infância: CPI vai indiciar cem por aliciar jovens |
| 59 | 11/04/2004 | Aos 20, mãe tem três filhos |
| 64 | 05/03/2004 | Processo de aborto legal chega ao STF cinco dias após morte do bebê |
| 66 | 31/12/2003 | Violência 1: Adolescente grávida é violentada e assassinada por ex-namorado na zona sul |
| 68 | 20/11/2003 | Aborto em caso de má-formação é autorizado |
| 69 | 17/09/2003 | Painel |
| 72 | 24/06/2003 | Entidade acolhe mães adolescentes |
| 82 | 31/07/2002 | Comportamento: 32. dos jovens já mantêm relações sexuais |
| 87 | 29/04/2002 | Filhas de migrantes alimentam exploração |
| 88 | 22/04/2002 | Aconteceu de novo por bobagem |
| 89 | 22/04/2002 | Mudam o corpo e as idéias |
| 91 | 04/03/2002 | "Fiquei grávida do meu pai aos 16 anos" |
| 98 | 06/05/2001 | Mães contam experiência pessoal |
| 113 | 06/04/2000 | Violência: Justiça decide se menina vai abortar |
| 120 | 04/10/1999 | Filha de Raí assume filha e quer ir à faculdade |
| 121 | 04/10/1999 | D14., 12, está grávida novamente |
| 126 | 21/08/1999 | Menina de 10 anos faz aborto no ES |
| 128 | 20/08/1999 | Grávida de 10 anos espera aborto |
| 131 | 14/06/1999 | P., 18, desiste de fazer um aborto autorizado pela Justiça |
| 134 | 27/05/1999 | Editorial: O ESTUPRO, O ABORTO E A LEI |
| 135 | 26/05/1999 | Liminar proíbe aborto de P., 18, estuprada (com foto) |
| 145 | 10/11/1998 | Mãe de adolescente estuprada pelo pai desiste de fazer aborto |
| 150 | 04/11/1998 | Menina grávida do pai pede para abortar |
| 153 | 20/10/1998 | Pai é acusado de estupro de filha |
| 155 | 13/10/1998 | 17 volta para casa com medo da Igreja |
| 157 | 07/10/1998 | D17., 10, tem alta e deixa hospital em SP |
| 158 | 07/10/1998 | Garota de 11 anos fica grávida após estupro |
| 159 | 06/10/1998 | Menina que fez aborto terá alta hoje |
| 160 | 05/10/1998 | Bastidores |
| 161 | 04/10/1998 | Menina D17, 10, faz aborto em hospital de SP e passa bem |
| 162 | 03/10/1998 | Menina foi violentada durante 3 anos |
| 163 | 03/10/1998 | Feministas criticam "silêncio" do governo |
| 164 | 03/10/1998 | Pais ficam emocionados ao receber notícia |
| 165 | 03/10/1998 | Menina estuprada vai mesmo abortar |
| 166 | 02/10/1998 | SBT pode ter de pagar multa de R\$ 1 milhão |
| 167 | 02/10/1998 | D17 e feto estão saudáveis |
| 168 | 02/10/1998 | Direitos de D17 são ignorados, diz OAB |
| 169 | 01/10/1998 | Grávida de 10 anos em BH terá filho |
| 170 | 01/10/1998 | Viajar de avião é 'legal', diz D17. |
| 171 | 01/10/1998 | Relação teria sido consentida |
| 172 | 01/10/1998 | Junta médica decide hoje sobre aborto (com foto) |
| 173 | 01/10/1998 | Justiça proíbe exibição de D17 no "Ratinho" |

| | | |
|-----|------------|--|
| 175 | 30/09/1998 | Quando é com a gente, dói', diz pai de D17 (com foto) |
| 176 | 30/09/1998 | Advogado quer manter gravidez |
| 179 | 29/09/1998 | Adolescente faz metade dos abortos legais |
| 180 | 29/09/1998 | Bichos de pelúcia escoltam barrigas (com foto) |
| 181 | 29/09/1998 | D17, 10, pode fazer aborto em São Paulo ainda esta semana |
| 182 | 29/09/1998 | ONG católica defende escolha |
| 184 | 26/09/1998 | Painel do leitor |
| 185 | 25/09/1998 | Painel do leitor |
| 186 | 24/09/1998 | Painel do leitor |
| 187 | 24/09/1998 | Justiça priorizará caso de garota de GO |
| 188 | 22/09/1998 | Ressonância: pobres e ignorantes vão à Igreja |
| 189 | 22/09/1998 | Advogados tentam manter aborto |
| 190 | 20/09/1998 | Igreja quer impedir aborto de menor em GO |
| 192 | 20/09/1998 | D17. prefere boneca a filho de verdade |
| 193 | 19/09/1998 | Juiz autoriza grávida de 10 anos a abortar |
| 201 | 07/06/1998 | "Não é lindo ficar grávida junto com Xuxa?" |
| 202 | 07/06/1998 | Três beijos: Ursinho e santa convivem no quarto |
| 203 | 15/05/1998 | Garota estuprada dá à luz um menino |
| 204 | 13/05/1998 | Menina que pensou em fazer aborto marca parto |
| 205 | 11/05/1998 | Gravidez de risco |
| 206 | 11/05/1998 | Aborto |
| 210 | 03/05/1998 | A gravidez dos indefesos |
| 211 | 05/04/1998 | Infância: "Não brinco de boneca, não sou mais criança" |
| 212 | 05/04/1998 | Lavrador fugiu após denúncia |
| 214 | 09/03/1998 | Free way -: Roe v. Wade v. Xuxa |
| 215 | 07/03/1998 | Advogado pede aborto para menina de 13 |
| 220 | 24/12/1997 | Juiz nega prisão de suposto estupro |
| 221 | 23/12/1997 | D14. vai fazer pré-natal em SP |
| 222 | 23/12/1997 | Violência: P., que diz ter sido estuprada pelo pai, aborta |
| 223 | 23/12/1997 | Para família, P. provocou interrupção |
| 224 | 23/12/1997 | Só um animal faria isso, diz tia |
| 225 | 23/12/1997 | Relações promíscuas entre religião e ignorância |
| 226 | 23/12/1997 | Dúvida, logo.... |
| 227 | 22/12/1997 | Aborto e obscurantismo |
| 229 | 20/12/1997 | Polêmica do aborto: Sapucaia faz campanha para ajudar D14 |
| 230 | 19/12/1997 | Polêmica: Sem dinheiro, família de D14. fica no Rio |
| 231 | 18/12/1997 | Saúde: Oferta de auxílio faz D14 desistir de aborto |
| 236 | 17/12/1997 | Editorial: D14., UMA CRIANÇA BRASILEIRA |
| 237 | 17/12/1997 | Polêmica: Católicos tentam impedir aborto de D14. |
| 238 | 17/12/1997 | D14. deve fazer microcesariana |
| 240 | 16/12/1997 | Polêmica: Aborto de garota de 11 anos é autorizado |
| 244 | 16/12/1997 | Cirurgia ainda não tem data marcada |
| 245 | 16/12/1997 | Brasileira vive na pré-história da cidadania |
| 246 | 15/12/1997 | Padre muda de idéia quanto ao aborto |

| | | |
|-----|------------|---|
| 247 | 15/12/1997 | Menina ganha TV de presente |
| 248 | 15/12/1997 | Polícia 'caça' o acusado de estupro de menina |
| 249 | 14/12/1997 | Taras e lombadas tiram paz de cidade |
| 250 | 14/12/1997 | Frases |
| 251 | 13/12/1997 | Caso de D14 é diferente, diz padre de Sapucaia |
| 254 | 13/12/1997 | Conheça os riscos do aborto |
| 255 | 13/12/1997 | Saiba quais os riscos do parto |
| 256 | 12/12/1997 | Menina trabalha desde os 7 |
| 257 | 12/12/1997 | Infância: D14., 10, vai à Justiça pelo direito de abortar |
| 270 | 04/10/1997 | P. é estuprada pelo cunhado e aborta |
| 277 | 31/08/1997 | Cresce mortalidade materna em São Paulo |
| 281 | 29/08/1997 | Com medo do pai, garota aborta e se arrepende |
| 293 | 16/06/1997 | Jovem mata mulher para evitar aborto |
| 294 | 26/05/1997 | P., 15 anos e quatro abortos |

Opinião da Personagem/depoente

| No ord | Data | Título |
|--------|------------|--|
| 109 | 15/07/2000 | Estrela precoce teima em ter a simplicidade de uma vida normal |
| 272 | 29/09/1997 | Garota de 16 anos é musa antiaborto |
| 276 | 31/08/1997 | Musa antiaborto afirma que defensores são 'açougueiros' |
| 290 | 21/08/1997 | Estudante chama deputadas de açougueiras |

APÊNDICE 2.

Grades de análise (Manuais)

MANUAL 1: atributos selecionados para codificação do contexto de produção das UI do Universo, *corpus* e amostra

(1) NÚMERO DA UI

Refere-se ao número de ordem atribuído a cada UI. O campo foi denominado por UI e é composto por três dígitos (por exemplo: 1, 20, 156).

(2) DATA DE PUBLICAÇÃO

A data é registrada na seqüência dia/mês/ano e tem oito dígitos numéricos. O campo serve para identificar a UI e foi denominado DATA (por exemplo: 10/05/2007).

(3) DIA DA SEMANA

Refere-se ao dia da semana em que a UI foi publicada. O campo foi publicado como DIADASEMANA e é composto por 1 dígito.

Codificação:

1. Domingo.
2. Segunda-feira.
3. Terça-feira.
4. Quarta-feira.
5. Quinta-feira.
6. Sexta-feira.
7. Sábado.

(4) LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA UI

Explicita a localização indicada no corpo do texto da UI: nacional ou internacional. A categoria é pertinente, pois permite ao pesquisador mensurar se há influências internacionais relacionadas com o contexto de produção nacional. O campo foi denominado LOCALIZA e tem um dígito.

Codificação:

1. Brasil.
2. Exterior.

(5) CADERNO

Corresponde a organização das UI nos respectivos cadernos. Essa organização é executada pelo próprio jornal, de acordo com os critérios de produção. A periodicidade dos cadernos pode ser diária, semanal ou eventual. Os cadernos também podem se destinar a um público geral ou específico, como, por exemplo, o caderno *Folhateen* que se destina ao público jovem. O campo recebeu a denominação CADERNO e é composto por um dígito.

Codificação:

1. Não consta.
2. Caderno diário.
3. Caderno suplemento destinado ao público adulto (por exemplo: caderno Mais).
4. Caderno suplemento destinado ao público infanto-juvenil.
5. Caderno destinado ao público misto (por exemplo: *TvFolha*, *Ilustrada*).

(6) ORIGEM JORNALÍSTICA

É a agência, redação ou sucursal do responsável pela UI. O campo foi denominado ORIGEM e tem dois dígitos.

Codificação:

1. "*The Independent*", em Washington.
2. Agência *Folha*.
3. Agência *Folha*, em Maceió.
4. Agência *Folha*, em Campo Grande.
5. Agência *Folha*, em Fortaleza.
6. Agência *Folha*, em Londrina.
7. Agência *Folha*, em Porto Alegre.
8. Agência *Folha*, em Salvador.
9. Agência *Folha*, em Santos.
10. Agência *Folha*, em Campo Grande.
11. Agora.
12. Articulista da *Folha*.
13. Belo Horizonte.
14. Califórnia.
15. Colunista.
16. Conselho editorial.
17. Conselho editorial, reportagem local.
18. Crítico da *Folha*.
19. Editorial.

20. Enviada a Sapucaia (RJ).
21. Enviado (a) especial.
22. Enviada especial a Goiânia.
23. Enviada especial a Sapé.
24. Enviado (a) especial a Sapucaia (RJ).
25. Enviada especial para Araçoiaba da Serra.
26. Enviados especiais a Israelândia (GO).
27. Enviado (a) especial à Brasília.
28. Enviado especial a Dumanche.
29. Enviado especial a Jacareí (SP).
30. Enviado especial a Salvador.
31. Enviado especial a Vassouras.
32. Enviado especial para Caxambu.
33. Enviado especial para Miami.
34. Equipe de articulistas.
35. Especial para *Folha*.
36. *Financial Times*.
37. *Folha* Campinas.
38. *Folha* Ribeirão.
39. *Folha* Vale.
40. *Free lance* para a *Folha*.
41. *Free lance* para *Folha* Campinas.
42. *Free lance* para *Folha* Vale.
43. Leitor.
44. Londres.
45. *New York Times*.
46. Nova York.
47. Paris.
48. Redação.
49. Regionais.
50. Reportagem local.
51. Reportagem local e colaborou a sucursal de Brasília.
52. Reportagem local/ do Agora.
53. São José do Rio Preto.
54. Sucursal de Brasília.
55. Sucursal do Rio.

56. Sucursal do Rio; reportagem local.

57. Washington.

58. Sem identificação.

(7) GÊNERO JORNALÍSTICO

Refere-se à classificação dos tipos de textos jornalísticos das UI. Essa classificação é realizada de acordo com as definições do *Manual da Redação da Folha de S. Paulo*, edição de 2001. Este campo é denominado GÊNERO e tem um dígito:

Codificação:

1. Artigo: traz interpretação ou opinião do autor. Esse texto é sempre assinado e pode ser escrito na primeira pessoa. O jornal tem por norma editar artigos que expressem pontos de vista diferentes sobre um mesmo tema. *A Folha* só publica artigos inéditos.
2. Editorial: refere-se ao texto que explicita a opinião do jornal e aborda temas que são explorados pela equipe de reportagem. O editorial nunca é assinado. “Deve apresentar concisamente a questão que vai tratar, desenvolver argumentos que o jornal defende, refutar os que se opõem e finalizar condensando a posição adotada pela *Folha*” (p. 51).
3. Reportagem: trata-se do texto que apresenta os pormenores das informações, bem como a interpretação dos fatos abordados. O autor pode ou não ser identificado. A identificação também tem a ver com a exclusividade da informação trazida pelo autor, ou quando é dado destaque ao seu estilo ou análise.
4. Notícia: É o puro registro dos fatos importantes que merecem estar no jornal. Sem comentários, juízos de valor ou interpretação.
5. Carta: é o texto do leitor, expressando comentários, críticas, sugestões, posições ou elogios ao jornal.
6. Entrevista: refere-se à publicação das idéias, pensamentos e observações do personagem/depoente que participa da notícia.
7. Outros: são os textos pequenos, com mais de uma frase ou resumos que podem acompanhar as matérias. Exemplos: cronologias, glossários, frases, contos, pronunciamentos, reconstrução de uma história, entre outros.

(8) TÍTULO

O título é a síntese precisa da informação mais importante do texto e destaca o particular da matéria (*FOLHA DE S. PAULO*, 1987). O título foi transcrito integralmente.

(9) AUTOR RESPONSÁVEL

Corresponde ao responsável pela autoria da UI. O campo foi denominado AUTOR e é composto por até três dígitos.

Codificação:

1. Alessandra Kormann.
2. André Lara Resende.
3. André Lozano.
4. Andrew Buncombe.
5. Aníbal Faúndes.
6. Antonina Lemos; Noelly Russo.
7. Antônio Gois.
8. Ari Cipola.
9. Armando Antenore.
10. Augusto Massi.
11. Augusto Pinheiro.
12. Aureliano Biancarelli.
13. Bernardo Carvalho.
14. Betina Bernades.
15. Bruno Yutaka Saito.
16. Cacilda Teixeira da Costa.
17. Carlos Eduardo Lins da Silva.
18. Celso Bejarano Jr.
19. Cláudia Collucci.
20. Contardo Calligaris.
21. Cristiano Cipriano Pombo.
22. Cynara Menezes.
23. Dalva Oliveira.
24. Daniel Castro.
25. Dráuzio Varella.
26. Edmilson Zanetti.
27. Elio Gaspari.
28. Erika Sallum;Leandro Fortino.
29. Estevão Bettencourt.
30. Esther Hamburger.
31. Eva Blay.

32. Fabiana Pereira.
33. Fabio Schivartche.
34. Fátima Gigliotti.
35. Fernanda Escossia e Sérgio Torres.
36. Fernanda Da Escóssia.
37. Fernanda Dannemann.
38. Fernanda Mena.
39. Fernando Canzian.
40. Flávia Piovesan e Silvia Pimentel.
41. Florisa Verucci.
42. Fmc.
43. Gabriela Athias.
44. Gilberto Dimenstein.
45. Gilberto Dimenstein; Priscila Lambert.
46. Gustavo loschpe.
47. Holly Yager.
48. Humberto Costa.
49. Inácio Araújo.
50. Isabel Clemente.
51. Jairo Bouer.
52. José Ernesto Credendio.
53. José Geraldo Couto.
54. José Knoplich.
55. José Reis.
56. José Roberto de Toledo.
57. José Serra.
58. Kamila Fernandes.
59. Karina Ogo.
60. Kate Aurthur.
61. Kennedy Alencar.
62. Laura Capriglione.
63. Leandro Fortino.
64. Leila Suwwan.
65. Leitores.
66. Léo Gerchmann.
67. Lúcia Valentim Rodrigues.

68. Luis Henrique Amaral.
69. Luiz Bassuma.
70. Luiz Fernando Vianna.
71. Luiz Fernando Vianna; Aureliano Biancarelli.
72. Luiz Francisco.
73. Mad.
74. Malu Gaspar.
75. Malu Gaspar; Priscila Lambert.
76. Marcelo Coelho.
77. Marcelo Rezende.
78. Marcelo Rubens Paiva.
79. Marcelo Starobinas.
80. Marcelo Teixeira.
81. Maria Lúcia Rangel.
82. Mariana Campos.
83. Marilene Felinto.
84. Marta Avancini.
85. Marta Avancini; Marlene Bergamo.
86. Mary Dejevsky.
87. Mcc.
88. Mônica Bergamo; Cléo Guimarães e Lucrecia Zappi.
89. Mrp.
90. Nelson Ascher.
91. Noelly Russo.
92. Paulo Daniel Farah.
93. Priscila Lambert.
94. Ranier Bragon.
95. Raquel Vitorino.
96. Ricardo Brandt.
97. Rogério Gentile.
98. Roni Lima.
99. Rosely Sayão.
100. Rubens Valente.
101. Sérgio Dávila.
102. Sergio Eduardo Bizari.
103. Sérgio Torres.

104. Silvana de Freitas.
105. Silvia Basilio Ribeiro.
106. Silvia Pimentel; Valéria Pandjarjian.
107. Silvia Ruiz.
108. Sp.
109. Tereza Novaes.
110. Thales Stalles.
111. Thiago Reis.
112. Tiago Ornaghi; Jairo Marques.
113. Vs.
114. Wilson Silveira
115. Zilda Arns Neumann.

(10) QUADRO INSTITUCIONAL DO AUTOR RESPONSÁVEL PELA UI

Refere-se à vinculação institucional do autor da UI. O campo foi denominado por AUTINSTUT e é composto por um dígito.

Codificação:

1. Não consta.
2. Indeterminado.
3. Criança(s) e ou adolescente(s) sem vínculo institucional:
 - a) participa do debate sobre a descriminalização do aborto;
 - b) praticou e/ou cogitou a hipótese de abortar;
 - c) participa do debate e praticou/cogitou abortar.
4. Criança(s) e ou adolescente(s) com vínculo institucional:
 - a) participa do debate sobre a descriminalização do aborto;
 - b) praticou e/ou cogitou a hipótese de abortar;
 - c) participa do debate e praticou/cogitou abortar.
5. Vínculo do autor com ONG pró-aborto (Católicas pelo Direito de Decidir; Rede Nacional Feminista de Saúde; Jornadas pelo Direito ao Aborto; entre outras):
 - a) presidente;
 - b) coordenador;
 - c) funcionário;
 - d) membro;
 - e) outro.

7. Vínculo do autor com ONG antiaborto (Renovação Carismática do Movimento em Defesa da Vida; Associação Nacional dos Advogados Contra o Aborto; Provida Anápolis).
 - a) presidente;
 - b) coordenador;
 - c) funcionário;
 - d) membro;
 - e) outro.
8. Vínculo do autor com o jornal *Folha de S. Paulo*:
 - a) conselho editorial;
 - b) diretor da sucursal;
 - c) editor;
 - d) jornalista/repórter;
 - e) articulista;
 - f) free-lance;
 - g) colunista;
 - h) ombudsman;
 - i) colunista;
 - j) outro.
9. Vínculo do autor com outras empresas da mídia.
10. Pesquisador de fundação ou instituto de pesquisa.
11. Vínculo do autor com Universidade pública ou privada:
 - a) pesquisador;
 - b) professor;
 - c) pesquisador/professor;
 - d) pós-graduando (mestrado/doutorado).
12. Vínculo com Igreja católica.
13. Vínculo com Igreja de outras denominações.
14. Funcionários do governo.
15. Vínculo com partidos políticos.
16. Funcionários da área da saúde.
 - a) médicos;
 - b) coordenadores de serviços relacionados à saúde;
 - c) enfermeiros;
 - d) psicólogos;
 - e) assistentes sociais;

f) outros;

17. Funcionários da área da justiça:

- a) juiz;
- b) delegados;
- c) advogados.

18. Vínculo do autor com entidade ligada à saúde da mulher (por exemplo: Comissão de Cidadania e Reprodução; Comissão da Mulher e do Núcleo de Estudos da Mulher):

- a) presidente;
- b) coordenador;
- c) funcionário;
- d) membro;
- e) outro.

(11) SEXO DO AUTOR DA UI

Refere-se ao sexo do autor da UI. O campo é denominado SEXO AUTOR e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica (por exemplo, quando o nome vem escrito por siglas e não é possível dizer algo sobre o sexo).
2. Feminino.
3. Masculino.

(12) ACONTECIMENTO GERADOR

Trata-se da ocorrência de um evento que ocasionou a publicação da UI. O campo foi denominado ACONGER e é composto por um dígito.

Codificação:

1. Não consta.
2. Data comemorativa.
3. Comemoração religiosa.
4. Aprovações de projetos de lei.
5. Divulgação de um relatório de pesquisa.
6. Ocorrência de um congresso.
7. Ocorrência de manifestações públicas.
8. Lançamento de um livro/filme/música.

(13) POSIÇÃO DA UI EM RELAÇÃO À DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

Refere-se à posição identificada na UI em relação à descriminalização do aborto. O campo foi denominado POSIAUTOR e tem um dígito.

Codificação:

1. Neutra: quando não há menção a nenhuma posição.
2. Favorável à descriminalização do aborto: quando o autor da UI manifesta ser explicitamente favorável à descriminalização do aborto.
3. Contrária a descriminalização do aborto: quando o autor da UI manifesta ser explicitamente contrário à descriminalização do aborto.

(14) QUADRO INSTITUCIONAL DO INFORMANTE PRINCIPAL (PESSOA)

Trata-se da identificação institucional de quem fala sobre o tema aborto voluntário na UI. Escolhemos apenas um informante por UI, tendo por critério o que mais aparece. No empate, seguiremos as recomendações de L. Andrade (2001) de selecionar o informante referido no título ou no primeiro parágrafo. O campo foi denominado QUADROINFOR e tem até dois dígitos.

Codificação:

1. Não consta.
2. Indeterminado.
3. Criança(s) e ou adolescente(s) sem vínculo institucional:
 - a) participa do debate sobre a descriminalização do aborto;
 - b) praticou e/ou cogitou a hipótese de abortar;
 - c) participa do debate e praticou/cogitou abortar.
4. Criança(s) e ou adolescente(s) com vínculo institucional:
 - a) participa do debate sobre a descriminalização do aborto;
 - b) praticou e/ou cogitou a hipótese de abortar;
 - c) participa do debate e praticou/cogitou abortar.
5. Vínculo do autor com ONG pró-aborto (Católicas pelo Direito de Decidir; Rede Nacional Feminista de Saúde; Jornadas pelo Direito ao Aborto; entre outras):
 - a) presidente;
 - b) coordenador;
 - c) funcionário;
 - d) membro;
 - e) outro.

12. Vínculo do autor com ONG antiaborto (Renovação Carismática do Movimento em Defesa da Vida; Associação Nacional dos Advogados Contra o Aborto; Provida Anápolis).
- a) presidente;
 - b) coordenador;
 - c) funcionário;
 - d) membro;
 - e) outro.
13. Vínculo do autor com o jornal *Folha de S. Paulo*:
- a) conselho editorial;
 - b) diretor da sucursal;
 - c) editor;
 - d) jornalista/repórter;
 - e) articulista;
 - f) free-lance;
 - g) colunista;
 - h) ombudsman;
 - i) colunista;
 - j) outro.
14. Vínculo do autor com outras empresas da mídia.
15. Pesquisador de fundação ou instituto de pesquisa.
16. Vínculo do autor com Universidade pública ou privada:
- a) pesquisador;
 - b) professor;
 - c) pesquisador/professor;
 - d) pós-graduando (mestrado/doutorado).
12. Vínculo com Igreja católica.
13. Vínculo com Igreja de outras denominações.
14. Funcionários do governo.
15. Vínculo com partidos políticos.
19. Funcionários da área da saúde.
- a) médicos;
 - b) coordenadores de serviços relacionados à saúde;
 - c) enfermeiros;
 - d) psicólogos;
 - e) assistentes sociais;

f) outros;

20. Funcionários da área da justiça:

- a) juiz;
- b) delegados;
- c) advogados.

21. Vínculo do autor com entidade ligada à saúde da mulher (por exemplo: Comissão de Cidadania e Reprodução; Comissão da Mulher e do Núcleo de Estudos da Mulher):

- a) presidente;
- b) coordenador;
- c) funcionário;
- d) membro;
- e) outro.

(15) ENFOQUE DAS UI

Refere-se ao tipo de abordagem apresentado nas UI a respeito do debate sobre a descriminalização do aborto no Brasil. O campo recebeu o nome de ENFOQUE e tem um dígito.

Codificação:

1. Refere-se a prática de aborto voluntário entre crianças e adolescentes:
 - a) em situações genéricas;
 - b) em situações específicas
2. Crianças que poderiam ter sido abortadas.
3. Informações sobre a descriminalização do aborto para a população infanto-juvenil.
4. Opinião de crianças e adolescentes sobre a descriminalização do aborto.

(16) TEMA CENTRAL DA UI

Refere-se ao assunto principal abordado na UI. O campo foi denominado TEMACENTRAL e tem até dois dígitos:

Codificação:

1. Aborto voluntário praticado ou planejado por adolescentes.
2. Aborto voluntário praticado no geral.
3. Anencefalia.
4. Contracepção.
5. Cytotec.
6. Diferenças de gênero.
7. Estupro contra adolescentes.

8. Estupro no geral.
9. Prostituição infanto juvenil/exploração sexual.
10. Exibição de criança/adolescente na mídia.
11. Gravidez adolescente.
12. Manifestação pública.
13. Mortalidade materna.
14. Não identificado.
15. Projetos de lei, alterações na legislação, etc.
16. Profissionais ou não que realizam aborto voluntário na clandestinidade.
17. Programas de prevenção.
18. Relação entre aborto voluntário e criminalidade social.
19. Sexo na adolescência.
20. Violência.

(17) TÍTULO COM O TERMO ABORTO OU CORRELATOS

Refere-se aos títulos em que estão mencionados as palavras aborto ou seus equivalentes. O campo foi denominado TÍTULOABORTO e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica (se refere às frases publicas em destaque na seção Frases, e aos títulos do Painel do Leitor).
2. Não consta.
3. Apresenta o termo “aborto” ou equivalente.

(18) TÍTULO COM O TERMO INFÂNCIA OU CORRELATOS

Dia respeito aos títulos em que são mencionados termos relacionados à infância ou correlatos. O campo foi denominado TÍTULOINFÂNCIA e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica (se refere às frases publicas em destaque na seção Frases, e aos títulos do Painel do Leitor).
2. Não consta.
3. Apresenta o termo infância ou correlatos.

(19) CASOS

É considerado caso o conjunto de UI que identifica uma campanha, ou seja, é o esforço do jornal em promover uma causa que pode vir a ser do interesse do leitor. Este campo foi denominado CASO e tem um dígito:

1. Não faz parte de um caso.
2. Faz parte do caso D14.
 - [D14]., 12, está grávida novamente
 - Rio vai dar pensão para 'filhos do estupro'
 - "Não é lindo ficar grávida junto com Xuxa?"
 - Três beijos: Ursinho e santa convivem no quarto
 - Menina que pensou em fazer aborto marca parto
 - Infância: "Não brinco de boneca, não sou mais criança"
 - Lavrador fugiu após denúncia
 - Juiz nega prisão de suposto estuprador
 - [D14]. vai fazer pré-natal em SP
 - Relações promíscuas entre religião e ignorância
 - Duvido, logo....
 - Aborto e obscurantismo
 - Livros: A mais atual das questões
 - Polêmica do aborto: Sapucaia faz campanha para ajudar [D14].
 - Polêmica: Sem dinheiro, família de [D14]. fica no Rio
 - Saúde: Oferta de auxílio faz [D14]. desistir de aborto
 - Grupos protestam no hospital
 - '[D14]. corre o risco de rejeitar o bebê'
 - Igreja e comissão oferecem assistência
 - Risco diminui com pré-natal
 - Editorial: [D14]., uma criança brasileira
 - Polêmica: Católicos tentam impedir aborto de [D14].
 - Juiz lamenta decisão tomada
 - Polêmica: Aborto de garota de 11 anos é autorizado
 - Polêmica: '[D14]. precisará de apoio', dizem psiquiatras
 - Médica diz ser contra interrupção
 - Médicos divergem sobre risco
 - Cirurgia ainda não tem data marcada
 - Brasileira vive na pré-história da cidadania
 - Padre muda de idéia quanto ao aborto
 - Menina ganha TV de presente
 - Polícia 'caça' o acusado de estupro de menina
 - Taras e lombadas tiram paz de cidade

- Frases
- Caso de [D14]. é diferente, diz padre de Sapucaia
- Decisão é gravíssima, afirma juiz
- [D14]. deve procurar a Justiça, diz ministro
- Conheça os riscos do aborto
- Saiba quais os riscos do parto
- Infância: [D14]., 10, vai à Justiça pelo direito de abortar

3. Faz parte do caso D17.

- [D17] volta para casa com medo da Igreja
- Governo quer ampliar aborto legal no SUS
- [D17]., 10, tem alta e deixa hospital em SP
- Menina que fez aborto terá alta hoje
- Bastidores
- Menina [D17], 10, faz aborto em hospital de SP e passa bem
- Menina foi violentada durante 3 anos
- Feministas criticam "silêncio" do governo
- Pais ficam emocionados ao receber notícia
- Menina estuprada vai mesmo abortar
- SBT pode ter de pagar multa de R\$ 1 milhão
- [D17]. e feto estão saudáveis
- Direitos de [D17]. são ignorados, diz OAB
- Viajar de avião é 'legal', diz [D17].
- Junta médica decide hoje sobre aborto voluntário (com foto)
- Justiça proíbe exibição de [D17]. no "Ratinho"
- 'Quando é com a gente, dói', diz pai de [D17]. (com foto)
- Advogado quer manter gravidez
- Processo é desnecessário
- Adolescente faz metade dos abortos voluntários legais
- [D17]., 10, pode fazer aborto em São Paulo ainda esta semana
- ONG católica defende escolha
- Painel do leitor
- Painel do leitor
- Painel do leitor
- Justiça priorizará caso de garota de GO

- Ressonância: pobres e ignorantes vão à Igreja
- Advogados tentam manter aborto
- Igreja quer impedir aborto de menor em GO
- [D17]. prefere boneca a filho de verdade
- Juiz autoriza grávida de 10 anos a abortar
- Menina corre risco, diz médico

MANUAL 2: identificação e características das personagens/depoentes

| Módulos | Caracterização da personagem/ depoente |
|---|--|
| Módulo 1: localização | Número de identificação da personagem/depoente |
| | Forma de identificação da personagem/depoente (individual/ genérica) |
| Módulo 2: identificação e características da personagem/ depoente | Revela o nome |
| | Faixa etária (mencionada na UI) |
| | Escolaridade |
| | Procedência |
| | Ocupação da personagem/depoente |
| | Composição familiar |
| | Nível sócio-econômico familiar |
| | Saúde da personagem/depoente |
| | Religião da personagem/depoente |
| Módulo 3: vida sexual e reprodutiva da personagem/ depoente | Idade da iniciação sexual |
| | Causa da gestação |
| | Quantidade de gestações |
| | Quantidade de abortos |
| | Causa que motivou o aborto voluntário |
| | Idade da personagem/depoente para interrupção (ou não) da gravidez |
| | Tempo de gestação para interrupção da gravidez |
| | Módulo como foi realizado o aborto voluntário |
| | Conseqüências pós-aborto voluntário |
| Módulo 4: concepção e posição da personagem/ depoente sobre aborto voluntário | Voz da personagem/depoente |
| | Escolha da personagem/depoente em relação à gravidez e ao aborto |
| | Posição da personagem/depoente sobre o aborto voluntário |
| | Causa do aborto voluntário |
| | Conseqüências para as pessoas que optam pelo aborto voluntário |
| Módulo 5: concepção e posição do genitor sobre aborto voluntário | Menção ao genitor nas UI |
| | Voz do genitor |
| | Vínculo com a personagem/depoente |
| | Modo de identificação |
| | Idade (mencionada na UI) |
| | Posição sobre o aborto voluntário |
| Módulo 6: vozes e posição dos adultos sobre aborto voluntário | Voz do pai e da mãe |
| | Voz de outros familiares |
| | Voz dos atores sociais (informantes) |
| | Posição dos informantes |
| | Solução preconizada |

MÓDULO 1- LOCALIZAÇÃO

(20) NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DA PERSONAGEM/DEPOENTE

Para as personagens/depoentes citadas na UI (criança e adolescente/jovem) foram atribuídas numerações. Consideramos “personagens/depoentes” aquelas que tiveram mais de três atributos deste manual (2). As numerações obedecem à seguinte ordem: para cada personagem/depoente individual foi atribuído um número seqüencial, mantido mesmo quando a personagem/depoente citada em mais de uma UI (por exemplo, nos casos onde há uma seqüência de matérias).

O campo recebeu a denominação NUMERO e é composto por até três dígitos.

Codificação:

0- não conta.

01,02,03...etc, seqüência numérica para cada personagem individual localizada.

(21) FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DA PERSONAGEM/DEPOENTE

Corresponde a forma de identificação da personagem/depoente, podendo se dar como individual ou genérica. O campo foi denominado FORMAIDENT e tem um dígito:

Codificação:

1. Não apresenta personagem.

2. Personagem/depoente individual: foi identificada como pessoa (criança ou adolescente que aborta ou planeja abortar ou que omite opinião sobre o aborto voluntário) e recebe tratamento pelo nome, abreviação do prenome, pseudônimo ou por descrição física.

3. Personagem genérica: quando a pessoa ou um grupo de pessoas é tratado de um modo geral, ou seja, através do caso que pode servir para uma população mais ampla.

MÓDULO 2- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA PERSONAGEM/ DEPOENTE

(22) FAIXA ETÁRIA

Refere-se à idade cronológica da personagem/depoente apresentada na UI. O campo foi denominado IDADE e tem um dígito.

Codificação:

1. Não consta.
2. Idade informada de __ anos (a idade informada na UI foi registrada).

(23) ESCOLARIDADE

Refere-se a escolaridade das personagens/depoentes (individual ou coletiva) mencionada na UI.O campo foi definido ESCOLA e tem um dígito.

Codificação:

1. Não consta.
2. Analfabeta.
3. Cursou primeiro grau.
4. Cursou segundo grau.
5. Cursou nível universitário.
6. Outros.

(24) PROCEDÊNCIA

Corresponde a região geográfica onde a personagem/depoente habita. O campo foi denominado PROCED e é composto por um dígito.

Codificação:

1. Não consta.
2. Centro-oeste.
3. Norte.
4. Sudeste.
5. Sul.
6. Nordeste.

(25) OCUPAÇÃO

Diz respeito à atividade ocupacional realizada pela personagem/depoente. O campo foi denominado OCUPAÇÃOOPER e é composto por um dígito.

Codificação:

1. Não consta.
2. Ajudante geral.
3. Garçonete.
4. Doceira.
5. Estudante.
6. Lavradora.
7. Modelo.
8. Cantora.
9. Traficante.
10. Prostituta.
11. Desempregada.

(26) COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Diz respeito ao convívio da personagem/depoente com familiares. O campo recebeu a denominação de FAMILIA e é composto por um dígito.

Codificação:

1. Não consta.
2. Moradora de rua, sem vínculos com a família de origem.
3. Mora com os pais e outros familiares.
4. Mora com namorado/marido.
5. Mora com namorado/marido e filhos.
6. Mora com o namorado/marido, com os próprios pais e outros familiares.
7. Reside em prostíbulo, hotel, pensão ou outro local onde exerce a prostituição.
8. Reside na casa de patrões.
9. Outros.

(27) NÍVEL SÓCIO-ECONÔMICO

Refere-se à situação socioeconômica da personagem/depoente. O campo foi denominado NISOECONO e tem um dígito.

Codificação:

1. Não consta.
2. Classe alta.
3. Classe média.
4. Pobres/ miseráveis.

(28) SAÚDE

Refere-se à saúde da personagem/depoente. O campo foi denominado SAUDE e tem um dígito.

Codificação:

1. Não consta.
2. Saudável do ponto de vista físico.
3. Saudável do ponto de vista emocional.
4. Saudável do ponto de vista emocional e físico
5. Deficiente mental.
6. Doenças sexualmente transmissíveis.
7. Problemas físicos.
8. Problemas emocionais.
9. Problemas físicos e psicológicos.
10. Morte.

(29) RELIGIÃO

Refere-se a religião da personagem/depoente. O campo foi denominado RELIGIAO e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica.
2. Não consta.
3. Pertence a religião católica.

4. Pertence a religião pentecostal ou neopentecostal, de qualquer outra denominação (por exemplo: Batista, Luterana, Universal do Reino de Deus).
5. Pertence a religião espírita (por exemplo: candomblé, umbanda).
6. Outras cristãs.
7. Testemunha de Jeová.
8. Agnóstico.
9. Ateu.
10. Outra denominação religiosa.

MÓDULO 3: VIDA SEXUAL E REPRODUTIVA DA PERSONAGEM/DEPOENTE

(30) IDADE DA INICIAÇÃO SEXUAL

Trata-se da idade que a personagem/depoente iniciou sua vida sexual ativa. O campo foi denominado IDADEINI e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica.
2. Não explicita a idade da vida sexual.
3. Idade explicitada: ____ anos (será registrada a idade informada na UI relativa a idade de iniciação sexual da personagem).

(31) DESENLACE DO ABORTO

Diz respeito à tentativa ou ocorrência de aborto voluntário pela personagem/depoente. O campo foi denominado ABODES e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica.
2. A personagem/depoente realizou o aborto.
3. A personagem/depoente realizou o aborto sem sucesso (por exemplo: o filho nasceu vivo mesmo que a personagem/depoente tenha tomado grandes quantidades de remédios).
4. A personagem/depoente planejou o aborto, mas não o realizou.
5. A personagem/depoente não planejou e não abortou.

(32) CAUSA DA GESTAÇÃO

Diz respeito à explicitação da causa da gravidez, ou seja quais foram os motivos atribuídos na UI que identificam porque a personagem/depoente teria engravidado. O campo foi denominado CAUSGES e tem um dígito.

Codificação:

1. Não consta.
2. Relações sexuais sem proteção.
3. Estupro.
4. Falha do método contraceptivo.
5. Gravidez não planejada.

(33) QUANTIDADE DE GESTAÇÕES

Diz respeito à quantidade de gestações que a personagem/depoente já teve em sua vida reprodutiva, independente de terem sido interrompidas ou não. O campo recebeu a denominação QUANTIGES e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica.
2. Não menciona a quantidade de gestações.
3. Quantidade de gestações explicitadas: ____ gestações (será registrado o número informado na UI relativo à quantidade de gestações).

(34) QUANTIDADE DE ABORTOS VOLUNTÁRIOS

Diz respeito à quantidade de aborto voluntário que a personagem/depoente já teve em sua vida reprodutiva. O campo recebeu a denominação QUANTIABO e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica.
2. Não menciona a quantidade de abortos.
3. Quantidade de abortos: ____ abortos (será registrado o número informado na UI relativo à quantidade de abortos).

(35) CAUSA QUE MOTIVOU O ABORTO VOLUNTÁRIO

Trata-se da causa que motivou a personagem/depoente a querer interromper voluntariamente sua gravidez . O campo recebeu a denominação CAUSAABO e tem um dígito.

Codificação:

1. Não consta.
2. Estupro/abuso sexual/incesto.
3. Risco da vida para genitora.
4. Deficiência no feto.
5. Rejeição masculina.
6. Dificuldades financeiras.
7. Pouca idade.
8. Rejeição ao feto.
9. Outros projetos de vida.

(36) TEMPO DE GESTAÇÃO PARA INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ

Refere-se ao tempo de gestação da personagem/depoente para realizar o aborto. O campo tem a denominação TEMGES e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica.
2. Não menciona o tempo da gestação.
3. Tempo da gestação explicitada: ____ meses (será registrado o número informado na UI relativo ao tempo da gestação).

(37) MODO COMO FOI REALIZADO O ABORTO

Corresponde ao modo como foi realizado o aborto voluntário. O campo tem até dois dígitos e recebeu a denominação METABO.

Codificação:

1. Não se aplica.
2. Não consta.
3. Hospital público.
4. Clínica particular.
5. Clínica clandestina.

6. Chás.
7. Remédios.
8. Perfurações.
9. Menciona outras práticas realizadas em si mesmas ou por amigos e familiares.
10. Menciona práticas realizadas por outros:
 - a) parteiras;
 - b) outros.

(38) CONSEQÜÊNCIAS PÓS-ABORTO

Refere-se às conseqüências no pós-aborto. O campo foi denominado CONSEPOS e tem um dígito.

Codificação:

1. Não consta.
2. Sem seqüelas.
3. Comprometimento físico:
 - a) mutilação de órgão do corpo (por exemplo: perdeu útero);
 - b) sangramentos intensos;
 - c) não poderá mais ter filhos;
 - d) morte.
4. Comprometimento psicológico:
 - a) traumas psicológicos;
 - b) tentativa de suicídio;
 - c) perda de auto-estima.
5. Outros.

MÓDULO 4: CONCEPÇÃO DA PERSONAGEM/DEPOENTE SOBRE O ABORTO VOLUNTÁRIO

(39) VOZ DA PERSONAGEM/DEPOENTE

Corresponde às falas da personagem/depoente mencionadas na UI. O campo foi denominado VOZPERS e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica.

2. Aparece a voz da personagem/depoente.
3. Não aparece a voz da personagem/depoente.

(40) POSIÇÃO DA PERSONAGEM/DEPOENTE SOBRE A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

Diz respeito à posição da personagem/depoente em relação ao debate pela descriminalização do aborto. O campo foi denominado POSIPERS e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica.
2. Não consta.
3. Não tem uma posição definida.
4. Favorável à legalização do aborto.
5. Favorável à descriminalização do aborto.
6. Desfavorável à descriminalização do aborto.

(41) ESCOLHA EM RELAÇÃO ENTRE A MANUTENÇÃO OU INTERRUPTÃO DA GRAVIDEZ

Trata-se da escolha da personagem/depoente em relação a sua própria gravidez. O campo foi denominado por ESCOLGRAV e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica.
2. Não consta.
3. Confusa.
4. Escolheu manter a gravidez.
5. Escolheu interromper a gravidez.
6. Aborto foi espontâneo.

MÓDULO 5: CONCEPÇÃO E POSIÇÃO DO GENITOR

(42) MENÇÃO AO GENITOR NAS UI

Refere-se as menções feitas ao genitor nas UI. Esses genitores podem-se ser referidos como aqueles que abusaram ou engravidaram a personagem/depoente. O genitor é considerado como o responsável pela gravidez da personagem/depoente.

Muitas vezes, o genitor pode ser representado pelo pai, irmão, padrasto ou outro familiar. Neste caso, foi considerado genitor e não entrou na posição de familiar ou parente. O campo foi denominado MENGENI e tem um dígito.

(43) VOZ DO GENITOR

Refere-se a apresentação da fala da pessoa que engravidou a personagem/depoente. O campo foi denominado VOZGENIT e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica.
2. Aparece a voz do genitor.
3. Não aparece a voz do genitor e ele nem é mencionado na UI.

(44) VÍNCULO COM A PERSONAGEM/DEPOENTE

Refere-se ao vínculo afetivo do genitor com a personagem/depoente. O campo foi denominado VINCULOPER e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica.
2. Não consta.
3. Desconhecido .
4. Familiar/parente.
 - a) pai;
 - b) irmão;
 - c) cunhado,
 - d) outro
5. Amigo/conhecido/vizinho.
6. Parceiro fixo.
 - a) namorado;
 - b) marido.
7. Parceiro casual.

(45) MODO DE IDENTIFICAÇÃO DO GENITOR

Refere-se à identificação do genitor através da explicitação do nome da pessoa que engravidou a personagem na UI. O campo tem um dígito e foi denominado IDENTGENI.

Codificação:

1. Não se aplica.
2. Não consta.
3. Identifica o genitor apresentando seu nome (ou sobrenome).
4. Identifica o genitor através das iniciais.

(46) IDADE (MENCIONADA NA UI)

Trata-se da identificação da idade do genitor mencionada na UI. O campo foi denominado IDADEGEN e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica.
2. Não menciona a idade do genitor.
3. Idade do genitor explicitada: ____ anos.

(47) POSIÇÃO DO GENITOR SOBRE O ABORTO

Diz respeito à posição do genitor em relação ao debate pela descriminalização do aborto. O campo foi denominado POSIPERS e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica.
2. Não consta.
3. Favorável à legalização do aborto.
4. Favorável à descriminalização do aborto:
 - a) nos casos já permitidos por lei;
 - b) nos casos de fetos anencéfalos.
5. Desfavorável à legalização/descriminalização do aborto:
 - a) em qualquer situação;
 - b) nos casos de fetos anencéfalos.

MÓDULO 6: CONCEPÇÃO E POSIÇÃO DOS INFORMANTES ADULTOS

(48) VOZ DOS FAMILIARES

Trata-se da apresentação da voz da dos familiares da personagem/depoente (pai e mãe). O campo foi denominado VOZFAMILI e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica.
2. Não consta.
3. Voz dos pais é apresentada.

(49) VOZ DE OUTROS PARENTES/ FAMILIARES

Consiste na apresentação da voz de outros parente-familiares da personagem/depoente. O campo foi denominado VOZFAM e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica.
2. Não consta.
3. Voz de parente-familiares não é apresentada.
4. Voz de parente-familiares é apresentada:
 - a) Voz do filho da personagem/depoente.
 - b) Voz do irmão da personagem/depoente.
 - c) Voz de outros (por exemplo: avó da personagem/depoente).

(50) FALA DOS INFORMANTES

Consiste na apresentação da fala dos informantes. O campo foi denominado PORTAVOZ e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica.
2. Não consta.
3. Mais de um informante adulto.

(51) POSIÇÃO DAS VOZES DO DISCURSO SOBRE O ABORTO

Diz respeito à posição dos informantes em relação a descriminalização do aborto na sociedade. O campo foi denominado POSIATORES e tem um dígito.

Codificação:

1. Não se aplica.
2. Não consta.
3. Favorável a descriminalização do aborto.
4. Desfavorável à descriminalização do aborto.

(52) SOLUÇÕES PRECONIZADAS

Trata-se das propostas de solução para a gestação da personagem/depoente. O campo foi denominado SOLUPREC e tem um dígito.

Codificação:

1. Não consta.
2. A solução é abortar.
3. A solução é ter o bebê.
4. A solução é controlar a sexualidade dos adolescentes.
5. Controlar a maternidade.
6. Levar o filho para adoção.

APÊNDICE 3

Tabelas

Tabela 1. Distribuição e frequência de UI do universo por localização do tema aborto voluntário associado à infância

| Localização | N | % |
|---------------|------------|--------------|
| Nacional | 261 | 87,5 |
| Internacional | 37 | 12,4 |
| Total | 298 | 100,0 |

Tabela 2. Distribuição e frequência de UI “infância associada ao aborto voluntário” por ano, segundo internacionais, corpus e Folhateen

| Ano | Internacionais (UI sobre o tema referentes ao contexto internacional) | | | Corpus (UI sobre o tema referentes ao contexto brasileiro) | | | Folhateen (UI sobre o tema no caderno <i>Folhateen</i>) | | |
|--------------|--|--------------|---------------|---|--------------|---------------|--|--------------|---------------|
| | N | % | Média/ ano | N | % | Média/ ano | N | % | Média/ ano |
| 1997 | 6 | 16,2 | 0,7 | 74 | 28,3 | 8,2 | 11 | 29,7 | 1,2 |
| 1998 | 2 | 5,4 | 0,1 | 72 | 27,5 | 8,0 | 4 | 10,8 | 0,4 |
| 1999 | 4 | 10,8 | 0,4 | 24 | 9,1 | 2,6 | 6 | 16,2 | 0,7 |
| 2000 | 5 | 13,5 | 0,5 | 13 | 4,9 | 1,4 | 4 | 10,8 | 0,4 |
| 2001 | 2 | 5,4 | 0,2 | 3 | 1,1 | 0,3 | 0 | 0,0 | 0,0 |
| 2002 | 3 | 8,1 | 0,3 | 14 | 5,3 | 1,5 | 5 | 13,5 | 0,4 |
| 2003 | 2 | 5,4 | 0,2 | 9 | 3,4 | 1,0 | 0 | 0,0 | 0,0 |
| 2004 | 4 | 10,8 | 0,4 | 19 | 7,2 | 2,1 | 2 | 5,4 | 0,2 |
| 2005 | 9 | 24,3 | 1,0 | 33 | 12,6 | 3,6 | 5 | 13,5 | 0,3 |
| Total | 37 | 100,0 | 3,8 | 261 | 100,0 | 29,0 | 37 | 100,0 | 3,6 |

Tabela 3. Distribuição e frequência de UI internacionais por autoria e posição em relação à descriminalização do aborto

| Sexo | Posição nas UI internacionais por sexo do autor | | | | | | | |
|--------------------|---|-------------|-----------|-------------|-----------|------------|-----------|--------------|
| | Neutra | | Favorável | | Contrária | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Masculino | 14 | 37,8 | 3 | 8,1 | 0 | 0,0 | 17 | 45,9 |
| Feminino | 7 | 18,9 | 2 | 5,4 | 0 | 0,0 | 9 | 24,3 |
| Parceria feminina | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Parceria masculina | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Parceria mista | 1 | 2,7 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 1 | 2,7 |
| Leitores | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Não reconhecido | 4 | 10,8 | 2 | 5,4 | 0 | 0,0 | 6 | 16,2 |
| Não consta | 3 | 8,1 | 1 | 2,7 | 0 | 0,0 | 4 | 10,8 |
| Total | 29 | 78,3 | 8 | 21,6 | 0 | 0,0 | 37 | 100,0 |

Tabela 4. Distribuição e frequência de UI internacionais por tema central

| Tema central das UI internacionais | N | % |
|---|-----------|--------------|
| Aborto voluntário praticado ou planejado por adolescentes | 8 | 21,6 |
| Aborto voluntário praticado por adultos | 7 | 18,9 |
| Programas de prevenção (gravidez, DST/AIDS) | 5 | 13,5 |
| Projetos de lei, alterações na legislação, etc. | 5 | 13,5 |
| Violência | 5 | 13,5 |
| Manifestações; referendo; outros | 3 | 8,1 |
| Gravidez adolescente | 2 | 5,4 |
| Estupro | 1 | 2,7 |
| Sexo entre adolescentes | 1 | 2,7 |
| Demais temas | 0 | 0,0 |
| Total | 37 | 100,0 |

Tabela 5. Distribuição e frequência de UI internacionais por tipo de caderno

| Caderno das UI internacionais | N | % |
|--------------------------------------|-----------|--------------|
| <i>Folha Mundo</i> | 20 | 54,0 |
| <i>Folha Ilustrada</i> | 9 | 24,3 |
| <i>Folhateen</i> | 3 | 8,1 |
| <i>Folha Brasil</i> | 1 | 2,7 |
| <i>Folha Ciência</i> | 1 | 2,7 |
| <i>Folha Cotidiano</i> | 1 | 2,7 |
| <i>Folha Opinião</i> | 1 | 2,7 |
| <i>Tv Folha</i> | 1 | 2,7 |
| Total | 37 | 100,0 |

Tabela 6. Distribuição e frequência das UI do corpus por dia da semana

| Dia da Semana | N | % |
|----------------------|------------|--------------|
| Domingo | 44 | 16,8 |
| 2a. Feira | 61 | 23,3 |
| 3a. Feira | 38 | 14,5 |
| 4a. Feira | 35 | 13,4 |
| 5a. Feira | 25 | 9,5 |
| 6a. Feira | 21 | 8,0 |
| Sábado | 37 | 14,1 |
| Total | 261 | 100,0 |

Tabela 7. Distribuição e frequência das UI do *corpus* por origem

| Origem jornalística | N | % |
|--|------------|--------------|
| Redação, equipe e reportagem local | 84 | 32,1 |
| Sucursais e agências no Estado | 47 | 18,0 |
| Articulistas, colunistas e editores | 30 | 11,4 |
| Enviados, correspondentes e <i>free-lances</i> | 39 | 14,9 |
| Leitor | 18 | 6,8 |
| Especial para <i>Folha</i> | 14 | 5,3 |
| Outros jornais | 9 | 3,4 |
| Conselho editorial | 4 | 1,5 |
| Mais de uma origem | 7 | 2,6 |
| Agências internacionais | 1 | 0,3 |
| Não consta | 8 | 3,0 |
| Total | 261 | 100,0 |

Tabela 8. Distribuição e frequência das UI do *corpus* por tipo de caderno

| Caderno | N | % |
|------------------|------------|--------------|
| Diário | 209 | 80,0 |
| <i>Folhateen</i> | 34 | 13,0 |
| Semanal-geral | 18 | 6,8 |
| Total | 261 | 100,0 |

Tabela 9. Distribuição e frequência das UI do *corpus* por nome do caderno

| Caderno | N | % |
|--------------------------|------------|--------------|
| <i>Folha Cotidiano</i> | 159 | 60,9 |
| <i>Folhateen</i> | 34 | 13,0 |
| <i>Folha Opinião</i> | 31 | 11,8 |
| <i>Folha Ilustrada</i> | 12 | 4,5 |
| <i>Folha Brasil</i> | 6 | 2,2 |
| <i>Tv Folha</i> | 5 | 1,6 |
| <i>Folha Vale</i> | 3 | 1,1 |
| <i>Folha Mais</i> | 3 | 1,1 |
| <i>Folha Mundo</i> | 2 | 0,7 |
| <i>Folha Acontece</i> | 2 | 0,7 |
| <i>Folha Campinas</i> | 2 | 0,7 |
| <i>Folha Especial</i> | 1 | 0,3 |
| <i>Folha Informática</i> | 1 | 0,3 |
| Total | 261 | 100,0 |

Tabela 10. Distribuição e freqüência das UI do *corpus* por gênero jornalístico

| Gênero jornalístico | N | % |
|---------------------|------------|--------------|
| Reportagem | 143 | 54,7 |
| Artigo | 38 | 14,5 |
| Carta/ e-mail | 26 | 9,8 |
| Notícia | 24 | 9,1 |
| Entrevista | 16 | 6,1 |
| Outros | 8 | 3,0 |
| Editorial | 4 | 1,5 |
| Frase | 1 | 0,3 |
| Nota | 1 | 0,3 |
| Total | 261 | 100,0 |

Tabela 11. Distribuição e freqüência das UI do *corpus* por autor

| Autor | N | % |
|--|------------|--------------|
| Leitores | 16 | 6,1 |
| Cláudia Collucci | 13 | 4,9 |
| Fernanda Da Escóssia | 10 | 3,8 |
| Malu Gaspar | 8 | 3,0 |
| Aureliano Biancarelli | 8 | 3,0 |
| Sérgio Torres | 8 | 3,0 |
| Gilberto Dimenstein | 6 | 2,2 |
| Rosely Sayão | 6 | 2,2 |
| Jairo Bouer | 5 | 1,8 |
| Noelly Russo | 5 | 1,8 |
| Marilene Felinto | 4 | 1,5 |
| Betina Bernades | 4 | 1,5 |
| Ari Cipola | 3 | 1,1 |
| Fernanda Mena | 3 | 1,1 |
| Léo Gerchmann | 3 | 1,1 |
| Outras autorias individuais e parecerias (menos de 1,0%) | 88 | 33,7 |
| Não reconhecido | 6 | 2,2 |
| Não consta | 65 | 24,9 |
| Total | 261 | 100,0 |

Tabela 12. Distribuição e freqüência das UI do *corpus* por sexo do autor e posição

| Sexo | Posição | | | | | | Total | |
|--------------------|------------|-------------|-----------|-------------|-----------|------------|------------|--------------|
| | Neutra | | Favorável | | Contrária | | | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Feminino | 63 | 24,1 | 12 | 4,5 | 6 | 2,2 | 81 | 31,0 |
| Masculino | 61 | 23,3 | 13 | 4,9 | 5 | 1,6 | 79 | 30,2 |
| Parceria feminina | 2 | 0,7 | 3 | 1,1 | 0 | 0,0 | 5 | 1,6 |
| Parceria masculina | 1 | 0,3 | 0 | 0,0 | 1 | 0,3 | 2 | 0,7 |
| Parceria mista | 2 | 0,7 | 1 | 0,3 | 1 | 0,3 | 4 | 1,5 |
| Leitores | 1 | 0,3 | 13 | 4,9 | 2 | 0,7 | 16 | 6,1 |
| Não reconhecido | 7 | 2,6 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 7 | 2,6 |
| Não consta | 62 | 23,7 | 5 | 1,6 | 0 | 0,0 | 67 | 25,6 |
| Total | 199 | 75,7 | 47 | 17,3 | 15 | 5,7 | 261 | 100,0 |

Tabela 13. Distribuição e freqüência das UI do *corpus* por vínculo institucional do autor

| Vínculo institucional do autor | N | % |
|---|------------|--------------|
| Jornal <i>Folha de S. Paulo</i> | 208 | 79,6 |
| Leitor do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> | 18 | 6,8 |
| Outros jornais do grupo <i>Folha</i> | 9 | 3,4 |
| Universidade pública | 3 | 1,1 |
| Organização religiosa | 3 | 1,1 |
| Governo brasileiro | 2 | 0,7 |
| Grupo de trabalho com saúde reprodutiva | 2 | 0,7 |
| Área da saúde | 1 | 0,3 |
| Ordem dos Advogados do Brasil | 1 | 0,3 |
| Partido político | 1 | 0,3 |
| Universidade privada | 1 | 0,3 |
| Outros | 4 | 1,5 |
| Não consta | 8 | 3,0 |
| Total | 261 | 100,0 |

Tabela 14. Distribuição e freqüência das UI do *corpus* por vínculo institucional do informante

| Tipo de instituição | N | % |
|--|------------|--------------|
| Adulto com vínculo institucional | 79 | 30,2 |
| Funcionários da área da saúde | 41 | 15,7 |
| Funcionários da área da justiça | 22 | 8,4 |
| Vínculo com o jornal <i>Folha de S. Paulo</i> | 22 | 8,4 |
| Vínculo com Igreja católica | 14 | 5,3 |
| Vínculo com partidos políticos | 11 | 4,2 |
| Pesquisador de fundação ou instituto de pesquisa | 9 | 3,4 |
| Vínculo com ONG pró-aborto voluntário | 8 | 3,0 |
| Vínculo com entidade ligada à infância | 4 | 1,5 |
| Vínculo com entidade ligada à saúde da mulher | 4 | 1,5 |
| Vínculo com outras empresas da mídia | 4 | 1,5 |
| Adolescente sem vínculo institucional | 4 | 1,5 |
| Vínculo com Universidade Privada | 4 | 1,5 |
| Vínculo com Universidade Pública | 3 | 1,1 |
| Vínculo com ONG antiaborto voluntário | 3 | 1,1 |
| Funcionários do governo | 2 | 0,7 |
| Membro de comunidade antiaborto voluntário | 1 | 0,3 |
| Membro de ONG pró-aborto voluntário | 1 | 0,3 |
| ONG internacional | 1 | 0,3 |
| Outros | 24 | 9,1 |
| Total | 261 | 100,0 |

Tabela 15. Distribuição e frequência das UI do *corpus* por posição em relação à descriminalização do aborto por ano

| Ano | Neutra | | | Favorável | | | Contrária | | | Total | | |
|--------------|------------|-------------|---------------|-----------|-------------|---------------|-----------|------------|---------------|------------|--------------|---------------|
| | N | % | Média por ano | N | % | Média por ano | N | % | Média por ano | N | % | Média por ano |
| 1997 | 60 | 22,9 | 6,6 | 10 | 3,8 | 1,1 | 4 | 1,5 | 0,4 | 74 | 28,3 | 8,1 |
| 1998 | 59 | 22,6 | 6,5 | 11 | 4,2 | 1,2 | 2 | 0,7 | 0,2 | 72 | 27,5 | 8,0 |
| 1999 | 18 | 6,8 | 2,0 | 4 | 1,5 | 0,4 | 2 | 0,7 | 0,2 | 24 | 9,1 | 2,6 |
| 2000 | 9 | 3,4 | 1,0 | 3 | 1,1 | 0,3 | 1 | 0,3 | 0,1 | 13 | 4,9 | 1,4 |
| 2001 | 2 | 0,7 | 0,2 | 1 | 0,3 | 0,1 | 0 | 0,0 | 0,0 | 3 | 1,1 | 0,3 |
| 2002 | 12 | 4,5 | 1,3 | 1 | 0,3 | 0,1 | 1 | 0,3 | 0,1 | 14 | 5,3 | 1,5 |
| 2003 | 9 | 3,4 | 1,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 9 | 3,4 | 1,0 |
| 2004 | 15 | 5,7 | 1,6 | 4 | 1,5 | 0,4 | 0 | 0,0 | 0,0 | 19 | 7,2 | 2,1 |
| 2005 | 17 | 6,5 | 1,8 | 12 | 4,5 | 1,3 | 4 | 1,5 | 0,4 | 33 | 12,6 | 3,6 |
| Total | 201 | 76,5 | 22,0 | 46 | 17,2 | 4,9 | 14 | 5,0 | 1,4 | 261 | 100,0 | 28,6 |

Tabela 16. Distribuição e frequência das UI do *corpus* por menção ao aborto voluntário

| Título com aborto voluntário | N | % |
|---|------------|--------------|
| Menciona termo aborto ou correlatos | 80 | 30,6 |
| Não menciona o termo aborto ou correlatos | 181 | 69,3 |
| Total | 261 | 100,0 |

Tabela 17. Distribuição e frequência das UI do *corpus* por título com termos associados à violência

| Termos associados à violência | N | % |
|-------------------------------|------------|--------------|
| Crime | 1 | 0,3 |
| Drama | 2 | 0,7 |
| Estupro | 17 | 6,5 |
| Morte | 1 | 0,3 |
| Risco | 12 | 4,5 |
| Não consta | 228 | 87,3 |
| Total | 261 | 100,0 |

Tabela 18. Distribuição e frequência das UI do *corpus* por título com menção ao termo infância

| Título relacionado à infância | N | % |
|---|------------|--------------|
| Menciona termo relacionado à infância | 58 | 22,2 |
| Apresenta a idade | 18 | 6,8 |
| Menciona termo relacionado à infância e idade | 7 | 2,6 |
| Não consta | 178 | 68,1 |
| Total | 261 | 100,0 |

Tabela 19. Distribuição e frequência das UI do *corpus* por título com termos relativos à infância

| Termos relacionados à infância | N | % |
|---------------------------------------|------------|--------------|
| Jovem (ns) | 14 | 5,3 |
| Menina (s) | 14 | 5,3 |
| Adolescente(s) | 9 | 3,4 |
| Garota (s) | 8 | 3,0 |
| Criança (s) | 3 | 1,1 |
| Estudante(s) | 3 | 1,1 |
| Adolescência | 2 | 0,7 |
| Infância | 2 | 0,7 |
| Juventude | 1 | 0,3 |
| Menor(es) | 2 | 0,7 |
| Não consta | 203 | 77,7 |
| Total | 261 | 100,0 |

Tabela 20. Distribuição e frequência das UI do *corpus* por expressões relacionadas à infância

| Expressões relacionadas à infância | N | % |
|---|------------|--------------|
| Adolescente estuprada | 1 | 0,3 |
| Adolescente grávida | 1 | 0,3 |
| Garota estuprada | 1 | 0,3 |
| Gravidez na adolescência | 3 | 1,1 |
| Gravidez precoce | 2 | 0,7 |
| Jovem grávida | 1 | 0,3 |
| Mães adolescentes | 2 | 0,7 |
| Menina estuprada | 1 | 0,3 |
| Menina grávida | 1 | 0,3 |
| Menores detidos | 1 | 0,3 |
| Filhos do estupro | 2 | 0,7 |
| Não consta | 245 | 93,8 |
| Total | 261 | 100,0 |

Tabela 21. Distribuição e frequência das UI do *corpus* por menção a idades

| Idades mencionadas nos títulos | N | % |
|---------------------------------------|------------|--------------|
| 10 anos | 9 | 3,4 |
| 11 anos | 2 | 0,7 |
| 12 anos | 1 | 0,3 |
| 13 anos | 1 | 0,3 |
| 14 anos | 1 | 0,3 |
| 15 anos | 1 | 0,3 |
| 16 anos | 1 | 0,3 |
| 18 anos | 2 | 0,7 |
| Não consta | 143 | 54,7 |
| Total | 161 | 100,0 |

Tabela 22. Distribuição e frequência das UI do *corpus* por enfoque na infância

| Enfoque na infância | N | % |
|---------------------|------------|--------------|
| Direta | 186 | 71,2 |
| Indireta | 75 | 28,7 |
| Total | 261 | 100,0 |

Tabela 23. Distribuição e frequência das UI do *corpus* por enfoque por ano de publicação

| Ano | Situações de aborto específicas | | | Situações de aborto genéricas | | | Adultos informam | | | Opinião infante juvenil | | | Crianças que poderiam ter sido abortadas | | | Total | | |
|--------------|---------------------------------|-------------|-------------|-------------------------------|-------------|-------------|------------------|-------------|-------------|-------------------------|------------|-------------|--|------------|-------------|------------|--------------|-------------|
| | N | % | Média / ano | N | % | Média / ano | N | % | Média / ano | N | % | Média / ano | N | % | Média / ano | N | % | Média / ano |
| 1997 | 43 | 16,4 | 4,7 | 12 | 4,5 | 1,3 | 6 | 2,2 | 0,5 | 9 | 3,4 | 1,0 | 5 | 1,6 | 0,5 | 75 | 28,7 | 8,3 |
| 1998 | 53 | 20,3 | 5,8 | 13 | 4,9 | 1,4 | 6 | 2,2 | 0,6 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 72 | 27,5 | 8,0 |
| 1999 | 12 | 4,5 | 1,3 | 5 | 1,6 | 0,5 | 6 | 2,2 | 0,6 | 1 | 0,3 | 0,1 | 0 | 0,0 | 0,0 | 24 | 9,1 | 2,6 |
| 2000 | 3 | 1,1 | 0,3 | 5 | 1,6 | 0,5 | 2 | 0,7 | 0,2 | 2 | 0,7 | 0,3 | 0 | 0,0 | 0,0 | 12 | 4,5 | 1,3 |
| 2001 | 2 | 0,7 | 0,2 | 1 | 0,3 | 0,1 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 3 | 1,1 | 0,3 |
| 2002 | 7 | 2,6 | 0,7 | 1 | 0,3 | 0,1 | 6 | 2,2 | 0,6 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 14 | 5,3 | 1,5 |
| 2003 | 4 | 1,5 | 0,4 | 5 | 1,6 | 0,5 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 9 | 3,4 | 1,0 |
| 2004 | 7 | 2,6 | 0,7 | 9 | 3,4 | 1,0 | 1 | 0,3 | 0,1 | 2 | 0,7 | 0,2 | 0 | 0,0 | 0,0 | 19 | 7,2 | 2,1 |
| 2005 | 11 | 4,2 | 1,2 | 21 | 8,0 | 2,3 | 1 | 0,3 | 0,1 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 33 | 12,6 | 3,6 |
| Total | 142 | 53,9 | 15,3 | 72 | 26,2 | 7,7 | 28 | 10,3 | 2,7 | 14 | 5,7 | 1,6 | 5 | 1,6 | 0,5 | 261 | 100,0 | 29,0 |

Tabela 24. Distribuição e frequência das UI do *corpus* por tema central

| Temas centrais das UI do <i>corpus</i> | N | % |
|---|------------|--------------|
| Aborto voluntário praticado ou planejado por adolescentes | 54 | 20,6 |
| Aborto voluntário praticado por adultos | 46 | 17,6 |
| Gravidez precoce | 39 | 14,9 |
| Projetos de lei, alterações na legislação, etc. | 31 | 11,8 |
| Estupro contra adolescentes | 28 | 10,7 |
| Estupro no geral | 9 | 3,4 |
| Programas de prevenção gravidez, DST | 18 | 6,8 |
| Anencefalia | 6 | 2,2 |
| Profissionais ou não que realizam aborto na clandestinidade | 6 | 2,2 |
| Violência | 5 | 1,6 |
| Cytotec | 5 | 1,6 |
| Sexo na adolescência | 4 | 1,5 |
| Exibição de crianças na mídia | 2 | 0,7 |
| Mortalidade materna | 2 | 0,7 |
| Prostituição infantil | 2 | 0,7 |
| Diferenças de gênero | 2 | 0,7 |
| Não consta | 2 | 0,7 |
| Total | 261 | 100,0 |

Tabela 25. Distribuição e frequência das UI do *corpus* por estimativas relacionadas ao aborto voluntário na infância

| Estimativas relacionadas ao aborto voluntário na infância | N | % |
|--|------------|--------------|
| Não apresenta | 232 | 88,8 |
| Apresenta | 29 | 11,1 |
| Total | 261 | 100,0 |

Tabela 26. Distribuição e frequência das UI do *corpus* por tipo de estimativas

| Tipo de Estimativa | N | % |
|---------------------------|------------|--------------|
| Oficiais | 14 | 5,3 |
| Não oficiais | 15 | 5,7 |
| Não consta | 232 | 88,8 |
| Total | 261 | 100,0 |

Tabela 27. Distribuição e frequência das UI do *corpus* por fonte das estimativas

| | Fonte das estimativas | N | % | |
|--------------------------|--|---------------------|--------------|-----|
| Estimativas não oficiais | Não consta | 3 | 1,1 | |
| | UNESCO | 2 | 0,7 | |
| | <i>Folha de S. Paulo</i> | 2 | 0,7 | |
| | <i>DataFolha</i> | 1 | 0,3 | |
| | Dossiê da Rede feminista | 1 | 0,3 | |
| | Dossiê da Rede Feminista de Saúde; Instituto Alan Guttmacher | 1 | 0,3 | |
| | Dados do hospital do Jabaquara | 1 | 0,3 | |
| | ONG ligada a associação saúde da família | 1 | 0,3 | |
| | Unicamp | 1 | 0,3 | |
| | Unicef | 1 | 0,3 | |
| | Total 1 | 14 | 5,3 | |
| | Estimativas oficiais | SUS | 7 | 2,6 |
| | | Ministério da saúde | 5 | 1,6 |
| OMS | | 2 | 0,7 | |
| Ministério da justiça | | 1 | 0,3 | |
| Total 2 | | 15 | 5,7 | |
| | Não apresenta | 232 | 88,8 | |
| | Total | 261 | 100,0 | |

Tabela 28. Distribuição e frequência de UI do *corpus* por caso

| Caso | N | % |
|--------------------------|------------|--------------|
| D14 | 43 | 16,4 |
| D17 | 32 | 12,2 |
| Não faz parte de um caso | 186 | 71,2 |
| Total | 261 | 100,0 |

Tabela 29. Distribuição e freqüência das UI do *Folhateen* por sexo dos autores e posição em relação à descriminalização do aborto

| Sexo | Posição nas UI internacionais por sexo do autor | | | | | | | |
|-----------------|---|-------------|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|--------------|
| | Neutra | | Favorável | | Contrária | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Feminino | 7 | 18,9 | 2 | 5,4 | 2 | 5,4 | 11 | 29,7 |
| Masculino | 6 | 16,2 | 3 | 8,1 | 1 | 2,7 | 10 | 27,2 |
| Parceria mista | 0 | 0,0 | 1 | 2,7 | 0 | 0,0 | 1 | 2,7 |
| Leitores | 2 | 5,4 | 4 | 10,8 | 0 | 0,0 | 6 | 16,2 |
| Não reconhecido | 1 | 2,7 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 1 | 2,7 |
| Não consta | 4 | 10,8 | 1 | 2,7 | 3 | 8,1 | 8 | 21,6 |
| Total | 20 | 54,0 | 11 | 29,7 | 6 | 16,2 | 37 | 100,0 |

Tabela 30. Distribuição e freqüência das UI do *Folhateen* por posição em relação à descriminalização do aborto

| Ano | Neutra | | | Favorável | | | Contrária | | | Total | | |
|--------------|-----------|-------------|------------|-----------|-------------|------------|-----------|------------|------------|-----------|--------------|------------|
| | N | % | Média/ano | N | % | Média/ano | N | % | Média/ano | N | % | Média/ano |
| 1997 | 8 | 21,6 | 0,5 | 2 | 5,4 | 0,1 | 0 | 0,0 | 0,0 | 10 | 27,0 | 0,8 |
| 1998 | 2 | 5,4 | 0,0 | 1 | 2,7 | 0,0 | 1 | 2,7 | 0,0 | 4 | 10,8 | 0,3 |
| 1999 | 6 | 16,2 | 0,5 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 6 | 16,2 | 0,5 |
| 2000 | 4 | 10,8 | 0,3 | 1 | 2,7 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 5 | 13,5 | 0,4 |
| 2001 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 |
| 2002 | 3 | 8,1 | 0,2 | 1 | 2,7 | 0,0 | 1 | 2,7 | 0,0 | 5 | 13,5 | 0,4 |
| 2003 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 |
| 2004 | 2 | 5,4 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0,0 | 2 | 5,4 | 0,1 |
| 2005 | 3 | 8,1 | 0,2 | 2 | 5,4 | 0,1 | 0 | 0,0 | 0,0 | 5 | 13,5 | 0,4 |
| Total | 28 | 75,6 | 2,0 | 7 | 18,9 | 0,5 | 2 | 5,4 | 0,1 | 37 | 100,0 | 3,0 |

Tabela 31. Distribuição e freqüência das UI por posição em relação à descriminalização do aborto no caderno *Folhateen* e demais cadernos da *Folha de S. Paulo*.

| Posição | Cadernos sem <i>Folhateen</i> | | <i>Folhateen</i> | | Total | |
|--------------|-------------------------------|-------------|------------------|-------------|------------|--------------|
| | N | % | N | % | N | % |
| Neutra | 198 | 66,4 | 28 | 9,3 | 226 | 75,8 |
| Favorável | 50 | 16,7 | 7 | 2,3 | 57 | 19,1 |
| Contrária | 13 | 4,3 | 2 | 6,0 | 15 | 5,0 |
| Total | 261 | 87,4 | 37 | 17,6 | 298 | 100,0 |

Tabela 32. Distribuição e freqüência das UI do *Folhateen* por tema central no caderno *Folhateen*

| Temas centrais no caderno <i>Folhateen</i> | N | % |
|---|-----------|--------------|
| Gravidez adolescente | 9 | 24,3 |
| Aborto voluntário praticado por adultos | 8 | 21,6 |
| Aborto voluntário praticado ou planejado por adolescentes | 8 | 21,6 |
| Programas de prevenção gravidez, DST | 4 | 10,8 |
| Sexo na adolescência | 3 | 8,1 |
| Cytotec | 1 | 2,7 |
| Diferenças de gênero | 1 | 2,7 |
| Estupro contra adolescentes | 1 | 2,7 |
| Violência | 1 | 2,7 |
| Manifestação pública, referendos, outros | 1 | 2,7 |
| Demais temas | 0 | 0,0 |
| Total | 37 | 100,0 |

Tabela 33. Distribuição e freqüência das UI do *Folhateen* por enfoque no caderno *Folhateen* e demais cadernos da *Folha de S. Paulo*

| Enfoque | Cadernos sem <i>Folhateen</i> | | <i>Folhateen</i> | | Total | |
|-------------------------------------|--------------------------------------|-------------|-------------------------|-------------|--------------|--------------|
| | N | % | N | % | N | % |
| Situações de aborto específicas | 163 | 54,6 | 14 | 4,6 | 177 | 59,3 |
| Situações de aborto genéricas | 61 | 20,4 | 14 | 4,6 | 75 | 25,1 |
| Informações de adultos | 21 | 7,0 | 0 | 0,0 | 21 | 7,0 |
| Opinião infante juvenil | 11 | 3,6 | 9 | 3,0 | 20 | 6,7 |
| Crianças que teriam sido estupradas | 5 | 1,6 | 0 | 0,0 | 5 | 1,6 |
| Total | 261 | 87,2 | 37 | 12,2 | 298 | 100,0 |

Tabela 34. Distribuição e freqüência por tipo de personagem

| Tipo de personagem | N | % |
|----------------------------|------------|--------------|
| Personagem/depoente | 111 | 59,3 |
| "Opinante infante-juvenil" | 4 | 2,1 |
| Total 1 | 115 | 61,4 |
| Genérico | 72 | 38,5 |
| Total | 187 | 100,0 |

Tabela 35. Distribuição e freqüência por identificação, segundo a identificação das personagens.

| Personagem | Personagem genérico | | Personagem individual | | | | | |
|----------------------------------|---------------------|--------------|-----------------------|--------------|----------------------------|--------------|------------|--------------|
| | Genérico | | Personagem/ depoente | | "Opinante infanto-juvenil" | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Primeiro nome ou nome completo | 0 | 0,0 | 8 | 7,2 | 4 | 100,0 | 12 | 10,4 |
| Iniciais, nome fictício, apelido | 0 | 0,0 | 96 | 86,4 | 0 | 0,0 | 96 | 83,4 |
| Não consta | 72 | 100,0 | 7 | 6,3 | 0 | 0,0 | 7 | 6,0 |
| Total | 72 | 100,0 | 111 | 100,0 | 4 | 100,0 | 115 | 100,0 |

Tabela 36. Distribuição e freqüência por idade, segundo a identificação das personagens

| Personagem | Personagem genérico | | Personagem individual | | | | | |
|---------------------------------|---------------------|--------------|-----------------------|--------------|----------------------------|--------------|------------|--------------|
| | Genérico | | Personagem/ depoente | | "Opinante infanto-juvenil" | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Idade (exata) | | | | | | | | |
| 10 | 0 | 0,0 | 34 | 30,6 | 0 | 0,0 | 34 | 29,5 |
| 11 | 0 | 0,0 | 21 | 18,9 | 0 | 0,0 | 21 | 18,2 |
| 12 | 0 | 0,0 | 2 | 1,8 | 0 | 0,0 | 2 | 1,7 |
| 13 | 0 | 0,0 | 5 | 4,5 | 0 | 0,0 | 5 | 4,3 |
| 14 | 0 | 0,0 | 9 | 8,1 | 0 | 0,0 | 9 | 7,8 |
| 15 | 0 | 0,0 | 1 | 0,9 | 0 | 0,0 | 1 | 0,8 |
| 16 | 0 | 0,0 | 5 | 4,5 | 1 | 25,0 | 6 | 5,2 |
| 17 | 1 | 1,3 | 0 | 0,0 | 3 | 75,0 | 3 | 2,6 |
| 18 | 0 | 0,0 | 13 | 11,7 | 0 | 0,0 | 13 | 11,3 |
| Idade (faixa etária aproximada) | | | | | | | | |
| 7 a 10 | 1 | 1,3 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| 10 a 19 | 28 | 38,8 | 12 | 10,8 | 0 | 0,0 | 12 | 10,4 |
| Maior de 19 | 6 | 8,3 | 1 | 0,9 | 0 | 0,0 | 1 | 0,8 |
| Não consta | 36 | 50,0 | 8 | 7,2 | 0 | 0,0 | 8 | 6,9 |
| Total | 72 | 100,0 | 111 | 100,0 | 4 | 100,0 | 115 | 100,0 |

Tabela 37. Distribuição e freqüência por grau de escolaridade, segundo a identificação das personagens

| Personagem | Personagem genérico | | Personagem individual | | | | | |
|-----------------------------------|---------------------|--------------|-----------------------|--------------|----------------------------|--------------|------------|--------------|
| | Genérico | | Personagem/ depoente | | "Opinante infanto-juvenil" | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Ensino fundamental | 2 | 2,7 | 15 | 13,5 | 0 | 0,0 | 15 | 13,0 |
| Ensino médio | 1 | 1,3 | 7 | 6,3 | 4 | 100,0 | 11 | 9,5 |
| Ensino superior | 1 | 1,3 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Matriculado/freqüentando a escola | 3 | 4,1 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Abandonou a escola | 1 | 1,3 | 1 | 0,9 | 0 | 0,0 | 1 | 0,8 |
| Analfabeta | 0 | 0,0 | 1 | 0,9 | 0 | 0,0 | 1 | 0,8 |
| Não consta | 64 | 88,8 | 87 | 78,3 | 0 | 0,0 | 87 | 75,6 |
| Total | 72 | 100,0 | 111 | 100,0 | 4 | 100,0 | 115 | 100,0 |

Tabela 38. Distribuição e freqüência por procedência, segundo a identificação das personagens

| Personagem | Personagem genérico | | Personagem individual | | | | | |
|------------------|---------------------|--------------|-----------------------|--------------|----------------------------|--------------|------------|--------------|
| | Genérico | | Personagem/ depoente | | "Opinante infanto-juvenil" | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Centro-oeste | 0 | 0,0 | 28 | 25,2 | 0 | 0,0 | 28 | 24,3 |
| Norte | 0 | 0,0 | 1 | 0,9 | 0 | 0,0 | 1 | 0,8 |
| Nordeste | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Sudeste | 3 | 4,1 | 52 | 46,8 | 0 | 0,0 | 52 | 45,2 |
| Sul | 0 | 0,0 | 1 | 0,9 | 1 | 25,0 | 2 | 1,7 |
| Nordeste | 3 | 4,1 | 4 | 3,6 | 0 | 0,0 | 4 | 3,4 |
| Não identificado | 0 | 0,0 | 1 | 0,9 | 0 | 0,0 | 1 | 0,8 |
| Não consta | 66 | 91,6 | 24 | 21,6 | 3 | 75,0 | 27 | 23,4 |
| Total | 72 | 100,0 | 111 | 100,0 | 4 | 100,0 | 115 | 100,0 |

Tabela 39. Distribuição e freqüência por ocupação, segundo a identificação das personagens

| Personagem | Personagem genérico | | Personagem individual | | | | | |
|----------------|---------------------|--------------|-----------------------|--------------|----------------------------|--------------|------------|--------------|
| | Genérico | | Personagem/ depoente | | "Opinante infanto-juvenil" | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Ajudante geral | 0 | 0,0 | 1 | 0,9 | 0 | 0,0 | 1 | 0,8 |
| Garçonete | 0 | 0,0 | 2 | 1,8 | 0 | 0,0 | 2 | 1,7 |
| Doceira | 0 | 0,0 | 1 | 0,9 | 0 | 0,0 | 1 | 0,8 |
| Estudante | 0 | 0,0 | 2 | 1,8 | 3 | 75,0 | 5 | 4,3 |
| Lavradora | 0 | 0,0 | 3 | 2,7 | 0 | 0,0 | 3 | 2,6 |
| Modelo | 1 | 1,3 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Cantora | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 1 | 25,0 | 1 | 0,8 |
| Traficante | 0 | 0,0 | 1 | 0,9 | 0 | 0,0 | 1 | 0,8 |
| Prostituta | 0 | 0,0 | 3 | 2,7 | 0 | 0,0 | 3 | 2,6 |
| Desempregada | 1 | 1,3 | 1 | 0,9 | 0 | 0,0 | 1 | 0,8 |
| Não consta | 70 | 97,2 | 97 | 87,3 | 0 | 0,0 | 97 | 84,3 |
| Total | 72 | 100,0 | 111 | 100,0 | 4 | 100,0 | 115 | 100,0 |

Tabela 40. Distribuição e freqüência por convívio familiar, segundo a identificação das personagens

| Personagem | Personagem genérico | | Personagem individual | | | | | |
|--|---------------------|--------------|-----------------------|--------------|----------------------------|--------------|------------|--------------|
| | Genérico | | Personagem/ depoente | | "Opinante infanto-juvenil" | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Moradora de rua, sem vínculos com a família de origem | 4 | 3,6 | 2 | 1,8 | 0 | 0,0 | 2 | 1,7 |
| Mora com os pais e/ou outros familiares | 78 | 70,2 | 81 | 72,9 | 3 | 75,0 | 84 | 73,0 |
| Mora com namorado/marido | 3 | 2,7 | 1 | 0,9 | 0 | 0,0 | 1 | 0,8 |
| Mora com o namorado/marido, com os próprios pais e outros familiares | 2 | 1,8 | 1 | 0,9 | 0 | 0,0 | 1 | 0,8 |
| Não consta | 24 | 21,6 | 26 | 23,4 | 1 | 25,0 | 27 | 23,4 |
| Total | 111 | 100,0 | 111 | 100,0 | 4 | 100,0 | 115 | 100,0 |

Tabela 41. Distribuição e freqüência por nível socioeconômico, segundo a identificação das personagens

| Personagem | Personagem genérico | | Personagem individual | | | | | |
|---------------------|---------------------|--------------|-----------------------|--------------|----------------------------|--------------|------------|--------------|
| | Genérico | | Personagem/ depoente | | "Opinante infanto-juvenil" | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Classe alta | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 1 | 25,0 | 1 | 0,8 |
| Classe média | 1 | 1,3 | 2 | 1,8 | 0 | 0,0 | 2 | 1,7 |
| Pobres e miseráveis | 23 | 31,9 | 51 | 45,9 | 0 | 0,0 | 51 | 44,3 |
| Não consta | 48 | 66,6 | 58 | 52,2 | 3 | 75,0 | 61 | 53,0 |
| Total | 24 | 100,0 | 53 | 100,0 | 4 | 100,0 | 115 | 100,0 |

Tabela 42. Distribuição e freqüência por religião, segundo a identificação das personagens

| Personagem | Personagem genérico | | Personagem individual | | | | | |
|------------------------------|---------------------|--------------|-----------------------|--------------|----------------------------|-------------|------------|--------------|
| | Genérico | | Personagem/ depoente | | "Opinante infanto-juvenil" | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Religião | | | | | | | | |
| Agnóstico | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Atéia | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Pertence a religião católica | 2 | 2,7 | 6 | 5,4 | 0 | 0,0 | 6 | 5,2 |
| Pertence à outra religião | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 3 | 75,0 | 3 | 2,6 |
| Não consta | 70 | 97,2 | 105 | 94,5 | 1 | 25,0 | 106 | 92,1 |
| Total | 72 | 100,0 | 115 | 100,0 | 3 | 75,0 | 115 | 100,0 |

Tabela 43. Distribuição e freqüência por saúde, segundo a identificação das personagens

| Personagem | Personagem genérico | | Personagem individual | | | | | |
|---|---------------------|------------|-----------------------|--------------|----------------------------|--------------|------------|--------------|
| | Genérico | | Personagem/ depoente | | "Opinante infanto-juvenil" | | Total | |
| | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Saúde | | | | | | | | |
| Saudável do ponto de vista físico | 0 | 0,0 | 7 | 6,3 | 0 | 0,0 | 7 | 6,0 |
| Saudável do ponto de vista emocional | 0 | 0,0 | 1 | 0,9 | 0 | 0,0 | 1 | 0,8 |
| Saudável do ponto de vista emocional e físico | 0 | 0,0 | 4 | 3,6 | 0 | 0,0 | 4 | 3,4 |
| Deficiente mental | 0 | 0,0 | 1 | 0,9 | 0 | 0,0 | 1 | 0,8 |
| Doenças sexualmente transmissíveis | 1 | 1,3 | 3 | 2,7 | 0 | 0,0 | 3 | 2,6 |
| Problemas físicos | 0 | 0,0 | 6 | 5,4 | 0 | 0,0 | 6 | 5,2 |
| Problemas emocionais | 0 | 0,0 | 7 | 6,3 | 2 | 50,0 | 9 | 7,8 |
| Problemas físicos e psicológicos | 0 | 0,0 | 4 | 3,6 | 0 | 0,0 | 4 | 3,4 |
| Morte | 0 | 0,0 | 1 | 0,9 | 0 | 0,0 | 1 | 0,8 |
| Não consta | 71 | 98,6 | 77 | 69,3 | 2 | 50,0 | 79 | 68,9 |
| Total | 72 | 1,3 | 111 | 100,0 | 4 | 100,0 | 115 | 100,0 |

Tabela 44. Distribuição e frequência por idade da iniciação sexual, segundo a personagem/depoente

| Idade da iniciação sexual | Personagem/ depoente | |
|--------------------------------------|-------------------------|--------------|
| | N | % |
| Não explicita a idade da vida sexual | 83 | 74,7 |
| A idade foi explicitada | 28 | 25,2 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 45. Distribuição e frequência por desenlace do aborto, segundo a personagem/depoente

| Desenlace do aborto | Personagem/ depoente | |
|-------------------------------------|-------------------------|--------------|
| | N | % |
| Cogitou a hipótese, mas não abortou | 41 | 36,9 |
| Morreu | 2 | 1,8 |
| Realizou o aborto | 22 | 19,8 |
| Manteve a gravidez ou teve o filho | 27 | 24,3 |
| O aborto foi espontâneo | 1 | 0,9 |
| Não consta | 18 | 16,2 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 46. Distribuição e frequência por causa da gestação, segundo a personagem/depoente

| Causa da gestação | Personagem/ depoente | |
|--|-------------------------|--------------|
| | N | % |
| Estupro | 73 | 65,7 |
| Uso inadequado ou ausência do método contraceptivo | 10 | 9,0 |
| Exploração sexual | 3 | 2,7 |
| Desejo da adolescente | 1 | 0,9 |
| Misto | 1 | 0,9 |
| Não consta | 23 | 20,7 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 47. Distribuição e frequência por quantidade de gestações, segundo a personagem/depoente

| Quantidade de gestações | Personagem/ depoente | | |
|---|-------------------------|--------------|-----|
| | N | % | |
| Não menciona a quantidade de gestações | 92 | 82,8 | |
| Menciona a quantidade de gestações explicitadas | 0 | 8 | 7,2 |
| | 1 | 7 | 6,3 |
| | 2 | 2 | 1,8 |
| | 3 | 1 | 0,9 |
| | 4 | 1 | 0,9 |
| Total | 111 | 100,0 | |

Tabela 48. Distribuição e frequência por quantidade de abortos, segundo a personagem/depoente

| Quantidade de abortos | Personagem/ depoente | |
|---------------------------------------|-------------------------|--------------|
| | N | % |
| Explícita a quantidade de abortos | 10 | 9,0 |
| Não menciona a quantidade de abortos. | 101 | 90,9 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 49. Distribuição e frequência por local para a realização do aborto, segundo a personagem/depoente

| Local para realização do aborto | Personagem/ depoente | |
|---------------------------------|-------------------------|--------------|
| | N | % |
| Hospital público | 27 | 24,3 |
| Casa | 4 | 3,6 |
| Clínica particular | 3 | 2,7 |
| Clínica clandestina | 1 | 0,9 |
| Outros hospitais | 1 | 0,9 |
| Hospital particular | 0 | 0,0 |
| Não consta | 75 | 67,5 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 50. Distribuição e frequência por causa que motivou o aborto, segundo a personagem/depoente

| Causa que motivou o aborto | Personagem/ depoente | |
|---|-------------------------|--------------|
| | N | % |
| Estupro | 47 | 42,3 |
| Risco da vida para genitora | 14 | 12,6 |
| Parentes e/ou outros adultos quiseram | 6 | 5,4 |
| Anencefalia e outras deficiências no feto | 5 | 4,5 |
| Outros projetos de vida | 3 | 2,7 |
| Rejeição ao feto | 2 | 1,8 |
| Outros | 2 | 1,8 |
| Dificuldades financeiras | 2 | 1,8 |
| Pouca idade | 0 | 0,0 |
| Doenças sexualmente transmissíveis | 1 | 0,9 |
| Preocupação com o feto | 1 | 0,9 |
| Não consta | 28 | 25,2 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 51. Distribuição e freqüência por modo como foi realizado o aborto, segundo a personagem/depoente

| Modo como foi realizado o aborto | Personagem/ depoente | |
|----------------------------------|-------------------------|--------------|
| | N | % |
| Microcesariana/microcirurgia | 3 | 2,7 |
| Citotec | 3 | 2,7 |
| Não foi realizado | 4 | 3,6 |
| Modo não divulgado | 6 | 5,4 |
| Espontâneo | 6 | 5,4 |
| Cirurgia | 2 | 1,8 |
| Remédios; aspiração | 2 | 1,8 |
| Curetagem | 1 | 0,9 |
| Clandestino | 1 | 0,9 |
| Não consta | 83 | 74,7 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 52. Distribuição e freqüência por conseqüências pós-aborto, segundo a personagem/depoente

| Conseqüências pós-aborto | Personagem/ depoente | |
|--------------------------------------|-------------------------|--------------|
| | N | % |
| Sem seqüelas | 6 | 5,4 |
| Comprometimento físico | 6 | 5,4 |
| Comprometimento psicológico | 3 | 2,7 |
| Morte | 2 | 1,8 |
| Comprometimento físico e psicológico | 2 | 1,8 |
| Não consta | 92 | 82,8 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 53. Distribuição e freqüência por tempo de gestação para interrupção da gravidez, segundo a personagem/depoente

| Tempo de gestação para interrupção da gravidez | Personagem/ depoente | |
|--|-------------------------|--------------|
| | N | % |
| Não menciona o tempo da gestação | 60 | 54,0 |
| 2 meses | 9 | 8,1 |
| 2 meses e meio | 2 | 1,8 |
| 3 meses | 5 | 4,5 |
| 4 meses | 19 | 17,1 |
| 4 meses e meio | 12 | 10,8 |
| 5 meses | 1 | 0,9 |
| 6 meses | 2 | 1,8 |
| 9 meses | 1 | 0,9 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 54. Distribuição e freqüência da identificação do genitor

| Genitor | Personagem/ depoente | |
|--------------|-------------------------|--------------|
| | N | % |
| Aparece | 53 | 47,7 |
| Não consta | 58 | 52,2 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 55. Distribuição e freqüência da identificação do genitor

| Identificação do genitor | Personagem/ depoente | |
|----------------------------------|-------------------------|--------------|
| | N | % |
| Nome completo | 20 | 18,0 |
| Iniciais, apelido, nome fictício | 7 | 6,3 |
| Não consta | 84 | 75,6 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 56. Distribuição e freqüência por idade do genitor

| Idade do genitor | Personagem/ depoente | |
|------------------|-------------------------|--------------|
| | N | % |
| 15 | 1 | 0,9 |
| 17 | 2 | 1,8 |
| 18 | 1 | 0,9 |
| 19 | 3 | 2,7 |
| 20 | 1 | 0,9 |
| 24 | 3 | 2,7 |
| Acima de 30 | 6 | 5,4 |
| Acima de 40 | 2 | 1,8 |
| Acima de 50 | 6 | 5,4 |
| Outros | 1 | 0,9 |
| Não consta | 85 | 76,5 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 57. Distribuição e freqüência por vínculo do genitor

| Vínculo com a personagem/depoente | Personagem/ depoente | |
|-----------------------------------|-------------------------|--------------|
| | N | % |
| Namorado | 16 | 14,4 |
| Pai | 7 | 6,3 |
| Vizinho | 7 | 6,3 |
| Trabalhava com a família | 5 | 4,5 |
| Marido | 3 | 2,7 |
| Padrasto | 2 | 1,8 |
| Capataz da fazenda dos pais | 1 | 0,9 |
| Cunhado | 1 | 0,9 |
| Irmão | 1 | 0,9 |
| Pedófilo | 1 | 0,9 |
| Não consta | 67 | 60,3 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 58. Distribuição e freqüência por voz do genitor

| Voz do genitor | Personagem/ depoente | |
|----------------|-------------------------|--------------|
| | N | % |
| Aparece | 3 | 2,7 |
| Não consta | 108 | 97,2 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 59. Distribuição e freqüência por posição do genitor em relação ao aborto voluntário

| Posição do genitor em relação ao aborto voluntário | Personagem/ depoente | |
|--|-------------------------|--------------|
| | N | % |
| Contrário | 3 | 2,7 |
| Favorável | 4 | 3,6 |
| Não consta | 104 | 93,6 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 60. Distribuição e freqüência por fala da personagem/depoente

| Fala da personagem/depoente | Personagem/ depoente | |
|-----------------------------|-------------------------|--------------|
| | N | % |
| Aparece | 30 | 27,0 |
| Não aparece | 81 | 72,9 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 61. Distribuição e freqüência do posicionamento da personagem/depoente em relação à descriminalização do aborto

| Posição da personagem/depoentes em relação à descriminalização do aborto voluntário em geral | Personagem/depoente | |
|--|---------------------|--------------|
| | N | % |
| Não consta | 72 | 64,8 |
| Favorável | 27 | 24,3 |
| Contrária | 12 | 10,8 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 62. Distribuição e freqüência da escolha da personagem/depoente em relação ao aborto

| Escolha da personagem em relação ao aborto | Personagem/depoente | |
|--|---------------------|--------------|
| | N | % |
| Não consta | 70 | 63,0 |
| Optou pelo aborto | 25 | 22,5 |
| Optou por não abortar | 14 | 12,6 |
| Confusa | 2 | 1,8 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 63. Distribuição e freqüência por fala dos familiares (pai e mãe) da personagem/depoente

| Fala dos familiares | Personagem/depoente | |
|----------------------------------|---------------------|--------------|
| | N | % |
| Fala da mãe | 13 | 11,7 |
| Fala do pai | 3 | 2,7 |
| Fala do pai e da mãe na mesma UI | 2 | 1,8 |
| Não consta | 93 | 83,7 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 64. Distribuição e freqüência por fala de parentes ou outros familiares da personagem/depoente.

| Fala de parentes ou outros familiares | Personagem/depoente | |
|---|---------------------|--------------|
| | N | % |
| Aparece a fala de parentes ou outros familiares | 5 | 4,5 |
| Não consta | 106 | 95,4 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 65. Distribuição e frequência por UI que apresentam porta-vozes e personagens/depoentes

| QUEM FALA NAS UI dos corpus | | | | | | |
|---|------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | Aparece em quantas UI? | | UI com fala | | UI sem fala | |
| | N | % | N | % | N | % |
| Personagem/depoente | 111 | 100,0 | 30 | 27,0 | 81 | 72,9 |
| Outros “adolescentes” | 16 | 14,4 | 11 | 9,9 | 5 | 4,5 |
| Familiares (pai e mãe, contados juntos) | 57 | 51,3 | 17 | 15,3 | 40 | 36,0 |
| Parentes (filho, irmão, cunhado) | 9 | 8,1 | 4 | 3,6 | 5 | 4,5 |
| Genitor | 53 | 47,7 | 3 | 2,7 | 50 | 45,0 |
| Outros adultos (informantes) | 91 | 81,9 | 55 | 49,5 | 36 | 32,4 |

Tabela 66. Distribuição e frequência por fala dos adultos segundo vínculo institucional dos 96 informantes identificados nas UI

| Adultos informantes que falam nas UI | N | % |
|---|-----------|--------------|
| Funcionários da saúde | 32 | 33,3 |
| Juristas e funcionários da justiça | 27 | 28,1 |
| Membros da Igreja Católica | 11 | 11,4 |
| Outras pessoas (moradores, transeuntes, etc) | 7 | 8,3 |
| Funcionários de ONG antiaborto | 6 | 6,2 |
| Funcionários de ONG pró-aborto | 5 | 5,2 |
| Representantes de outros grupos da mídia (exceto <i>Folha</i>) | 3 | 3,1 |
| Funcionários da educação | 3 | 3,1 |
| Funcionários do Governo | 1 | 1,0 |
| Total | 96 | 100,0 |

Tabela 67. Distribuição e frequência do posicionamento dos informantes em relação à descriminalização do aborto

| Posição dos informantes sobre a descriminalização do aborto | N | % |
|--|------------|--------------|
| Favoráveis e contrários na mesma UI | 25 | 22,5 |
| Favoráveis | 20 | 18,0 |
| Contrários | 8 | 7,2 |
| Não consta | 58 | 52,2 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 68. Distribuição e frequência por menção nas UI aos direitos das personagens/depoentes

| Menção aos direitos das personagens/depoentes | N | % |
|--|------------|--------------|
| Menciona direitos | 34 | 30,6 |
| Não menciona direitos | 77 | 69,3 |
| Total | 111 | 100,0 |

Tabela 69. Distribuição e freqüência por soluções preconizadas para as personagens/depoentes pelos informantes

| Soluções preconizadas pelos informantes | N | % |
|--|------------|--------------|
| Deve abortar | 40 | 36,0 |
| Manter a gravidez | 22 | 19,8 |
| Apresentam mais de uma solução | 8 | 7,2 |
| Programas de prevenção | 3 | 2,7 |
| Dar o filho para a adoção | 1 | 0,9 |
| Acabar com a exploração sexual de menores | 1 | 0,9 |
| Não consta | 36 | 32,4 |
| Total | 111 | 100,0 |

PERSONAGENS/DEPOENTES D14 e D17

Tabela 70. Distribuição e freqüência por identificação, segundo os casos

| Forma de identificação | D14 | | D17 | |
|----------------------------------|------------|--------------|------------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Primeiro nome ou nome completo | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Iniciais, nome fictício, apelido | 27 | 93,1 | 29 | 100,0 |
| Não consta | 2 | 6,8 | 0 | 0,0 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 71. Distribuição e freqüência por idade, segundo os casos

| Idade (exata) | D14 | | D17 | |
|----------------------|------------|--------------|------------|--------------|
| | N | % | N | % |
| 10 | 5 | 17,2 | 29 | 100,0 |
| 11 | 21 | 72,4 | 0 | 0,0 |
| Não consta | 3 | 10,3 | 0 | 0,0 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 72. Distribuição e freqüência por grau de escolaridade, segundo os casos

| Grau de escolaridade | D14 | | D17 | |
|-----------------------------|------------|--------------|------------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Ensino fundamental | 3 | 10,3 | 6 | 20,6 |
| Não consta | 27 | 93,1 | 23 | 79,3 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 73. Distribuição e freqüência por procedência, segundo os casos

| Procedência | D14 | | D17 | |
|--------------------|------------|--------------|------------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Centro-oeste | 0 | 0,0 | 26 | 89,6 |
| Sudeste | 25 | 86,2 | 0 | 0,0 |
| Não consta | 4 | 13,7 | 3 | 10,3 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 74. Distribuição e freqüência por ocupação, segundo os casos

| Ocupação | D14 | | D17 | |
|--------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Lavradora | 3 | 10,3 | 0 | 0,0 |
| Não consta | 26 | 89,6 | 29 | 100,0 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 75. Distribuição e freqüência por convívio familiar, segundo os casos

| Convívio familiar | D14 | | D17 | |
|---|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Mora com os pais e/ou outros familiares | 21 | 72,4 | 29 | 100,0 |
| Não consta | 8 | 27,5 | 0 | 0,0 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 76. Distribuição e freqüência por nível socioeconômico, segundo os casos

| Nível socioeconômico | D14 | | D17 | |
|----------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Pobres e miseráveis | 12 | 41,3 | 17 | 58,6 |
| Não consta | 17 | 58,6 | 12 | 41,3 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 77. Distribuição e freqüência por religião, segundo os casos

| Religião | D14 | | D17 | |
|------------------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Pertence a religião católica | 1 | 3,4 | 4 | 13,7 |
| Não consta | 28 | 96,5 | 25 | 86,2 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 78. Distribuição e freqüência por condição de saúde, segundo os casos

| Condição de saúde | D14 | | D17 | |
|---|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Saudável do ponto de vista físico | 6 | 20,6 | 0 | 0,0 |
| Saudável do ponto de vista emocional | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Saudável do ponto de vista emocional e físico | 1 | 3,4 | 6 | 20,6 |
| Deficiente mental | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Doenças sexualmente transmissíveis | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Problemas físicos | 1 | 3,4 | 0 | 0,0 |
| Problemas emocionais | 2 | 6,8 | 0 | 0,0 |
| Problemas físicos e psicológicos | 1 | 3,4 | 0 | 0,0 |
| Morte | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Não consta | 18 | 62,0 | 23 | 79,3 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 79. Distribuição e frequência por idade da iniciação sexual, segundo os casos

| Idade da iniciação sexual | D14 | | D17 | |
|---------------------------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Não explicita a idade da vida sexual. | 24 | 82,7 | 14 | 48,20 |
| A idade foi explicitada | 5 | 17,2 | 15 | 51,7 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 80. Distribuição e frequência por desenlace do aborto, segundo os casos

| Desenlace do aborto | D14 | | D17 | |
|-------------------------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Cogitou a hipótese, mas não abortou | 8 | 27,5 | 22 | 75,8 |
| Morreu | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Realizou o aborto | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Manteve a gravidez ou teve o filho | 12 | 41,3 | 4 | 13,7 |
| O aborto foi espontâneo | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Não consta | 9 | 31,0 | 3 | 10,3 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 81. Distribuição e frequência por causa da gestação, segundo os casos

| Causa da gestação | D14 | | D17 | |
|-----------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Estupro | 26 | 89,6 | 25 | 86,2 |
| Desejo da adolescente | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Misto | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Não consta | 3 | 10,3 | 4 | 13,7 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 82. Distribuição e frequência por quantidade de gestações, segundo os casos

| Quantidade de gestações | D14 | | D17 | |
|--|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Não menciona a quantidade de gestações | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |
| Menciona quantidade de gestações | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 83. Distribuição e frequência por quantidade de abortos, segundo os casos

| Quantidade de abortos | D14 | | D17 | |
|---------------------------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Explicita a quantidade de abortos | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Não menciona a quantidade de abortos. | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 84. Distribuição e freqüência por local para a realização do aborto , segundo os casos

| Local para realização do aborto | D14 | | D17 | |
|---------------------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Hospital público | 3 | 10,3 | 12 | 41,3 |
| Clínica particular | 0 | 0,0 | 2 | 6,8 |
| Não consta | 26 | 89,6 | 15 | 51,7 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 85. Distribuição e freqüência por causa que motivou o aborto, segundo os casos

| Causa que motivou o aborto | D14 | | D17 | |
|-----------------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Estupro | 10 | 34,4 | 18 | 62,0 |
| Risco da vida para genitora | 13 | 44,8 | 1 | 3,4 |
| Não consta | 6 | 20,6 | 10 | 34,4 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 86. Distribuição e freqüência por modo como foi realizado o aborto, segundo os casos

| Modo como foi realizado o aborto | D14 | | D17 | |
|----------------------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Microcesariana/microcirurgia | 3 | 10,3 | 2 | 6,8 |
| Modo não divulgado | 1 | 3,4 | 0 | 0,0 |
| Não consta | 25 | 86,2 | 27 | 93,1 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 87. Distribuição e freqüência por conseqüências pós-aborto, segundo os casos

| Conseqüências pós-aborto | D14 | | D17 | |
|--------------------------------------|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Sem seqüelas | 1 | 3,4 | 4 | 13,7 |
| Comprometimento físico | 1 | 3,4 | 0 | 0,0 |
| Comprometimento psicológico | 1 | 3,4 | 0 | 0,0 |
| Comprometimento físico e psicológico | 1 | 3,4 | 0 | 0,0 |
| Não consta | 25 | 86,2 | 25 | 86,2 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 88. Distribuição e frequência por tempo de gestação para interrupção da gravidez, segundo os casos

| Tempo de gestação para interrupção da gravidez | D14 | | D17 | |
|--|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Não menciona o tempo da gestação | 15 | 51,7 | 17 | 58,6 |
| 4 meses | 12 | 41,3 | 4 | 13,7 |
| 4 meses e meio | 2 | 6,8 | 8 | 27,5 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 89. Distribuição e frequência do posicionamento dos informantes em relação à descriminalização do aborto voluntário, segundo os casos

| Posição dos informantes sobre a descriminalização do aborto voluntário | D14 | | D17 | |
|--|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Favoráveis e contrários na mesma UI | 5 | 17,2 | 4 | 13,7 |
| Favoráveis | 3 | 10,3 | 8 | 27,5 |
| Contrários | 7 | 24,1 | 0 | 0,0 |
| Não consta | 15 | 44,8 | 17 | 58,6 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 90. Distribuição e frequência por menção nas UI aos direitos das personagens/depoentes, segundo os casos

| Menção aos direitos das personagens/depoentes | D14 | | D17 | |
|---|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Menciona direitos | 18 | 62,0 | 18 | 62,0 |
| Não menciona direitos | 11 | 37,9 | 11 | 37,9 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Tabela 91. Distribuição e frequência por soluções preconizadas para as personagens/depoentes pelos informantes, segundo os casos

| Soluções preconizadas pelos informantes | D14 | | D17 | |
|---|-----------|--------------|-----------|--------------|
| | N | % | N | % |
| Devem abortar | 8 | 27,5 | 16 | 55,1 |
| Manter a gravidez | 13 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Apresentam mais de uma solução | 2 | 6,8 | 2 | 6,8 |
| Programas de prevenção | 0 | 0,0 | 1 | 3,4 |
| Dar o filho para a adoção | 1 | 3,4 | 0 | 0,0 |
| Acabar com a exploração sexual de menores | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Não consta | 5 | 17,2 | 10 | 34,4 |
| Total | 29 | 100,0 | 29 | 100,0 |

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)